

# CHACINA DE UNAÍ

## A luta do SINAIT por justiça

MULTIPLE MURDER OF UNAÍ - The struggle of SINAIT for justice

CHACINA DE UNAÍ - La lucha de SINAIT por justicia



The logo for SINAIT, featuring the word "SINAIT" in a stylized, white, sans-serif font. The letter "S" is significantly larger and more prominent than the other letters. The logo is positioned in the bottom right corner of the image, partially overlapping the wooden crosses in the foreground.

# CHACINA DE UNAÍ

A luta do SINAIT por justiça

Proibida a reprodução total ou parcial, sem a autorização da Editora e do(a) Autor(a).

As opiniões emitidas em artigos de Revistas, Site e livros publicados pela Editora RTM (Instituto RTM de Direito do Trabalho e Gestão Sindical) são de inteira responsabilidade de seus autores, e não refletem necessariamente, de forma nenhuma, a posição da nossa editora e de seu editor responsável.

M149c	Machado, Cláudia Chacina de Unaí: a luta do SINAIT por justiça = Multiple murder of Unaí: the struggle of SINAIT for justice = Massacre de Unaí: la lucha de SINAIT por justicia / Cláudia Machado. - Brasília: SINAIT, 2022. 364 p.: il.
	1. Trabalho - Inspeção. 2. Trabalho - Auditoria. 3. Auditores - Homicídio - Unaí. 4. Justiça. I. Título
	CDU: 343.61(815.1)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Meire Luciane Lorena Queiroz CRB 6/2233

ISBN: 978-65-5509-123-6

**Autora:** Cláudia Machado

**Colaboração:** Rosa Maria Campos Jorge e Rosângela Silva Rassy

**Traduções:** Alpha Consultoria em Traduções

**Projeto gráfico e diagramação:** José Augusto Barros

**Fotografias:** Arquivo do Sinait

**Impressão e acabamento:** Gráfica Paulinelli

**Tiragem:** 500 exemplares

**Editor Responsável:** Mário Gomes da Silva

**Revisão:** a autora

**Editora RTM - Instituto RTM de Direito do Trabalho e Gestão Sindical**

Rua João Euflásio, 80 - Bairro Dom Bosco BH  
MG - Brasil

Cep 30850-050 - Tel: 31-3417-1628

**WhatsApp:** (31) 99913-9998

**E-mail :** rtmeducacional@yahoo.com.br

**Site:** www.editorartm.com.br

**Loja Virtual:** www.rtmeducacional.com.br

**Conselho Editorial:**

Adriane Reis de Araújo

Adriano Jannuzzi Moreira

Amauri César Alves

Ana Maria Aparecida de Freitas

Andréa de Campos Vasconcelos

Antônio Álvares da Silva

Antônio Fabrício de Matos Gonçalves

Bruno Ferraz Hazan

Carlo Cosentino

Carlos Henrique Bezerra Leite

Cláudio Jannotti da Rocha

Cleber Lúcio de Almeida

Daniela Muradas Reis

Delaíde Alves Miranda Arantes

Elaine Noronha Nassif

Ellen Mara Ferraz Hazan

Everaldo Gaspar Lopes de Andrade

Fernando Maciel

Gabriela Neves Delgado

Giovani Clark

Gustavo Seferian

Hugo Cavalcanti Melo Filho

Jorge Luiz Souto Maior

José Reginaldo Inácio

Juliana Teixeira Esteves

Leonardo Tibo Barbosa Lima

Lívia Mendes Moreira Miraglia

Lorena Vasconcelos Porto

Lutiana Nacur Lorentz

Marcella Pagani

Marcelo Fernando Borsio

Marcelo José Ferlin D'Ambroso

Márcio Túlio Viana

Maria Aparecida Gugel

Maria Cecília de Almeida

Monteiro Lemos

Maria Cecília Máximo Teodoro

Maria Rosaria Barbato

Nasser Ahmad Allan

Ney Maranhão

Raimundo Cezar Britto

Raimundo Simão de Mello

Renato César Cardoso

Ricardo José Macedo de Britto Pereira

Romulo Nei Barbosa de Freitas Filho

Rômulo Soares Valentini

Ronaldo Lima dos Santos

Rosemary de Oliveira Pires Afonso

Rúbia Zanotelli de Alvarenga

Sandro Lunard Nicoladeli

Sayonara Grillo

Valdete Souto Severo

Vitor Salino de Moura Eça

Wânia Guimarães Rabêllo de Almeida

Cláudia Machado

# CHACINA DE UNAÍ

A luta do SINAIT por justiça

---

MULTIPLE MURDER OF UNAÍ  
The struggle of SINAIT for justice

MASSACRE DE UNAÍ  
La lucha de SINAIT por justicia

Brasília  
2022



Sindicato Nacional dos  
Auditores Fiscais do Trabalho



*Em memória de Aílton, Eratóstenes,  
João Batista e Nelson*

*Em homenagem às famílias das vítimas e aos  
Auditores-Fiscais do Trabalho de todo o país*

## Agradecimento

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) agradece às suas representações nos estados, entidades, aos movimentos sociais, à imprensa, aos empregados do Sindicato, enfim, todos aqueles que ao longo de quase 19 anos seguem conosco na luta por justiça. É difícil citar nomes. Nesse período muita gente sofreu e lutou com os Auditores-Fiscais do Trabalho. As mobilizações do Sindicato contaram com expressivo apoio popular. À imprensa, que sempre deu à tragédia o destaque que ela merece, e neste sentido, contribuiu para dar visibilidade tanto ao crime, quanto à impunidade que o cerca; Aos membros do Ministério Público Federal, em especial em Minas Gerais, que foi o autor da denúncia. Às entidades representativas de servidores públicos de todo o país, representantes de trabalhadores. À categoria dos Auditores-Fiscais do Trabalho de maneira geral, que sempre se colocou na luta e nunca desistiu de ver a justiça sendo feita. Todos, sem exceção, fazem parte dessa história de luta e resistência. Não chegamos até aqui sozinhos, e juntos, vamos seguir até que a justiça aconteça.

## Lista de siglas

AAFIT/MG • Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho de Minas Gerais

AAFTAM • Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho do Amazonas

Abrat • Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas

Acat • Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas

Aitema • Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho do Maranhão

Anamatra • Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho

Anfip • Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal

ANPR • Associação Nacional dos Procuradores da República

ANPT • Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho

CIIT • Confederação Ibero•americana de Inspetores do Trabalho

CNBB • Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNJ • Conselho Nacional de Justiça

CNTSS • Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social

Conatrae • Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo

Condsef • Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal

Conlutas • Coordenação Nacional de Lutas

CPT • Comissão Pastoral da Terra

CUT • Central Única dos Trabalhadores

DS • Delegacia Sindical

DRT • Delegacia Regional do Trabalho

FNPET • Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Fonacate • Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado

Fonasefe • Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

GRT – Gerência Regional do Trabalho

Mosap • Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas

MPF • Ministério Público Federal

MPT • Ministério Público do Trabalho

MTP • Ministério do Trabalho e da Previdência

PF • Polícia Federal

Sindifisco • Sindicato Nacional dos Auditores•Fiscais da Receita Federal do Brasil

Sinduscon • Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil

SRT • Superintendência Regional do Trabalho

STF • Supremo Tribunal Federal

STJ • Superior Tribunal de Justiça

TRF • Tribunal Regional Federal

TST • Tribunal Superior do Trabalho

## Sumário

Chacina de Unai – A emboscada contra o Estado brasileiro .....	25
Resultado das investigações .....	39
Desenrolar dos fatos até 2009 .....	47
Andamento do processo e atividades até 2013 .....	57
O julgamento dos executores .....	77
Atos e atividades entre 2014 e 2015 .....	87
O julgamento de Norberto Mânica e José Alberto Castro .....	99
O julgamento de Antério Mânica .....	109
O julgamento de Hugo Alves Pimenta .....	115
Atos e atividades entre 2016 e 2018 .....	119
A anulação do julgamento de Antério Mânica .....	129
Atos e atividades entre 2019 a 2022 .....	133
O segundo julgamento de Antério Mânica .....	147
Final .....	155
Aílton, Eratóstenes, João Batista e Nelson .....	167
Versão em inglês .....	189
Versão em espanhol .....	275





## Apresentação

Quatro servidores do Ministério do Trabalho emboscados, três deles mortos, atados aos cintos de segurança, sem a menor chance de defesa. A quarta vítima morreu a caminho do hospital. Um crime de mando na primeira década do século 21. Revolta, medo e indignação tomaram conta não só de Auditores-Fiscais do Trabalho, como de diversas categorias de servidores de todo o Brasil. No crime, cuidadosamente articulado, o alvo era o Auditor-Fiscal do Trabalho Nelson José da Silva, que já havia sido ameaçado por fazendeiros da região. Mas os bandidos não conseguiram um momento em que ele estivesse sozinho. Nelson tinha solicitado uma equipe para acompanhá-lo na ação, que seria realizada na colheita de feijão.

Diante do impasse, um dos bandidos telefonou a um intermediário para ser orientado sobre o que fazer e na sequência, a ordem vinda do mandante: “Tora tudo!”, que na linguagem do crime, significa matar todos. A oferta para incluir três vítimas no plano era dobrar o valor do ‘serviço’. Assim, no dia 28 de janeiro de 2004, ao se deslocarem de Unaí para uma fiscalização rural os Auditores-Fiscais do Trabalho Nelson José da Silva, Eratóstenes de Almeida Gonsalves e João Batista Lage, juntamente com o motorista Aílton Pereira de Oliveira foram vítimas de um dos mais chocantes crimes contra o Estado brasileiro. Baleado na cabeça, Aílton sobreviveu por mais algumas horas e conseguiu dar informações sobre a emboscada.

A Chacina de Unaí, como o crime ficou conhecido dentro e fora do país é uma chaga que marcou a Auditoria-Fiscal do Trabalho para sempre. Desde aquele 28 de janeiro o Sinait se engajou na luta por justiça, amparou as famílias e colegas que

ainda hoje sentem a ferida aberta. Depois de mais de 18 anos da tragédia, o sentimento de impunidade pouco mudou. Uma apuração rigorosa apontou os culpados, nove no total. Cinco julgamentos foram realizados. Todos os envolvidos foram condenados, mas apenas os executores cumprem pena.

Nenhum mandante ou intermediário preso, a não ser por pouquíssimo tempo, sempre beneficiados por manobras judiciais. É um crime contra o Estado, que o próprio Estado não pune. Difícil entender. Apesar de condenações que se aproximaram de cem anos para cada um, todos os mandantes e intermediários têm conseguido vitórias seguidas de vitórias, em recursos nos tribunais superiores. No mais recente golpe as penas foram, novamente, reduzidas.

Em *Chacina de Unai – A luta do Sinait por justiça*, você vai conhecer um pouco mais sobre a história de luta e resistência do Sindicato contra a impunidade. É recurso de lá e também de cá. Não daremos aos criminosos a chance de prescrição do crime. Não podemos deixar a tragédia passar impune ou ser esquecida pela sociedade. Seguimos na luta e na esperança de ver os culpados presos, para que, finalmente, seja feita justiça em nome dos servidores. Em memória dos colegas assassinados, a nossa chamada continuará viva.

Aílton, presente!

Eratóstenes, presente!

João Batista, presente!

Nelson, presente!

Bob Everson Machado  
Presidente do Sinait

## Prefácio

Ricardo Rezende Figueira<sup>1</sup>

Em 28 de janeiro 2004, o país foi impactado pela informação de uma chacina. Quatro servidores do Ministério do Trabalho tinham sido assassinados em Unaí, Minas Gerais. Eram o motorista Aílton Pereira de Oliveira e os auditores do trabalho Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Lage e Nelson José da Silva. Este, ameaçado, foi morto de morte anunciada e sabida, pois havia denunciado tais ameaças às autoridades.

Foram identificados os autores materiais e intelectuais dos crimes. O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), desde então, têm exercido pressões para que, além de desvendar o crime, os responsáveis sejam punidos e busca não deixar o tempo sepultar a memória dos fatos e do mortos.

Temos aqui um belo livro, testemunho da história desses homens. Eles não são meros números. Uma morte humana significa rosto, amores e sonhos que se foram. Significa relações desfeitas, ausências, saudades e dores.

O livro apresenta a face humana e trágica de uma história comovente.

O assassinato dos servidores públicos lembra que no Brasil a violência é uma constante. Em 2021, foram registradas 41,1 mil assassinatos. E se comemorou o fato pois seriam 3 mil a menos que no ano anterior. Quanta tristeza. Mais de 40 mil assassinados e ainda podemos comemorar?

---

1. Padre e professor de direitos humanos, mora no Rio de Janeiro, localizado no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordena o Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo.

Em Unaiá, além do assassinato de quatro pessoas, o crime se deu como uma chacina. Desarmados, foram atacados, sem possibilidade de defesa. Houve outras chacinas no Brasil. Algumas com repercussão nas mídias nacionais e internacionais. Diversas chacinas foram efetuadas pela própria polícia e mesmo em áreas metropolitanas, em centros do poder, dos meios de comunicação social e não nas lonjuras distantes do controle do Estado. Por exemplo, em 1992, na Casa de Detenção de São Paulo, conhecida como Carandiru, 111 presos foram mortos. No ano seguinte, oito jovens, entre 11 e 19 anos, foram assassinados enquanto dormiam, na praça da igreja Candelária, no Centro do Rio de Janeiro e 21 pessoas foram executadas na favela de Vigário Geral, em 2002, também no Rio de Janeiro. Em 2005, 30 crianças, adolescentes, mulheres e homens foram assassinados em Nova Iguaçu.

Nas chacinas as vítimas estão despreparadas e desarmadas para resistir e há um coletivo de mortes. E as chacinas são comuns especialmente contra os pobres. Podem se revelar dentro ou fora de presídios como, por exemplo, em favelas onde, com frequência, atingem especialmente jovens de sexo masculino, de cor preta e desarmados.

As chacinas contra os pobres não são novidades desde a época do Brasil colônia. No Brasil imperial, alguns casos são mais conhecidos, como a revolta de Cabanos no Pará, na década de 1830, quando milhares foram mortos ou, em 1887, a população de Canudos, composta por 25 mil pessoas, na Bahia, foi exterminada pelo exército do império.

Morei vinte anos na área rural amazônica do sudeste do Pará, entre 1977 e 1996, e ali convivi com notícias frequentes de assassinato individuais de posseiros e peões, e também com as chacinas.

Fruto de uma pesquisa rigorosa e demorada, está sendo preparado um livro em Marabá, no estado paraense, pelo advogado e agente da Comissão Pastoral da Terra, José Batista e pelo professor Airtom Pereira. O foco do estudo se refere aos assassinatos de trabalhadores na região na sua luta pela terra e contra o trabalho escravo. Um dos capítulos trata especificamente de chacinas.

O material apresenta 52 chacinas com uma relação de 279 pessoas assassinadas nestas circunstâncias, entre 1980 e 2019. Tem casos famosos como o de Eldorado do Carajás, de 1996, com

pelo menos 19 vítimas fatais. Algumas chacinas se deram em propriedades de grupos empresariais poderosos. Muitos mortos não têm o nome registrado, alguns tiveram o corpo mutilado, queimado, devorado por animais total ou parcialmente ou desapareceram em cemitérios clandestinos nas fazendas ou, enterrados em cemitério oficial com ocultação de identidade.

Há aqueles com o nome conhecido, alguns de mulheres e adolescentes, como Leonilde Resplandes Silva, que foi violentada por pistoleiros antes de ser morta e carbonizada. Alguns mortos eram posseiros que lutavam por uma terra onde pudessem viver e trabalhar; outros, peões, em circunstância de escravidão sob o pretexto de dívida.

Na grande maioria dos casos a Polícia, o Ministério Público e o Judiciário foram omissos nas investigações, nas denúncias e nas sentenças.

Ao ler as páginas desse livro, onde os assassinados não eram trabalhadores rurais, mas pessoas que se deslocavam para exercer com dignidade a função que lhes fora destinada pelo Ministério do Trabalho, pensei em outros que conheci também na Amazônia que não eram servidores públicos, mas defensores também dos direitos humanos e foram tragados pela fúria assassina de grandes proprietários e de seus pistoleiros, como o padre Josimo Moraes Tavares, as irmãs Adelaide Molinari e Dorothy Stang e os advogados Paulo Fonteles e Gabriel Pimenta. Chorei muitas mortes de amigos. Mas chorar não basta.

No caso dos trabalhadores rurais ou de seus aliados nos rincões da Amazônia, ou no dos auditores e do motorista do Ministério do Trabalho, as memórias das vítimas não devem ser esquecidas.

Em Unaí, os quatro, representavam não apenas a si mesmo, mas o Estado na defesa do direito social das pessoas, por isso, ao serem atingidas o próprio Estado o foi. A chacina é igual a outras e diferente. Igual porque muitas outras se deram no país, realizadas por assassinos de aluguel. Diferente, porque as vítimas eram servidores públicos.

Parabéns Sinait por preservar tais histórias em muitas mobilizações e neste livro. Escrever, insistir no tema das mortes é necessário, e tem havido um esforço nesse sentido.<sup>2</sup> É oportuno

---

2. Sobre assassinatos no campo há uma literatura. Por exemplo, no livro “Luta pela terra na Amazônia: mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra!” (2022), organizado por Rogério Almeida e Elias Sacramento. Ou em outros livros como os de Figueira, Prado e Palmeira (2021) Figueira(2008); Carvalho (1994); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1987); Kotscho (1981).

aqui repetir com a senhora Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile, a frase: “Una herida, si está sucia no se cura”.

Para se suportar a dor é necessário a reconciliação com a verdade. Tanto nos casos dos povos com suas respectivas experiências de violências por parte do aparelho do Estado, quanto pela violência privada. A Comissão Nacional da Verdade, mesmo tardiamente instaurada, foi relevante para o nosso país. Urgem outras “comissões”, locais, como o acompanhamento da chacina de Unaí que são exemplos do papel da sociedade na busca de que crimes como estes não se repitam e exigem respostas eficientes do poder público em favor da vida e dos defensores dos direitos humanos, inclusive os no exercício do serviço público. Este livro, cumpre, assim, um papel relevante.

## Referências bibliográficas

CARVALHO, Luiz Macklouf. **Contido a bala**: a vida e a morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no Sul do Pará. Belém, CEJUP, 1994.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende, PRADO, Adonia Antunes; PALMEIRA, Rafael Franca. **A Escravidão na Amazônia**: quatro décadas de depoimentos de fugitivos e libertos. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Rio Maria**: Canto da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

KOTSCHO, Ricardo. **Le massacre des posseiros**. Paris: Syros, 1981.

**Luta pela terra na Amazônia**: Mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra! / Rogério Almeida e Elias Sacramento (organização). Santarém, Pará: Ed. dos autores, 2022.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Assassinatos no Campo**: crime e impunidade. 1964-1986. São Paulo: Global, 1987.





# Linha de tempo



**28/01/2004**

Três Auditores-Fiscais do Trabalho e um motorista do Ministério do Trabalho são brutalmente assassinados no exercício das funções, enquanto se dirigiam para efetuar fiscalização em fazendas no município de Unaí (MG).

**30/08/2004**

O MPF oferece denúncia contra os oito acusados. A investigação prossegue com relação à participação de outros envolvidos.

**20/09/2004**

O MPF adita a denúncia para incluir novo réu, Antério Mânica, também como mandante dos crimes.

**10/12/2004**

O juiz federal da 9ª Vara Federal profere a Sentença de Pronúncia e determina o julgamento de todos os réus pelo Tribunal do Júri. Na ocasião, também é decretada a prisão preventiva dos mesmos. O acusado Antério Mânica, eleito prefeito de Unaí, tem seu processo desmembrado, em razão do foro privilegiado.

**09/06/2006**

Hugo Alves Pimenta, que havia sido posto em liberdade por decisão de instância superior, é novamente preso porque tentava comprar o silêncio dos executores dos crimes.

**17/07/2006**

O juiz federal da 9ª Vara de Belo Horizonte, a pedido do MPF, decreta novamente a prisão preventiva de Norberto Mânica, por tentativa de compra de testemunhas.

**19/08/2004**

O inquérito é concluído pela Polícia Federal e enviado ao juiz da 9ª Vara Federal de Belo Horizonte. Oito pessoas estão envolvidas no crime.

**20/08/2004**

A pedido do MPF/MG o juiz da 9ª Vara da Justiça Federal decreta a prisão de Norberto Mânica, Hugo Alves Pimenta, José Alberto de Castro, Francisco Elder Pinheiro, Erinaldo de Vasconcelos Silva, Rogério Alan Rocha Rios, Willian Gomes de Miranda e Humberto Ribeiro dos Santos.

**30/08/2005**

O Supremo Tribunal Federal (STF) concede liberdade provisória para Norberto Mânica.

**28/11/2006**

O STJ concede *Habeas Corpus* a Norberto Mânica, determinando que seja posto em liberdade.





**13/02/2012**

A Chacina de Unai está entre os 71 casos em que o CNJ deverá intervir para agilizar o julgamento dos acusados.

**24/05/2011**

Willian Gomes de Miranda é recapturado em Mato Grosso, na cidade de Primavera do Leste.

**07/07/2010**

Humberto Ribeiro dos Santos é solto em razão da prescrição de seu crime.



**26/02/2011**

Willian Gomes de Miranda é solto, em razão de estarem cumpridas as penas a que ele foi condenado, em delitos de competência da Justiça Estadual. Os agentes penitenciários não verificaram, porém, que o réu estava preso preventivamente por decisão da Justiça Federal.



**18/02/2013**

O Ministério Público Federal em Minas Gerais entra com recurso no Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Belo Horizonte, contra a decisão da juíza.

**24/01/2013**

A juíza Raquel Vasconcelos declina da competência do julgamento em Belo Horizonte e decide enviar os autos do processo para a Vara Federal de Unai.

**10/04/2013**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) cassa a decisão da juíza Raquel de Vasconcelos e determina o que o julgamento seja realizado em Belo Horizonte.

**29/04/2013**

A 9ª Vara Federal em Belo Horizonte marca o julgamento dos executores do crime.

**16/09/2013**

Na véspera do julgamento dos mandantes e intermediários, o STF, concede liminar suspendendo o julgamento de Norberto Mânica. A Justiça Federal suspende, também, o julgamento dos outros réus que seriam julgados na mesma data.

**07/01/2013**

Morre o réu Francisco Elder Pinheiro, aos 77 anos, vítima de um AVC, em Contagem (MG).

**22/08/2013**

A Justiça Federal marca o julgamento de outros quatro réus: Norberto Mânica, José Alberto de Castro, Hugo Alves Pimenta e Humberto Ribeiro dos Santos par o dia 17 de setembro.

**27/08/2013**

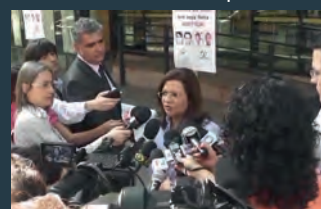
Começa o julgamento dos executores.

**31/08/2013**

O Tribunal do Júri condena os réus Erinaldo Vasconcelos Silva, Rogério Allan Rocha Rios e Willian Gomes de Miranda.

**27 a 30/10/2015**

São julgados, em Belo Horizonte, pela Justiça Federal, José Alberto de Castro e Norberto Mânica. Ambos foram condenados e recorrem em liberdade por serem réus primários.





**10 e 11/11/2015**

Julgamento de Hugo Alves Pimenta, que é condenado. Em razão de acordo de delação premiada, sua pena foi reduzida. Recorre em liberdade por ser réu primário.

**4 a 6/11/ 2015**

Ocorre o julgamento de Antério Mânica que é condenado pelo Tribunal do Júri. Recorre em liberdade por ser réu primário.



**19/11/2018**

A 4ª Turma do TRF1 julgou os recursos dos mandantes e intermediários do crime. Norberto Mânica apresenta confissão registrada em cartório, o que leva à anulação do julgamento de Antério Mânica, que teve direito a novo julgamento. Os desembargadores decidiram ainda pela redução das penas de Norberto Mânica, Hugo Alves Pimenta e José Alberto de Castro.



**07/05/2019**

O Superior Tribunal de Justiça admite recursos do MPF contra a decisão do TRF1 de anular o julgamento de Antério Mânica

**03/06/2020**

O ministro Marco Aurélio, monocraticamente, nega seguimento ao Recurso Extraordinário contra a decisão do TRF1 de anular o julgamento de Antério Mânica.

**24 a 27/05/2022**

No seu segundo julgamento Antério Mânica é novamente condenado, porém, recorre em liberdade.

**06/09/2022**

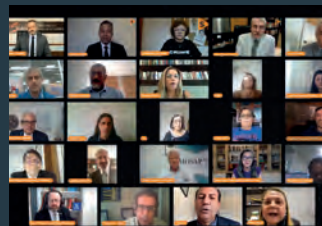
Por unanimidade, o STJ reduz as penas de Norberto Mânica, José Alberto de Castro e Hugo Alves Pimenta.

**16/08/2021**

Os autos são baixados para a 9ª Vara de Belo Horizonte, para que seja realizado um novo julgamento do réu Antério Mânica.

**20/09/2022**

O Sinait pede ao MPF o restabelecimento das penas dos condenados



## Fiscais foram mortos por R\$ 50 mil em Minas, diz PF

A Polícia Federal concluiu que o assassinato de quatro funcionários do Ministério do Trabalho em janeiro em Unaí (MG) foi encomendado, custou R\$ 50 mil e teve como objetivo vingança contra as multas aplicadas pelo auditor Nelson da Silva em fazendas da área.

28 de janeiro de 2004  
Um dia nada comum



*Tinha tudo para ser um dia comum. Uma quarta-feira como outra qualquer, em que os Auditores-Fiscais do Trabalho Eratóstenes, João Batista e Nelson se encontrariam para uma ação de fiscalização, acompanhados do motorista Aílton. Os colegas se conheciam, mas não trabalhavam juntos com frequência, pois Nelson vivia e atuava na região de Unai, no Noroeste mineiro, enquanto Eratóstenes e João Batista trabalhavam em Belo Horizonte e região.*

*Seria uma ação de rotina, com o agravante de ser em uma propriedade, cujos donos vinham ameaçando o Auditor Nelson, porque o seu trabalho os incomodava. Este fato mudou tudo. Aquela quarta-feira não foi um dia comum. Eratóstenes, João Batista, Nelson e Aílton jamais chegariam ao destino.*

*Os três Auditores-Fiscais do Trabalho e o motorista foram emboscados e mortos, com tiros na cabeça. Foram parados por bandidos e atingidos por diversos disparos, a mando de poderosos fazendeiros. Eratóstenes, João Batista e Nelson morreram no local. Aílton desmaiou ao receber dois tiros na cabeça. Depois de recobrar a consciência, conseguiu dirigir até a rodovia. Ele sobreviveu apenas tempo suficiente para contar sobre a emboscada.*

*O crime que ficou internacionalmente conhecido como Chacina de Unai é o maior crime já praticado contra o Estado brasileiro. Assassinas no exercício das suas atividades as vítimas não tiveram direito à defesa naquele momento e a defesa pós-crime tem sido difícil, uma vez que intermediários e mandantes da chacina circulam livres, apesar de condenados. Eles seguem suas vidas beneficiados por uma infinidade de recursos. Depois de conseguirem por diversas vezes protelarem os julgamentos, tendo um, inclusive sido anulado, já conseguiram mais de uma vez, a redução das penas não cumpridas.*

*A Chacina de Unai entrou para a história da Auditoria-Fiscal do Trabalho como uma chaga, uma ferida aberta. As vítimas, seus familiares e colegas têm no Sinais uma fonte de busca incessante por justiça, que vem sendo travada desde 2004.*



# 28 DE JANEIRO DE 2004

# CHACINA DE UNAÍ



ERATÓSTENES



JOÃO BATISTA



NELSON



AILTON

**Em memória  
de Ailton,  
Eratóstenes,  
João Batista  
e Nelson**

**Este crime não pode  
ficar impune!**

**A sociedade exige que  
a justiça seja feita!**

**JULGAMENTO JÁ!**

**SINAIT**

**SINAIT - SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO**

## **Chacina de Unai**

### **A emboscada contra o Estado brasileiro**

No dia 26 de janeiro de 2004, uma segunda-feira, o motorista Aílton saiu de Belo Horizonte acompanhado dos Auditores-Fiscais do Trabalho Eratóstenes e João Batista para uma fiscalização rural na região entre as cidades de Unai e Paracatu, no Noroeste mineiro. Nelson havia solicitado reforço à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), hoje Superintendência Regional do Trabalho (SRT), em Belo Horizonte, para a ação fiscal que ocorreria durante a colheita de feijão. Como eram muitas empresas para fiscalizar, ele não daria conta sozinho.

Marlene, esposa de Aílton, estava acostumada às viagens do marido, elas eram parte da sua profissão. Eratóstenes recomendou à esposa Marinez, que cuidasse de tudo para a festa de aniversário de Isabelle, única filha do casal, que faria seis anos de idade e a comemoração seria logo que o pai voltasse para casa. João Batista se despediu da esposa Genir e foi se arrumar para a viagem. Sairia para uma ação de rotina, em breve estaria em casa.

Depois de se juntarem a Nelson começaram os trabalhos. No dia 27 de janeiro uma das empresas visitadas pela equipe pertencia ao fazendeiro Luiz Antônio Mânica, membro de uma família poderosa na região. Na ação, eles encontraram irregularidades trabalhistas. Nelson já havia aplicado multas a irmãos de Luiz Antônio. O Auditor-Fiscal era conhecido na região por ser correto e austero.

No dia 28 pela manhã Aílton, Eratóstenes e João Batista, pegaram Nelson em sua casa, em Unai, para seguirem com os

trabalhos. Nelson estava feliz com o momento em que vivia. Divorciado, ele preparava o casamento com a companheira Helba, com quem morava em Unai. Naquele ano eles iriam passar o Carnaval fora e na volta, iniciariam os preparativos para o enlace.

Próximo das 7 horas da manhã, antes de sair, Nelson fez graça para a companheira, que ainda estava na cama, pegou o crucifixo que lhe dava proteção, e pediu que ela fizesse o almoço, pois levaria os amigos para fazer a refeição em casa. Dos três, ela conhecia apenas Aílton, que jantara em sua casa no ano anterior acompanhado de outros Auditores-Fiscais do Trabalho, amigos de Nelson.

Sabendo que o marido voltaria para casa por volta das 15 horas com os colegas, Helba foi enxaguar a roupa que havia começado a lavar no dia anterior. Eram 10 horas da manhã quando o telefone tocou. Do outro lado da linha, sua irmã informava de um crime que havia acontecido na zona rural de Unai, no qual foram assassinados fiscais do Incra. Helba não teve dúvida: não eram fiscais do Incra. Eram seu marido e os companheiros. Nelson já havia relatado ameaças que sofria, tanto para ela como para autoridades.

O que se seguiu foi como um filme de terror. Ao meio dia a confirmação de que Nelson, Eratóstenes e João Batista estavam mortos. Baleado e com três amigos mortos no carro, Aílton dirigiu até o local conhecido como Trevo das Sete Placas, onde foi socorrido e levado ao Hospital de Unai. Em seguida, foi levado ao Hospital de Base de Brasília, mas não chegou a tempo. Antes de morrer Aílton conseguiu falar da emboscada. Um carro havia parado a caminhonete Ford Ranger da equipe e bandidos armados desceram e atiraram diversas vezes.

Helba chegou ao local a tempo de ver o marido com a pasta de trabalho e a prancheta que usava apoiadas no colo. Cabeça tombada para o lado, ensanguentada. Ela viu também as marcas no carro, tanto das balas, quanto do sangue de Aílton, que ao sair para buscar ajuda, deixou a marca do seu corpo na parte externa do veículo. Foi ela que teve que providenciar os atestados de óbito para enviar para as outras viúvas.

Houve um rápido velório para Nelson, em casa. Em seguida, os três corpos seguiram para Belo Horizonte. O corpo de Aílton, que estava em Brasília, também seguiu para Belo Horizonte, depois de passar pela perícia. Naquele 28 de janeiro Helba,



Genir, Marinez e Marlene ficaram viúvas. Kellen, Alexandre, André, Juliana, Isabelle, Rayanne e Ariel, ficaram órfãos e a Auditoria-Fiscal do Trabalho, ficou marcada com o sangue da maldade e até aqui, da impunidade também. Tudo o que foi dito e que ainda venha a se dizer sobre o crime não consegue traduzir o espanto, a indignação e a sensação de fragilidade que tomou conta da família e de colegas, não só da Auditoria-Fiscal do Trabalho, como de diversas carreiras que prestaram sua solidariedade.

Fahid Tahan Sab, que presidia o Sinait, estava em audiência na Câmara dos Deputados quando a reunião foi interrompida pela chegada da informação trágica. O contato com parlamentares e jornalistas presentes no Congresso, fez com que a notícia se espalhasse muito rapidamente. A mobilização de autoridades foi imediata. A pedido do vice-presidente José de Alencar, que ocupava interinamente a Presidência da República, os ministros Ricardo Berzoini, do Trabalho e Emprego, e Nilmário Miranda, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, se deslocaram para Unaí, assim como Ruth Vilela, então Secretária de Inspeção do Trabalho e Fahid Tahan.

O velório dos quatro foi realizado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-MG), em Belo Horizonte. O mo-

Estrada Vicinal onde ocorreu o crime

mento foi seguido de tristeza, dor, incredulidade e indignação. A presença de autoridades como o presidente em exercício, o governador de Minas, ministros e diversos parlamentares, dava a dimensão e a gravidade do fato. Junto com as autoridades, o Sinait se reuniu com familiares das vítimas para prestar solidariedade. Fahid pediu empenho na rápida apuração e punição dos responsáveis, para dar uma resposta à altura da afronta feita à Fiscalização do Trabalho e ao próprio Estado.

Houve uma entrevista coletiva no auditório do Crea-MG, que Auditores-Fiscais do Trabalho acompanharam usando faixas pretas nos braços. Por determinação do presidente em exercício foi criada uma força-tarefa composta pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público Federal e pelas polícias Civil e Militar de Minas Gerais para investigar as circunstâncias do crime. Em seguida, Eratóstenes e João Batista foram sepultados na capital mineira. Nelson, em Rio Preto, e Aílton, em Prudente de Moraes, ambas em Minas Gerais.

Nas DRTs, o clima era de desolação. No dia seguinte os jornais impressos estampavam a notícia em suas capas. Auditores-Fiscais do Trabalho corriam de um lado para o outro em busca de algo que explicasse o crime, como se houvesse explicação. A diretora do Sinait Rosa Jorge, lembra com clareza dos fatos que marcaram o dia que mudou para sempre a categoria. Casada com um policial federal, ela recebia informação confiável com frequência e compartilhava com os colegas. De acordo com a diretora uma das primeiras coisas que seu marido disse é que era crime de mando, porque foram tiros na cabeça. “É crime de mando, porque quando atira na cabeça é para matar”, alertou.

Na DRT/MG, em Belo Horizonte, a incredulidade era maior. Ali, trabalhavam Eratóstenes, João Batista e Aílton. Os colegas os viam todos os dias, eles tinham uma rotina de trabalho juntos e de compartilhamento da vida pessoal. Na Subdelegacia de Paracatu, comoção. Nelson era lotado em Paracatu. Um dos poucos Auditores-Fiscais da região, o mais presente nas fazendas. Todos o conheciam. Todos sabiam que ele havia sido ameaçado. Ninguém acreditava que as ameaças seriam cumpridas.

Auditores-Fiscais do Trabalho de todas as unidades da federação, independentemente de conhecerem ou não as vítimas, se indignaram. O crime foi contra toda a categoria. A movimentação nas DRTs e nas associações (na ocasião não existiam as Delegacias Sindicais do Sinait) era intensa. Só se falava no cri-

me. Começava ali um sentimento de dor e revolta, que ainda persegue não apenas Auditores-Fiscais do Trabalho, mas os trabalhadores brasileiros de maneira geral.

Nos dias seguintes manifestações organizadas pelo Sindicato nos estados, em conjunto com outras entidades e com participação da sociedade civil, cumpriram o papel de dar publicidade ao fato e conscientizar a população sobre a gravidade do que havia ocorrido em Unaí. Em frente a praticamente todas as DRTs do Brasil Auditores-Fiscais do Trabalho colocaram faixas de protesto e luto pelos colegas. Atos públicos aconteceram em Alagoas, no Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, além de passeata em Belo Horizonte e muitas notas de repúdio.

Na maioria das capitais brasileiras aconteceram atos ecumênicos em memória dos Auditores-Fiscais do Trabalho e do motorista. Cerimônias marcadas pela emoção e pela exigência de punição aos responsáveis pela barbárie. A solidariedade de outras categorias de servidores públicos foi outra característica das celebrações. Camisetas pretas em Mato Grosso; brancas, em Minas Gerais; tarjas pretas no Rio de Janeiro; coletes no Ceará e faixas de protesto em todos os estados.

No dia 3 de fevereiro o governo federal promoveu duas cerimônias em homenagem a Aílton, Eratóstenes, João Batista e Nelson. A primeira foi o descerramento de uma placa no Ministério do Trabalho e Emprego em memória dos servidores assassina-



Presidente da República e a primeira-dama participam de missa pelas vítimas de Unaí

dos. A segunda aconteceu na Catedral de Brasília, com a presença de diversos integrantes do primeiro escalão do governo, incluindo o então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva e a primeira-dama. O Sinait esteve presente em ambas as cerimônias, juntamente com familiares das vítimas. Naquele dia, Lula garantiu que os culpados seriam punidos. Causou grande repercussão a afirmação de que “se três fiscais incomodaram tanto que trataram de matá-los, a resposta é mais fiscais”, feita pelo então presidente, que se dirigiu diretamente ao ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini.

Pouco mais de uma semana após o crime, no dia 6 de fevereiro, rumaram para Unaí caravanas de Auditores-Fiscais do Trabalho, tendo um ônibus saído de Brasília com representantes do Sinait e outro, com 46 Auditores-Fiscais do Trabalho de Goiás, além de servidores públicos de categorias diversas, representantes de Organizações Não Governamentais e de entidades da sociedade civil, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT) para um ato de repúdio ao assassinato. O presidente do Sinait abriu a atividade, que teve a participação de cerca de mil pessoas. Representantes de todas as carreiras do Fisco tiveram a oportunidade de manifestar sua indignação, intercalando suas falas com as de parlamentares e representantes da sociedade civil. A necessidade de punir os responsáveis foi ponto comum nas falas.

O Auditor-Fiscal do Trabalho Rubervan Du Nascimento foi responsável por um dos momentos de maior emoção de todo o ato público, quando leu um poema de sua autoria, dedicado aos colegas assassinados. Ao seu lado, quatro companheiros seguravam cruzes com os nomes dos servidores mortos. Ao final, as cruzes foram enterradas no jardim da Prefeitura de Unaí, sob olhares atentos e momentos de silêncio. Fahid fez a chamada dos colegas tombados em serviço: Aílton, presente! Eratóstenes, presente! João Batista, presente! Nelson, presente! gritaram os manifestantes com os punhos cerrados e braços estendidos, mostrando, simbolicamente que as mortes não foram em vão.

## Poema aos vivos-mortos

Maldito seja setenta vezes  
O homem que entregou arma  
A outro homem  
E ordenou que matasse tudo  
Que se movesse  
Em torno dele  
Inclusive o vento, a chuva e a flor  
Apenas pra manter intacto  
O poder patrimonial em evidência  
Com medo que a menor mudança  
Provocada por um ser movente  
Altere seus interesses  
Mantidos a ferro e fogo.  
Depois de transformado dia em noite  
Imensas lavouras  
Em plantios para poucos  
Deu tiros pro alto  
E feriu quatro almas peregrinas  
Que estavam de passagem  
E matou toda mensagem  
De justiça e paz  
Que carregavam  
Como não aparece nome  
Nem rosto  
De quem entregou  
A arma  
Só algumas placas  
E variados endereços  
Só uma palavra pode definir mandante e executor  
De crimes  
Que encerram a vida de almas em serviço:  
Covardes

Rubervan Du Nascimento  
(Auditor-Fiscal do Trabalho/PI)





Manifestantes ocuparam as ruas de Unaí para pedir justiça

Todos os presentes usaram algo que mostrava indignação: camisetas, bonés, coletes, tarjas. Máquinas fotográficas e filmadoras registraram o momento histórico, originado de um fato gravíssimo, que atingiu a honra do Estado brasileiro. A entrada da prefeitura ficou coberta de faixas levadas pelas entidades presentes. Formou-se no local o que se pode chamar de passarela da indignação. O MST desenhou um mapa do Brasil com copinhos de plástico cheios de feijão e trabalhadores fizeram uma apresentação simbolizando o plantio, a colheita e o conflito no campo. O evento repercutiu na imprensa nacional. Um pouco mais tarde, em março, mais manifestações ocorreram em todo o país. Auditores-Fiscais do Trabalho e várias representações de servidores públicos fizeram protestos Brasil a fora. O Sinait seguiu participando de audiências, garantindo que o assassinato não saísse da pauta do Congresso Nacional. Foram encontros com ministros, secretários de Governo e de Estado e diversos parlamentares.

Uma das consequências da Chacina de Unaí foi o acirramento do debate sobre trabalho escravo no Brasil. Os Auditores mortos estavam no interior de Minas Gerais em uma ação de fiscalização rural, em época de safra de feijão na região de Paracatu e Unaí. Não havia denúncias de trabalho escravo, mas condições degradantes e desrespeito a diversas normas tra-



balhistas. Entrou na pauta também a necessidade de dar segurança aos agentes da fiscalização. A categoria tinha medo. O crime foi bárbaro demais, passível demais de acontecer com qualquer equipe ou Auditor-Fiscal, que naquela época e ainda hoje, muitas vezes sai sozinho para fiscalizar.

## Notas de pesar e repúdio divulgadas por entidades

### **Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas (Acat)**

Abismada com o assassinato brutal e selvagem de três fiscais do trabalho e de um motorista ocorrido ontem em Minas Gerais, a diretoria da Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas (Acat), entidade que congrega mais de mil advogados no Rio de Janeiro, vem a público manifestar o seu repúdio a selvagerias como esta que ainda acontecem em nosso País, principalmente por pessoas que degradam o ser humano com a prática de manter trabalhadores em regime análogo ao escravo, e agem ainda hoje totalmente impunes.

Os advogados trabalhistas cariocas entendem que tragédias, como esta que ocorreu no interior de Minas Gerais, somente terminarão quando forem realizadas modificações legislativas tipificando este crime como hediondo, inafiançável e julgamento sumaríssimo dos culpados, com o bloqueio de todos seus bens, inclusive de contas correntes, além da expropriação das terras, sem qualquer indenização.

*Também, é necessária a modificação da legislação trabalhista para que as vítimas deste crime tenham justa reparação pelos danos sofridos, estabelecendo-se indenizações altíssimas, além de todos direitos trabalhistas, bem como um projeto concreto e urgente do Governo Federal de amparo às vítimas, para que as mesmas possam retornar à normalidade do convívio social.*

*A Acat propugna pela rápida investigação e punição exemplar dos culpados pelo crime ocorrido ontem, sob pena de nunca conseguirmos erradicar o trabalho análogo a escravo de nossa Nação e, ficarmos prisioneiros de criminosos selvagens como aqueles que ontem assassinaram impiedosamente quatro servidores que cumpriam suas obrigações e, estavam prestando relevante serviço à nação que era a luta contra o trabalho escravo.*

*Apesar de reconhecemos o esforço do Governo Federal, acontecimentos como este demonstram que necessitamos de medidas eficientes além de melhor aparelhamento dos órgãos envolvidos no combate a esta barbárie. Neste contexto, a Justiça do Trabalho liderada pelo Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho vem fazendo a sua parte no que pode, cabendo aos demais órgãos do Poder tratar o assunto com a urgência que merece.*

*Não adianta o Presidente da República fazer incontáveis viagens ao exterior para melhorar a imagem do país, enquanto tivermos em nosso convívio pessoas que degradam o próximo submetendo-o a escravidão. Esta mancha negra com toda certeza, choca a comunidade internacional.*

*Finalmente a Acat se solidariza com a dor intensa das famílias das vítimas, na certeza de que serão adotadas imediatamente todas as medidas necessárias para a investigação dos fatos e a punição dos responsáveis.*

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2004

Lúcio Cesar Moreno Martins  
Presidente da Acat

### **Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT)**

*A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) entidade que congrega os integrantes do Ministério Público do Trabalho, em todo o País, vem, com imenso pesar e indignação, consignar o seu mais veemente repúdio ao brutal assassinato, na manhã de hoje, dos Auditores Fiscais Nelson José Da Silva, Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage e o motorista Ailton Pereira de Oliveira, que integram a Delegacia Regional do Trabalho do Estado de Minas, executados com disparos de arma de fogo na região de Paracatu, noroeste de Minas Gerais, ao que parece de maneira fria e premeditada, mediante emboscada em fazenda situada em local ermo e distante.*

*Embora não haja, nesta oportunidade, melhores esclarecimentos a respeito do crime, de sua autoria e dos motivos que o ensejaram, nas condições tão cruelmente dispostas, a gravidade dos fatos exige dos membros do Ministério Público do Trabalho a manifestação de solidariedade às famílias, aos amigos e aos colegas das vítimas, que tomaram no estrito cumprimento de seu dever legal, sem as condições materiais necessárias à salvaguarda de suas próprias vidas.*

*Os rumos que a criminalidade vem tomando, sobretudo nos rincões deste País continental, exigem do Poder Público e de toda a sociedade medidas enérgicas, severas e eficazes.*

*Se na área do trabalho, onde há a atividade econômica que enriquece a nação e propicia empregos, cometem-se crimes contra servidores sobre os quais recaem o dever de fiscalizar o cumprimento da lei, em*

*defesa dos excluídos e dos humildes que têm em sua mão-de-obra a única fonte de subsistência, é preciso que a sociedade reflita a respeito das condições materiais que são impostas aos órgãos incumbidos da proteção que o ordenamento jurídico lhes assegura.*

*A execução sumária e covarde dos profissionais do Ministério do Trabalho não pode e não deve, em hipótese alguma, ficar impune ou esquecida.*

*Se o crime, ao que tudo evidencia, tem relação com o trabalho profícuo de fiscalização empreendido pelos auditores na região de Paracatu, os seus efeitos estarão incidindo sobre toda a sociedade, atingindo as instituições, dentre elas o Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e ao próprio Judiciário do Trabalho, eis que incumbidos, respectivamente, das atribuições de fiscalizar, de exigir e de impor o respeito à legislação trabalhista.*

*O Ministério Público do Trabalho encontra-se de luto para lamentar a interrupção abrupta da carreira e da vida dos três auditores fiscais, comprometidos que eram com o Direito do Trabalho e com os humildes trabalhadores rurais, lembrando, porém, que o lamentável episódio somente servirá de estímulo para todos nós, Auditores, Servidores e Procuradores, darmos continuidade ao trabalho desenvolvido por eles, no sentido dos princípios que regem a nossa atuação em defesa dos interesses da coletividade trabalhadora, da Lei e da Justiça.*

*Não nos esqueçamos, porém, que o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, antes de tudo, são órgãos impessoais, cujos integrantes são movidos não apenas por seus ideais de Justiça e de solidariedade humana, mas pelo combustível da lei, que deles exige o dever de fazê-la eficaz, eficiente e justa, independentemente de um de seus membros ser calado pela truculência materializada pelas balas de um revólver.*

*Os Auditores assassinados morreram em defesa dos valores sociais do trabalho, um dos fundamentos da República, e não será a violência daqueles que não admitem o Estado de Direito que calará os Poderes constituídos.*

Brasília, 28 de janeiro de 2004

Regina Butrus  
Presidente da ANPT

### **Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra)**

Profundamente chocada com o assassinato de três fiscais do trabalho e de um motorista, a diretoria da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), entidade que congrega mais de três mil juizes, vem a público manifestar a sua mais profunda tristeza com o ocorrido e solidarizar-se com as famílias enlutadas. Mas não pode deixar de repudiar, com veemência, que fatos dessa natureza continuem a ser praticados em nosso país por pessoas interessadas em manter trabalhadores em regime de escravidão, sem que medidas mais enérgicas sejam tomadas.

Desde muito tempo, vêm os juizes do trabalho, juntamente com outros atores sociais, defendendo modificações legislativas que inibam tais práticas, do que são exemplos a tipificação penal da prática

de redução de pessoa à condição análoga a de escravo em crime hediondo e inafiançável, além da expropriação das fazendas em que o fato ocorre.

*Enquanto a sociedade aguarda medidas e um maior envolvimento do Congresso Nacional na campanha de erradicação do trabalho escravo, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho espera que os crimes sejam rapidamente investigados e exemplarmente punidos.*

*Reconhecemos o esforço do Governo Federal em melhor dotar a estrutura do estado brasileiro para a fiscalização e punição, do que são exemplos a criação de novas varas do trabalho e o melhor aparelhamento das Delegacias Regionais do Trabalho. Mas a chacina de hoje, que provocou o brutal desaparecimento de quatro trabalhadores envolvidos na atividade de fiscalização do trabalho, mostra que muito há por fazer, sob pena de não conseguir o Estado mostrar à nação brasileira e à comunidade internacional que consegue proteger o seu próprio povo de assassinos que não temem enfrentá-lo.*

Brasília, 28 de janeiro de 2004.

Grijalbo Fernandes Coutinho  
Presidente da Anamatra

### **Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR)**

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), tendo em vista o ocorrido na manhã desta quarta-feira em Unai, Minas Gerais, vem a público repudiar a violência perpetrada contra quatro servidores do Ministério do Trabalho que, no exercício de suas funções, foram brutalmente assassinados. Esse fato reflete a gravidade da situação do trabalho escravo no nosso país.

É necessário reafirmar o propósito das instituições públicas brasileiras em pôr termo a essa prática degradante. A ANPR se solidariza com as famílias das vítimas, na certeza de que serão adotadas todas as medidas necessárias para a investigação dos fatos e a punição dos responsáveis.

Nicolao Dino de Castro e Costa Neto  
Presidente da ANPR



O assassinato de servidores públicos, no exercício das funções, chocou o país e manifestações aconteceram por toda parte





## Resultado das investigações

Àquela altura já era conhecido por muitas pessoas o fato de que o Auditor-Fiscal do Trabalho Nelson José da Silva havia sofrido ameaças de fazendeiros da região e de que este havia reportado o fato às autoridades. Enquanto manifestações ocorriam, as investigações da Polícia Federal e Polícia Civil seguiam seu curso. No Inquérito Policial, remetido ao juiz da 9ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais em agosto de 2004, o crime foi desvendado e os envolvidos identificados.

Inicialmente a investigação tomou por base as informações de Aílton, que antes de morrer, disse que havia conduzido o veículo do local em que ocorreu a emboscada até o Trevo das Sete Placas, onde foram encontrados. Dessa forma, foram realizadas diversas diligências, com objetivo de encontrar o exato local do crime e, assim, tentar encontrar outras testemunhas que eventualmente tivessem presenciado a ação criminosa para obter mais dados acerca das circunstâncias em que o crime ocorreu, visando possibilitar a identificação dos seus autores.

As investigações seguiram com a oitiva de pessoas que estiveram com as vítimas antes do crime, bem como os que passaram pelo local e prestaram socorro. O depoimento de Helba, viúva de Nelson, contribuiu para a confirmação de que no dia anterior ao crime a equipe de fiscalização esteve na Fazenda Almas, de propriedade de Luís Antônio Mânica, onde encontrou algumas irregularidades. Ela também deu detalhes da rotina do marido nos dias que antecederam a tragédia e auxiliou no conhecimento do horário provável do assassinato,



uma vez que informou a hora em que Nelson saiu de casa. Isso permitiu que os investigadores chegassem ao horário provável do crime com razoável exatidão.

De acordo com o Inquérito Policial, pelas características do crime (nenhum objeto de valor foi retirado das vítimas e todas foram mortas com tiros certos na cabeça) imediatamente duas possibilidades afloraram: a primeira, seria o crime de mando (pistolagem), em virtude das atividades funcionais das vítimas, que estariam contrariando diversos interesses dos fazendeiros da região. A segunda, uma malsucedida tentativa de roubo do veículo utilizado pelas vítimas para a prática de futuro assalto a bancos nas cidades vizinhas, tipo de delito comum naquela região. Nesta segunda hipótese, as mortes teriam ocorrido em virtude, talvez, dos meliantes terem visualizado, após o anúncio do assalto, coletes muito parecidos com aqueles utilizados pela Polícia Federal no colo das vítimas.

Logo a segunda hipótese foi derrubada e as investigações caminharam para a apuração do crime de mando. Além de fazendeiros, na região havia aliciadores de mão de obra, conhecidos como “gatos” que já tinham sido fiscalizados e eram potenciais suspeitos. O mando é uma espécie de crime que normalmente não deixa vestígios materiais. Não existem contratos, recibos, procurações ou testemunhas. Por isso, em geral, a apuração tem como primeiro objetivo identificar os executores e a partir do cruzamento de suas relações e de objetos encontrados em seu poder, identificar eventuais intermediários e mandantes.

Alguns depoimentos foram essenciais para a elucidação do crime, como o de Rita Cristina Carneiro, então funcionária da Subdelegacia Regional do Trabalho em Paracatu (MG), que afirmou que Nelson havia recebido ameaças de produtores rurais, entre eles, Norberto Mânica. Ela contou ainda que no dia do crime o empresário Antério Mânica telefonou para a Subdelegacia questionando se todos os fiscais haviam morrido, fato que ela desconhecia, pois o empresário fez tal ligação momentos após o crime, quando a notícia ainda não havia chegado ao órgão. Minutos depois Antério Mânica ligou novamente confirmando as mortes.

O aspirante da Polícia Militar de Unaí Vilmar da Silva Ferreira foi o primeiro policial a manter contato com a vítima sobrevivente, o motorista Aílton. Vilmar disse em depoimento que o motorista havia contado que o crime tinha sido praticado em uma via vicinal, por dois indivíduos desconhecidos, que

ocupavam um veículo tipo PICKUP da Fiat, de cor clara; que primeiramente teriam anunciado um assalto e depois passaram a atirar nos ocupantes do veículo. Sem oferecer resistência, Eratóstenes entregou seu celular. Não adiantou. Os três fiscais morreram presos aos cintos de segurança, sem qualquer possibilidade de defesa.

Para acelerar a apuração dos fatos os investigadores pediram a quebra do sigilo das Estações Rádio Base (ERBs) das concessionárias de telefonia celular que operavam em Unai e no seu entorno, com objetivo de determinar quais os telefones celulares que se comunicaram nos dias que antecederam o crime, bem como aqueles que se comunicaram na data e no dia seguinte, para com isso identificar pessoas ou grupos que houvessem se falado nos horários considerados críticos para a investigação. Foram rastreadas 187 mil ligações telefônicas feitas na região.

Os dados foram cruzados com os registros de hospedagens em hotéis da cidade mineira. Assim, a polícia chegou a dois mil suspeitos. Foram investigados vários grupos de pessoas nos três primeiros meses. Diversas pessoas desses grupos foram ouvidas, sem êxito. Na sequência das apurações foi constatada a ligação de um celular de Unai, para outro com prefixo de Brasília, na noite do dia anterior ao crime. Os aparelhos se comunicaram novamente no dia do crime, no horário considerado mais crítico para os investigadores: entre 7h05 e 7h10, horário em que Aílton, Eratóstenes e João Batista saíram do hotel em que estavam hospedados na cidade, para pegar Nelson em casa, de onde saíram as 7h15, em direção à região em que seriam mortos. Pouco depois das 9h outra comunicação e um cruzamento de conversas sequenciais com outros aparelhos.

Foi pedida a quebra do sigilo telefônico de tais terminais, o que resultou no posterior desvendamento do crime. As ligações ocorreram da seguinte maneira: os indivíduos Erinaldo e José Alberto conversaram na noite anterior ao crime; voltaram a se falar na manhã do dia 28 de janeiro, momento em que os servidores estavam se deslocando e depois das 9h, após o crime. Assim que recebeu essa última ligação de Erinaldo, José Alberto ligou para Hugo Pimenta, conhecido cerealista da região, que imediatamente ligou para Norberto Mânica, um dos “Reis do Feijão”, que havia ameaçado Nelson no ano anterior.

Com uma linha de investigação que cada dia fechava mais o cerco, os investigadores fizeram diligências nos hotéis da ci-

dade e constataram que em um deles, localizado em um posto de gasolina na rodovia de acesso à cidade de Paracatu/MG, havia o registro de uma pessoa chamada Francisco Pinheiro, que se hospedou ali de 25 a 27 de janeiro. Em outro hotel, o Athos, no centro de Unaí, foi constatado que uma das folhas do livro de registro, justamente onde estariam os nomes das pessoas hospedadas na data do crime, havia sido arrancada, porém foi deixada uma folha com informações complementares. As evidências apontavam para a cidade de Formosa, em Goiás. Lá foram localizados Francisco Pinheiro, Erinaldo Vasconcelos e Rogério Alan, cujos dados foram reconhecidos pela folha que ficou no registro do hotel.

Por meio de interceptações telefônicas e acompanhamento de atividades dos suspeitos descobriu-se, então, que Erinaldo, Rogério Alan, Francisco Pinheiro, William Gomes e Humberto Ribeiro faziam parte de um grupo criminoso que atuava em diversos tipos de delito. Enquanto Francisco Pinheiro, conhecido como Chico Pinheiro, tinha como principal atividade agenciar pistoleiros, Erinaldo, Rogério Alan, William e Humberto faziam um pouco de tudo, desde roubo ao tráfico de drogas e fraudes bancárias.

Mesmo com muitos indícios, a polícia decidiu aguardar para pedir a prisão dos suspeitos. Era necessário reunir o maior número de provas possível. Foi quando um imprevisto aconteceu e a equipe policial foi informada que um cidadão que se encontrava preso em Brasília, havia feito comentários com um dos agentes de plantão dizendo que saberia de fatos relacionados com os crimes de Unaí e que um dos envolvidos teria o nome de Erinaldo.

Em razão da possibilidade de a informação vazar os investigadores decidiram cumprir os Mandados de Prisão e de Busca e Apreensão. Na casa de Erinaldo foi encontrado o relógio de Eratóstenes, escondido na fossa séptica, mais tarde reconhecido por Marinez Lina, sua viúva. No dia 25 de julho foram presos Erinaldo, Rogério Alan, William e Chico Pinheiro. Erinaldo e Rogério Alan confessaram. Chico Pinheiro deu detalhes sobre a participação de cada envolvido no crime, entre eles, José Alberto de Castro e Hugo Alves Pimenta, os intermediários.

No dia seguinte, 26 de julho, a Polícia Federal chegou ao cearense Hugo Pimenta e ao empresário José Alberto de Castro, conhecido como Zezinho, acusados de terem contratado os pistoleiros. Durante o anúncio da identificação dos assassinos

e contratantes dos crimes, o então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, disse que os assassinatos pareciam desafiar o Estado. E completou que já era possível dizer “com segurança que o crime foi desvendado”.

Apesar de ter chegado aos executores e agenciadores da chacina, a polícia ainda procurava o mandante intelectual do crime. O delegado de Homicídios da Polícia Civil de Minas Gerais, Wagner de Souza, apontou o fazendeiro Norberto Mânica como o principal investigado. O delegado mineiro explicou que os indícios levaram ao fazendeiro em razão de no ano anterior, ele ter ameaçado de morte o fiscal Nelson. Em uma diligência na Huma Cereais, empresa de Hugo Pimenta, foram encontrados documentos que comprovaram a existência de uma estreita ligação entre o cerealista e Norberto Mânica. Entre os documentos, contas do fazendeiro pagas pela empresa de Hugo.

A pistola calibre 38 usada por Erinaldo foi encontrada em Brasília e levada ao Instituto Nacional de Criminalística. O laudo pericial confirmou que partiu de tal arma os projetis encontrados no corpo de algumas das vítimas, bem como ficou comprovado que saíram da mesma arma as cápsulas encontradas no interior do veículo e o cartucho achado no local do crime.



Crime foi desvendado em pouco mais de seis meses. Executores foram presos e confessaram

A investigação apontou que o pistoleiro Rogério Alan foi quem matou o fiscal Nelson da Silva com dois tiros na cabeça. Erinaldo foi responsável pelas outras três mortes. A polícia reforçou o entendimento da prisão de Erinaldo Vasconcelos, Rogério Alan, William Gomes, Francisco Pinheiro, José Alberto de Castro, Hugo Alves Pimenta e Norberto Mânica, por ter sido provado que todos agiram direta ou indiretamente na execução dos servidores públicos. Com relação à participação de Humberto Ribeiro, a polícia considerou seu crime de menor importância e não pediu sua prisão, o que o Ministério Público viria a fazer mais tarde. Humberto foi responsável por arrancar a página do livro de registros do Hotel Athos, em Unai, na qual constavam informações sobre os criminosos.

Na conclusão do Inquérito Policial os delegados Antônio Celso, da Polícia Federal e Wagner Pinto, da Polícia Civil relataram: *“Baseado nos argumentos exaustivamente já expostos nos presentes autos, visando a garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, representamos à Vossa Excelência pela decretação da prisão preventiva dos indiciados Erinaldo de Vasconcelos Silva, Rogério Alan Rocha Rios, José Alberto de Castro, Hugo Alves Pimenta, Francisco Elder Pinheiro, William Gomes de Miranda e Norberto Mânica...”*

O inquérito foi concluído e enviado ao juiz da 9ª Vara Federal de Belo Horizonte em 19 de agosto de 2004. No dia seguinte, a pedido do Ministério Público Federal em Minas Gerais (MPF/MG) o juiz Francisco de Assis Betti decretou a prisão de Norberto Mânica, Hugo Alves Pimenta, José Alberto de Castro, Francisco Pinheiro, Erinaldo de Vasconcelos Silva, Rogério Alan Rocha Rios, Willian Gomes de Miranda e Humberto Ribeiro dos Santos. Ainda em agosto, no dia 30, o MPF/MG ofereceu denúncia contra todos eles. A investigação prosseguiu para apurar a participação de outras pessoas, o que rendeu o aditamento da denúncia para inclusão de novo réu.

Antério Mânica, empresário, candidato a prefeito da cidade de Unai naquele ano. Chamou a atenção da polícia duas ligações que ele fez para a Subdelegacia Regional do Trabalho de Paracatu no dia do crime. A primeira, para perguntar se todos os fiscais haviam morrido e a segunda, para confirmar a informação. Até o momento, ninguém ali sabia do crime. Outro fato curioso é que Antério Mânica foi identificado como o homem que na noite anterior ao crime estava dentro de um carro

marca Fiat, modelo Marea, de cor escura. Segundo relatos do pistoleiro Erinaldo, o contratante de seus serviços, Francisco Pinheiro, disse que o homem estava bravo, pois queria solução rápida para o 'problema'. Chovia, o que dificultava precisar a cor do carro. Azul marinho, preto? Já não importava. Não poderia ser coincidência o fato de a esposa de Antério ser proprietária do único Marea da cidade.



**Fiscais de trabalho escravo são assassinados em Minas**

Três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho foram mortos com tiros na cabeça, ontem, quando realizavam vistorias de rotina a 50 quilômetros de Unaí, noroeste de Minas. Na região são comuns as denúncias de trabalho escravo. Eles fiscalizavam a colheita de feijão e costumavam receber ameaças de 'gatos' - pessoas que intermediam a contratação mão-de-obra.

**PF intima fazendeiro suspeito por morte de fiscais**

Agentes fazem grande fiscalização na região

Segundo chefe da Delegacia do Trabalho em MG, Unaí ganhou atenção especial após chacina

RELOGIO DE VITIMA LEVOU A SUSPEITOS

Agentes fazem grande fiscalização na região



† 1.095 DIAS DO MASSACRE DOS AUDITORES  
FISCAIS NO MUNICÍPIO DE UNAI - M.G.  
CADÊ O JULGAMENTO?  
SIND. MET. DE OURO BRANCO E CONGONHÁS. JUSTIÇA JÁ!

## Desenrolar dos fatos até 2009

Em 2004 durante a 22ª edição do Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Enafit), realizada em Foz do Iguaçu (PR), colegas das vítimas de Unai fizeram manifestação, quando circularam pelos corredores do local do evento arrastando correntes e lembrando a todos sobre a barbaridade que jamais poderia ser esquecida.

O fazendeiro Antério Mânica foi preso em setembro de 2004. De dentro da prisão, em Belo Horizonte, foi eleito prefeito de Unai, no dia 3 de outubro, com mais de 70% dos votos. Depois de eleito ficou preso por mais dois dias. Dois *habeas corpus* o tiraram da prisão e permitiram que ele fosse diplomado e empossado. No cargo de prefeito Antério Mânica passou a ter direito ao foro privilegiado e seu processo foi desmembrado, passando a tramitar no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). Com relação aos demais réus o processo continuou correndo na primeira instância.

Em dezembro de 2004 o juiz federal da 9ª Vara de Belo Horizonte proferiu a Sentença de Pronúncia e determinou o julgamento de todos os réus pelo Tribunal do Júri, bem como decretou a prisão preventiva deles. Em janeiro de 2005, mês em que a Chacina completaria um ano, teve início a estratégia da defesa de protelar cada vez mais o fim da angústia de quem espera por justiça e os réus recorreram da Sentença de Pronúncia. Como consequência, os autos foram para o TRF1, para julgamento em Brasília.

Já no Supremo Tribunal Federal (STF), em agosto de 2005, a 1ª Turma, no julgamento de um *habeas corpus*, concedeu liber-





dade provisória para Norberto Mânica. O então ministro Carlos Ayres Britto votou pela manutenção da prisão preventiva, mas foi vencido pelos demais. No julgamento, ocorrido em 30 de agosto de 2005, após o voto de Ayres Britto, o então ministro Sepúlveda Pertence confirmou seu voto, oportunidade em que, mesmo votando pela soltura de Norberto Mânica, disse, textualmente:

“Se voltasse aos meus tempos de Tribunal do Júri, uma vez condenada e afirmada a coautoria do paciente, eu não teria a menor dúvida de subscrever a brilhante fundamentação da pronúncia, a que o ministro Carlos

Britto deu outros ouropéis [...] Só com essas observações, louvando o promotor, que vai ter como peroração o voto do ministro Carlos Britto, não tenho dúvida em manter o meu voto.” (Extraído da transcrição dos votos dos ministros do STF no habeas corpus 85.900-3/MG; STF; confirmação de voto do Min. Sepúlveda Pertence; 30/08/2005).

Chegou janeiro de 2006. Dois anos da tragédia. Por unanimidade, o TRF1 negou provimento aos recursos e manteve a Sentença de Pronúncia da 9ª Vara Federal de Belo Horizonte, confirmando que os réus deveriam ser julgados por júri popular. Mais recursos da defesa contra tal decisão, que, por unanimidade, foram rejeitados. Em junho, Hugo Pimenta, que estava fora da prisão, aguardando julgamento em liber-



Unaí sedia mais um ato contra a impunidade

dade, foi novamente preso por tentar comprar o silêncio dos executores do crime.

Em 28 de janeiro daquele ano o Sinaít realizou um ato em Unaí. Auditores-Fiscais do Trabalho apoiados por diversas entidades e pelo movimento sindical, protestaram contra a impunidade. O então ministro do Trabalho e Emprego Luiz Marinho participou do protesto e assinou no local, uma Portaria que concedia bolsa de estudos aos filhos das vítimas e indenizações para as famílias. Rosas brancas foram distribuídas, marcando o pedido por paz e justiça. Em julho do mesmo ano Norberto Mânica voltou à prisão, por tentativa de obstrução das investigações por meio da compra de testemunhas. Em novembro, o STJ concedeu *habeas corpus* a Norberto, determinando sua soltura. As viúvas dos Auditores-Fiscais do Trabalho assassinados participaram do Enafit, realizado em Recife naquele ano. Um momento marcante do evento ocorreu durante performance do Auditor-Fiscal do Trabalho Rubervan Du Nascimento que lembrou a chacina.

O protesto de 28 de janeiro de 2007, quando o crime completava três anos, foi realizado mais uma vez em Unaí, no local da tragédia e contou com a presença de Auditores-Fiscais do Trabalho de todo o país, trabalhadores, religiosos, além de familiares das vítimas. Cerca de 200 pessoas prestaram homenagens aos servidores assassinados. Camisetas e bonés pretos em sinal de luto e rosas brancas como símbolo de esperança na justiça marcaram a manifestação. Depois da celebração houve uma caminhada até o centro da cidade, que terminou com um abraço simbólico e a chamada dos nomes das vítimas.



Centenas de pessoas participaram de missa no local da emboscada, quando o crime completou três anos



A imprensa do país inteiro repercutiu o ato.

No Enafit daquele ano, realizado em Belo Horizonte, o crime mais uma vez foi lembrado com uma peça de teatro do Auditor-Fiscal do Trabalho Rubervan Du Nascimento.

Janeiro de 2008. Quatro anos de impunidade. Nenhum andamento no processo desde dezembro de 2006. Para o ato público realizado naquele dia 28, o Sinait levou um bolo preto, o bolo da impunidade, para a frente do TRF1. Além disso, o Sindicato distribuiu uma nota pública e o histórico da chacina. A presidente do Tribunal à época, a desembargadora Assusete Magalhães pediu que o bolo fosse retirado para que ela verificasse o andamento dos recursos e recebeu em audiência a então presidente do Sinait Rosa Jorge, o presidente da Associação dos Auditores-Fiscais do Trabalho de Minas Gerais (AAFIT/MG) José Augusto de Freitas, as viúvas dos fiscais assassinados e Dom Tomás Balduino, que representou a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Na ocasião, a desembargadora informou que os recursos da defesa que tramitavam naquele Tribunal haviam sido indeferidos e que o processo de Antério Mânica, que havia sido desmembrado, seria suspenso até que os executores fossem julgados. O objetivo era seguir a cadeia de execução dos homicídios. Sobre a audiência, que acabou acontecendo em função do apelo gerado pelo bolo da impunidade, Rosa Jorge considera que o andamento do processo sempre esteve atrelado às mobilizações do Sinait, uma vez que elas tiveram grande impacto na sociedade, inclusive pautando a imprensa, que fazia e faz o papel de cobrar ações efetivas do Judiciário.



Em 2008, quando o crime completou 4 anos, o Sinait levou o bolo da impunidade ao TRF1

Em novembro de 2008 o Sinait realizava o 26º Enafit em Florianópolis (SC). O evento aconteceu entre os dias 23 e 28 de outubro. Na terça-feira daquela semana, dia 25, os Auditores-Fiscais e autoridades presentes no Encontro ficaram estarecidos com a notícia de que na noite anterior Antério Mânica havia sido condecorado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), com a Medalha de Ordem do Mérito Legislativo. Imediatamente o Sindicato e a AAFIT/MG, registraram seus protestos com notas de repúdio. Na sessão plenária daquele Enafit foram aprovadas moções de repúdio contra a ALMG e contra Antério Mânica. O Sinait publicou a nota nos jornais Estado de Minas e Folha de S. Paulo.

Diversas entidades se manifestaram contra a comenda entregue a um mandante de assassinato. A ANPT divulgou nota pública, na qual manifestou repúdio à *homenagem*. A entidade considerou que a condecoração “afronta os princípios essenciais do Estado Democrático de Direito”. Além disso, a ANPT entendeu que oferecer a Medalha a Antério Mânica “ofende a memória daqueles que perderam as suas vidas cumprindo os seus deveres funcionais”. Instituições ligadas ao Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH) também se manifestaram. A CPT lamentou dizendo que a entrega da medalha a Antério Mânica “desrespeitava os quatro mártires, que foram assassinados covardemente, em 28/01/2004, no município de Unai”. O fato causou muita revolta inclusive dentro da ALMG.

Juntamente com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Carlos Calazans, que era delegado regional do Trabalho em Minas na época do crime, pediu ao presidente da ALMG a cassação da condecoração de Antério. Durante o encontro, Calazans devolveu a sua medalha e o diploma que tinha recebido em 2005 por combater o trabalho escravo em Minas Gerais. Em sua opinião o então prefeito de Unai jamais deveria ter sido agraciado. “Não posso continuar com a mesma medalha de um assassino. Estamos todos indignados com essa homenagem”. A concessão de uma Medalha de Mérito é muito importante e deve ser bem analisada antes de sua entrega. Portanto, dar uma medalha dessas a um mandante de assassinato de servidores públicos é uma humilhação muito grande para o Estado.

A tragédia completava cinco anos. Em janeiro de 2009 foram três frentes de protesto. Uma em Belo Horizonte, no dia 26,

e duas no dia 28, sendo uma em Brasília, em frente ao STF, e outra na programação do Fórum Social Mundial (FSM), que aconteceu em Belém (PA). Em Belo Horizonte, foi realizada uma audiência solene na Câmara dos Vereadores, com participação de Auditores-Fiscais do Trabalho, familiares das vítimas e sindicalistas. Em Brasília a manifestação promovida pelo Sinait e pela AAFIT/MG começou em frente ao STF e terminou no Ministério da Justiça, para onde os manifestantes se dirigiram em passeata. Uma revoada de balões pretos, faixas e carro de som foram usados para chamar a atenção das autoridades. José Augusto de Paula Freitas, presidente associação mineira lembrou que “qualquer tempo é muito longo quando se espera que a justiça seja feita. Cinco anos é tempo demais



Ministro presidente do Supremo Tribunal Federal recebe dirigentes do Sinait e familiares das vítimas

para as famílias, para os colegas Auditores-Fiscais do Trabalho e para o Estado que foi duramente atingido com o crime”.

No mesmo dia Marinez Lina, Genir Lage e Helba Soares, viúvas de Eratóstenes, João Batista e Nelson foram recebidas, juntamente com diretores do Sinait, pelo então presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, quando pediram sua intermediação para que o julgamento fosse marcado. Na audiência, Carlos Alberto Teixeira que presidia o Sinait interinamente fez um relato da situação do processo e pediu o apoio do ministro como autoridade máxima da Justiça brasileira. Ele informou ao ministro que na fase de investigação, atuação do Ministério Público e aceitação da denúncia pelo juiz federal em Minas Gerais houve celeridade, no entanto, a partir daí o processo estava parado e até então, não havia sido fixada uma data para o julgamento.

Carlos Alberto disse que os integrantes do Sinait e familiares das vítimas procuraram o representante da maior Corte do país para levar a ele a preocupação com a morosidade do caso e pedir ao presidente do STF atenção especial, a fim de que os acusados fossem, enfim, julgados. As viúvas falaram do sofrimento das famílias diante da impunidade dos acusados ao longo daqueles cinco anos e pediram agilidade da Justiça para julgar o processo. Helba Soares, viúva de Nelson, disse que era necessário amenizar a dor da impunidade. Ela ainda mora em Unai e convive com mandantes e intermediários, o que potencializa a ideia de que a justiça ainda está longe de ser alcançada.

Em Belém, onde acontecia a quinta edição do Fórum Social Mundial (FSM), houve ato ecumênico, em que líderes religio-



Marinez, Helba e Genir, viúvas de Eratóstenes, Nelson e João Batista

os lembraram os mortos e pediram fé na Justiça e ações concretas das autoridades. O momento também foi usado para colher assinaturas ao abaixo-assinado pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional PEC – 438/2001, conhecida como PEC do Trabalho Escravo e que previa a expropriação de terras onde fosse flagrada a prática de trabalho escravo. Depois de mais de uma década de tramitação, a PEC acabou dando origem à Emenda Constitucional 81/2014.

## Dia do Auditor-Fiscal do Trabalho

O tempo passava, a justiça não acontecia, mas a sociedade continuava mobilizada. O dia 28 de janeiro de 2004 marcou a sociedade brasileira de forma tão contundente, que em 2009 foi aprovada a Lei Nº 11.905, de 20 de janeiro, que instituiu o dia 28 de janeiro como Dia do Auditor-Fiscal do Trabalho. O projeto que deu origem à homenagem foi o PL N º 732/07 de autoria do deputado Paulo Pereira da Silva (PDT/SP). No senado a relatoria foi da senadora Ideli Salvatti (PT/SC). No mesmo ano foi sancionada a lei 12064/2009, oriunda do Projeto de Lei 3536/2008, de autoria do então senador José Nery (PSOL/PA), que instituiu o Dia (28 de janeiro) e a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. O Sinait acompanhou toda a tramitação no Congresso Nacional. A publicação das leis repercutiu muito na imprensa e o crime voltou a ser notícia nacional.

Enquanto isso, as famílias das vítimas, colegas e a sociedade acompanhavam o lento andamento do processo. Em agosto o STJ deu provimento ao recurso de Agravo de Instrumento interposto por José Alberto de Castro e determinou a subida do Recurso Especial que não havia sido conhecido pelo TRF da 1ª Região. Em dezembro, o mesmo aconteceu com pedido similar de Hugo Pimenta.







**JUSTIÇA**  
Ed. Antônio Fe



**DyGANG**  
The National Union of  
the People's Party

## **Andamento do processo e atividades até 2013**

Com apoio e participação de diversas entidades sindicais integrantes da Frente Nacional contra o Trabalho Escravo, o Sinait realizou um ato público em frente ao STF, em 28 de janeiro de 2010 para marcar os seis anos da Chacina de Unai. O Sindicato também divulgou para a sociedade o Manifesto contra a Impunidade. A presidente do Sinait à época, Rosângela Rassy, lembrou que a data, que deveria ser de comemoração em homenagem ao Dia do Auditor-Fiscal do Trabalho, era um dia de tristeza, porque mais uma vez todos estavam reunidos para pedir celeridade no julgamento dos acusados pelo assassinato dos servidores. Ela disse que todos estavam ali para exigir o julgamento dos acusados dos crimes ocorridos em Unai, citando que eles eram os coronéis do século 21 e usavam de diversos subterfúgios para retardar os processos. “Que país é esse em que quatro servidores públicos são assassinados e até hoje não houve punição para os nove envolvidos?”

De acordo com Rosângela Rassy os acusados de serem os mandantes do crime estavam em liberdade e continuavam vivendo normalmente, inclusive um deles se tornou prefeito de Unai, se referindo a Antério Mânica. O crime causa grande indignação e mudou a vida de todos os Auditores-Fiscais do Trabalho. “O temor por que passa toda a categoria é grande, pois as condições de trabalho não mudaram e continuamos sem segurança. A Polícia Federal nos acompanha somente em algumas situações, mas também não possui efetivo suficiente. É muito difícil para todos nós a cada dia em que entramos no carro do Ministério e saímos para uma ação de fiscalização rural”.

Cinco mil balões pretos revoaram sobre o prédio do STF e chamaram a atenção das pessoas que circulavam próximas

ao local do evento. Principalmente dos servidores públicos que trabalham nos prédios que circundam a Praça dos Três Poderes, onde estão localizados, além do STF, o Palácio do Planalto, o Palácio da Justiça, o Congresso Nacional e alguns ministérios.

Referindo-se à Semana de Combate ao Trabalho Escravo, o então senador José Nery, que também era presidente da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo no Senado Federal, lembrou que a data foi escolhida em homenagem aos Auditores assassinados. “Esse dia nacional, que ocorre pela primeira vez este ano, é um marco na retomada da mobilização social e da luta pela erradicação do trabalho escravo no Brasil”. O senador lembrou a dificuldade de se combater o poder econômico e político ligado a essa prática criminoso e afirmou que era triste constatar que algumas autoridades ignoravam a realidade, fazendo pouco caso dos que defendem o combate ao trabalho escravo.

A exigência da retomada dos processos era e ainda é também o desejo dos parentes das vítimas, como é o caso de Helba Soares e Genir Lage, viúvas dos AFTs, Nelson e João Batista, respectivamente. Segundo Genir, a falta de punição causa indignação a todas as famílias. “A impunidade deixa um sentimento de impotência. Meus filhos e eu nos sentimos prisioneiros. Só quem vive os bastidores de uma dor pode entender o que digo”.

As intervenções dos sindicalistas representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil (Sinduscon) foram na mesma direção: pediram justiça, agilidade no julgamento e punição para os culpados. Todos repudiaram a violência contra agentes do Estado no cumprimento do dever e externaram a solidariedade de todos os trabalhadores para com os Auditores-Fiscais do Trabalho. O assassinato dos servidores, segundo eles, atingiu todos os trabalhadores. “A condenação dos culpados não trará de volta os companheiros assassinados, mas encerrará um ciclo de impunidade”, reiterou Cosme Balbino, da CUT.

O Sinait sempre contou com apoio de várias instituições e diversas categorias de servidores em suas manifestações. Em 2010 não foi diferente. Estiveram presentes ao ato representantes do Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil), da ANPT, do

Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Distrito Federal, da Confederação Ibero-americana de Inspeção do Trabalho (CIIT), do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil, da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), dentre outros.

O ministro Francisco César Asfor Rocha, que era presidente do STJ recebeu uma comitiva liderada pelo Sinait para tratar do caso Unai. A presidente Rosângela Rassy foi acompanhada de Genir Lage e Helba Soares (viúvas dos Auditores-Fiscais do Trabalho João Batista e Nelson), do senador José Nery, dos diretores Rosa Jorge, Carlos Alberto Teixeira Nunes e Francisco Luís Lima e da presidente da AAFIT/MG Maria do Socorro Brandão, além da presidente do PSOL de Belém (PA) Marinor Brito. O Ministro do Trabalho e Emprego Carlos Lupi também participou da audiência, fortalecendo a importância do gesto.

Rosângela Rassy disse ao presidente do STJ que o Sinait, em nome dos Auditores-Fiscais do Trabalho de todo o Brasil, levava a reivindicação de celeridade no julgamento dos recursos que estavam naquela Casa. Havia um Recurso Especial e um pedido de *habeas corpus* para serem apreciados. Ela disse que a categoria temia a prescrição do crime e que os acusados não fossem punidos. A instabilidade que o crime causou entre os Auditores-Fiscais, que continuavam trabalhando, mas sempre convivendo com a insegurança, especialmente nas fiscalizações rurais, também foi tema da audiência.

O senador José Nery reforçou o pedido do Sinait porque, segundo ele, há muitas histórias de impunidade no país e pessoas poderosas confiam nisso e acabam zombando das leis. Ele lembrou o ministro Asfor Rocha que o dia 28 de janeiro, em homenagem aos Auditores assassinados, transformou-se em Dia do Auditor-Fiscal do Trabalho e Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

O presidente do STJ reconheceu que o processo é emblemático e que somente o fato de já terem transcorrido seis anos já era preocupante. Ele garantiu que o poder econômico dos envolvidos no processo não atrapalharia de forma alguma a imparcialidade do julgamento e se comprometeu a pedir ao relator do Recurso Especial que desse preferência ao julgamento. O ministro Carlos Lupi acompanhou toda a

audiência e disse que o Ministério do Trabalho e Emprego confiava que o STJ agiria com celeridade no julgamento deste processo.

Genir Lage, viúva de João Batista, comoveu a todos os presentes quando disse ao presidente do STJ que as famílias se sentiam desanimadas, pois ficaram presas na dor, nos problemas que o crime causou aos filhos. “Nós continuamos velando nossos mortos. É hora de fechar este ciclo para levar a vida adiante”. A demora do julgamento, segundo Genir, é um péssimo exemplo para seus filhos, a quem ela ensinou que o país é sério, mas os fatos muitas vezes dizem o contrário.

Naquele ano atos ocorreram em várias partes do país, como em Recife. Os Auditores pernambucanos prestigiaram o momento e discutiram sobre a importância da data para a carreira de Auditoria Fiscal, muitas vezes ameaçada nos locais de fiscalização, por empregadores, principalmente no meio rural. Em seguida foram para a frente da Superintendência Regional do Trabalho (SRT/PE) e percorreram os locais de atendimento ao público distribuindo o Manifesto em protesto à impunidade do Caso Unai. O ato público no Ceará foi realizado em frente à SRT/CE pela manhã e atraiu a imprensa local. À tarde, houve uma missa em memória de Eratóstenes, João Batista, Nelson e Aílton. No Paraná, também em frente à Superintendência, o Manifesto elaborado pelo Sinait foi lido para o público que esteve no local. Na Paraíba, participaram Auditores-Fiscais e servidores administrativos. Manifestações aconteceram ainda no Maranhão, Espírito Santo, Manaus, Acre, Piauí e Goiás. Em todas elas, foi lido o Manifesto.

## Íntegra do Manifesto do Sinaít:

*28 de janeiro de 2010 – Impunidade. Até quando?*

*Aqui estamos novamente em praça pública para protestar, para demonstrar nossa indignação, para pedir Justiça e para exigir “Julgamento Já!”. A razão é uma só. Quatro servidores públicos, pais de família, foram brutalmente assassinados no exercício de suas funções e, mandantes e executores, ainda não pagaram por este crime.*

*A sociedade precisa saber que o assassinato dos três Auditores Fiscais do Trabalho e do motorista do Ministério do Trabalho e Emprego é um crime que continua sem punição. Que há mandantes e assassinos que não foram julgados. Que as famílias ainda não encontraram a paz. Que isto não pode ser esquecido e que exigimos punição!*

*Eratóstenes, João Batista, Nelson e Aílton foram vítimas da intolerância, da afronta ao Estado, do desrespeito à lei. Os coronéis de hoje, como os de outrora, acham que podem resolver tudo com a violência. Os algozes quiseram intimidar o Estado, barrar a fiscalização e impedir a defesa do direito dos trabalhadores.*

*Hoje, 28 de janeiro, a Chacina de Unai completa seis anos. Nove indivíduos foram indiciados, mas nenhum foi julgado.*

*Justiça lenta não é justiça! Justiça lenta, morosa, é sinônimo de impunidade! Recursos não podem ter por objetivo retardar o julgamento, fazer prescrever as penas ou deixar o caso cair no esquecimento.*

*Os Auditores-Fiscais do Trabalho, os familiares e a sociedade como um todo exigem que os envolvidos na Chacina de Unai sejam julgados de acordo com o que manda a lei e que não haja impunidade!*

*Não vamos permitir nunca o esquecimento; não vamos desistir de exigir a punição, nunca.*

*28 de janeiro - Dia do Auditor-Fiscal do Trabalho, Lei nº 11.905/2009, em homenagem às vítimas da Chacina de Unai*

*Julgamento já!*

Dois dias antes, em Belo Horizonte, o Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais (MPT/MG) lembrou os seis anos de impunidade, com um ato público. O evento fez parte das atividades da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Com o nome “Combate ao Trabalho Escravo em Minas Gerais – Perspectivas e Desafios”, a data reuniu Auditores-Fiscais do Trabalho, Procuradores do Trabalho e sindicalistas, com cobertura da imprensa local. A procuradora-chefe do MPT/MG em exercício, Adriana Moura Souza, ao abrir o ato público, lembrou os quatro servidores assassinados em Unai. “Este é um momento de manifestar nossa indignação por um crime que não foi resolvido e que afeta todos os trabalhadores do país”.

O procurador Sebastião Caixeta, da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conaete), também se referiu ao caso e disse que o ato realizado em Minas “é simbólico por causa da Chacina de Unai, que foi uma afronta às famílias e ao poder do Estado, encarnado nos representantes do Ministério do Trabalho e Emprego”. Ao final de sua fala, pediu uma salva de palmas para as vítimas. Aloísio Alves, que foi Auditor-Fiscal do Trabalho, deu um depoimento pessoal, pois conheceu e trabalhou com os Auditores-Fiscais e com o motorista assassinados. Por essa razão, para ele, a data tomou contornos mais dolorosos.

Maria do Socorro Brandão, Auditora-Fiscal do Trabalho que presidia a AAFIT/MG, falou da indignação que acompanhava a tramitação do processo e disse que a resposta, o presente que a categoria mais gostaria naquele dia 28 “é que o processo volte ao Tribunal Regional Federal em Minas Gerais e que o julgamento seja marcado. É um sonho de Justiça! O poder do capital não pode prevalecer sobre a lei e a Justiça”.

Foram recorrentes no ato do MPT falas sobre as dificuldades que haviam para a Fiscalização do Trabalho atuar na região de Unai depois do crime. Em razão disso, uma carta aberta direcionada ao então ministro do Trabalho e Emprego Carlos Lupi, cobrava a volta das fiscalizações na região de Unai.





A imprensa, que nunca deixou de dar destaque para o crime, tem exercido papel fundamental e contribuído para cobrar das autoridades a punição dos culpados. Os atos realizados pelo Sinait, associações regionais e Delegacias Sindicais sempre tiveram grande repercussão. Em março de 2010 o assunto foi tema de uma série de reportagens da TV Record sobre crimes não solucionados no Brasil. A reportagem iniciou com uma chamada forte que dizia que há seis anos a notícia do assassinato dos três Auditores-Fiscais do Trabalho e de um motorista do Ministério do Trabalho e Emprego correu o mundo e, chocou a população pela violência, audácia e afronta ao Estado.

E seguiu dizendo que seis meses depois o crime foi desvendado, quando a polícia identificou mandantes, contratantes e executores, no total de nove pessoas, sendo que um dos mandantes foi eleito prefeito de Unaí no mesmo ano da tragédia. A reportagem citou também a luta que vinha sendo travada pelo Sinait desde 2004 e a infinidade de recursos que foram apresentados pelos réus a instâncias superiores. “Embora os Auditores-Fiscais do Trabalho Eratóstenes, João Batista e Nelson não estivessem em Unaí para fiscalizar denúncias de trabalho escravo, as entidades que militam pela erradicação desta prática adotaram a data como Dia Nacional de Combate ao Tra-

Passados sete anos do crime e só executores presos. Manifestação em Belo Horizonte exige julgamento



balho Escravo, instituído por lei, em homenagem às vítimas. Igualmente, o Sinait propôs e conseguiu fazer aprovar o dia 28 de janeiro como o Dia do Auditor-Fiscal do Trabalho”, dizia a reportagem.

Chegou o ano de 2011. O crime completava sete anos. O Sinait e a categoria continuavam mobilizados. A cada janeiro era preciso renovar as esperanças. Os criminosos não poderiam ficar impunes. A manifestação naquele ano aconteceu ao lado da Justiça Federal, em Belo Horizonte. Os manifestantes ocuparam as escadarias do prédio e a calçada com faixas, banners e pirulitos. Eles vestiam camisetas com as fotos dos quatro servidores assassinados, e o texto: “7 anos de impunidade – Chacina de Unaí – Justiça Já!”.

Os presentes cantaram o Hino Nacional, o então presidente da AAFIT/MG João Frazão disse que sete anos era um tempo de espera muito longo e que a ferida continuava aberta para as famílias e para a categoria. Frazão disse, também, que o crime de Unaí foi um ato contra a Fiscalização do Trabalho, contra os sindicatos, contra os trabalhadores e contra o Estado de Direito, com o intuito de intimidar a fiscalização, mas não houve êxito. E que a categoria não deixaria que o caso caísse no esquecimento.

Rosângela Rassy, presidente do Sinait na ocasião, reconheceu vários colegas que ano após ano acompanhavam o caso e participavam solidariamente das manifestações. Ela disse que o crime é lembrado nos doze meses do ano, porém, em janeiro, a dor aumenta. É quando a barbárie vem à tona com mais força e os colegas se colocam no lugar daqueles que foram assassinados, imaginando a dor de suas famílias caso fossem eles as vítimas.

A presidente disse ainda, que os detalhes do crime chocam e a sociedade precisa saber que, para os mandantes, a vida vale muito pouco. Os pistoleiros foram contratados para matar apenas Nelson e quando perceberam que havia mais gente, foram autorizados a matar todos, por dinheiro. Tudo foi apurado pela polícia e a Justiça trabalhou muito bem, rapidamente, proferindo a Sentença de Pronúncia. E, apesar da morosidade, a fase inicial do processo deu argumentos suficientes às instâncias superiores para negar todos os recursos que os réus impetraram ao longo de seis anos.

Durante todo este tempo, o Sinait, as associações e as recém-criadas Delegacias Sindicais (DS) se movimentaram procurando agilizar a tramitação dos recursos. Muitas entidades estiveram ao lado do Sindicato e continuam na luta pelo Julgamento. “A esperança de que o julgamento seja logo marcado motivou o Sinait e a AAFIT/MG a substituírem, este ano, os balões pretos por balões brancos. Haveremos de ser vitoriosos, por ver o Estado reagindo a uma agressão, até agora sem resposta”, disse a presidente.

O Procurador do Trabalho Carlos Eduardo, que representou a ANPT no ato, disse que sua categoria sempre foi solidária aos Auditores-Fiscais do Trabalho, que são parceiros na defesa dos direitos dos trabalhadores. Ele se solidarizou também com os familiares das vítimas e demonstrou confiança de que naquele momento, com os recursos dos réus julgados, o julgamento enfim seria marcado.

Lindolfo Fernandes, então presidente do Sindifisco/MG, que acompanha o caso desde o começo, fez referência às interferências do poder econômico em determinados setores do Estado. Segundo ele, os servidores públicos têm duas lutas: uma corporativa, para melhorar suas condições de trabalho, e outra, para resgatar o próprio Estado à sua origem. A atividade de fiscalização, em qualquer instância, oferece ris-

Balões brancos, símbolos da esperança, cobriram o céu da capital mineira



cos, mas o Estado precisa dotar as instituições de meios para proteger seus agentes e de autonomia para exercer sua atividade plenamente. Consequências de um estado ineficiente são, por exemplo, o trabalho escravo e a violência contra seus agentes.

Fahid Tahan Sab, que à época do crime era presidente do Sinait, disse: “Que os balões que subiram levem para os céus a esperança e a fé na Justiça dos Homens. E que tragam de lá a luz para que não haja torpeza no julgamento”. Ele elogiou a atuação da Polícia, do Ministério Público Federal e da Justiça Federal no desvendamento do crime e na fase inicial do processo. Representando o ministro do Trabalho e Emprego Carlos Lupi, o superintendente Carlos Henrique foi fundo no significado da palavra Justiça – que é o caráter do que é direito e justo. Para ele, pior violência do que os assassinatos é a impunidade dos assassinos e pediu aos servidores que não deixem de buscar a justiça.

O ato público terminou com a fala de Carlos Calazans, que sempre acompanhou e ainda acompanha de perto o desenrolar do processo e conhece detalhes dos depoimentos dos acusados. Segundo ele, vários dos envolvidos confessaram o crime e forneceram detalhes de como foram contratados, os telefonemas, os valores e toda a trama.

Foram soltos cinco mil balões brancos, que voaram em frente à fachada do prédio do TRF e dos prédios vizinhos, chamando a atenção de quem passava pelo local. Os balões brancos foram um símbolo da esperança de que o julgamento fosse logo marcado, uma vez eu não havia mais recursos pendentes em instâncias superiores. Todos os recursos foram apreciados e negados aos réus, mantendo a Sentença de Pronúncia do TRF 1ª Região, que indicava que os acusados deveriam ir a júri popular. O réu Antério Mânica teve seu processo desmembrado dos demais por ser prefeito e ter direito a julgamento em foro especial. Na ocasião quatro acusados estavam em liberdade por força de *habeas corpus* e cinco estavam presos na Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem (MG).

Ainda no início de 2011 Willian Gomes de Miranda, que tinha o papel de seguir os passos dos servidores e dirigir o carro que daria suporte aos pistoleiros, foi solto da Penitenciária Nelson Hungria, em razão do cumprimento indevido de decisão proveniente da Vara de Execuções Criminais da Justiça Estadual em Contagem (MG), que reconheceu estarem cumpridas as

penas a que ele foi condenado, porém apenas em delitos de competência da Justiça Estadual. Porém, a decisão da Justiça Estadual ressaltava que Willian Gomes de Miranda deveria ser solto somente se não estivesse preso por outro motivo. Os agentes penitenciários não verificaram que ele se encontrava preso preventivamente por decisão da Justiça Federal. Em maio William foi capturado na cidade de Primavera do Leste, em Mato Grosso.

As esperanças de que o julgamento fosse marcado rapidamente em função de todos os recursos dos réus terem sido julgados, sofreram um abalo quando, em abril de 2011, novo recurso deixou sem previsão de julgamento os acusados de planejar o crime. Em nova manobra advogados de José Alberto Castro e de Hugo Alves Pimenta impetraram Recurso Extraordinário no STJ, deixando o processo ainda mais moroso. Isso porque com tal engenhosidade o STF também precisaria analisar o processo. O julgamento ficou sem previsão de acontecer. Os advogados contratados pelo Sinait para representar as famílias entraram com pedido de anulação do recurso. Além disso, o Sindicato se reuniu com representantes do CNJ para obter detalhes sobre a tramitação do recurso e para, mais uma vez, em outra instância, pedir a agilização do processo e respectivo julgamento, esperado pela categoria e pelas famílias das vítimas.

Para além da indignação pela impunidade, era consenso que a morosidade da Justiça poderia incentivar os grandes produtores da região de Unai a continuarem cometendo irregularidades na contratação e exploração de trabalhadores. Na ocasião, o advogado Marcelo Leonardo, defensor de Antério Mânica, negou que a intenção fosse postergar o processo. “Pelo contrário. O prefeito tem pressa em provar a sua inocência”. Dois julgamentos depois e com duas condenações, ficou provado que Antério Mânica jamais foi inocente nessa história.

A procuradora Míriam Moreira Lima, que acompanhou as investigações sobre a Chacina de Unai, lamentou o novo recurso impetrado pela defesa dos acusados. Ela confirmou que o recurso adiaria, por tempo indeterminado, a realização do julgamento dos até então, supostos mandantes. “O último recurso impetrado no STJ ainda deverá ser remetido ao STF. Esperamos que esse julgamento do Supremo não demore”, afirmou. A procuradora ressaltou que o MPF não tinha dúvidas sobre o envolvimento de todos os nove indiciados, inclusive sobre a participação de Antério Mânica. “Em menos de um ano já havíamos

concluído o inquérito e apresentado a denúncia à Justiça Federal mineira que também agiu de forma célere. Infelizmente, nossa legislação permite um grande número de recursos, que tornam o processo moroso e não beneficiam a sociedade”.

Em maio de 2011 o STJ determinou o desmembramento do processo de Rogério Alan, o que permitia que seu julgamento ocorresse, sendo o primeiro de uma série até que todos os acusados fossem julgados. Logo depois, a pedido do Ministério Público, foi determinado o desmembramento também em relação a Francisco Pinheiro, Erinaldo de Vasconcelos Silva, Willian Gomes de Miranda e José Alberto de Castro. Com isso, o júri poderia ser designado assim que os autos fossem enviados.

A Chacina de Unai completou oito anos. No dia 27 de janeiro o Sinait organizou mais uma manifestação em Belo Horizonte, em parceria com a AAFIT/MG, quando conversou com a juíza substituta da 9ª Vara da Justiça Federal em Minas Gerais Raquel Vasconcelos Alves de Lima. Compareceram ao ato público, realizado em frente ao prédio da Justiça Federal, mais de uma centena de pessoas entre Auditores-Fiscais do Trabalho, sindicalistas e autoridades.

Estava claro que o Estado precisava dar uma resposta para o crime e todos acreditavam que tal resposta estava prestes a acontecer, com a perspectiva da realização do julgamento naquele ano. Desde janeiro de 2004 os Auditores-Fiscais do Trabalho já não eram os mesmos. Havia riscos e era necessária a proteção do Estado. As ameaças não cessaram. Um exemplo claro ocorreu em 2012, em Santa Catarina, quando fiscais foram hostilizados em uma região de plantações de cebola, inclusive, com apoio de governantes municipais. Para os Auditores-Fiscais não há dúvida de que tal conduta era encorajada pela impunidade do caso de Unai.

Mais uma vez a solidariedade esteve presente com a participação de representantes de diversas categorias no ato, como o Ministério Público do Trabalho, Associação dos Magistrados do Trabalho, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Fetaemg), Federação e do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Extrativa, do Sindifisco Nacional e da Delegacia Sindical em Belo Horizonte. Parlamentares e o delegado regional do Trabalho à época do crime, Carlos Calazans também compareceram. Calazans lembrou que mais um ano havia se passado sem que o julgamento fosse realizado. Ele ressaltou o fato de que filhos órfãos atravessaram a infân-

cia e a adolescência sem o pai, o que era muito triste para as famílias e relembrou detalhes dos depoimentos dos acusados, que revelaram frieza e crueldade na organização e execução do crime. “O Brasil deve desculpas às famílias”, disse ele.

O tom adotado em todo o ato foi de cobrança pelo julgamento dos acusados e de reconhecimento ao trabalho dos Auditores-Fiscais do Trabalho. “O crime envergonha o país”, disse a procuradora do Trabalho Fernanda Brito Pereira, que ressaltou a parceria com a fiscalização na efetivação dos direitos dos trabalhadores. A juíza do Trabalho e presidente da Anamatra 3 Jaqueline Prado Casagrande, afirmou que “a sociedade ficou e continua chocada com o crime” e que esperava que em 2012 acontecesse o Tribunal do Júri. Luiz Henrique Franca, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, que representava o Sindifisco Nacional, foi Auditor-Fiscal do Trabalho e amigo pessoal de João Batista. “Por essa razão, a dor é ainda maior para mim”, ressaltou. A categoria da qual faz parte, segundo ele, também sofre ameaças e violências e é preciso que o ataque ao Estado acabe.

Todos estavam ali para mais uma vez cumprir o doloroso dever de pedir que o Estado fizesse o seu papel de proteger os servidores e punir os culpados pela Chacina de Unai. O ex-presidente do Sinait e da AAFIT/MG, Fahid Tahan Sab, que presidia o Sindicato Nacional na ocasião do crime, ressaltou a coragem dos investigadores, procuradores e juizes de Minas Gerais na condução do processo. A demora se deve aos recursos dos defensores dos réus, que agem dentro das brechas da lei. Fahid destacou que a lei processual penal precisava ser alterada para proteger o agente público.

Também ocorrem manifestações em Fortaleza, Manaus, Belém, Curitiba, Goiânia e João Pessoa, em frente às Superintendências Regionais do Trabalho (SRT) dessas capitais. Os Auditores-Fiscais do Trabalho exigiam o julgamento dos envolvidos na chacina e cobravam o fim da impunidade que se arrastava há oito anos.

Em fevereiro de 2012 a Chacina de Unai passou a figurar na lista dos 71 casos em que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deveria intervir para agilizar o julgamento dos acusados. O caso foi indicado ao Conselho pelo então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, a pedido do Sinait. 2012 chegava ao fim, quando a diretoria do Sinait se reuniu com o então secretário-geral do CNJ, juiz federal Fá-

bio Cesar dos Santos Oliveira, para passar informações sobre o processo e pedir que o Conselho interviesse para dar celeridade ao julgamento. O resultado da intervenção efetiva do CNJ veio logo depois, quando o então corregedor-geral do Conselho Jefferson Kravchychyn, entrou em contato com a juíza Raquel Vasconcelos, da 9ª Vara Federal em Belo Horizonte, e obteve dela o compromisso de que o julgamento de Rogério Alan Rocha Rios seria marcado em fevereiro de 2013.

O caso avançou em relação aos anos anteriores, com o desmembramento dos processos dos acusados de terem executado o crime. Os processos de Erinaldo de Vasconcelos Silva, Francisco Pinheiro, José Alberto de Castro, Rogério Alan Rocha Rios e Willian Gomes de Miranda foram desmembrados do original e, por isso, retornaram à primeira instância da Justiça Federal em Belo Horizonte para serem julgados.

Em janeiro de 2013 o réu Francisco Pinheiro, faleceu em Contagem, vítima de um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Conhecido como Chico Pinheiro, ele estava preso desde agosto de 2004, sete meses após o assassinato dos quatro servidores. Até novembro de 2012 estava na Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, na Grande Belo Horizonte. Após o AVC, ficou dois meses internado no Hospital Municipal de Contagem. De acordo com a investigação, Francisco Pinheiro era acusado de arregimentar os executores diretos dos servidores e de preparar toda a montagem do crime. Ele teria sido contratado pelo empresário José Alberto de Castro, a pedido do também empresário Hugo Pimenta.

O tempo passa lentamente para quem espera, especialmente quando a espera é por justiça e punição para culpados de crime contra a vida. Familiares e amigos jamais esmoreceram, apesar de todo o tempo em que o processo se arrastava. Naquele 28 de janeiro o Sinait e a AAFIT/MG mais uma vez realizaram manifestação em Belo Horizonte. O ato aconteceu na porta do prédio da Justiça Federal, local onde se encontravam os autos do processo.

A juíza Raquel Vasconcelos Alves de Lima, analisava o processo há oito meses, desde maio de 2012. Quatro dias antes da tragédia completar nove anos, quando todos esperavam que a data do julgamento fosse anunciada, a juíza surpreendeu decidindo declinar da competência do julgamento e determinando a remessa dos autos para a Vara Federal de Unaiá, que havia sido criada em 2010.





Decisão da juíza responsável por marcar o julgamento choca a todos. Manifestações ocorreram em várias capitais

“O Juízo da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais determinou a remessa dos autos da Ação Penal nº 2004.38.00.036647-4 e de todos os processos a ela relacionados para a Subseção Judiciária de Unai. A decisão vale também para os autos de nº 36888-63.2011.4.01

A decisão causou uma verdadeira comoção e indignação diante de seus desdobramentos como o adiamento do julgamento por tempo indeterminado. Além disso, a realização do júri na cidade em que os acusados de serem mandantes do crime têm grande influência política e econômica, ficaria comprometida em sua isenção.

Este foi o tom de todos os pronunciamentos durante o ato público. Sem exceção, todas as pessoas que pediram a palavra



Magistrada decidiu que o julgamento deveria ser realizado em Unai, terra dos mandantes

manifestaram sua indignação com a impunidade, a demora do julgamento e com a decisão da juíza. Houve grande participação de entidades.

Um momento emocionante foi o pronunciamento de Marinez Lina, viúva de Eratóstenes, que falou ao lado de Helba Soares, viúva de Nelson, e de Genir Lage, viúva de João Batista. Muito comovida, ela disse que o sofrimento das famílias não tem fim e que a impunidade aumenta a dor. Ela fez um apelo à Justiça para que realizasse o julgamento dos réus, para que a justiça fosse, finalmente, feita. De acordo com Marinez a decisão da juíza foi um balde de água fria. “Nossas famílias são simples, trabalhadoras. Merecemos respeito”.

Os manifestantes usavam camisetas que remetiam ao lema

da bandeira de Minas Geras – “Liberdade ainda que tardia” –, porém, com a palavra “justiça” no lugar de “liberdade”. Auditores-Fiscais do Trabalho, familiares, sindicalistas e representantes de instituições também ostentaram pirulitos e faixas com a frase: Julgamento Já, em BH!

A história da Auditoria-Fiscal do Trabalho no Brasil está marcada pela Chacina em Unai. Ao longo de nove anos o Sinait foi incansável (e ainda tem sido), acompanhando o processo, levando informações às autoridades competentes a cada novo passo em cada uma das instâncias pelas quais a ação passou. O estarecimento com a decisão da juíza era visível no semblante dos presentes. Unai, cidade dominada pelo poder econômico e político dos irmãos Mânica, não poderia ser palco do julgamento do crime bárbaro. Começou uma preocupação generalizada de como seria formado um júri popular com pessoas subjugadas aos mandantes.

Naquele ano, em Goiânia, Auditores-Fiscais do Trabalho pediram o fim da impunidade pela Chacina de Unai e protestaram contra a possível transferência dos autos do processo para Vara Federal de Unai. No Amazonas o protesto foi em frente à SRT/AM e contou com a participação de Auditores Fiscais do Trabalho e servidores administrativos. A presidente da Associação dos Auditores Fiscais do Amazonas (AAFTAM), Francimary Michelis, externou a indignação da categoria pela demora do julgamento dos acusados da chacina. Em Curitiba, Auditores-Fiscais do Trabalho fizeram uma oração pelas vítimas, em frente ao prédio da SRT/PR. Em vários outros locais, as manifestações se repetiram.

A decisão da juíza de transferir o júri para Unai foi um fato desolador para todos os que aguardavam o julgamento. Antério e Norberto Mânica são poderosos empresários da região. Havia uma crença geral que o julgamento em Unai os beneficiaria, em função do poder econômico do grupo familiar. Prontamente o Ministério Público Federal em Minas Gerais entrou com recurso no TRF1, contra tal decisão. Três meses depois, o STJ cassou a decisão da juíza, determinando que o julgamento fosse realizado em Belo Horizonte.

Assim, o primeiro júri, o dos executores Erinaldo de Vasconcelos Silva, Rogério Alan Rocha Rios e William Gomes de Miranda, foi marcado para o dia 27 de agosto. Eles estavam presos em Contagem. Um pouco antes do início do julgamento dos executores é marcado para o mês de setembro, o julgamento

de outros quatro réus: Norberto Mânica, José Alberto de Castro, Hugo Alves Pimenta e Humberto Ribeiro. Ainda não havia decisão a respeito da data do julgamento de Antério Mânica.

Em maio, na abertura da Audiência Pública da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo, a então senadora Ana Rita (PT/ES) apresentou um vídeo com reportagem da TV Record sobre o crime, que havia sido exibida no dia anterior pela emissora em rede nacional. A senadora, que era presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, lembrou que já haviam se passado nove anos sem que a justiça fosse feita. “Até hoje os assassinos e os mandantes não foram julgados. O primeiro julgamento só deve acontecer em agosto. A gente espera que a justiça seja feita”, afirmou a senadora. Ana Rita cobrou ação do Judiciário e em audiência com o ministro Joaquim Barbosa, então presidente do STF, pediu sua intervenção junto ao CNJ para dar celeridade ao caso.

Agosto chega com muita expectativa em torno do julgamento dos executores da chacina, que começaria no dia 27 daquele mês. Na véspera, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais realizou uma audiência pública para lembrar o caso. Segundo o deputado Durval Ângelo (PT/MG), que presidiu a audiência, a CDH acompanhou toda a tramitação do processo e cumpria o papel de não deixar que o crime caia no esquecimento.

A audiência pública foi realizada a pedido de Carlos Calazans, delegado regional do Trabalho em Minas Gerais em 2004, quando aconteceram os assassinados. Calazans lembrou os nove anos decorridos do crime, as lutas, as manifestações, os atos públicos em várias partes do país, audiências com autoridades.



## O julgamento dos executores

Depois de mais de oito anos os executores da Chacina foram a julgamento, que ocorreu entre os dias 27 e 31 de agosto de 2013, na Justiça Federal em Belo Horizonte. Auditores-Fiscais do Trabalho do país inteiro estiveram na capital mineira para acompanhar os trabalhos presididos pela juíza substituta da 9ª Vara Federal, Raquel Vasconcelos, e acompanhados pelos representantes do Ministério Público Federal Miriam do Rosário Lima e Wladimir Aras, além dos assistentes de acusação, contratados pelo Sinaít para representar as famílias das vítimas, Francisco Rogério Del Corsi e Antônio Francisco Patente.

No primeiro dia de julgamento foram ouvidas oito testemunhas e ainda Marinez Lina de Laia e Helba Soares, viúvas dos Auditores-Fiscais do Trabalho Eratóstenes e Nelson, na condição de informantes. O ex-delegado da Polícia Federal, Antônio Celso dos Santos, que conduziu as investigações à época, prestou um longo depoimento. Interrogado pelos procuradores do Ministério Público Federal e pelos advogados dos réus, ele revelou detalhes das investigações para esclarecer os jurados sobre as circunstâncias do crime.

Em seguida, Vilmar da Silva Ferreira, policial militar que encontrou as vítimas no Trevo das Sete Placas, em Unaí, local até onde o motorista Aílton conseguiu dirigir, após ter sido baleado. Também prestou depoimento, como testemunha, Rita Cristina Carneiro, que era funcionária da Subdelegacia do Trabalho e Emprego em Paracatu. Ela contou que no dia do crime, por volta de 10 horas da manhã, recebeu um telefonema de Antério Mânica perguntando se os Auditores-Fiscais do

Trabalho haviam morrido. Ela ainda não tinha conhecimento do crime. Logo em seguida, segundo o relato de Rita, novamente Antério Mânica telefonou para a Subdelegacia, desta vez para informar que todos haviam morrido.

Outra testemunha importante foi Ellen Fernandes de Melo, à época, empregada da empresa Huma Cereais, de propriedade de Hugo Alves Pimenta. Ela disse que conhecia também José Alberto de Castro e Norberto Mânica, para quem a empresa fazia pagamentos de despesas pessoais com frequência. De acordo com a testemunha, que trabalhava na área financeira da empresa, chamou a atenção, na ocasião, um pagamento feito em espécie. Ela estranhou porque todos os pagamentos da empresa eram feitos por meio de cheques. O dinheiro, segundo consta das investigações, foi para os pistoleiros contratados para executar os assassinatos.

O último depoimento daquele primeiro dia foi do Auditor-Fiscal do Trabalho Fábio Antônio Gomes Araújo. Ele contou que estava presente, juntamente com o também Auditor Joaquim Elégio, no escritório de contabilidade que atendia Norberto Mânica, após uma fiscalização em Unai em 2003, quando o empresário ameaçou Nelson e obstruiu a saída de todos eles da sala, com um chuchu (objeto pontiagudo utilizado na região para furar sacos de feijão e colher amostras). A intimidação foi imediatamente reportada por Joaquim Elégio à chefia de Fiscalização em Belo Horizonte, e só depois de ter ciência disso, Norberto Mânica teria desimpedido a saída.

O caso foi incluído no relatório da fiscalização de Fábio e de Nelson, sendo este último mais detalhado. Nas fiscalizações realizadas, segundo Fábio, foram encontrados trabalhadores sem registro na fazenda de Celso Mânica e alojamentos inadequados na fazenda de Norberto Mânica. O embaraço à fiscalização, efetivada no escritório da empresa, rendeu mais um auto de infração ao fazendeiro.

O delegado da Polícia Civil Wagner Pinto de Souza, que também atuou nas investigações do caso, assim como o delegado da Polícia Federal Antônio Celso dos Santos, fez um resumo das investigações e da conclusão a que levaram, com base nas provas colhidas e depoimentos dos réus. O policial civil João Alves de Miranda, que fez parte da equipe de investigadores, deu detalhes da investigação feita pelas polícias Civil e Federal, as diligências realizadas, como as informações coletadas foram confirmadas e o quebra cabeças foi se formando.

O segundo dia de júri foi marcado por uma surpresa. O empresário cerealista Hugo Pimenta, acusado de ser um dos intermediários do crime, depôs e apontou o fazendeiro Norberto Mânica, conhecido como o “Rei do Feijão”, como o mandante da execução dos três fiscais e do motorista do Ministério do Trabalho. Segundo ele, o crime foi acertado em R\$ 50 mil. A estratégia da defesa de Hugo Pimenta era que ele entregasse todo o esquema em troca de redução na pena, caso fosse condenado por participação no crime. Ele seria julgado em setembro daquele ano.

Segundo o depoimento do empresário, Norberto Mânica mandou José Alberto de Castro, dizer por telefone para Francisco Pinheiro, para “torar o Nelson e todo mundo”. Além disso, o fazendeiro teria oferecido mais dinheiro para Rogério Alan e Erinaldo assumirem a execução como “latrocínio” (roubo seguido de morte). Hugo prestou depoimento na condição de informante, num acordo com o Ministério Público Federal para delação premiada. Ao ser questionado pelo procurador Vladimir Aras, Hugo admitiu que fez acordo de livre e espontânea vontade, tendo assinado um documento.

Logo no início, ele se emocionou e começou a chorar. “Eu fiz um compromisso comigo mesmo de não carregar esta história, de contar esta história e estou aqui para isso”, disse. Quero contar porque fui para a cadeia. Vou contar sobre 27 de janeiro de 2004”. E continuou: “Por volta das 13 horas, fui para minha empresa, como fazia todos os dias. Chegando lá estava o carro do Norberto Mânica em frente à Huma Cereais. Lá, o Norberto estava conversando com o Zé Alberto, que estava no telefone falando exatamente com o Chico Pinheiro. Ele que contratou o Rogério Alan, Erinaldo e William. Norberto ofereceu uma quantia. O Norberto disse: “Fala com o Chico Pinheiro para torar todo mundo”. O procurador quis saber o que era “torar todo mundo”. “Matar todo mundo, excelência”, disse.

Segundo Hugo Pimenta, quando o Norberto mandou executar todos, ele achou que isso não ia acontecer. Norberto, se isso acontece, será muito grave, vai parar na mão do Lula (então presidente da República). Ele disse: “Que nada, eu vendo uma fazenda, que não me faz falta”. O procurador Aras questionou se era declaração do Norberto Mânica. “Sim excelência”, resumiu.

O procurador questionou se os executores sabiam o motivo porque os fiscais foram mortos e Hugo disse que eles “não ti-



nham a especificação, mas sabiam que eram fiscais”. O empresário continuou dizendo que todos foram para a Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte. “Eu, Rogério Alan, William, Chico Pinheiro, Erinaldo e Humberto. Depois o Norberto foi preso”.

Em seguida, fez outra declaração surpreendente. “Na Nelson Hungria, ficamos em pavilhões diferentes e em outro momento fomos para o mesmo pavilhão. Lá, o Norberto, que sempre colocou dinheiro em primeiro lugar, começou a arquitetar um plano para ficar impune. Eu presenciei. Fiquei com eles cinco meses preso. Ele conversou com o Erinaldo e sugeriu que ele assumisse o crime como latrocínio em troca de dinheiro. Ele ofereceu 300 mil, isso dentro da prisão e 200 mil para o Rogério Alan (além do que já tinha sido pago pela chacina)”.

Hugo Pimenta assegurou ao procurador que presenciou essa negociação. “Quando eu fui preso de novo, fiquei mais de um ano. Eu saí e fiz uma promessa de cobrar a dívida para o Erinaldo e o Rogério. Fiz compromisso com os dois para cobrar a dívida do Norberto”. Segundo Hugo, assim foi feito. “O Erinaldo assumiu que foi latrocínio, mas nunca recebeu o combinado. Optei por falar a verdade, porque não aguentava mais. Não sei o que vai acontecer comigo depois”.

“Então é isso excelência, ele fez o acordo e não pagou. Eu estava indignado com o Norberto e fiz uma gravação que já entreguei para o Ministério Público. Minha intenção era que Norberto assumisse o mando e cobrar o que ele havia prometido ao pessoal. Eu fiquei muito indignado com as atitudes do Norberto. Eu cheguei e falei: (tá gravado). Tô aqui e não sei se eu vou voltar para a Nelson Hungria. O pessoal quer receber e você não pagou. Você sabe a situação que eu estou por causa disso. Minha defesa é eu abrir a boca e é por isso que estou fazendo isso”. justificou. Questionado se tinha medo de Antério Mânica, Hugo Pimenta respondeu que falaria sobre Antério no seu próprio julgamento.

A partir desse momento advogados e defensores públicos tiveram autorização da juíza Raquel Vasconcelos para fazer perguntas, mas, orientado pelo advogado Lúcio Adolfo, Hugo disse que não iria responder nenhuma delas. Logo depois, a procuradora Miriam Lima questionou Hugo se depois da Chacina de Unaí, Norberto Mânica chegou a procurar Erinaldo para executar outras pessoas. Hugo afirmou que sim. “Ele procurou



o Erinaldo para matar outra pessoa, que estava devendo a ele num negócio da venda de uma fazenda no Paraná. O Norberto foi até Formosa (GO) procurar o Erinaldo, que disse estar arrependido por causa do crime em Unaí e se recusou”.

Foi apenas no terceiro dia de julgamento que aconteceu o momento mais aguardado: o depoimento dos réus. O primeiro a falar foi Erinaldo de Vasconcelos Silva, que confessou a participação nos assassinatos e confirmou o que Hugo Pimenta havia dito no dia anterior. Ele contou que o fazendeiro Norberto Mânica, foi o mandante do crime e que dias depois da chacina o procurou para que matasse outras pessoas no Paraná, serviço que Erinaldo alegou não ter aceitado fazer.

Erinaldo contou ainda sobre a participação de Rogério Alan Rocha Rios diretamente nas execuções, enquanto a função de William Miranda era auxiliar na fuga dos pistoleiros. Porém, William acabou não chegando a tempo, em razão de um problema com o carro. De acordo com Erinaldo, foi ele mesmo quem convidou a dupla para participar dos assassinatos, logo que recebeu a proposta de Francisco Pinheiro, acusado de ser o agenciador. “O Chico disse que tinha uma pessoa dando trabalho e queria que eu matasse”, contou. Segundo ele, Rogério Alan e William sabiam que o convite era para assassinar uma pessoa. O alvo era o Auditor-Fiscal do Trabalho Nelson José da Silva, mas como ele não estava sozinho, a ordem foi para matar todo mundo. Pelo serviço, Erinaldo e seus comparsas receberiam R\$ 25 mil. Como Nelson não estava sozinho, Norberto mandou dobrar a aposta e pagou o valor de R\$ 50 mil por mais três vítimas, dos quais R\$ 14 mil foram pagos a Alan e William.

Erinaldo já havia assumido as mortes, alegando que foi latrocínio. Neste novo depoimento ele afirmou que fez isso depois de receber uma proposta de Norberto Mânica para assumir sozinho o crime. “Recebi a proposta do Norberto dentro da

cadeia. A gente ficava no mesmo pavilhão (citando a Penitenciária Nelson Hungria). Ele falou para eu assumir sozinho. Primeiro, me daria R\$ 100 mil para eu assumir o crime em juízo. Quando chegou aqui (na Justiça Federal) ele aumentou. O valor de um caminhão com três anos de uso”, disse, avaliando em cerca de R\$ 300 mil a proposta.

Segundo Erinaldo, Rogério Alan também receberia cerca de R\$ 150 mil, mas o dinheiro nunca foi pago a nenhum dos dois, o que resultou em uma carta supostamente escrita por Alan, endereçada a Norberto, cobrando tal promessa. Rogério Alan também já havia confessado sua participação na Chacina de Unaí em depoimento à Polícia Federal, mas seu advogado, Sérgio Moutinho, alegou que ele foi “coagido” e por isso, negaria o crime em novo depoimento.

No julgamento ele se negou a responder as perguntas da acusação e disse apenas que não participou do crime, que não reconhecia o livro de registro do Hotel Athos, em Unaí, onde os três ficaram hospedados na véspera do crime. Consta do inquérito que a página com sua assinatura foi arrancada, porém, foi deixada a outra folha, com o número de seu documento de identidade. Já para seu advogado, ele disse que nunca esteve em Unaí e que no dia do crime, 28 de janeiro de 2004, estava em Salvador. Afirmou que dois dias antes participou da festa de aniversário de seu sogro, à época. Testemunhas de defesa, porém, não conseguiram convencer a acusação sobre o álibi de Rogério Alan.

William Gomes de Miranda também usou o direito de permanecer calado e afirmou que foi ameaçado de morte, por isso



Júri popular condena executores a penas que superam 200 anos de prisão

tinha medo de falar. Para seu advogado, o defensor público Celso Rezende, ele confirmou que foi contratado para ser motorista de Chico Pinheiro.

Era madrugada de sábado, 31 de agosto, quando foi lida a sentença. Os réus Erinaldo de Vasconcelos Silva, Rogério Alan Rocha Rios e William Gomes de Miranda foram condenados por homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha. Erinaldo ainda foi condenado pelo crime de receptação de um veículo roubado, usado na execução do crime. Rogério Alan, que negou participação, recebeu a maior pena: 94 anos de reclusão, em regime fechado. Réu confesso, Erinaldo foi beneficiado pela delação premiada e foi condenado a 76 anos e 20 dias de reclusão, em regime fechado. A sentença para William Gomes foi de 56 anos de reclusão, em regime fechado. A todos foi negado o direito de recorrer em liberdade. A sentença confirmou o crime de mando. Os nove anos em que os assassinos permaneceram presos seriam considerados no cumprimento da pena. Além disso, os três poderiam ter suas penas reduzidas em razão do trabalho realizado na prisão.



# Júri condena réus por Chacina de Unaí

Três acusados da execução de 4 servidores do Ministério do Trabalho, em 2004, receberam penas de prisão que, somadas, chegam a 226 anos

**Marcelo Portela**  
BELO HORIZONTE

Depois de mais de nove anos de batalhas jurídicas em diversas instâncias e quatro dias de julgamento, Erinaldo de Vasconcelos Silva, Rogério Alan Rocha Rios e William Gomes de Miranda foram condenados na madrugada de ontem pelos assassinos de quatro servidores do Ministério do Trabalho, a chamada Chacina de Unaí. Eles foram condenados por um júri popular a penas que, juntas, somam 226 anos de prisão.

Os auditores fiscais Nelson José da Silva, Eratóstenes de Almeida Gonçalves e João Batista Soares Lage e o motorista Ailton

Pereira de Oliveira foram mortos em 28 de janeiro de 2004 na zona rural do município do noroeste de Minas Gerais.

Aotodo, oito denunciados respondem pelo crime, mas o julgamento encerrado ontem foi o primeiro relativo ao caso. A pena mais pesada foi aplicada a Rogério Alan, sentenciado a 94 anos de prisão. Erinaldo, que confessou o crime, recebeu o benefício da delação premiada e recebeu pena de 74 anos de reclusão. A sentença mais leve aplicada pela juíza Raquel Vasconcelos Alves de Lima, substituída da 9ª Vara Federal de Belo Horizonte, foi para William, condenado a 54 anos porque o júri popular acatou a tese de que ele teve participação de menor importância — ficou encarregado de

providenciar o carro para fuga do trió local das execuções. Os advogados de Rogério Alan e Erinaldo disseram que vão recorrer da decisão. Willian foi representado por um defensor público.

**Semiaberto.** A lei brasileira determina que uma pessoa pode ficar presa por no máximo 30 anos. Como a chacina ocorreu antes de mudança na legislação que agrava punições para crimes como este, os condenados, que já estão presos há nove anos, têm direito a progressão de regime após cumprirem um sexto da pena, além de usar os dias trabalhados na cadeia para reduzir a pena. William, por exemplo, poderá passar para o regime semiaberto em poucas semanas. Erinaldo terá que cum-

prir cerca de três anos em regime fechado, enquanto Rogério Alan terá direito ao benefício em aproximadamente seis anos.

A sentença foi comemorada por parentes das vítimas e servidores do Ministério do Trabalho, que cantaram o Hino Nacional. Para o procurador da República Vladimir Arns foi uma dupla vitória porque ficou "comprovado o crime de mando".

Em 17 de setembro começaram a ser julgados Hugo Alves Pimental, José Alberto de Castro, Humberto Pereira da Silva e Norberto Mânica — um dos maiores produtores de feijão do País ao lado do irmão Antério, ex-prefeito de Unaí. Os Mânica são apontados como mandantes da chacina. O julgamento de Antério ainda não foi marcado.

## Ex-assessor da Casa Civil é preso no Paraná

O ex-assessor da Casa Civil do governo federal Eduardo Gaievski foi preso na madrugada de ontem em Foz de Iguaçu (PR). Ele estava fujido desde que a Justiça decretou sua prisão por abuso sexual de menores. Gaievski foi transferido para o 3.º Distrito Policial de Curitiba. Na chegada ele disse que é inocente.

Filiado ao PT, o ex-assessor foi prefeito de Realeza (PR) de 2005 a 2012. Este ano, Gaievski foi nomeado como assessor especial

pela ministra Gleisi Hoffmann para acompanhar o desenvolvimento de programas federais. Após a revelação do caso, ele foi exonerado. Gleisi divulgou nota na qual defende que as acusações sejam "apuradas, levando-se às últimas consequências".

O advogado de defesa de Gaievski, Rafael Antonio Seben, afirmou que já enviou as provas da inocência de seu cliente à Justiça de Realeza. / EDSON FONSECA, ESPECIAL PARA O ESTADO

A então presidente do Sinait Rosângela Rassy comemorou o resultado do julgamento. Esta noite é histórica para nós, Auditores-Fiscais do Trabalho. A justiça, enfim, começou a ser feita”. Rosângela alertou que a categoria aguardava o julgamento dos outros réus, entre eles, os mandantes. “Com essa condenação acreditamos que está mais próxima a condenação dos demais réus, incluindo os mandantes”.

Familiares e colegas das vítimas, além de vários dirigentes do Sinait comemoraram muito. O ambiente formal da Justiça Federal deu lugar a gritos e lágrimas de contentamento. Começava, de fato, a se fazer justiça. O momento foi emocionante. No dia seguinte, 1º de setembro, o procurador federal Vladimir Aras, que atuou no julgamento, publicou sobre o assunto em seu blog:

*(...) “Ao final da leitura da sentença, veio o brado retumbante. Vários familiares e colegas das vítimas gritaram: “Justiça! Justiça!” e “Viva o Brasil!” e, de mãos dadas, cantaram o Hino Nacional. Todos já estavam de pé. Muitos deles choravam copiosamente. O réu William Gomes de Miranda também chorou. Aparentando respeito por aquele momento, Erinaldo Vasconcelos baixou a cabeça. O terceiro réu permaneceu impassível. Da bancada do Ministério Público, no plenário do júri, presenciei, silente, uma emocionante demonstração de civismo e de regozijo dessas pessoas, não pelo infausto destino dos executores e seus mandantes, mas pelo reencontro com a fé de que no futuro seremos um País melhor, no qual a vileza, a avaréza e a prepotência não prevalecerão sobre a vida e os direitos dos nossos semelhantes”. (<https://vladimiraras.blog/2013/09/01/se-ergues-da-justica-a-clava-forte/>)*

Todas as expectativas se voltaram para o julgamento dos intermediários e mandantes, que começaria no dia 17 de setembro. Não só familiares, colegas e amigos das vítimas, mas o país inteiro assistiu a mais uma vitória da impunidade. No dia 16 de setembro, véspera do julgamento, o então ministro Marco Aurélio de Mello, do STF, concedeu liminar suspendendo o julgamento de Norberto Mânica. Na mesma data a Justiça Federal em Belo Horizonte suspendeu o julgamento de Hugo Pimenta, José Alberto de Carvalho e Humberto Ribeiro. Eles seriam julgados junto com Norberto Mânica. O julgamento de Antério Mânica, que já tinha sido marcado para o dia 1º de outubro, também foi suspenso.

Em outubro de 2013 o STF iniciou a votação de pedido de *habeas corpus* impetrado pela defesa de Norberto Mânica, para que o julgamento do réu fosse realizado em Unaí. Marco Aurélio Mello, relator do *habeas corpus*, que já havia concedido a liminar que impediu a realização do julgamento no dia 17 de setembro, votou pela realização do julgamento em Unaí. A ministra Rosa Weber votou pelo julgamento na 9ª Vara Fe-

deral em Belo Horizonte. A votação ficou empatada porque o ministro Luiz Fux, ainda não havia proferido seu voto, quando o colega Dias Toffoli pediu vista aos autos.

No dia seguinte o Sinait abriu uma frente de trabalho para evitar a realização do júri em Unaí, mobilizando a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH).

A defesa de Norberto alegou que o julgamento do acusado não poderia ser realizado em Belo Horizonte, sob o argumento de que ele deveria ser julgado por seus concidadãos, ou seja, pessoas conhecidas do réu. Rosângela Rassy, presidente do Sinait, se mostrou preocupada, pois a decisão sobre o *habeas corpus* poderia abrir precedentes para anular a decisão do júri que condenou os executores do crime. Em caso de aceitação do pedido pelo STF, os pistoleiros também poderiam pedir para que o julgamento acontecesse na cidade onde ocorreu o crime.

No final de outubro dirigentes do Sinait estiveram no STF, em audiência com Dias Toffoli, para tratar do seu pedido de vista aos autos. A presidente do Sinait deu detalhes do processo até aquele momento, lembrando que há quase dez anos os réus usavam artifícios processuais para atrasar seu andamento. O pedido de *habeas corpus* era mais um desses artifícios. Dias Toffoli disse que iria analisar o processo do ponto de vista jurídico, embora entendesse que episódios como o de Unaí causem tristeza.



## **Atos e atividades em 2014 e 2015**

Dez anos. 3.650 dias de impunidade. O dia 28 de janeiro de 2004 estava cada vez mais distante. Executores da chacina estavam presos. Haviam sido julgados e condenados. Mandantes e intermediários soltos, protelando cada vez mais a definitiva solução para o caso, ou seja, a condenação e prisão dos mentores intelectuais do crime. Concentrados em frente ao STF, Auditores-Fiscais do Trabalho, familiares e autoridades apelaram aos ministros para que mantivessem o júri em Belo Horizonte, em mais uma manifestação.

A escolha do local foi estratégica, pois desde outubro de 2013, a Corte analisava um pedido de habeas corpus impetrado pelos réus, pedindo a transferência do júri para Unai, demanda que contrariava decisão anterior do STJ que manteve o júri em Belo Horizonte. O ministro Marco Aurélio Mello votou a favor da transferência do júri para Unai, a ministra Rosa Weber votou contra. Em seguida, o ministro Antônio Dias Toffoli pediu vista e o processo não tinha andando mais.

Mais uma vez foi o ato contou com participação de dezenas de pessoas. Auditores-Fiscais do Trabalho de todo o país, diretores e delegados sindicais do Sinait, o então ministro do Trabalho e Emprego Manoel Dias; o deputado estadual Durval Ângelo (PT/MG); o presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, Gabriel Rocha, representante da Secretaria de Direitos Humanos; o ator Leonardo Vieira e o padre Ricardo Rezende Figueira, representantes do Movimento Humanos Direitos (MhuD); padre Ari Antônio, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); a procuradora Daniela Varanda, da



ANPT; Frei Xavier Plassat, da CPT; José Guerra, da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae); Leonardo Sakamoto, da ONG Repórter Brasil e Paulo Sérgio de Almeida, secretário de Inspeção do Trabalho na ocasião, além das viúvas Eratóstenes, João Batista e Nelson.

Dez mil balões pretos, que ainda eram usados para simbolizar o luto, encheram o céu de Brasília. Os presentes gritavam “Justiça! Julgamento Já!”. Ao abrir o ato Rosa Jorge, que tinha voltado à presidência do Sinait, lamentou o fato de depois de dez anos, todos estarem reunidos ali, ainda pedindo a realização do julgamento e disse que a categoria, as famílias e a sociedade haviam esperado demais. “Queremos que os ministros do Supremo julguem corretamente, garantindo o julgamento dos mandantes em Belo Horizonte, demonstrando que o Estado de Direito persiste, apesar de todas as tentativas de negá-lo”, disse.

O ministro Manoel Dias ressaltou que a categoria tem uma atuação reconhecida no mundo inteiro, tendo sido destaque na Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e reconheceu que o número reduzido de Auditores-Fiscais do Trabalho em atividade representava dificuldade no avanço das ações fiscais no país. Manoel Dias disse que sua participação no evento tinha o objetivo de pedir agilidade nos processos que faltavam ser julgados. “É preciso que o julgamento dos responsáveis pela Chacina de Unai aconteça. A lei existe para todos. Os culpados devem ser punidos exemplarmente, para mostrar que no Brasil as leis são respeitadas e que a Justiça é feita”, concluiu.

O Sinait divulgou um manifesto que foi lido pelo ator Leonardo Vieira, do Movimento Humanos Direitos, que é formado por artistas e intelectuais que militam em defesa dos Direitos Humanos. O texto lembrava o crime e o julgamento e condenação dos executores em 2013 e lamentava que os mandantes, além de estarem livres, tentavam transferir o júri para Unai.

Leonardo Vieira leu, ainda, uma nota da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. A escravidão moderna é uma das finalidades do crime de tráfico de pessoas, que foi o tema da Campanha da Fraternidade de 2014. A CNBB afirmava “que o trabalho escravo envergonha o país e avilta a dignidade humana, assim como o tráfico humano, e acontecem porque os contraventores têm certeza da impunidade. Denunciar esses crimes é dever de toda a sociedade”.





O deputado mineiro Durval Ângelo comunicou que por iniciativa da Comissão de Direitos Humanos, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) cassou a Medalha de Mérito Legislativo concedida a Antério Mânica, em 2008. “Criminoso e bandido não podem ser agraciados. Hoje ele não está mais no rol dos homenageados. Isso é fruto da organização de vocês”.

A cobertura do ato público de veículos de todo o país foi maciça. Jornalistas de canais de TV, rádios, jornais e sites acompanharam a manifestação e conversaram com Auditores-Fiscais do Trabalho e com as viúvas dos Auditores-Fiscais assassinados. A presidente do Sinait, disse em entrevista, que o crime foi praticado contra o Estado de Direito, por pessoas que se acham acima da lei e que os mandantes vinham fazendo de tudo para adiar o momento do julgamento porque sabiam que as provas contra eles eram contundentes. Ela reiterou que o Sindicato não iria permitir que o crime caísse no esquecimento.

Os dez mil balões pretos que foram soltos no local são sinal do luto, tristeza e indignação da categoria. “Dez anos sem julgamento significam que as autoridades brasileiras não estão dando a devida atenção que esse caso merece. Como dizia Rui Barbosa: ‘Justiça lenta é injustiça’”, disse Rosa Jorge.

Naquele dia, em Brasília, ocorreu também o evento de lançamento da campanha “MPF no Combate ao Trabalho Escravo”, promovido pelo Ministério Público Federal. Carlos Calazans, que ocupava o cargo de delegado regional do Trabalho em Minas Gerais na época do crime, chamou a atenção de todos para a data. A presidente do Sinait, Rosa Jorge, e as viúvas dos Auditores-Fiscais mortos em Unaí também se manifestaram.

Rosa Jorge falou sobre o ato do Sinait que aconteceu naquela manhã, em frente ao STF, lembrando que a pretensão era mostrar a indignação dos Auditores-Fiscais do Trabalho com a demora no julgamento dos mandantes. Ela explicou a situação do caso, em que somente três acusados foram julgados, em agosto de 2013, e que mais um recurso apresentado pelos acusados de serem os mandantes adiou o julgamento que estava marcado para 17 de setembro de 2013. “Entendemos que quem teme é porque deve. Dez anos é muito tempo e queremos que se faça justiça”.

A mobilização da categoria em busca de justiça não se restringiu ao evento realizado pelo Sinait. Ano após ano, cole-

Apesar de todas as manobras judiciais dos mandantes e intermediários o Sinait e a categoria nunca desistiram da luta



Brasília foi palco de mais uma manifestação

gas saem de casa, nos seus estados para fazer o mesmo. Dez anos de crime foi uma data emblemática e houve movimentação em muitas capitais. Convocados pelas Delegacias Sindicais do Sinait no Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Rondônia, colegas também realizaram atos públicos para pedir o fim da impunidade e protestar por melhores condições de trabalho. A maioria das manifestações foi em frente às Superintendências Regionais do Trabalho dos Estados.

Em Belo Horizonte a data foi lembrada no dia 27 de janeiro quando representantes da AAFIT/MG e familiares das vítimas estiveram na Assembleia Legislativa, em visita à Comissão de Direitos Humanos.

Em Salvador (BA), os Auditores-Fiscais pararam o trânsito para mostrar faixas pedindo justiça pelo caso e em protesto contra o sucateamento do Ministério do Trabalho e Emprego. O ato público em Fortaleza (CE) contou com a participação de Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. Em São Luís (MA), os Auditores-Fiscais se reuniram na Associação dos Auditores-Fiscais do Trabalho no Maranhão (Aitema) para marcar o Dia do Auditor-Fiscal do Trabalho, o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e os dez anos da Chacina de Unaí.



Mobilização envolve a categoria em vários estados

Em Cuiabá, capital mato-grossense, o ato público “Impunidade gera Trabalho Escravo” foi realizado pela Delegacia Sindical do Sinait (DS/MT) e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) no auditório da Procuradoria-Geral do Trabalho. Estiveram presentes representantes de entidades e de órgãos públicos, servidores administrativos da SRT/MT e Auditores-Fiscais do Trabalho.

Na SRT/PR, em Curitiba, os Auditores-Fiscais se mobilizaram e permaneceram no local por uma hora como protesto para que o julgamento se realizasse em Belo Horizonte (MG). Em Recife (PE), além de pedirem o fim da impunidade, os Auditores-Fiscais denunciaram a falta de segurança que enfrentam durante as operações.

Em Teresina (PI) e em Porto Velho (RO), os Auditores-Fiscais e os servidores administrativos se uniram para pedir pressa na conclusão do julgamento e por melhores condições de trabalho. No Pará, eles paralisaram suas atividades na SRT/PA por uma hora para protestar contra a demora da Justiça em punir os responsáveis pela Chacina.

Em fevereiro, dirigentes do Sinait foram recebidos pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, na sede do órgão. Janot ouviu explicações sobre o andamento do processo como o fato de que os acusados entraram com *habeas corpus* no STF para que fossem julgados em Unaí. O procurador-geral prontificou-se a manter contato no STF, para que o processo fosse colocado em pauta e o julgamento enfim, ocorresse.

Também em fevereiro, Rosa Jorge e Carlos Silva, presidente e vice-presidente do Sindicato, respectivamente, estiveram em

audiência com o ministro do STF, Dias Toffoli, para conversar sobre alguns pontos considerados relevantes no julgamento do *habeas corpus*, que se encontrava parado na Corte. Dias Toffoli foi o autor de um pedido de vista que provocou a suspensão do julgamento, em outubro de 2013.

Uma semana antes do crime completar onze anos o Sinait veiculou uma campanha na qual cobrava o julgamento dos mandantes. O objetivo foi mostrar a indignação das famílias e colegas dos Auditores-Fiscais do Trabalho Eratóstenes, João Batista e Nelson e do motorista Aílton com a impunidade do caso.

Uma petição eletrônica pedindo que o STF retomasse o julgamento foi lançada no dia 26, por iniciativa do Auditor-Fiscal do Trabalho Magno Riga. Além de pedir que o STF retomasse o julgamento do *habeas corpus*, a petição exigia que o júri fosse realizado em Belo Horizonte (MG) e não em Unaí, como pretendiam os mandantes. O Sinait fez o mesmo pedido em encontro com a ministra Carmem Lúcia, do STF, presidente em exercício da Corte naquele momento. Participaram a presidente do Sindicato Rosa Jorge e o vice, Carlos Silva, o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, o secretário de Inspeção do Trabalho, Paulo Sérgio de Almeida, e as viúvas dos Auditores-Fiscais Genir Lage, Helba Soares e Marinez Lina de Laia.

Onze mil balões para lembrar onze anos do crime. Logo após o encontro com a ministra ocorreu o Ato Público Cidadania, com grande participação de servidores públicos e entidades. Além dos balões, haviam faixas, placas e camisetas pedindo justiça. Estava claro que a transferência do julgamento de Belo Horizonte para Unaí poderia significar a impunidade dos acusados. O poder dos mandantes causava preocupação. Eram e ainda são os maiores empregadores e compradores da região. Nessas condições, a escolha dos jurados estava ameaçada.

Onze anos é tempo demais para quem aguarda por justiça. Auditores- Fiscais do Trabalho de todo o Brasil protestam





O ato teve grande repercussão na mídia nacional e mostrou a importância de manter a mobilização, a crença de que a justiça estava para chegar. Na tragédia de Unai cada Auditor-Fiscal do Trabalho é vítima, mas a categoria não esmoreceu e se mantém unida pelo sentimento de justiça. A cada ano, cada ato, cada balão inflado, tem objetivo de mostrar que o Sinait, os Auditores-Fiscais do Trabalho e demais servidores não deixarão o crime cair no esquecimento.



Inspetores do Trabalho do Uruguai e Paraguai participaram das mobilizações

Mais uma vez o Sinait contou com o apoio de entidades, sindicatos, confederações e órgãos internacionais, que enviaram representantes, no ato que lembrou os onze anos do crime. Estiveram presentes o então procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Mello, que falou sobre a parceria fundamental entre as instituições, que as carreiras trabalham e sofrem juntas e não podem concordar com impunidade.

Mais uma vez o Sinait contou com o apoio de entidades, sindicatos, confederações e órgãos internacionais, que enviaram representantes, no ato que lembrou os onze anos do crime. Estiveram presentes o então procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Mello, que falou sobre a parceria fundamental entre as instituições, que as carreiras trabalham e sofrem juntas e não podem concordar com impunidade.

Carlos Eduardo de Azevedo Lima, da ANPT, considerou o momento especial. “O dia de hoje traz um sentimento misto de impunidade e luta, porque após onze anos, nós estamos aqui e continuamos com o mesmo empenho para condenar os culpados pela Chacina de Unai”.



Cláudio Damasceno, do Sindifisco Nacional, disse considerar a luta do Sinait uma batalha dos servidores públicos como um todo, uma guerra que deveria mobilizar todo o funcionalismo brasileiro. Ele conclamou os servidores a participarem de uma mobilização contínua. “Precisamos permanecer concentrados neste combate e hoje, somos todos Auditores-Fiscais do Trabalho, hoje somos todos Sinait!”

Edison Guilherme Haubert, do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), falou sobre a importância da participação das entidades no protesto, que era preciso confiar que o julgamento aconteceria em Belo Horizonte.

Raimundo Salvador do Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília (STICMB) afirmou que a participação no Ato Público pela reivindicação do julgamento dos mandantes da Chacina de Unaí em Belo Horizonte representava uma data marcante para a entidade. Ele disse que estavam juntos com o Sinait havia onze anos pedindo justiça. A Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) também estiveram presentes no ato.

O jornal Correio Braziliense publicou na edição de 28 de janeiro, na editoria de Opinião artigo da presidente do Sinait, Rosa Jorge.

## Chacina de Unaí continua impune

Onze anos atrás, em 28 de janeiro, três Auditores-Fiscais do Trabalho e um motorista do Ministério do Trabalho e Emprego foram assassinados numa estrada rural do município de Unaí (MG). Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva, conduzidos por Aílton Pereira de Oliveira, dirigiam-se para uma fazenda onde fariam uma fiscalização para verificar o cumprimento da legislação trabalhista. O carro foi interceptado e eles foram executados à queima-roupa. Começava ali uma história de luta por justiça.

Passados nove anos, com muitas idas e vindas em todas as esferas judiciais, três dos nove indiciados foram julgados e condenados em Belo Horizonte (MG). Um dos réus faleceu. Outros cinco não foram a julgamento e, atualmente, tentam a transferência do julgamento para a Vara Federal de Unaí, onde residem e têm influência política e econômica. O recurso está parado no Supremo Tribunal Federal há um ano e quatro meses.

Ano após ano, realizam-se manifestações pedindo justiça, julgamento já, condenação para os culpados. Agora, pede-se também que o

juízo seja em Belo Horizonte, para garantir decisão imparcial, isenta. Os executores foram julgados, mas os mandantes estão soltos, sem punição. É preciso encerrar esse ciclo, para que as famílias tenham paz. É preciso punir os responsáveis pela barbárie que afrontou o Estado e a sociedade.

A impunidade funciona como combustível para ameaças a Auditores-Fiscais do Trabalho. Em todo o país, a Chacina de Unai é citada por empregadores insatisfeitos com a fiscalização para intimidar e ameaçar. Desde 2004, são numerosos os casos de atentados e agressões. Em Mato Grosso do Sul, uma equipe do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, que combate o trabalho análogo ao escravo, ficou sob fogo cruzado em uma fazenda. Outra equipe, no Pará, foi seguida em estrada deserta, após fiscalização, mesmo acompanhada da Polícia Federal. Também no Pará, um Auditor-Fiscal foi agredido durante ação fiscal. Em Santa Catarina, produtores rurais fecharam as saídas de uma cidade para impedir a equipe de fiscais de continuar o trabalho. No Rio Grande do Sul, um fiscal foi espancado quase até a morte. Na Bahia, Auditores-Fiscais receberam telefonemas anônimos e denúncias de emboscadas. Há muitos outros.

O 28 de janeiro passou a ser símbolo de luta e resistência à exploração de trabalhadores. Em homenagem aos servidores assassinados, a data foi instituída como o Dia do Auditor-fiscal do Trabalho e o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, que se insere na Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Os Auditores-Fiscais são os agentes públicos que fazem a repressão direta à escravidão contemporânea.

Desde 1995, quando foram criados os grupos móveis de fiscalização, mais de 47 mil trabalhadores foram libertados do trabalho análogo ao escravo, que é crime previsto no artigo 149 do Código Penal brasileiro. Por iniciativa dos Auditores-Fiscais foram criados a Lista Suja de empregadores e o Seguro-Desemprego especial para trabalhadores resgatados. No ano passado, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 81, que prevê a expropriação de áreas rurais e urbanas, ainda pendente de regulamentação.

A mais recente ação para evitar a reincidência dos trabalhadores na prática é o Programa Ação Integrada. O projeto-piloto implantado em Mato Grosso qualificou e deu trabalho digno a centenas de trabalhadores. O Sinait, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Procuradoria-Geral do Trabalho, entre outros parceiros, buscam a nacionalização do programa, uma vez que há incidência de trabalho escravo em todo o Brasil, em atividades rurais e urbanas.

Essas ações incomodam. No Congresso Nacional há projetos de modificação da redação do artigo 149 do Código Penal e a Lista Suja é questionada judicialmente. São tentativas de retrocesso, mesmo diante do reconhecimento internacional dos avanços obtidos pela Auditoria-Fiscal do Trabalho no combate ao trabalho escravo, modelo para o mundo. Há muito o que avançar, muito pelo que lutar. Um passo importante é o julgamento e condenação dos responsáveis pela Chacina de Unai. Impunidade é injustiça. Justiça já!



2023  
JUSTIÇA JÁ! Sospetra

JUSTIÇA JÁ!  
DEJAG

CHACINA DE UMA JUSTIÇA JÁ!  
DEJAG  
TOSTEVES  
HÉLIO  
CRISTINA  
NELSON  
AILTON

CHACINA DE UMA JUSTIÇA QUE SEJÁ FEITA  
DEJAG  
TOSTEVES  
HÉLIO  
CRISTINA  
NELSON  
AILTON  
2023

## O julgamento de Norberto Mânica e José Alberto de Castro

Depois de quase dois anos, o julgamento no STF é retomado e ministros decidem que o julgamento dos réus deveria ser mantido em Belo Horizonte (MG). Na retomada da votação do caso, os ministros Luiz Fux e Dias Toffoli decidiram pelo julgamento na capital mineira. Em votação anterior ao pedido de vista, a ministra Rosa Weber já havia votado também favorável ao julgamento em Belo Horizonte. Ficou vencido o voto do ministro Marco Aurélio. O ministro Luiz Roberto Barroso se declarou impedido por ser próximo aos advogados dos réus.

Assim, quase 12 anos depois do crime, no dia 27 de outubro de 2015, teve início o julgamento de Norberto Mânica e José Alberto de Castro, acusados de serem respectivamente mandante e intermediário do crime, na Justiça Federal, em Belo Horizonte. O júri foi presidido pelo juiz federal Murilo Fernandes de Almeida. A data marcada anteriormente era 22 de outubro, porém, por meio de uma manobra, a defesa dos réus conseguiu o adiamento, o que provocou revolta nos Auditores-Fiscais do Trabalho que haviam se deslocado para Belo Horizonte para acompanhar o julgamento.

Em uma manifestação silenciosa na calçada do prédio da Justiça Federal, Auditores-Fiscais do Trabalho formaram quatro cruces humanas que simbolizaram as vítimas da Chacina de Unai. Vestidos de preto, em sinal de protesto, eles deitaram sobre panos brancos que ocuparam toda a calçada da movimentada avenida onde fica o prédio. Os manifestantes esperavam que naquele dia tivesse início o julgamento, tantas vezes adiado.



Auditores-Fiscais do Trabalho formam cruzes humanas na abertura do julgamento

O então ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, acompanhou a sessão, juntamente com o secretário do Trabalho José Lopes Feijó e representantes da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT). Ele disse, no início do julgamento, que o assassinato dos servidores em 2004 é um crime contra o Estado brasileiro. “Nós convivemos com situações de conflito em todos os lugares do nosso país. Nós temos que reduzir esse padrão de conflito, temos que assegurar o cumprimento da legislação do trabalho”, disse o chefe da pasta.

Os depoimentos do delegado da Polícia Civil Wagner Pinto e do delegado da Polícia Federal Antônio Celso dos Santos, que conduziram as investigações, confirmaram o que eles já haviam dito no julgamento dos executores: o alvo era o Auditor-Fiscal

do Trabalho Nelson, auditor experiente e conhecido por ser muito rigoroso; Nelson já havia aplicado multas ao fazendeiro Norberto Mânica em ações fiscais anteriores; a existência de documento do Ministério do Trabalho no qual consta denúncia de Nelson referente à ameaça sofrida por parte de Norberto Mânica, além das comunicações telefônicas interceptadas por ocasião das investigações.

Em seu depoimento como colaborador da Justiça, o empresário Hugo Pimenta, que também é réu no processo e fez acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal, deu detalhes sobre a montagem do crime. O empresário disse que Mânica pediu a ele o contato de pistoleiros para matar o Auditor-Fiscal Nelson e relatou ainda, que após o crime, perguntou ao fazendeiro se ele estava arrependido, e obteve a seguin-

te resposta: “O Nelson eu mataria mil vezes”. Com relação à participação de José Alberto, Hugo Pimenta explicou que o réu teria ligado para Francisco Pinheiro para arregimentar os atiradores. Pinheiro foi acusado de ser contratante dos pistoleiros. Ele esteve preso na Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem (MG), e morreu em 2013, vítima de um AVC.

Hugo Pimenta negou ter participado diretamente da arquitetura do crime e acusou o fazendeiro Norberto Mânica de ter sido um dos mandantes do crime em audiência de delação que durou três horas. “O senhor quer que eu responda o que gostaria de ouvir e não o que realmente aconteceu”. Esta foi uma das frases ditas por Hugo Pimenta ao advogado de defesa de Norberto Mânica, Antônio Carlos de Almeida Castro.

Pimenta, que tinha relacionamento profissional e de amizade com Norberto, afirmou que Mânica frequentava diariamente seu escritório e, que em um dia disse: “Não aguento mais aquele Nelson”. E perguntou: “Não sabe de alguém que o mate para mim?”. Pimenta disse ter negado conhecer alguém, mas que José Alberto Castro, também presente, teria afirmado conhecer uma pessoa.

A partir daí, relatou ele, Castro entrou em contato com Francisco Pinheiro para atuar na contratação dos pistoleiros. O valor a ser pago seria de R\$ 25 mil, mas acabou passando para R\$ 50 mil, em razão terem que matar mais pessoas. Parte do dinheiro teria sido adiantada a Francisco Pinheiro para iniciar a procura do “fiscal”, que morava em Unaí (MG). De acordo com o réu delator, o plano inicial era matar apenas Nelson, mas as tentativas em sua residência foram frustradas por ter cerca elétrica instalada em volta. Então, foi arquitetada a emboscada e os outros Auditores-Fiscais e o motorista também foram mortos por estarem no carro.

Hugo Pimenta afirmou ainda ter tentado, por duas vezes, convencer o fazendeiro a não mandar os pistoleiros cometerem o crime. “Isso vai parar na mão do Lula (o então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva), afirmei para o Norberto”. A resposta do fazendeiro, segundo ele, foi que não havia preocupação quanto a isso. Em outro momento, o fazendeiro teria dito: “O mundo é pequeno demais para mim e o Nelson”.

O cerealista relatou ainda que, um dia após a chacina, o fazendeiro comentou a repercussão do crime. “Mânica me perguntou: Viu a repercussão? Respondi: Não falei que ia parar



Hugo Pimenta, um dos intermediários, delatou os mandantes

no Lula?»), disse. No dia do crime, o então vice-presidente da República, José Alencar, que era presidente em exercício, emitiu nota de repúdio aos assassinatos. Ele também esteve no velório dos servidores, realizado em Belo Horizonte.

O pistoleiro Erinaldo Vasconcelos, condenado a 76 anos de prisão por participar da chacina, já tinha entregado Mânica como contratante, logo que foi preso em 2004. Ele manteve a versão durante o seu julgamento em 2013, e também em 2015. Erinaldo ainda relatou que foi chamado por Francisco Pinheiro para matar os “fiscais” e detalhou o roteiro feito por ele e pelos demais executores naquele dia. Ele disse que Hugo Pimenta, ao contratá-lo, teria afirmado que o patrão era o Norberto e que a orientação era insistir na tese de que se tratava de assalto. Vasconcelos ainda contou que Norberto o procurou em Goiás, depois da Chacina de Unaí, para encomendar outro homicídio, desta vez, no Paraná.

No segundo dia de julgamento servidores do Judiciário Federal fizeram uma bonita manifestação em solidariedade às vítimas do crime e pediram a condenação dos envolvidos que estão sendo julgados. Eles soltaram balões brancos e deram um abraço simbólico no prédio onde era realizado o júri popular.

O policial civil João Alves de Miranda, que fez parte da equipe de investigadores que desvendou o crime, também foi ouvido e deu mais detalhes da investigação das polícias Federal e Civil. Ele disse que a investigação mostrou que o crime estava sendo arquitetado dois meses antes.

Uma das estratégias da defesa para desqualificar a delação de

Hugo Pimenta foi apontar que os envolvidos não teriam se falado por telefone no dia dos crimes. O Ministério Público Federal, contudo, apontou a comunicação telefônica. O agente da Polícia Federal Cláudio de Figueiredo Paradas, que foi um dos primeiros a encontrar os corpos dos Auditores-Fiscais dentro do carro, relatou em seu depoimento que nas interceptações telefônicas ficou claro que Mânica planejava fugir para o Paraguai.

O terceiro dia foi marcado pelos depoimentos dos réus. Norberto Mânica deu sua versão para o crime e negou participação. O “Rei do Feijão” tentou desqualificar os depoimentos de outros réus que o apontaram como responsável por contratar os pistoleiros para tirar a vida dos servidores públicos. “Nunca cogitei matar ninguém”. O fazendeiro negou ter feito ameaças à vítima, e chegou a se referir a Nelson como um profissional “austero, mas justo”. Ele afirmou que “não houve ameaça, não houve briga, houve uma discussão normal”. Em certo momento, entretanto, ele se referiu ao desentendimento como “briga” e se corrigiu rapidamente. Em seguida, deu sua versão para tal episódio.

Mânica disse que havia acabado de ganhar um calador de feijão (instrumento pontiagudo, também conhecido como chucho, usado na lavoura) quando se dirigia para o escritório que fazia a contabilidade de sua fazenda e que ficava em frente à sala do condomínio rural que mantinha com os irmãos à época do crime. Segundo ele, ao chegar na sala, encontrou Nelson e outros

Rosa Jorge, presidente do Sinait, conversou com a imprensa sobre as expectativas para o julgamento





fiscais, que questionavam o registro de alguns funcionários. Mânica disse que houve uma discussão verbal entre ele e Nelson. Na delação premiada, Hugo Pimenta, confirmou que com o instrumento na mão, Norberto havia dito: “Isso é bom pra enfiar na barriga de preto”. Ao juiz Murilo de Almeida, Mânica alegou acreditar que fora incluído no processo por causa deste desentendimento e também pelo registro de ligações telefônicas.

José Alberto de Castro, interrogado logo depois de Norberto, assumiu ter contratado os pistoleiros com o intermédio de Francisco Pinheiro. Porém, disse que o único contato que teve foi com Hugo Pimenta, que solicitou o ‘serviço’ e repetidas vezes afirmou que Norberto estaria tendo muitos problemas com o Auditor-Fiscal do Trabalho Nelson.

A defesa de José Alberto já havia adiantado que ele iria admitir participação no crime. “Eu estou aqui pra assumir a minha culpa. Eu errei, eu errei, eu errei”. Assim, iniciou o réu. Ele disse que participou das negociações com Francisco Pinheiro. E acrescentou que Hugo Pimenta foi quem solicitou a contratação e pagou pelos assassinatos. “O Hugo dizia que esta era a vontade de Norberto Mânica”.

Segundo Castro, o combinado era matar somente o Auditor-Fiscal Nelson, contrariando o depoimento do pistoleiro Erinaldo de Vasconcelos, que afirmou ter ligado para os intermediários informando que o Nelson estava acompanhado de outras três pessoas e ter obtido a autorização para “torar” todos. De acordo com o depoimento, Hugo Pimenta foi quem começou com as conversas para matar Nelson. O réu afirmou que conhecia Hugo Pimenta, pois trabalhavam com lavoura de milho.

Sua estratégia para isentar Norberto Mânica foi dizer que não tinha convívio com o fazendeiro e que nunca andou de carro com ele. José Alberto admitiu que no dia da chacina fez ligações para a fazenda de Mânica, mas para tratar de notas e carregamento de grãos de uma carga, pois intermediava a compra feita por Hugo. “Se o Norberto teve participação eu não tenho condição de falar”. José Alberto de Castro não soube responder qual seria o interesse de Hugo em matar Nelson, mas repetiu que ele afirmava que Norberto estava tendo problemas com o Auditor-Fiscal.

Defesa e acusação apresentaram peças para os jurados que eram fundamentais para que tomassem sua decisão. O Ministério Público Federal apresentou reportagem veiculada no

programa Domingo Espetacular da Rede Record em 5 de maio de 2013, com o nome “Dossiê de Unaí – 9 anos”, cuja manchete chamava a atenção para depoimentos inéditos dos pistoleiros e de trabalhadores das fazendas dos irmãos Mânica, em Unaí. As defesas de Norberto Mânica e de José Alberto tentaram impedir a exibição da reportagem, que tem cerca de 30 minutos, para os jurados, sob a alegação foi de que seria tempo demais. O Ministério Público se opôs e o juiz responsável pelo caso determinou que a reportagem fosse apresentada.

“Eu só vou acabar com as perseguições aos meus negócios quando der um tiro na cabeça de Fiscal do Trabalho”, é a ameaça atribuída a Norberto Mânica, na reportagem. Um dos trabalhadores da fazenda relata na matéria as péssimas condições de trabalho nas fazendas dos irmãos Mânica. Segundo o repórter, 60% dos trabalhadores laboravam na informalidade para os fazendeiros em Unaí.

No dia 30 de outubro Auditores-Fiscais do Trabalho lotaram o plenário da Justiça Federal, na expectativa de que seria proferida a sentença. Grande parte deles era de Minas Gerais e conviveram com as vítimas. A presidente do Sinait, Rosa Jorge, e o diretor Orlando Vila Nova também acompanharam todo o dia de julgamento, ao lado das viúvas, entre outros familiares.

Durante os debates entre acusação e defesa, que antecedeu a reunião do Conselho de Sentença, o procurador da República Gustavo Torres disse que a Chacina de Unaí foi crime de pistolagem, algo que em sua opinião, não pode ser aceito no Brasil. Torres disse que a legislação brasileira é branda, ao se referir ao tempo de duração do processo. Depois de inúmeros recursos, todas as técnicas processuais para atrasar esse julgamento por 11 anos, nós estamos aqui nesse dia histórico”, disse.

Os advogados dos réus usaram parte do seu tempo para sustentar que o mando da emboscada foi de Hugo Alves Pimenta, sem, contudo, apresentar uma motivação. Encerrados os debates o plenário foi esvaziado para a reunião do Conselho de Sentença, formado por quatro mulheres e três homens.

Os Auditores-Fiscais do Trabalho se reuniram do lado de fora e fizeram uma oração. Quase duas horas depois o público voltou para ouvir a sentença que condenou Norberto Mânica e José Alberto de Castro. Por ser mandante do crime, Norberto Mânica foi condenado a 100 anos de prisão. O tempo ficou reduzido a 98 anos, 6 meses e 24 dias em razão do tempo em

que havia ficado preso. Intermediário na contratação dos pistoleiros, José Alberto recebeu a pena de 96 anos, 10 meses e 15 dias. Descontado o período em que já esteve na prisão, a pena foi fixada em 96 anos, 5 meses e 22 dias. Como são réus primários tiveram o direito de recorrer em liberdade.

A exemplo do que ocorreu em 2013, após o julgamento dos executores, assim que a sentença foi lida, o ex-delegado regional do Trabalho, Carlos Calazans, puxou o grito “Justiça” dentro do plenário. Em seguida, Calazans fez a chamada: “Eratóstenes, presente! João Batista, presente! Nelson, Presente! Aílton, Presente! Saíram em silêncio e do lado de fora se deram as mãos e cantaram o Hino Nacional.

O Sinait comemorou a condenação. Foi uma longa batalha até o julgamento acontecer. Havia outras. Não se poderia esquecer de que Antério Mânica e Hugo Pimenta ainda iriam a julgamento. Havia um sentimento de frustração em virtude de os réus não saírem presos do Tribunal. Ao mesmo tempo as condenações com penas altas trouxeram alento. “Estamos muito felizes e vamos continuar batalhando. Vamos correr atrás de cada recurso deles, até que enfim, estejam todos presos”, disse Rosa Jorge, presidente do Sinait.

A procuradora federal Míriam Lima, responsável pela denúncia, disse que o Ministério Público considerou o resultado justo e que não recorreria da sentença. “Foi um júri bastante difícil. São mais de onze anos com esse caso. Conseguimos finalmente dar uma resposta à sociedade. Isso é bom para evitar a repetição de fatos como esse”.



Intermediário do crime José Alberto de Castro prestou depoimento

A defesa dos réus informou que recorreria da sentença. Depois da condenação, Norberto Mânica e seu advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, foram para uma espécie de comemoração em um famoso restaurante da capital mineira. Questionado por uma repórter sobre o sentido da comemoração após a sentença de 100 anos do seu cliente, o advogado prontamente respondeu que celebravam porque o processo iria para Brasília, tramitar em tribunais sobre os quais ele teria influência. Kakay, como o defensor de Mânica é conhecido, disse, sem cerimônia, que os tribunais em Brasília seriam a 'sua praia'.



Familiares e colegas comemoram sentença de Norberto Mânica e José Alberto de Castro



## O julgamento de Antério Mânica

Em 4 de novembro de 2015 começou o julgamento de Antério Mânica, um dos acusados de ser mandante da Chacina de Unai. Logo no início da sessão os jurados foram sorteados. Seis mulheres e um homem. O júri foi presidido pelo juiz federal Murilo Magalhães e os procuradores Miriam Lima, Bruno Magalhães e Hebert Reis, representaram o Ministério Público.

Em frente à Justiça federal em Belo Horizonte, Auditores-Fiscais do Trabalho exigiam justiça. Fizeram quatro cruces formadas por feijões. O feijão, simbolizava o poderio econômico dos irmãos Mânica, que protelaram por quase doze anos a realização do julgamento; as cruces, para lembrar as vítimas, abatidas enquanto trabalhavam. Quatro pais de família, que saíram para trabalhar e nunca mais voltaram.

Mais uma vez o delegado da Polícia Civil Wagner Pinto foi ouvido como testemunha de acusação. Segundo o delegado, a presença de um veículo Fiat Marea próximo a um posto de gasolina na noite anterior à chacina, onde se encontraram os pistoleiros contratados para os assassinatos e o empresário José Alberto de Castro é uma das provas da participação do ex-prefeito nas mortes.

Conforme Wagner Pinto, outra prova de participação de Antério no crime seriam ligações telefônicas do ex-prefeito para o escritório da Subdelegacia Regional do Trabalho em Paracatu pedindo informações sobre os fiscais e o motorista mortos. A funcionária da Subdelegacia Regional do Trabalho de Paracatu, Rita Cristina Carneiro, confirmou que atendeu as ligações.



As declarações do delegado se confirmaram em outros dois depoimentos: o do pistoleiro Erinaldo de Vasconcelos Silva, que confirmou que na noite anterior à chacina, encontrou-se com José Alberto de Castro em um posto de gasolina onde viu um veículo Fiat Marea escuro estacionado. A reunião era para informar que estava difícil encontrar Nelson sozinho. Ele disse que na ocasião, ficou sabendo por Francisco Pinheiro que logo após o encontro com José Alberto, este esteve dentro do carro com um homem bravo, que teria dado a ordem de matar todos. O homem seria Antério Mânica. Na época do crime, em Unaí, havia apenas um carro daquele modelo, com tais características e pertencia à mulher de Antério.

O Auditor-Fiscal do Trabalho Joaquim Elégio de Carvalho relatou que um ano antes do crime esteve presente quando Norberto Mânica fez ameaças de morte a Nelson e a ele próprio, inclusive, envolvendo um objeto pontiagudo um chuchu. Elégio contou que o fazendeiro bloqueou a sua saída e só liberou a passagem depois que a ameaça foi reportada à chefia de Fiscalização, em Belo Horizonte. O Auditor-fiscal do Trabalho Fábio Araújo estava presente na ocasião.

Fábio já havia estado em cerca de vinte ações de fiscalização na região de Unaí. Ele disse que sentiu que era uma ameaça real. Logo depois desse episódio Fábio deu carona para Nelson e Helba no carro do Ministério do Trabalho até Belo Horizonte. Eles iriam visitar familiares de Nelson em Parapeúna (RJ). Na viagem falaram sobre as ameaças e Nelson demonstrou que não acreditava que elas se concretizariam.

Para o Ministério Público Federal havia provas contundentes



Ex-prefeito de Unaí começa a ser julgado por chacina

## Ex-prefeito de Unaí começa a ser julgado por chacina

Ex-sócio de Valério pede a ação do

Em depoimento, delegado diz que Antério Mânica teve envolvimento com o assassinato de 4 servidores do Ministério do Trabalho

**Leonardo Augusto**  
ESPECIAL PARA O ESTADO  
DE BELO HORIZONTE

No primeiro dia do julgamento do fazendeiro e ex-prefeito de Unaí (MG) Antério Mânica, acusado de ser um dos mandantes da chacina que aconteceu na zona rural da cidade em janeiro de 2004, o delegado da Polícia Civil de Minas Gerais, Wagner Pinto de Souza, depois como testemunha de acusação e afirmou que Antério participou do crime.

Segundo o delegado, a presença de um veículo Fiat Marea, que pertenceria a Antério, próximo a um posto de gasolina

na noite anterior à chacina, onde se encontraram os pistoleiros contratados para os assassinatos e o cerealista José Alberto de Castro — condenado na semana passada acusado de ser um dos mandantes do crime — é uma das provas da participação do ex-prefeito nas mortes.

Na semana passada, o irmão de Antério, Norberto Mânica, foi condenado a 120 anos de prisão. Ele também é acusado de ser mandante do crime.

Conforme o delegado, outra prova de participação de Antério no crime seriam ligações telefônicas do ex-prefeito para o

● **Defesa**  
"Não conseguiram produzir provas nos últimos 11 anos de investigação"  
**Marcelo Leonardo**  
ADVOGADO DE ANTÉRIO MÂNICA

escritório da Delegacia Regional do Trabalho em Paracatu, cidade próxima a Unaí, pedindo informações sobre os fiscais e o motorista mortos. Os telefonemas ocorreram em horário próximo aos assassinatos, que aconteceram por volta das 9 horas. "Os dois elementos (telefonemas e o veículo) são importantes na investigação", afirmou o delegado, durante o depoimento.

**Confirmações.** As declarações do delegado se confirmaram em outros dois depoimentos prestados ontem. O pistoleiro Ernaldo de Vasconcelos Silva, um dos condenados pelos assassinatos, confirmou que, na noite anterior à chacina, encontrou-se com José Alberto de Castro em um posto de gasolina onde viu um veículo Fiat Marea estacionado. O pistoleiro, no entanto, não soube dizer quem estava dentro



Júri. Antério Mânica é acusado de ser mandante do crime

do carro. Silva afirma ter sido contratado para os homicídios a mando de "fazendeiros".

A servidora da Delegacia Regional do Trabalho de Paracatu Rita Cristina Carneiro disse ter atendido duas ligações de Antério Mânica. Na primeira, o fa-

zendeiro teria perguntado se todos teriam morrido. Na segunda, afirmou que os quatro estavam mortos. A presença do automóvel na região e as supostas ligações são os principais pontos do Ministério Público Federal para a sustentação de que An-

tério também é um dos mandantes dos assassinatos.

A chacina de Unaí aconteceu em 28 de janeiro de 2004. Na ocasião, foram mortos os fiscais Nelson José da Silva, Eratôstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lage e o motorista Alton Pereira de Oliveira. Os quatro foram assassinados dentro de um veículo oficial do Ministério do Trabalho em uma estrada vicinal da zona rural de Unaí enquanto fiscalizavam propriedades rurais suspeitas de irregularidades trabalhistas, entre as quais fazendas da família Mânica.

O advogado de Antério Mânica, Marcelo Leonardo, afirma não acreditar na condenação de seu cliente. "Não conseguimos produzir provas nos últimos 11 anos de investigação. A questão do Marea (o veículo visto próximo ao posto onde ocorria a reunião entre o grupo que tramava a morte dos servidores) será esclarecida e vocês terão a oportunidade de ficar sabendo", afirmou o advogado se dirigindo a repórteres.

e abundantes contra Antério Mânica, que apontavam sua participação no crime de mando que chocou o país. Uma delas é reunião que aconteceu no dia anterior ao crime, entre intermediário e pistoleiros, enquanto um veículo Fiat, modelo Marea, azul escuro, estava parado em local próximo.

Antério Mânica, fazendeiro e ex-prefeito de Unaí, disse que o seu envolvimento no crime era um equívoco. "Não tenho nada com esse crime. Norberto não é Antério. Norberto é meu irmão. Os Mânicas são cinco produtores rurais com fazenda distintas". O empresário disse que o Auditor-Fiscal Nelson não o incomodava e que as multas aplicadas contra ele eram relativamente baixas. "Tenho devedores que me deram prejuízos muitos maiores. Mandar matar não é o caminho. Sem dúvida esse crime é uma barbárie".

Na presença de vários de seus familiares, Antério acusou o irmão Norberto Mânica de ser o mandante. Usou de ironia em várias respostas, desqualificando os depoimentos de testemunhas como o Auditor-Fiscal Afrânio Soares, com objetivo de confundir o júri. Antério temia que as ações da fiscalização comprometessem sua carreira política. No ano do crime, ele se candidatou à prefeitura de Unaí. Ele foi eleito prefeito da cidade em 2004 e 2008.



O Ministério Público Federal foi contundente na acusação. A procuradora Miriam Lima afirmou que se tivesse dúvida sobre a participação de Antério no crime, pediria a sua absolvição e demonstrou que Antério Mânica devia ser condenado, porque a investigação revelou com clareza que ele foi um dos mandantes. “Antério estava na cena do crime, estava dentro do Marea, era o patrão bravo que mandou matar todos, que participou da reunião na véspera da chacina, que tinha interesse e motivo para mandar matar o fiscal Nelson e os outros fiscais e o motorista, sim”. Miriam Lima lembrou o fato de que Antério telefonou duas vezes para a Subdelegacia do Ministério do Trabalho em Paracatu após a chacina na manhã do dia 28 de janeiro de 2004.

A prova de que só existia um veículo Marea na cor azul em Unaí veio com documento do Detran, apresentado pelo procurador Hebert Mesquita. O documento não só atestava a existência de apenas um carro de tal modelo, como comprovava que o mesmo pertencia à mulher de Mânica. O procurador e o advogado das famílias, Antônio Patente, demonstraram aos jurados um conjunto de indícios e provas que apontaram Antério Mânica como o cérebro do crime.

Peças apresentadas pela acusação apontaram que os servidores assassinados eram monitorados por funcionários de Antério. Além disso, interceptações telefônicas entre os réus, inclusive o ex-prefeito de Unaí, mostraram que pistoleiros, intermediários e mandantes conversaram após o crime. Em outras ligações apresentadas pela acusação, funcionários do fazendeiro monitoravam a ação dos fiscais do Ministério do Trabalho, uns pedindo aos outros atenção para a chegada deles à fazenda.

Na noite de 5 de novembro o Tribunal do Júri considerou o réu culpado e o juiz Murilo Magalhães proferiu a sentença com a condenação de Antério Mânica: 100 de prisão pelos assassinatos dos Auditores-Fiscais do Trabalho Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva e do motorista Aílton Pereira de Oliveira, em 28 de janeiro de 2004. A condenação foi de 25 anos por assassinato, descontados 26 dias em que o acusado esteve preso ao longo do processo.

Auditores-Fiscais do Trabalho comemoram a condenação e a pena de 100 anos. Mais uma vez a formalidade comum ao plenário da Justiça Federal, em Belo Horizonte, deu lugar a risos, lágrimas e manifestações de alegria.

O advogado assistente de acusação, Antônio Francisco Patente, afirmou que nunca duvidou da condenação. “Nunca achei que houvesse provas frágeis para que esse resultado fosse alcançado”, disse. Rosa Jorge, presidente do Sindicato Nacional, afirmou que apesar do mandante principal ter usado todos os artifícios possíveis, com uma defesa muito bem elaborada durante todos esses anos e durante o júri, não conseguiu convencer a sociedade, representada pelo Tribunal do Júri, de que ele era inocente. Marcelo Leonardo, defensor de Mânica, disse que iria recorrer da sentença. Como é réu primário, Antério aguardou recursos em liberdade.



Procuradora da República, Miriam Lima, autora da denúncia contra os nove réus de Unai, falou sobre a condenação



## O julgamento de Hugo Alves Pimenta

Uma semana depois do julgamento de Antério Mânica, no dia 10 de novembro de 2011, teve início o júri popular do último réu da Chacina de Unai, o cerealista Hugo Alves Pimenta, acusado de intermediar o crime. Ele fez acordo de delação premiada e colaborou com a Justiça, incriminando outros réus, todos condenados. O Conselho de Sentença foi formado por quatro mulheres e três homens.

Do lado de fora, em frente ao prédio da Justiça Federal, em Belo Horizonte, Auditores-Fiscais do Trabalho vestidos de preto mostraram cartazes e fizeram um ato silencioso. Naquele momento Minas Gerais vivia uma nova tragédia, com o rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana, que causou destruição e mortes. Apesar da mobilização em torno do acidente, a imprensa esteve mais uma vez na cobertura do julgamento.

Logo no início dos trabalhos Lúcio Adolfo, advogado do réu, dispensou testemunhas de defesa, por acreditar que tudo já havia sido dito nos julgamentos anteriores. Era o terceiro julgamento seguido, desde o final de outubro de 2015. No primeiro foram condenados Norberto Mânica e José Alberto de Castro. No segundo, Antério Mânica. Com a desistência da defesa, foram ouvidas, então, 11 testemunhas de acusação.

O julgamento de Hugo Pimenta foi como uma reprise dos anteriores, com testemunhas afirmando que ele seria responsável por intermediar a contratação dos pistoleiros, bem como realizar o pagamento pelo “serviço”. Depoimentos de antigos funcionários da Huma Cereais, empresa de Hugo, apontaram

para um pagamento feito em dinheiro, quando a empresa fazia pagamentos apenas por meio de cheques. Helba, viúva de Nelson, que ainda vive em Unaí, contou que em certa ocasião, Celso Mânica, um dos irmãos de Norberto e Antério, teria dito num bar da cidade, na presença de testemunhas: “Não matamos quatro homens, mas quatro cachorros”.

O delegado da Polícia Federal Antônio Celso afirmou que havia uma relação muito próxima entre Norberto e Hugo, que ia além da compra e venda de grãos. Ele esclareceu que a sequência de ligações interceptadas pela polícia nunca havia ocorrido até o dia que antecedeu o crime. Conseguimos confirmar isso durante as investigações”, afirmou. O alvo, reafirmou Antônio Celso, era o Auditor-Fiscal Nelson. O crime deveria ter sido executado em Paracatu, cidade que sedia a Subdelegacia Regional do Trabalho, mas como o encontraram acompanhado dos colegas, adiaram. O pistoleiro Erinaldo teria dito, segundo ele, que José Alberto de Castro autorizou o assassinato de Nelson e de todos que o acompanhavam.

O delegado disse que pode afirmar categoricamente que, após diligência, os investigadores conseguiram confirmar a quem pertenciam os celulares de onde partiram as ligações interceptadas. “Temos sempre esse cuidado nas interceptações telefônicas e todos os envolvidos e citados foram ouvidos”, concluiu.

João Alves de Miranda, investigador da Polícia Judiciária de Belo Horizonte, que também atuou nas investigações, repetiu a versão de que o crime começou a ser planejado com antecedência. “O Norberto não escondia a intenção de matar o Nelson. Não era segredo pra ninguém. Várias pessoas que abordamos afirmaram ter ouvido ele reclamar”, relatou.

Em depoimento Hugo Pimenta negou participação nos assassinatos e declarou que Norberto seria o mentor dos crimes. Ela relatou o que já havia dito em outros julgamentos: Que Norberto lhe disse que o mundo era pequeno para ele e o Auditor-Fiscal Nelson e que iria matá-lo.

No julgamento, que durou dois dias, a acusação apresentou provas da participação de Pimenta na chacina, como o depoimento de testemunhas e os interrogatórios de outros acusados que o incriminaram. Os telefonemas logo após o crime também constavam como uma das principais provas contra o réu, segundo o MPF. Os registros telefônicos mostram a seguinte sequência: às 9h17, um dos pistoleiros ligou para o

empresário José Alberto de Castro; às 9:18, o empresário telefonou para Hugo Pimenta, que, em seguida, fez duas ligações pra Norberto Mânica, às 9h20 e às 9h26.

As peças apresentadas e os depoimentos colhidos no primeiro dia de julgamento de Hugo Pimenta foram praticamente os mesmos utilizados pela acusação nos julgamentos anteriores. Porém, esse procedimento era necessário, uma vez que o corpo de sentença era diferente. Para o MPF, a colaboração do empresário no acordo de delação premiada foi fundamental para a condenação dos mandantes da chacina, mas os procuradores dizem que ele mentiu ao negar a participação no crime.

No dia 11 de novembro, Hugo Pimenta foi sentenciado a 96 anos de prisão. Em razão do acordo de delação premiada com o MPF e descontados os dias em que ficou preso, a pena foi reduzida para 47 anos, três meses e 27 dias de prisão. Por ser réu primário ele tem o direito de recorrer em liberdade.

Dirigentes do Sinait, Delegados Sindicais e Auditores-Fiscais do Trabalho de Minas Gerais acompanharam todo o julgamento. No anúncio da condenação eles comemoraram de pé, no plenário, com o punho em riste, e gritaram palavras de ordem. As viúvas foram aplaudidas, como forma de homenagem por toda a luta e dificuldades que enfrentaram durante tantos anos. Por último, cantaram o Hino Nacional.

Enfim, os acusados pela Chacina de Unaí estavam todos condenados. Foram nove indiciados e sete condenações. Humberto Ribeiro, que retirou as folhas do registro do hotel em Unaí onde os pistoleiros se hospedaram, teve o crime prescrito. Francisco Pinheiro, o contratante dos pistoleiros, morreu antes de ir a julgamento, em 2013. Nenhum dos mandantes e intermediários foi preso. Todos recorrem em liberdade, o que dá ao caso, uma ideia de que a impunidade persiste. De qualquer maneira, as condenações provam a participação de cada um no crime.

Entre os meses de novembro e dezembro de 2015 e janeiro de 2016 Antério e Norberto Mânica, Hugo Alves Pimenta e José Alberto de Castro apresentaram, na 9ª Vara da Justiça Federal em Belo Horizonte, recursos para revisão da sentença.



Hugo Pimenta chega acompanhado de advogado para início do julgamento



## **Atividades e ações entre 2016 e 2018**

Em 28 de janeiro de 2016, quando se completavam 12 anos do crime, o Sinait realizou seu ato público, em frente ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), para onde os recursos dos réus seriam enviados após análise do juízo da 9ª Vara Federal de Belo Horizonte. O objetivo era sensibilizar os desembargadores que iriam julgar o caso.

Diretores e Delegados Sindicais do Sinait, Auditores-Fiscais do Trabalho de diversos Estados, sindicalistas e autoridades estiveram presentes em mais esta etapa de luta, dessa vez, pela prisão de todos os responsáveis pela morte de Eratóstenes, João Batista, Nelson e Aílton. Neste sentido, dirigentes do Sinait mais uma vez visitaram o TRF1, em busca de dar celeridade ao caso. O encontro aconteceu no dia 28, junto com o ato público. Carlos Silva, que havia sido eleito presidente do Sinait no final de 2015, conversou com o juiz auxiliar Cezar Fonseca, que recebeu a comitiva, composta ainda por Rosa Jorge e Helba Soares.

O presidente do Sinait entregou o histórico do caso ao juiz e afirmou que o documento possuía elementos necessários para que os julgadores que se aproximassem do processo pudessem avaliar e decidir pela prisão de todos os condenados. “Esse histórico é também da nossa luta, sofrimento e indignação em relação à Chacina de Unaí, com os detalhes que o caso sempre exige que se apresente”, completou Carlos Silva.

Logo no início de fevereiro a Conatrae e entidades filiadas, entre elas o Sinait, promoveram o “Ato pelo Fim do Trabalho Escravo e em Memória das Vítimas da Chacina de Unaí”, no auditório do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Bra-





sília. A diretora do Sinait, Vera Jatobá, falou da importância da punição severa à exploração do trabalho escravo para que chacinas como a de Unaí não se repitam. Ela questionou se o dia 28 de janeiro é um dia para ser lembrado ou esquecido. “Foi um dia trágico e é um divisor de águas para a nossa categoria, uma grande encruzilhada da revolta, da indignação e do medo. Por isso, acho que não podemos esquecer esse dia, até porque é nesta data que passamos a comemorar o Dia do Auditor-Fiscal do Trabalho e o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo”, lembrou.

Na abertura do evento, o então presidente do TST, ministro Barros Levenhagen, revelou que no início de sua carreira profissional foi Inspetor do Trabalho e atuou no combate ao trabalho escravo e em busca de garantir direitos aos trabalhadores. “Sou testemunha das dificuldades desse trabalho. Essa é uma classe combativa e dedicada”. E acrescentou que se irmanava de coração com as famílias das vítimas da Chacina de Unaí.

Ainda em fevereiro o STF decidiu que réus que tiverem sua sentença confirmada em segunda instância poderiam começar a cumprir imediatamente a pena. A decisão permitia que os intermediários e mandantes da Chacina de Unaí, condenados juntos, a quase 400 anos de prisão, fossem finalmente, para atrás das grades. A deliberação deu mais força ao Sinait para continuar a luta por punição.



Enquanto isso, o TRF 1 analisava recursos dos quatro condenados, que pediam a revisão das sentenças condenatórias de 2015 e o desaforamento do processo para a Vara Federal de Unai. E o Sinait cobrava do órgão a análise dos recursos e a confirmação da sentença para que os condenados, finalmente, cumprissem suas penas. Naquele mês, a Delegacia Sindical do Sinait no Rio de Janeiro (DS/RJ), realizou solenidade de entrega das medalhas “Mártires da Chacina de Unai”, em homenagem aos servidores assassinados.

Em outubro, a Delegacia Sindical do Sinait em Minas Gerais realizou um ato público para lembrar que a condenação dos intermediários e mandantes estava completando um ano e todos continuavam em liberdade. Os manifestantes se concentraram em frente à Assembleia Legislativa do Estado, de onde caminharam até a sede da Justiça Federal. Eles pediam o cumprimento imediato das penas.

Em janeiro de 2017 o presidente do Sinait, Carlos Silva e a vice-presidente Rosa Jorge foram recebidos pelo Desembargador Hilton Queiroz, que era presidente do TRF1, para falar sobre a tramitação dos recursos referentes à Chacina de Unai, em análise no Tribunal. Os dirigentes do Sinait estavam acompanhados das viúvas dos Auditores-Fiscais do Trabalho assassinados, do ex-delegado regional do Trabalho de Minas Gerais, Carlos Calazans, e dos procuradores do Ministério Público Federal Elizabeth Kobayashi e Wellington Bonfim.

O Desembargador acompanhava o caso desde o início de sua tramitação e mostrou que o conhecia bem. Ele explicou à co-

mitiva que não havia demora na tramitação e sim o sucessivo julgamento de uma infinidade de recursos, que faziam parte da estratégia de defesa dos réus.

Carlos Silva e Rosa Jorge falaram do sentimento de revolta e angústia dos Auditores-Fiscais do Trabalho e das famílias com a impunidade dos mandantes e intermediários do crime. O presidente do Sindicato afirmou que a categoria confiava na Justiça, mas que a demora e a condição de liberdade dos mandantes configuravam, na prática, impunidade. Por isso, o pedido do Sinait e das famílias é que os condenados sejam, de fato, punidos, ou seja, que vão para a cadeia pagar pelos crimes que cometeram.

*Naquele dia*, dirigentes do Sinait e Auditores-Fiscais do Trabalho de todo o Brasil protestaram em frente ao TRF1 pedindo a prisão de Antério e Norbeto Mânica, Hugo Pimenta e José Alberto de Castro. Auditores-Fiscais do Trabalho continuavam clamando por justiça. Completavam-se 13 anos do maior crime já praticado contra o Estado brasileiro. O Sinait, colegas, familiares e amigos não deixariam que caísse no esquecimento. Durante o ato, Auditores-Fiscais do Trabalho e representantes de entidades pronunciaram-se a respeito do crime e seu significado para o Estado, a Auditoria-Fiscal do Trabalho e a sociedade. Treze mil balões pretos foram soltos em frente ao TRF1 para marcar os treze anos de impunidade.

O então presidente da ANPT, Ângelo Fabiano Farias da Costa, reforçou a parceria com o Sinait em favor da sociedade e do trabalhador brasileiro. Além disso, enfatizou a solidariedade com a entidade na aplicação da justiça pela morte dos Auditores-Fiscais do Trabalho em Unaiá, em 2004. “Um crime que, além de estraçalhar as famílias dos Auditores-Fiscais, também estraçalhou o Estado e a sociedade brasileira”.

O presidente da Confederação Ibero-americana de Inspetores do Trabalho (CIIT), o uruguaio Sérgio Voltolini, reforçou os discursos dizendo que espera que a justiça seja célere nesta etapa. “Esperamos que até o final do ano os recursos sejam julgados e o TRF1 tome a decisão efetiva para que não se prolongue o sofrimento das famílias”. Várias Delegacias Sindicais do Sinait como as de Goiás, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro e Santos (SP) realizaram manifestações.

O ato público teve grande repercussão na imprensa nacional. Ninguém compreendia por que, depois de 13 anos, justiça efetiva não havia sido feita.

Em agosto, o MPF fez requerimento para que os recursos dos quatro condenados fossem julgados em conjunto, para evitar julgamentos contraditórios. Na ocasião os procuradores falaram sobre a pressão exercida pelo Sindicato e lembraram que a mobilização constante motivava o andamento do processo.

Em outubro, dois anos depois do julgamento de mandantes e intermediários da Chacina de Unaí, dirigentes do Sinait se reuniram com representantes do Ministério Público, na sede do órgão, em Brasília, com objetivo de pedir celeridade no acompanhamento dos recursos apresentados pelos réus ao TRF1. O mês de outubro marcava a passagem de 5 mil dias do crime. Em parceria com o Sindicato Nacional, a DS/MG fez campanha de rádio pedindo a prisão dos réus de Unaí. A campanha foi vencedora do Prêmio Colunistas Centro-Leste 2017. Além disso, uma petição eletrônica foi lançada para coleta de assinaturas, com objetivo de pressionar o TRF1 a analisar os recursos que se encontravam no Tribunal.

Chegou mais um mês de janeiro. Agora, completavam-se 14 anos da Chacina de Unaí. Nada mudou em relação ao processo. Os recursos de Antério e Norberto Mânica, condenados como mandantes, e de Hugo Pimenta e José Alberto de Castro, intermediários do crime, continuavam em análise no TRF1. E foi na porta daquele Tribunal que, mais uma vez, o Sinait, familiares e Auditores-Fiscais do Trabalho de todo o país protestaram exigindo o julgamento rápido de tais recursos. Com o tema “Quanto tempo mais vamos esperar?”.





Para o Sindicato, era fundamental que o Tribunal ratificasse as penas do Tribunal do Júri de Belo Horizonte (MG), que em 2015 condenou cada um dos criminosos a quase 100 anos de prisão. Havia, por parte dos participantes do ato, sede de justiça e a obstinação dos Auditores-Fiscais do Trabalho e da sociedade para que o caso tivesse finalmente um desfecho. Uma conclusão que o próprio Estado, a sociedade e, acima de tudo, as famílias ainda anseiam e merecem.

Não há dúvidas de que um ponto final na história, com o cumprimento das sentenças, é o que as famílias querem. Viúva do Auditor-Fiscal Nelson, Helba Soares relatou o drama que continua a viver em Unai. “Encontro com os assassinos a todo momento e tenho que abaixar minha cabeça, porque também corro riscos. O que espero é justiça, que a justiça venha como a aurora, clareando as trevas da impunidade, até ser dia claro para todos. Esperamos justiça para finalmente enterrarmos nossos mortos e seguirmos nossas vidas”.

Marinez, viúva de Eratóstenes, disse que atualmente consegue falar do episódio sem chorar. Embora a dor tenha arrefecido, ela reforça que o crime nunca será esquecido. “Não vou desistir da minha busca por justiça. Quem me dera no próximo ano não ter que vir aqui de novo para clamar por punição aos assassinos. O que queremos é colocar um ponto final nisso tudo. Que em 2019 nosso ato seja de comemoração”, afirmou.

Na avaliação de Carlos Silva, presidente do Sinait, o tempo decorrido desde o crime, sem a devida punição dos assassinos, é um acinte à justiça. Quatorze anos é um absurdo, é tempo demais, fere mais ainda a vida de todos nós. Falo isso considerando acima de tudo a dor das famílias dos nossos colegas, privadas da existência deles. Apesar disso, creio que



os Auditores-Fiscais do Trabalho assassinados estão aqui conosco, nunca sairão daqui, das nossas cabeças, dos nossos corações, das nossas vidas e de todas as nossas lutas, e é isso que nos traz aqui mais uma vez”, afirmou.

Rosa Jorge, vice-presidente do Sindicato Nacional, afirmou que a cada ano, nessa data, se renova sua indignação pela impunidade dos mandantes e intermediários. “Quero perguntar aos senhores desembargadores quanto tempo mais nos farão esperar. A impunidade também mata”. Para ela, é importante que o Judiciário entenda que os Auditores-Fiscais do Trabalho, as famílias e a sociedade não aceitarão a impunidade dos mandantes e intermediários.

14 anos sem Aílton, Eratóstenes, João Batista e Nelson. 14 mil balões do céu de Brasília simbolizaram a resistência daqueles que continuavam a luta por justiça. Durante a manifestação, Auditores-Fiscais do Trabalho pronunciaram-se sobre os desafios do cargo e pediram o fim da impunidade dos mandantes da Chacina de Unai. O secretário da Inspeção do Trabalho substituto do Ministério do Trabalho (SIT/MTb) João Paulo Machado, que é Auditor-Fiscal, destacou a luta da categoria que clama há 14 anos por justiça. “Não vamos desistir enquanto não houver a condenação definitiva e a prisão dos mandantes”.

Roberto Miguel Santos, Delegado Sindical do Sinait na Bahia, questionou sobre a celeridade da Justiça. Em sua opinião, apesar de os juízes comentarem que o Código Penal permite diversos recursos, os argumentos não se sustentam. Ele enfatizou que o ataque e as mortes foram um atentado contra o Estado brasileiro.

Na ocasião, a diretora de Comunicação do Sinait, Ana Palmira Arruda, reforçou a fala de Roberto Miguel informando que o Sindicato registra e defende vários Auditores-Fiscais do Trabalho que foram ameaçados durante ações fiscais pelo país. Sebastião Estevam dos Santos, diretor do Sinait, Auditor-Fiscal desde 1995, sentiu-se impactado, à época, com a Chacina de Unai. “Foi marcante e tocou a todos de uma maneira diferente. Não suportamos mais isso. Esperamos que a justiça seja feita.”

Na passagem daqueles 14 anos o Sinait contou a história da tragédia que marcou a Auditoria-Fiscal do Trabalho, a sociedade e o próprio Estado brasileiro por meio de quadrinhos. A narrativa a partir do universo visual dos quadrinhos traz uma outra perspectiva para os que já conhecem a história, além de atrair novos espectadores. A proposta da peça foi sensibilizar ambos os públicos com os detalhes da história, revelados por desenhos e diálogos. A série foi publicada em três capítulos nas redes sociais e impressa em peça única, distribuída em eventos do Sinait e das Delegacias Sindicais.

Em 2018, de 29 de janeiro a 2 de fevereiro atos organizados pelas Delegacias Sindicais do Sinait ocorreram em vários estados. Em Recife, a Delegacia Sindical (DS/PE) realizou ato público na Superintendência Regional do Trabalho, com participação da diretora do Sinait Alberlita Maria da Silva. Foram distribuídos no público balões pretos e panfletos explicativos sobre o combate ao trabalho escravo contemporâneo.

Em Belo Horizonte (MG), o ato ocorreu na sede da central sindical CTB. Unanimemente o auditório lotado pediu a prisão dos mandantes da chacina. Na ocasião também ocorreu o lançamento do livro “Trabalho escravo: entre os achados da fiscalização e as respostas judiciais”, produzido pela Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), um resumo de ações e estatísticas da instituição. Auditores-Fiscais do Trabalho, procuradores do Trabalho e outras autoridades participaram do evento.

No Rio de Janeiro, os Auditores-Fiscais do Trabalho se reuniram em frente ao Palácio do Trabalho, sede da SRT/RJ. “A burocracia e a lentidão do Poder Judiciário resultam em quatorze anos de impunidade, incentivando e dando o mau exemplo desses malfeitores para outros iguais a eles, em detrimento do clamor social. Exigimos que o TRF1 julgue os recursos dos processos dos mandantes e intermediários desse crime hediondo”, afirmou o diretor do Sinait Pedro Paulo Martins. Para Daniel Ferreira, pre-

sidente da DS/RJ, é imprescindível que as penas do Tribunal do Júri de Belo Horizonte sejam confirmadas e que cada um dos criminosos cumpra prisão.

Em Florianópolis (SC), Auditores-Fiscais do Trabalho, representantes de entidades sindicais como Sintrafesc, Acafip, Sindifisco, CUT, entre outras, reuniram-se no auditório da SRT/SC para cobrar celeridade na punição dos condenados pela Chacina de Unaí.

No estado do Maranhão, além dos Auditores-Fiscais do Trabalho, o ato contou com representantes do Tribunal Regional do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, do movimento sindical e da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae). O chefe regional da Fiscalização, Paulo Lázaro, apresentou números do combate ao trabalho escravo na região. A delegada sindical, Mônica Duailibe, relatou as ações ocorridas nos dias anteriores, para marcar os 14 anos do crime. “O ato serviu não somente para lembrar e honrar os colegas assassinados, mas também para promover uma reflexão sobre a importância da Auditoria-Fiscal do Trabalho no enfrentamento à escravidão contemporânea”, pontuou Mônica. A ação ocorreu na sede da Superintendência, em São Luís.

Em Salvador (BA), na porta da sede da Superintendência Regional do Trabalho (SRT/BA), Auditores-fiscais do Trabalho marcaram presença com balões pretos, como símbolos da indignação da categoria. Em Manaus (AM), os servidores realizaram ato na porta da SRT/AM e empunharam faixa com a indagação à justiça – Quanto tempo mais vamos esperar? No Ceará, uma missa foi realizada na sede da DS/CE, em memória das vítimas da Chacina de Unaí. Auditores-Fiscais do Trabalho participaram da cerimônia religiosa, depois, foram para a frente da SRT/CE e distribuíram panfletos para a população, lembrando a impunidade dos mandantes.

Em Campo Grande (MS), os Auditores-fiscais também se reuniram na porta da Superintendência. Com banners alusivos aos 14 anos da Chacina de Unaí e trajando camisetas pretas, protestaram contra a impunidade dos mandantes. A Delegacia Sindical em Rondônia (DS/RO) inaugurou uma exposição fotográfica sobre trabalho escravo, com fotos do Auditor-Fiscal do Trabalho Sérgio Carvalho, retratando a crueldade da chaga que ainda persiste no Brasil.





## A anulação do julgamento de Antério Mânica

Em novembro de 2018, durante a realização do 36º Encontro Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Enafit) em Cuiabá (MT), parte da diretoria do Sinait deixou o evento para retornar a Brasília e acompanhar o julgamento dos recursos no TRF1, que enfim, seriam analisados.

Na tarde daquela segunda-feira, 19 de novembro, os desembargadores votaram, não só pela redução das penas de Norberto Mânica, Hugo Pimenta e José Alberto de Castro, como para surpresa e indignação de todos, decidiu pela anulação do julgamento de Antério Mânica. Assim, apesar da condenação por quádruplo homicídio, triplamente qualificado por motivo torpe, pagamento de recompensa em dinheiro e impossibilidade de defesa das vítimas, em julgamento de 2015, o fazendeiro Antério recebeu da justiça a chance de ser julgado novamente por júri popular.

O julgamento teve um fato novo. Norberto Mânica, que durante seu julgamento em 2015, olhou para os jurados chorando e jurou inocência, apresentou confissão registrada em cartório, na qual admitia ser o único mandante da Chacina de Unai. No documento o fazendeiro admitiu apenas o mando do crime em relação ao Auditor-Fiscal Nelson, que morava em Unai. Uma clara estratégia montada pela defesa para livrar Antério Mânica das acusações.

Foram dois votos a um. Os desembargadores Néviton Guedes e Olindo Menezes não seguiram o voto do relator, desembargador Cândido Ribeiro, que manteve a sentença condenatória

do réu. Os votos contrários alegaram a insuficiência de provas da participação de Antério no crime.

Os demais réus foram agraciados com redução generosa das penas. A de Norberto Mânica, que acabara de confessar o crime, passou de 100 anos para 65 anos; a de José Alberto de Castro, de 100 anos para 58 anos. A pena de Hugo Pimenta, de 46 anos em razão da delação premiada, caiu para 31 anos.

O julgamento foi acompanhado pela vice-presidente do Sinait, Rosa Jorge, e pelos diretores Ana Palmira Arruda, Rosângela Rassy, Benvindo Coutinho, Hugo Carvalho e José Antônio Fontoura. Também estiveram presentes Helba Soares, viúva de Nelson, e Carlos Calazans, delegado regional do Trabalho em Minas Gerais na época do crime, a advogada Anamaria Prates Barroso, contratada pelo Sinait para defender as famílias e procuradores do Ministério Público Federal. O presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Charles da Silva Alcântara, acompanhou o julgamento em apoio ao Sinait.

A notícia da anulação, que caiu como uma bomba para aqueles que estavam desde 2015, após os julgamentos, aguardando as prisões, repercutiu em toda a imprensa. Os diretores do Sinait voltaram para o Enafit. Naquele ano, a carta de Cuiabá, documento produzido em cada edição do evento, trouxe indignação com aquele resultado tão adverso. O Ministério Público Federal e os assistentes de acusação recorreram da decisão.

## Trecho da Carta de Cuiabá sobre a decisão do TRF1

Os Auditores-Fiscais do Trabalho manifestam profunda indignação diante da decisão da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, prolatada em 19 de novembro último, no julgamento dos recursos dos mandantes da Chacina de Unai. Após quase quinze anos de uma luta incansável por justiça – e contra todas as evidências fáticas e as expectativas das famílias das vítimas, da categoria e da sociedade – os desembargadores decidiram pela redução das penas de três dos condenados e pela anulação do julgamento do fazendeiro Antério Mânica. Diante dessa inaceitável decisão, continuarão a batalha para que finalmente seja feita justiça e todos os envolvidos restem condenados e presos, respeitando-se a soberania do Tribunal do Júri.



# AL REGIONAL FEDER



**15 ANOS  
CHACINA  
DE UNAI**

Uma empreitada que  
a sociedade do Min  
no exercício de man  
para os moradores  
A importância seg  
segurança: há uma

## **Atividades e ações de 2019 a 2022**

Um dia que seria para comemorar. 28 de janeiro, Dia do Auditor-Fiscal do Trabalho. É importante homenagear uma categoria de imensa relevância para o Brasil. O que todos lamentam, entretanto, é que a data faz alusão a um crime contra quatro servidores públicos, no exercício das suas atividades. Em 2019 a tragédia completou 15 anos. “Justiça já!” para os mandantes e intermediários da Chacina de Unaí foi a reivindicação de Auditores-Fiscais do Trabalho em ato do Sinait, realizado em frente ao TRF1, em Brasília. A indignação da categoria ganhou ainda mais força, em razão da decisão que anulou o julgamento de Antério Mânica e reduziu as penas de Hugo Pimenta, José Alberto e Norberto Mânica. Até aquele momento, apenas executores do crime cumpriam pena.

O presidente do Sinait, Carlos Silva, pediu a prisão dos mandantes e intermediários. “Não temos a menor dúvida da culpa dos mandantes, são eles os criminosos e lugar de criminoso é na cadeia. E pedimos cadeia para todos eles. Não vamos desistir, justiça sempre, justiça já!” Carlos Silva, juntamente com Rosa Jorge, e Marinez, viúva de Eratóstenes, foram recebidos pelo presidente do TRF1, o desembargador Carlos Eduardo Moreira Alves. O magistrado, todavia, não se comprometeu, afirmando que não era responsável pela decisão.

Ao TRF1 o Sinait levou o “bolo da impunidade”, como símbolo de indignação pela decisão do Tribunal, que já completava dois meses. Durante a ato foi lembrada a celeridade das investigações, que em seis meses apontou os nove culpados pela Chacina de Unaí. 15 anos depois, apenas três cumpriam pena,

os executores Erinaldo Vasconcelos, Rogério Alan e William Gomes. Humberto Ribeiro teve a pena prescrita; José Pinheiro, morreu em 2013, antes de ir a julgamento; condenados, Norberto Mânica, Hugo Pimenta e José Alberto de Castro tiveram as penas reduzidas. Também condenado, Antério Mânica teve seu julgamento anulado.

15 anos, 15 mil balões. Os cordelistas Allan Sales e Marlos Guedes apresentaram cordel de autoria de Allan, sobre os 15 anos da chacina. Naquele ano em que a indignação parecia ampliada, vários Auditores-Fiscais do Trabalho se manifestaram, reforçando e sintetizando o espírito que une a categoria em torno das atividades do 28 de janeiro.

Paula Mazullo, do Piauí, avisou que enquanto o caso não for concluído, os Auditores-Fiscais irão protestar, ano após ano. “Há um adágio que diz que a justiça tarda, mas não falha. Certa vez uma magistrada observou que a justiça que tarda já é falha. E concordo. A justiça que tarda é, sim, falha.”

Lucas Reis, então delegado sindical do Sinait em Santa Catarina, observou que diversas categorias têm seu dia comemorativo como data festiva. “O dia do professor é festivo, do comerciário é festivo, mas o dia do Auditor-Fiscal do Trabalho não é para nós um dia festivo, é dia de luta. Quando ingressei na carreira, percebi que a categoria é aguerrida. Há 15 anos exigimos a mesma coisa e não vamos desistir da luta por Justiça. As novas gerações de Auditores não vão dormir em paz enquanto os assassinos não estiverem atrás das grades, que é onde deveriam estar.”

Autoridades e sindicalistas presentes ao ato fortaleceram os gritos de protesto do Sinait e pediram a prisão dos mandantes, questionando a anulação do julgamento. Floriano Martins de Sá Neto, presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), disse que a Associação não vai esquecer a tragédia, passe quanto tempo for os colegas da Receita Federal estarão esperando por justiça.

Elianildo Nascimento, representante do subsecretário de Direitos Humanos do Distrito Federal, falou que o dia 28 de janeiro é uma data de tristeza e indignação pela morte de representantes do Estado.

Participaram também da manifestação, Alexandre Magno Fernandes Moreira, secretário adjunto de Proteção Global do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; Dante

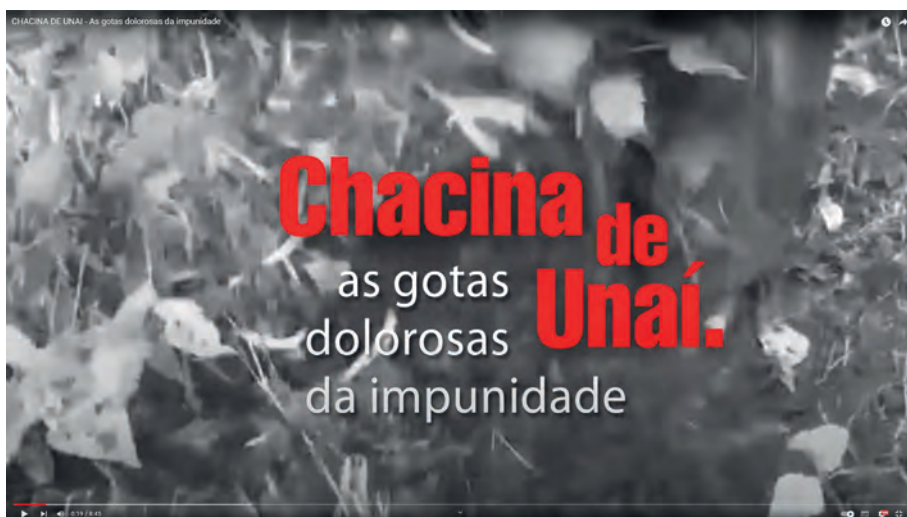
Cassiano Viana, coordenador-geral de Combate ao Trabalho Escravo da Conatrae; Henrique Camargo Neves, secretário de Inspeção do Trabalho substituto; Maurício Krepsky, da Detrae e João Paulo Ferreira Machado, do eSocial.

Os 15 anos da Chacina de Unaí foram lembrados em diversos estados, em atividades organizadas pelas Delegacias Sindicais do Sinait. Auditores-Fiscais do Trabalho em atividade e aposentados se reuniram para protestar contra a impunidade de mandantes e intermediários que, apesar de condenados, continuam livres e impunes.

No Amazonas, em Manaus, os Auditores-Fiscais se reuniram na porta da Superintendência Regional do Trabalho e colocaram faixa e banner para chamar a atenção do público que se dirigia ao local. Na Bahia, em Salvador, houve ato público na porta da Superintendência, com presença de Auditores-Fiscais, servidores administrativos e sindicalistas. Os Auditores-Fiscais usaram camisetas denunciando a impunidade e colocaram faixa para chamar a atenção dos usuários dos serviços.

No Ceará, em Fortaleza, na sede da Delegacia Sindical, Auditores-Fiscais se reuniram para celebrar o Dia do Auditor-Fiscal do Trabalho e manifestar seu repúdio à impunidade que ronda o caso da Chacina de Unaí.

Em Belo Horizonte, a DS/MG realizou um ato público no auditório da PUC Minas. O auditório ficou lotado de Auditores-Fiscais do Trabalho, autoridades e sindicalistas, que prestaram sua solidariedade com a luta da categoria em busca de justiça, contra a impunidade dos mandantes e intermediários. A imprensa compareceu ao local, dando cobertura ampla ao evento. A DS/MG publicou o vídeo “Chacina de Unaí – as dolorosas





*gotas de impunidade*”, um curta-metragem sobre o crime que tem como título frase de Genir Lage, viúva de João Batista.

Em Curitiba (PR), a Delegacia Sindical organizou manifestação em frente à Superintendência Regional do Trabalho. Auditores-Fiscais do Trabalho cobraram da Justiça o fim da impunidade pela morte dos colegas. “Em memória daqueles quatro servidores assassinados, estamos, mais uma vez, pedindo, e pediremos até que a justiça seja feita, com a punição pela lei aos mandantes do brutal crime” disse Valdir Oliveira Silva, presidente da Delegacia Sindical do Sinaít.

Luize Surkamp, chefe da Seção de Inspeção de Trabalho da Superintendência Regional no Paraná e Fábio Lantmann, Auditor-Fiscal, lembraram da dificuldade que tem sido o trabalho de fiscalização no Brasil, cada vez mais perigoso, colocando sempre em risco a vida do agente público, às vezes em situações muito próximas do que ocorreu com os colegas em Unai. Em Santos (SP), a Delegacia Sindical publicou anúncio no jornal A Tribuna de Santos e veiculou spot relativo aos 15 anos da Chacina de Unai em rádios locais.

No Pará, em Belém, a Delegacia Sindical realizou uma ação de conscientização sobre o trabalho análogo ao de escravo e lembrou a chacina. Em Natal e Mossoró (RN), sindicalistas e trabalhadores pediram a prisão dos mandantes e intermediários pela Chacina de Unai. As manifestações ocorreram na entrada do prédio da Superintendência Regional do Trabalho (SRT/RN), da capital do Rio Grande do Norte. Na ocasião, os manifestantes fizeram um minuto de silêncio pelos Auditores-Fiscais do Trabalho e o motorista mortos e também pelas vítimas do rompimento da barragem da mineradora Vale. O acidente aconteceu no dia 25 de janeiro de 2019, em Brumadinho (MG) e vitimou 270 pessoas.

Auditores-Fiscais do Trabalho do Rio de Janeiro e de Pernambuco também se manifestaram. No Rio, a diretora da Delegacia Sindical Marilucia Almeida de Souza ressaltou toda a dor e a impunidade sentidas não somente por familiares e Auditores-Fiscais, mas por toda a sociedade civil. “Em 28 de janeiro de 2004, os quatro servidores despertaram para suas jornadas. Não podiam imaginar que, naquele dia, não retornariam para suas famílias. Foram covarde e brutalmente assassinados em uma emboscada quando exerciam suas funções. Naquela data, quatro famílias perderam o pai, o filho, o marido. Os projéteis que deles tiraram a vida foram disparados contra toda



S7 MONTA 7

Sindicato Nacional dos  
Auditores Fiscais do Trabalho

SINAF

ONAL FEDERAL DA 1ª



CHAMADA DE UN  
QUANTO T MAIS V ESPERAR



Em agosto o Sinait atuou junto à PGR para que o STF reconsiderasse a decisão. Enfim, em setembro, por maioria, a 1ª Turma da Corte negou pedido de Hugo Pimenta para recorrer em liberdade da sua condenação.

No dia em que a Chacina de Unaí completava 16 anos o Sinait marcou presença em frente ao TRF1 para mostrar sua indignação e pedir a prisão dos réus. Enquanto executores cumpriam suas penas desde 2004, ano em que ocorreu o crime, mandantes e intermediários seguiam soltos, por meio de infinitos recursos, que só prologam a dor de quem aguarda por justiça. “Lugar de bandido, de assassino, é na cadeia. É a sociedade que está aqui hoje, gritando diante dessa casa de justiça que cumpra seu papel, porque justiça que tarda, falha”, afirmou o presidente do Sinait, Carlos Silva.

O dirigente registrou que o 28 de janeiro é dia de luto e luta no Brasil todo. Também afirmou que esse cenário de impunidade tem levado a outros episódios de violência contra Auditores-Fiscais do Trabalho e demais servidores públicos. Para Carlos Silva a execução dos servidores foi um crime bárbaro contra o Estado e os condenados fazem uso de seus recursos econômicos e poder político para se manterem em liberdade. “Nossa manifestação é para que os desembargadores desse tribunal não reconheçam os recursos e prendam os assassinos. Hoje eles riem de nós, usando todo o poder que possuem em Brasília e em Minas Gerais para continuarem livres. Mas não sem a nossa resistência, luta e clamor por justiça. É isso que nos traz hoje mais uma vez e trará em todos os momentos que se fizerem necessários. E não estamos sozinhos”, pontuou, fazendo referência à participação das diversas entidades de servidores no ato.

Ao longo dos anos o que se vê é que a Justiça nega o futuro às viúvas, aos filhos, porque não há futuro enquanto todos estiverem presos em um passado de impunidade. Neste sentido o Sinait reforçou seu compromisso com a busca da punição dos assassinos. Os Auditores-Fiscais do Trabalho não vão esquecer. O Sinait, como representante da categoria, continuará fazendo manifestação todos os anos. Justiça é uma demanda da sociedade, e, naquele momento, o sentimento era de que o Tribunal virava as costas ao não punir efetivamente os criminosos. Para Helba, viúva de Nelson, o que tem restado é uma imensa desesperança, que ela resumiu na única frase que proferiu durante o ato: “Nesse País, quem tem dinheiro pode matar porque nada vai acontecer.”



Um dia depois do protesto o desembargador Néviton Guedes, do TRF1, incluiu os recursos do mandante e dos intermediários da Chacina de Unai na pauta de julgamento para fevereiro, o que ocorreu no dia 11 daquele mês. O Tribunal acolheu parcialmente os embargos declaratórios apresentados pelo mandante e intermediários do crime. Além do presidente do Sinait, Carlos Silva, acompanharam o julgamento, a vice-presidente Rosa Jorge e a Auditora-Fiscal do Trabalho Jacqueline Carrijo.

De acordo com Anamaria Prates, advogada que acompanha o caso, a 4ª Turma decidiu, por unanimidade, acolher parcialmente os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, nos termos da fundamentação apresentada pelo relator, desembargador Néviton Guedes. Ele apenas reconheceu ter ocorrido um erro material, uma vez que foi juntado um trecho de outro acórdão no voto da apelação. Determinou a correção de ofício.

Segundo ele, a Chacina de Unai trata-se de um crime gravíssimo, que envolve quatro vidas humanas de servidores públicos, cujo desfecho é aguardado há 16 anos. Aqueles eram os terceiros embargos apresentados pela defesa do mandante e dos intermediários para protelar o cumprimento da sentença de reclusão em regime fechado.



Em maio de 2020 o mundo se encontrava recolhido em função da pandemia de Covid-19. As conversas passaram a ser virtuais. A luta contra a impunidade seguiu seu curso. Em reunião virtual dirigentes do Sindicato e viúvas das vítimas da Chacina de Unaí conversaram com a procuradora federal Lúiza Cristina Frischeisen sobre o andamento dos processos dos mandantes do crime. O Sinait e as famílias das vítimas buscavam informações atualizadas. A procuradora argumentou que apesar do longo tempo de espera, não havia outro caminho senão seguir os ritos. A advogada assistente de acusação Anamaria Prates Barroso e seu assessor Jailson Rocha Pereira, participaram da reunião.

Em junho o procurador-geral da República, Augusto Aras, encaminhou aos ministros da 1ª Turma do STF memorial acerca do Recurso em *habeas corpus*, no qual um dos condenados pela Chacina de Unaí, Hugo Alves Pimenta, questiona o início da execução de sua sentença condenatória de mais de 30 anos de reclusão antes de esgotadas as instâncias ordinárias. O documento produzido pelo Ministério Público Federal (MPF) defendia a execução provisória imposta pelo Tribunal do Júri, em julgamento realizado em 2015.

Pela primeira vez desde janeiro de 2004 o Sinait não saiu às ruas para lembrar o crime. A Covid-19, que àquela altura já havia matado quase duzentos mil brasileiros, impedia aglomerações. O ato público daquele ano foi realizado no formato de *live*, que foi aberta com a reprodução do minidocumentário “Chacina de Unaí – A chaga da impunidade”. O vídeo lembra vários fatos que envolvem o processo como a elucidação do crime, as condenações, os recursos, a anulação do julgamento de Antério Mânica e, claro, a indignação com o fato de os culpados estarem livres, enquanto o tempo passa devagar para quem tem como única opção, aguardar.

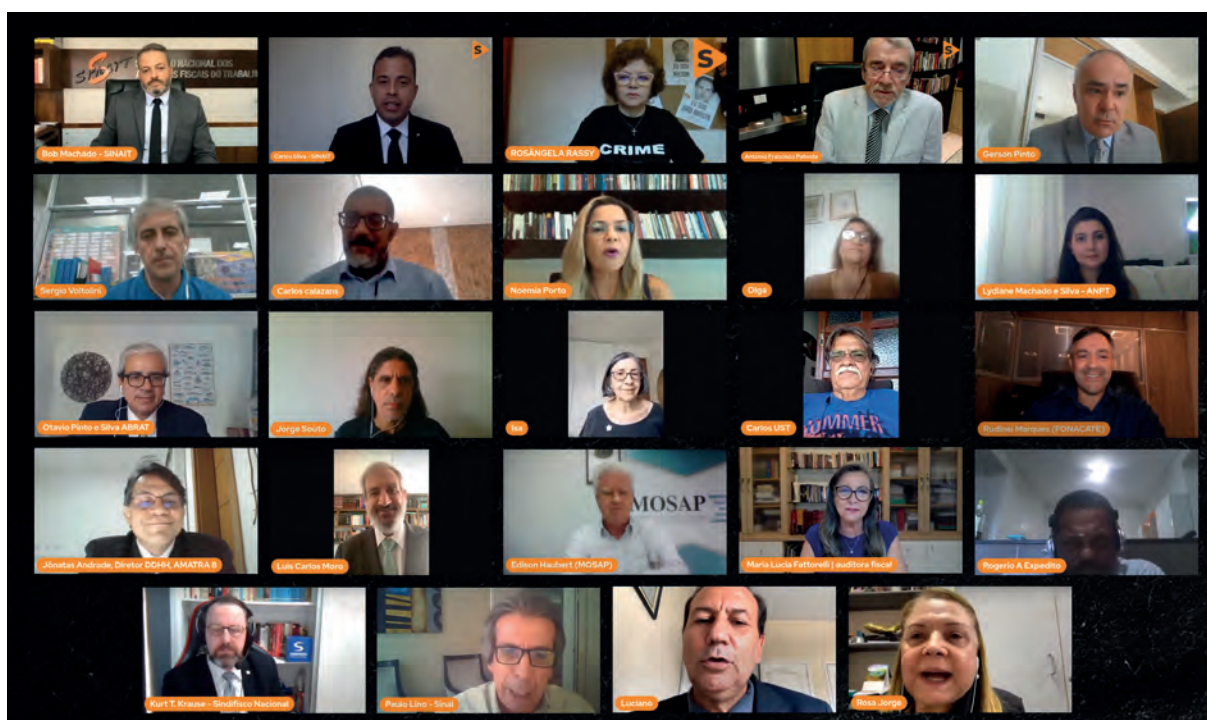
Em depoimento para o documentário Marcus Barberino, presidente da Anamatra, disse que a demora processual tem várias dimensões de sofrimento, sendo que a principal se trata da dor das famílias, que perdem o direito ao luto definitivo e depois, vem o sofrimento institucional dos colegas com a perda de pessoas com quem compartilhavam a vida, o cotidiano e o trabalho.

Era a passagem dos 17 anos da tragédia. O crime completava mais de seis mil dias, durante os quais o Ministério Público Federal, o Sinait e a categoria dos Auditores-Fiscais do Traba-

lho, familiares e colegas das vítimas lutavam insistentemente para colocar atrás das grades todos os culpados pelas mortes Aílton, Eratóstenes, João Batista e Nelson.

“Estamos novamente aqui porque não queremos conviver para sempre com a chaga da impunidade, que não deixa as feridas desse triste episódio cicatrizarem”, afirmou o presidente do Sinait, Bob Machado, que havia sido eleito no final de 2020 e manteve o compromisso do Sindicato a causa de Unaí. “O crime não calou a categoria. Pelo contrário, deu ainda mais razões para continuar e defender os direitos dos trabalhadores, mesmo com dificuldades e limitações, superadas com criatividade e insistência”, disse o presidente.

O ato público reuniu dirigentes do Sinait, sindicalistas e pessoas das mais diversas áreas e categorias, além da viúva de Eratóstenes, Marinez Lina; do advogado das famílias das vítimas, Antônio Patente; do Auditor-Fiscal do Trabalho Gerson Soares, representando a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho; Sergio Voltolini, presidente da CIIT; Carlos Calazans, ex-delegado regional do Trabalho em Minas Gerais; Noêmia Porto, presidente da Anamatra; Lydiane Machado, vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); Olga Machado, Auditora-Fiscal do Trabalho e presidente do Conselho de Delegados Sindicais do Sinait; Otávio Pinto, presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat); Edison Haubert, presidente do Mosap; Kurt Krause, di-





retor de Relações Internacionais e Intersindiciais do Sindifisco Nacional; Jorge Luiz Souto Maior, juiz do Trabalho e professor da Universidade de São Paulo (USP), dentre uma dezena de pessoas que juntas, reforçaram o clamor por justiça.

Como parte das manifestações contra a impunidade que marcaram os 17 anos do crime, a Delegacia Sindical de Minas Gerais, em ação conjunta com o Sinait, produziu o vídeo “Justiça Tardia não é Justiça!”, que cobrava a punição dos responsáveis pelas mortes dos servidores do Ministério do Trabalho.

Mais uma vez, em 2022 o ato do Sinait em homenagem às vítimas da Chacina de Unaí ocorreu por meio de uma atividade virtual. Até aquele momento a Covid-19 havia ceifado a vida de 615 mil brasileiros. Foi feita uma campanha nas redes sociais com o tema “Chacina de Unaí, 18 Anos – Uma Vida de Impunidade” na semana de 21 a 28 de janeiro. O pedido era para que a justiça fosse cumprida, com a prisão dos mandantes e intermediários.

Passados 18 anos da tragédia que mudou para sempre a Auditoria-Fiscal do Trabalho o Sinait, os Auditores-Fiscais e as famílias das vítimas seguem lutando para que a justiça seja feita.



Audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais para discutir o crime

Para que todos os acusados e condenados cumpram suas penas e a sociedade possa ser resgatada do ambiente de impunidade que perdura desde o crime bárbaro, que atacou direta e profundamente o Estado brasileiro.

Havia expectativa da realização do segundo julgamento de Antério Mânica, que conseguiu, junto ao TRF1, em 2018, a anulação do júri realizado na Justiça Federal de Belo Horizonte, em 2015, quando foi condenado a 100 anos de prisão em regime fechado. Os demais réus, Norberto Mânica, Hugo Pimenta e José Alberto de Castro aguardam em liberdade a análise de recursos em que requerem a anulação das sentenças e designação de um novo júri.

Em março, com apoio da Delegacia Sindical de Minas Gerais e do Sinait a SRT/MG homenageou as vítimas da Chacina de Unaí, com o descerramento de uma placa no *hall* de entrada da sede da Superintendência em Minas. “A Auditoria Fiscal do Trabalho continua plenamente ativa na defesa dos trabalhadores. Não se amedrontou com o bárbaro assassinato dos colegas por expoentes do agronegócio de feijão e soja de Unaí, Antério e Norberto Mânica”, constatou Ivone Corgosinho, Delegada Sindical no Estado.





## O segundo julgamento de Antério Mânica

Depois de ser adiado por duas vezes, enfim, é marcado o julgamento de Antério Mânica o dia 24 de maio. Nos 40 dias que antecederam o julgamento o Sinait fez uma grande campanha na mídia mineira, com repercussão em todo o estado. A ideia foi relembrar o crime, falar da impunidade e alertar a sociedade e aqueles que seriam sorteados para o Conselho de Sentença. Passados mais de 18 anos é natural que as pessoas que não convivem com as sequelas do crime, se esqueçam dele. O Sindicato fez o esforço para reavivar a história na memória das pessoas, por meio de veiculações em rádio, *out door*, painéis de LED e mídia dentro dos ônibus que circulam no transporte público da capital.

Na véspera do júri a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) realizou audiência pública para discutir as repercussões do crime ao longo dos anos. Participam do debate o presidente do Sinait Bob Machado, a delegada sindical do Sinait em Minas, Ivone Corgosinho e Helba Soares, viúva do Auditor Nelson. Além deles, foram convidados o procurador-chefe da Procuradoria Regional da República da 1ª Região, José Robalinho Cavalcanti, o procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais), Arlélcio de Carvalho Lage, e Carlos Calazans, que na época da Chacina de Unai era delegado regional do Trabalho em Minas Gerais.

O presidente do Sindicato Bob Machado falou sobre a importância de acabar com a impunidade que cerca o crime. Ele

lembrou que a justiça precisava ser feita, com uma nova condenação de Antério e o imediato cumprimento das penas. “Em 2015, estivemos aqui para pedir a condenação dos acusados de serem os mandantes do crime. Todos foram exemplarmente condenados com penas de cerca de 100 anos, um século. Estamos aqui, mais uma vez, pedindo justiça”.

Carlos Calazans relatou a emoção de ter participado como delegado do Trabalho do transporte dos corpos e de ter que tomar as providências para que as investigações tivessem início. “Eu também estava sendo ameaçado de morte e passei por algumas situações em que precisei de escolta policial”, declarou.

Helba questionou a demora do julgamento e a anulação da condenação do mandante Antério Mânica. “Parece que a justiça no Brasil é apenas para preto e pobre, os ricos não são presos. Infelizmente, amanhã teremos mais um episódio deste caso. Não sabemos como vai acabar. Queremos justiça”.

Pouco antes de iniciar a sessão do júri os dirigentes do Sinait, delegados sindicais dos estados e Auditores-Fiscais do Trabalho pediram o fim de impunidade da Chacina de Unaí, em um

ato pela paz, no qual foram distribuídas rosas brancas às pessoas que passavam em frente ao prédio da Justiça Federal. As viúvas estiveram presentes. Bob Machado clamou para que aquela ferida se fechasse com a condenação do réu. Carlos Silva, vice-presidente do Sindicato, esclareceu que o Sindicato não ia parar. “Vamos continuar trabalhando até que todos os culpados sejam condenados e cumpram suas penas em regime fechado. Estamos há 18 anos pedin-



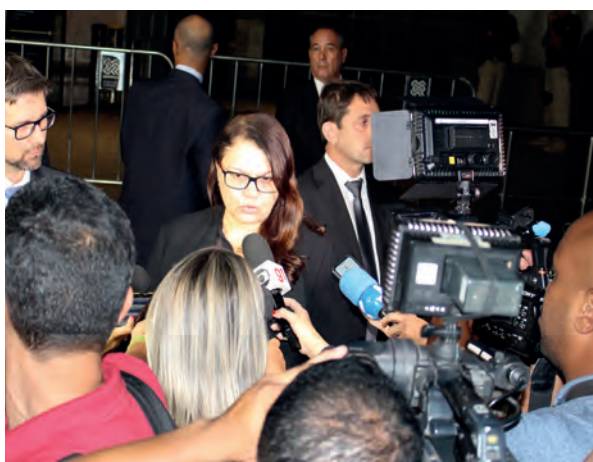
do justiça. Vamos continuar unidos e trabalhando por justiça para os nossos colegas mortos”.

Foi cantado o Hino Nacional. A canção Amigos para Sempre, também. Depois e pelos próximos quatro dias, Auditores-Fiscais do Trabalho de todo o país fizeram vigília e se revezaram para entrar no auditório, onde estava ocorrendo o julgamento. Em nenhum momento a porta do prédio ficou vazia. A vigília seguiu-se até a sentença ser pronunciada.

O segundo julgamento de Antério Mânica foi uma espécie de mais do mesmo, uma vez que todos os relatos já tinham sido feitos em julgamentos de réus da chacina, realizados anteriormente, inclusive dele próprio.

No primeiro dia, sete testemunhas de acusação foram ouvidas, entre elas, Hugo Pimenta, réu confesso e condenado por ajudar a orquestrar a chacina. Sobre a confissão de Norberto Mânica, Hugo afirmou uma tentativa clara de encobrir a participação de Antério. O depoente contou ainda que conhecia os irmãos Mânicas e que a liderança da família era de Antério, o irmão mais velho. Em relação ao veículo Marea, visto pelos atiradores em reunião ocorrida em Unaí na véspera do crime, Hugo disse: “Tenho certeza de que o Marea é do Antério Mânica e quem tem que provar que estou equivocado, não sou eu. Eles organizaram tudo na reunião de família para pressionar o Norberto a dizer que eu, Hugo, é quem estaria nesse Marea”.

A presença do Marea estacionado próximo ao local onde ocorreu a reunião foi citada pela primeira vez por Willian Gomes, motorista da quadrilha, condenado a 56 anos de prisão pela participação nos assassinatos. Em depoimento à Polícia Federal, seis meses depois do crime, Willian confirmou a presença



do veículo e disse ainda que dentro dele se encontrava um homem muito “bravo”, que gritava que era para “matar todo mundo”. Mais tarde soube-se por intermédio de Francisco Piniheiro, que o homem era seria Antério Mânica.

O Auditor-Fiscal do Trabalho Afrânio Gonçalves, depôs mais uma vez. Afrânio era lotado na DRT/MG em Belo Horizonte e trabalhou com Eratóstenes e João Batista. Além disso, já havia estado na região de Unaí, atuando junto com Nelson, em fazendas da região. Helba, viúva de Nelson, e Marinez, viúva de Eratóstenes, que prestaram depoimento como informantes, confirmaram versões dadas em julgamentos anteriores.

O ex-delegado de Polícia Civil Wagner Pinto de Souza confirmou uma das principais provas que ligam o fazendeiro Antério Mânica à Chacina de Unaí. Durante depoimento ele sustentou que um veículo igual ao da mulher do réu foi visto no local onde estavam os executores dos assassinatos e os intermediários do crime.

Antônio Celso dos Santos, um dos responsáveis pelas investigações do caso, que depôs como testemunha de acusação no júri de Antério em 2015, e em outros como o dos executores, voltou à Justiça Federal para o segundo julgamento do fazendeiro, desta vez, como testemunha de defesa. O depoimento de 2022 contradiz o de 2015, em vários momentos. Antônio Celso lembrou de alguns depoimentos, dentre eles, a ligação para o Ministério do Trabalho perguntando sobre os fiscais, se eles estavam vivos ou mortos. Descreveu vários outros pontos da investigação.

O policial aposentado, ao descrever a investigação, foi questionado pela juíza Raquel de Vasconcelos sobre a participação de Antério Mânica e respondeu: “As minhas investigações não me levaram ao Antério Mânica”. A juíza perguntou para quem as investigações apontaram como mandante, e Celso respondeu que levaram a Norberto Mânica.

Em seu depoimento Antério Mânica usou o direito de não responder as perguntas. Ele somente negou participação no crime e, assim como fez em 2015, acusou o irmão, Norberto. O fazendeiro disse estar velho e não merecer passar o resto da vida na prisão.

No início da noite de 27 de maio a juíza Raquel de Vasconcelos leu a sentença: Antério Mânica, foi condenado pela segunda vez pelos quatro homicídios. A pena foi de 64 anos de prisão em

regime fechado. A juíza aplicou a pena mínima, considerando 16 anos para cada vítima e não considerou as qualificadoras, que haviam sido consideradas em 2015, quando a pena de Antério foi de 100 anos. O réu, no entanto, saiu livre da Justiça Federal, em razão de ser réu primário. Para Bob Machado, presidente do Sinait, a condenação de Antério Mânica traz alívio para todos. “É o resultado de muito trabalho e luta para que o crime não caia no esquecimento e que a justiça seja feita.”

Apesar da pena menor, dirigentes do Sinait e colegas Auditores-Fiscais do Trabalho, que passaram quatro dias em vigília, comemoram muito. Com gritos de Justiça, ainda que tardia!, eles se abraçaram, choraram e se emocionaram muito com aquele momento que parecia encerrar um ciclo de mais de 18 anos de espera. Depois de fazerem cruces humanas e de feijão, cantarem parabéns para Eratóstenes (que faria 61 anos no dia anterior) e torcerem juntos, enfim, justiça havia sido feita.

A procurador Miriam Lima, que acompanha o caso desde o início e que é a responsável pela denúncia da Chacina de Unai discordou da saída de Antério Mânica em liberdade, após duas condenações. “A Chacina de Unai é um dos casos mais graves contra a democracia brasileira, quanto quatro servidores foram assassinados no exercício de suas funções. Foi uma decisão da juíza, com a qual não concordamos de maneira nenhuma. Chegamos a pedir a prisão imediata de Antério Mânica, mas ela entendeu que ele deveria ter o direito de recorrer em liberdade”.

No segundo júri de Antério Mânica atuaram como assistentes de acusação os advogados Aline Giacon e Roberto Tardelli que disse acreditar que a prisão do réu esteja perto de acontecer. Ele disse ainda que no mérito, a condenação não pode mais revista.

Logo depois da sentença o MPF/MG e a advogada representante dos familiares das vítimas, Ana Maria Prates recorreram da decisão, em busca de ampliação da pena e da imediata prisão de Antério.

Aquela alegria que tomou conta dos colegas na noite de anúncio da sentença de Antério Mânica, na verdade, não marcou o fim de um ciclo. Quatro meses depois, em setembro, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por unanimidade, reduzir as penas de três condenados por serem mandantes da Chacina de Unai, Norberto Mânica (de 65 anos para 56 anos e três meses), Hugo Pimenta (de 31 anos



e seis meses, para 27 anos) e José Alberto de Castro (de 58 anos e dez meses, para 41 anos e três meses). A redução das penas se deu com o afastamento de uma das qualificadoras. De acordo com o relator, ministro Ribeiro Dantas, o STJ considerou que, de acordo com jurisprudência recente da própria Corte, a qualificadora de homicídio mediante pagamento ou promessa de recompensa se aplica apenas aos executores diretos do assassinato, uma vez que eles que receberam efetivamente, o pagamento ou a promessa de recompensa para executar o crime.

Além disso, os ministros rejeitaram o pedido de execução imediata das penas. Os assistentes de acusação recorreram da decisão. O Tribunal, no entanto, indeferiu pedido dos réus para anulação do julgamento.



Dias depois, o presidente do Sinait, Bob Machado, e a diretora Rosa Jorge pediram ao MPF, em reunião com a subprocuradora-geral da República, Luiza Cristina Frischeisen, ações para que sejam restabelecidas as penas dos condenados pela Chacina de Unaí.

Para o presidente do Sinait, a decisão aumenta a sensação de impunidade: “São 18 anos de imensa dor das famílias, amigos e colegas dos três Auditores-Fiscais do Trabalho e do motorista do Ministério do Trabalho assassinados. Essa dor aumenta ao ver a redução das sentenças de assassinos confessos e condenados.”





## Final

As decisões acerca da Chacina de Unai, são uma página em branco na medida em que mandantes e intermediários seguem livres. Todos clamam por justiça. O tempo tem mostrado que ela está cada vez mais distante. Todos os réus foram condenados, mas apenas os executores cumprem pena. A lei brasileira permite aos criminosos a possibilidade de uma infinidade de recursos, o que faz com que a história tenha chegado até aqui sem um desfecho.

Para a procuradora Miriam Lima, do MPF/MG, autora da denúncia que resultou em cinco julgamentos dos réus da Chacina de Unai, é muito injusto que os executores tenham sido presos desde a época do crime e já estejam, inclusive, cumprindo pena em regime aberto, enquanto mandantes e executores permanecem soltos.

Em setembro de 2004 em Saussignac, na França, uma inspetora do trabalho e um agente do serviço de inspeção do trabalho foram assassinados com tiros de espingarda, por um agricultor, enquanto realizavam uma fiscalização de rotina em sua fazenda, durante a colheita de ameixa. O crime causou comoção nacional. As autoridades agiram com rapidez. Era a primeira vez, desde a criação da Inspeção do Trabalho na França, em 1892, que agentes eram mortos no exercício da função. Dois anos e meio depois, em março de 2007, o agricultor assassino foi condenado a 30 anos de prisão. Começou a cumprir pena imediatamente. Morreu na prisão em 2016.

Em dezembro de 2006 a Justiça brasileira condenou a empregada doméstica Angélica Souza, de 19 anos, a quatro anos de prisão, em regime semi-aberto por tentar furtar um pote de

manteiga de 200 gramas em um supermercado em São Paulo. Ela apenas tentou. Foi surpreendida pelo dono do estabelecimento, que chamou a polícia. Angélica tinha um filho de dois anos e alegou que precisava alimentar a criança. Não adiantou. Ficou quatro meses presa, em regime fechado. Seu advogado pediu liberdade provisória por quatro vezes. Todas foram negadas. Ela foi solta 128 dias depois da tentativa, após entrar com recurso no Superior Tribunal de Justiça.

Esse é um exemplo do que ocorre rotineiramente no Brasil. Angélica ficou mais tempo presa do que Antério Mânica, condenado duas vezes por mandar assassinar quatro pessoas.

Dessa forma, essa história fica parecendo sempre a mesma coisa: dirigentes do Sinait se reuniram com parlamentares, com ministros do STF, do STJ, com o procurador-geral da República, com a Comissão de Direitos Humanos, com o Ministério Público Federal, com o Conselho Nacional de Justiça... Uma vez, duas vezes, várias vezes...

Em todos os meses de janeiro, desde 2004, o Sinait fez ato em Brasília, em Belo Horizonte, em Unaí, em todas as capitais, mas é muito mais do que isso. Por justiça e contra a impunidade, ao longo de quase 19 anos o Sinait e suas delegacias sindicais ou associações regionais realizaram mais de 200 atos. O Sindicato foi ouvido pela imprensa de todo país e foi fonte em mais de mil reportagens sobre o crime.

**CHACINA de Unaí**

**O CRIME**  
Em 28 de janeiro de 2004, os auditores fiscais do Ministério do Trabalho Nelson José da Silva, João Batista Lopes, Erastótenes de Almeida Gonçalves e o motorista Ailton Pereira de Oliveira são mortos a tiros em uma emboscada, em Unaí, no Nordeste de Minas.

**RÉUS EM LIBERDADE**

**ANTÉRIO MÂNICA**  
Um dos maiores produtores de feijão do país. Foi preso em 2004 e 2006, mesmo depois do caso. Era alvo frequente de fiscalizações do Ministério do Trabalho, a maioria delas realizadas por Nelson José da Silva, principal alvo da chacina. Seu julgamento está marcado para o próximo dia 27. É acusado de ser o principal mandante da chacina.

**ROBERTO MÂNICA**  
Irmão de Antério, também fazendeiro, e alvo frequente de fiscalizações em suas fazendas. Está em liberdade desde 26 de novembro de 2000 por força de habeas corpus concedido pelo STF. É acusado também de ser um dos mandantes da chacina.

**HUGO ALVES PIMENTA**  
Empresário cerealista e também um dos mandantes do crime, teria pago R\$ 40 mil pelas quatro mortes. Pimenta se recusou a prestar depoimento à Polícia Federal e disse que só fala em júri. Chegou a ficar preso, mas também está atualmente em liberdade.

**JOSÉ ALBERTO DE CASTRO (ZEZINHO)**  
Empresário cerealista conhecido como Zezinho. É acusado de ter intermediado a contratação dos pistoleiros a pedido do amigo, Hugo Pimenta. Está em liberdade desde dezembro de 2004.

**HUMBERTO RIBEIRO DOS SANTOS (ATO)**  
Teria se encarregado de apagar uma das provas do crime. Foi contratado por Erinaldo para arrancar a folha do livro de registro do Hotel Athos, em Unaí, ordem vertida pelo promotor-buscador para listar a folha do livro de registro do Hotel Athos, em já onde os pistoleiros ficaram hospedados. Está de 2010.

**CONDENADOS (EM AGOSTO DE 2013)**

**ERINALDO DE VASCONCELOS SILVA**  
Condenado a 70 anos e 20 dias de prisão por formação de quadrilha e pelos quatro homicídios triplamente qualificados. Ele executou três dos fuzis com seu revólver 38. Recebeu R\$ 17 mil pelas execuções, além de R\$ 6 mil a título de adiantamento.

**ROGÉRIO ALAN ROCHA RIOS**  
Condenado a 94 anos de prisão. Participou diretamente das execuções. Armado com um revólver 38 teria dado vários tiros no fiscal Nelson José da Silva. Roubou os celulares das vítimas após a chacina. Depois do crime, fugiu para Bahia. Diz ter recebido R\$ 6 mil para participar dos homicídios.

**WILLIAM GOMES DE MIRANDA**  
Condenado a 66 anos de prisão por formação de quadrilha e homicídio triplamente qualificado. Foi o motorista dos pistoleiros durante a chacina. Confessou ter recebido R\$ 11 mil dos mandantes. Não participou diretamente do crime porque o carro alagado que conduzia, um Gol vermelho ficou o peso.

**FRANCISCO ELDER PINHEIRO (CHICO PINHEIRO)**  
Morreu no dia 7 de janeiro de 2013, vítima de um AVC, aos 77 anos. Estava em regime de prisão domiciliar. Se encarregou de contratar os três pistoleiros da chacina. Recebeu o dinheiro das mãos de Zezinho e fez a divisão entre os participantes.

**FALSOU**

A Chacina de Unaí foi lembrada em todas as cartas produzidas nos Enafits desde 2004, sempre no sentido de mostrar a preocupação do Sindicato com a impunidade. Em todos os Congressos Nacionais dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Conaits) houve proposição envolvendo a luta por punição pelo crime. O Sinait enviou inúmeros documentos às autoridades demonstrando preocupação com a segurança de Auditores em todo o país. Nas discussões dos fóruns e entidades dos quais é integrante, como Fonacate (Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado), Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais), Mosap (Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas), Conatrae (Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo), FNPET (Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil), o Sinait sempre leva o tema para o debate.

Desde 2004 a Chacina de Unaí é pauta constante e faz parte da rotina do Sindicato. O objetivo de estar em permanente mobilização é não deixar que o crime jamais caia no esquecimento. Assim foi e assim será até que os culpados pela Chacina de Unaí estejam presos e enfim a justiça seja feita.

Em memória de Aílton, Eratóstenes, João Batista e Nelson, o Sinait vai lutar para buscar impedir que outras Chacinas de Unaí aconteçam!

A falta de punição exemplar para os culpados de um crime tão bárbaro gera sensação de que nada vai acontecer e permite que empregadores continuem ameaçando os Auditores-Fiscais do Trabalho no exercício de suas funções. Um apanhado sucinto aponta casos que foram reportados desde 2004.

**2004** – A Chacina de Unaí. Uma emboscada na zona rural da cidade mineira faz quatro vítimas fatais e revela que as ameaças que o Auditor-Fiscal do Trabalho Nelson José da Silva havia sofrido, eram reais. Menos de um ano após ameaçar Nelson com um chuchu, Norberto Mânica tratou de montar uma equipe para cometer o crime. Nelson era o alvo, mas não estava sozinho. Esse “detalhe” não teve importância. A ordem foi clara: “Tora tudo”.

**2006** – O Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) fica em meio a tiroteio, na Fazenda San Kara, em Comodoro (MT). Em fevereiro equipe do GEFM chega à fazenda e encontra poucos trabalhadores na propriedade. Em seguida, descobriu-se que armas estavam

escondidas no mato. A equipe quis falar com o gerente da fazenda e um delegado da PF que tentou conversar foi recebido com um tiro, que lhe passou rente à cabeça. Sabendo da presença da PF pelo rádio, os atiradores disseram que queriam guerra e o tiroteio se arrastou por cinco longos minutos. A Polícia Militar chefiava os atiradores e estava na fazenda a pedido do fazendeiro, que argumentou ter recebido denúncia de assalto. A PF ordenou que os policiais militares prendessem os donos da fazenda por comunicação falsa de crime. Já na cidade, o fato foi comunicado ao comandante da Polícia. Depoimentos foram tomados. Todos os relatos foram feitos. 16 anos se passaram e o processo ainda não foi julgado.

**2013-** Foi o ano em que mais ocorrências contra Auditores foram registradas. Em maio, um Auditor-Fiscal do Trabalho da GRT de Novo Hamburgo (RS) foi agredido por sete pessoas, quando fiscalizava um canteiro de obras da construção civil no município de Campo Bom (RS). O Auditor-Fiscal entrou no local e um dos empregados indicou a sala onde estavam os responsáveis pela obra. Ao chegar ao cômodo e se identificar, o proprietário, alguns parentes que também estavam na sala, um vigilante e um empregado da obra começaram a agredi-lo fisicamente. Por causa da agressão, o Auditor-Fiscal ficou desacordado por alguns instantes, mas ao recobrar a consciência e tentar sair do local, foi novamente agredido, e a cena de violência se repetiu por mais duas vezes. Muito machucado, ele foi socorrido por policiais militares que chegaram ao local e o levaram para o hospital, onde foi realizado exame de corpo de delito. Passados dez dias da agressão, a Chefia no Rio Grande do Sul fez a remessa do processo à Advocacia Geral da União, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Trabalho, além de ter acompanhado o depoimento de uma testemunha na Polícia



Federal. O Sinait se mobilizou e exigiu providências. Em 16 de dezembro daquele ano os réus foram condenados pela agressão. Eles tiveram que pagar indenização de R\$ 400 mil por dano moral coletivo e as custas processuais.

Em julho, a Gerência Regional do Trabalho (GRT) em Barreiras (BA) recebeu um telefonema anônimo anunciando uma emboscada, citando o nome de quatro Auditores-Fiscais do Trabalho que seriam os alvos. Os servidores foram removidos da GRT devido à comoção que se criou em torno do fato. Na época, os Auditores-Fiscais faziam fiscalização no cultivo e beneficiamento do algodão e, por causa do grave e iminente risco de acidentes, máquinas estavam sendo interditadas, o que incomodou muito os produtores da região. Depois dessa ameaça, as fiscalizações do algodão passaram a ser feitas por equipes externas. As equipes locais retomaram, somente em 2014, as fiscalizações de rotina. Já em novembro um homem armado invadiu a sede da Agência Regional do Trabalho e Emprego em Luziânia (GO) e fez disparos em direção ao chefe da Agência e à vigilante que prestavam serviços no dia. Não havia Auditores-Fiscais do Trabalho no local. O chefe da unidade na época não soube precisar quantos disparos foram feitos, mas estimou que foram três, sendo um em sua direção e dois contra o vigilante. A ocorrência foi registrada na Polícia Militar e reportada à SRT/DF.

**2014** - Em fevereiro de 2014, novamente em Barreiras. Auditores-Fiscais do Trabalho da GRT tomaram conhecimento de que seriam alvo de um





atentado por parte de produtores rurais da região. Um grupo de pistoleiros estaria sendo contratado para “dar um susto” nos servidores. Imediatamente, os servidores levaram o fato ao conhecimento de autoridades: MPT, Polícia Federal, SRT/BA e SIT, como forma de inibir a ação criminosa. Em dezembro, em Rio Branco (AC) um Auditor-Fiscal do Trabalho é intimidado depois de ter integrado fiscalização rural em que foram resgatados 15 trabalhadores submetidos ao trabalho análogo ao de escravo. Dias depois da ação, o Auditor percebeu que estava sendo seguido por um veículo no trajeto de sua residência até a SRT/AC, em Rio Branco. Dias depois desse episódio, quando estava em um restaurante com sua família, um homem sentou-se na mesa ao lado, não fez qualquer pedido e começou a fotografá-lo quando se levantou da mesa para sair do local com esposa e filho. Como medida preventiva, o Auditor apresentou denúncia à Polícia Federal, para que o caso fosse investigado.

Em julho, no curso de ação fiscal de registro de empregados, um Auditor-Fiscal do Trabalho sofreu violência física e psicológica na cidade de Castanhal, no Pará. O fato ocorreu após três empregadores resistirem à ação fiscal em seus estabelecimentos. No dia da agressão, o Auditor-Fiscal visitou locais afastados do centro, mais precisamente uma rua onde havia várias lojas de pequeno porte. Quando os três empregadores apresentaram resistência, ele resolveu continuar a visitar os outros estabelecimentos e depois retornar. Segundo relato do próprio Auditor-Fiscal, quando voltou, a violência aconteceu dentro de um pequeno supermercado com a presença dos três empregadores. Eles se recusaram a reconhecer a autoridade do Auditor-Fiscal, tomaram sua carteira de identidade funcional e o mantiveram como refém por quase uma hora. Então, um segurança o arrastou para o lado de fora, onde várias pessoas se aglomeravam dando a entender que poderiam linchá-lo. Diante do risco que estava correndo, o Auditor-Fiscal pediu ajuda a um transeunte que chamou a polícia. Na delegacia, com a presença dos três empregadores, o Auditor-Fiscal registrou Boletim de Ocorrência e relatou todos os fatos.

Ao longo do ano múltiplas situações de constrangimento vivenciadas por Auditores-Fiscais do Trabalho nos municípios de Alfredo Wagner e Ituporanga, localizados na região do Alto Vale, em Santa Catarina, foram objeto de denúncias do Sindicato, da Delegacia Sindical do Sinait em Santa Catarina e da Associação dos Auditores-Fiscais do Trabalho em Santa Catarina (Afitesc). No estado, desde 2007, produtores de cebola, recusando-se a cumprir a lei, dificultavam a atuação da Inspeção do Trabalho e haviam empreendido ações de intimidação às equipes de fiscalização. Naquele ano, fecharam as saídas de Ituporanga com tratores para im-

pedir que os Auditores tivessem acesso às propriedades rurais. Em 2010, na mesma cidade, produtores cercaram um carro do Ministério do Trabalho, ligaram na rádio local e ameaçaram incendiar o veículo, o que foi acompanhado por manifestações das autoridades locais pedindo a retirada da Fiscalização do Trabalho da região. Em certo momento, a situação se tornou tão tensa que as ações fiscais somente eram realizadas com escolta policial.

**2015** - Em fevereiro Auditores-Fiscais da GRT de Uruguaiana foram ameaçados enquanto fiscalizavam obras de construção da estrutura temporária para festa de carnaval. Os servidores embargaram a estrutura, por falhas na operação em altura, caracterizadas como de grave e iminente risco de acidente de trabalho, além de outras irregularidades trabalhistas. A ação de fiscalização foi iniciada no dia 19 de fevereiro, dois dias após o início da instalação das estruturas do evento. Nessa visita, feita por apenas um Auditor-Fiscal, desde o primeiro momento o representante da empresa agiu de modo agressivo, alterando a voz, apontando o dedo para o Auditor-Fiscal e perguntando o que ele fazia no local da obra, além de incitar os trabalhadores, dizendo que seriam dispensados por causa da fiscalização. Na segunda visita, quatro dias depois, três Auditores-Fiscais fizeram fiscalização voltada à segurança e saúde no trabalho e constataram vários problemas, especialmente no trabalho em altura. Por isso houve o embargo, sob o entendimento de que os operários estavam expostos a riscos de acidente de trabalho. Mais uma vez, o representante da empresa se mostrou agressivo e incitou os trabalhadores à violência contra os Auditores-Fiscais. Numa terceira visita, no dia 26 de fevereiro, em razão do pedido de suspensão do embargo, os Auditores-Fiscais solicitaram previamente a proteção da Polícia Federal, que disponibilizou seis agentes. Assim puderam realizar a fiscalização de forma protegida. Os Auditores-Fiscais do Trabalho não registraram Boletim de Ocorrência.

Em março de 2015, ocorreu o terceiro episódio de ameaça em Barreiras. Mais um telefonema anônimo dirigido a Auditores-Fiscais do Trabalho foi recebido na GRT. O interlocutor citou dois Auditores-Fiscais nominalmente e disse que estaria “preparado” para quando eles retornassem ao local da fiscalização. Em visita ao município de Barreiras no dia 27 de março de 2015, o então presidente da DS/BA, Wellington Maciel Paulo, esteve com os Auditores da GRT e visitou o posto da Polícia Federal para cobrar celeridade nas investigações do caso. Ainda em 2015, Auditores-Fiscais lotados em Barreiras apresentaram uma lista de reivindicações ao chefe da GRT, solicitando medidas imediatas para coibir as ameaças anônimas e garantir a segurança dos servidores.

Ainda em março, agentes da Polícia Militar e da Polícia Civil do estado do Maranhão submeteram dois Auditores-Fiscais do Trabalho a situação de violência e constrangimento. Os servidores conduziam ação fiscal de combate a trabalho infantil e de proteção ao adolescente no município de Peritoró. Quando os Auditores-Fiscais acompanhavam o pagamento de rescisões contratuais de adolescentes afastados do trabalho irregular, nas dependências do Conselho Tutelar da cidade, foram abordados pelos policiais. Mesmo depois da apresentação da identidade funcional, os Auditores-Fiscais passaram pelo constrangimento de ter seu veículo revistado na frente de populares e de serem conduzidos ao Distrito Policial, separadamente, colocados sob suspeita de portarem documento falso e de serem estelionatários. Nota emitida pela Secretaria de Estado de Comunicação Social do governo do Maranhão informou que o governador do estado havia determinado a apuração dos fatos e a adoção das medidas cabíveis.

Em setembro, um Auditor-Fiscal do Trabalho sofreu agressão física e moral no exercício de sua função, em ação fiscal realizada em um estabelecimento de lava-jato em Santos (SP). Ao chegar e pedir as informações básicas da empresa, como o número do CNPJ, que não constava nas notas fiscais, o Auditor-Fiscal constatou resistência dos supostos empregadores e explicou as consequências legais de não prestar esclarecimentos à Fiscalização do Trabalho. Segundo o Auditor-Fiscal, havia quatro trabalhadores no lava-jato, e todos pareciam temerosos em fornecer informações básicas, como seus próprios nomes. Apenas um deles foi autorizado a falar. Após reunir e anotar os dados repassados pelo empregado, o Auditor-Fiscal pediu informações sobre os outros que haviam saído do local. Foi então que as agressões começaram. Diante da falta de informações sobre a empresa, o Auditor-Fiscal afirmou que poderia autuar os proprietários por embaraço à fiscalização e por manter trabalhadores sem registro. Nesse momento, um dos supostos empregadores bateu de forma agressiva na pasta que estava nas mãos do Auditor-Fiscal. O servidor informou que iria reportar o fato e deixou o local sem concluir seu trabalho, em função das ameaças.

**2016** – No mês de abril, novas ameaças a Auditores-Fiscais do Trabalho em Uruguaiana (RS). Denúncia do Sinait deu conta de intimidação por meio de uma carta em tom dirigida a dois Auditores-Fiscais do Trabalho GRT daquela cidade. O Sindicato pediu providências imediatas, bem como o afastamento dos servidores do local. Os Auditores-Fiscais ameaçados registraram ocorrência do caso na Polícia Federal de Uruguaiana e informaram o episódio à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul (SRTE/RS).

Em maio equipe do GEFM formada por Auditores-Fiscais do Trabalho, policiais rodoviários federais e um procurador do Trabalho, foi alvo de tiros durante ação de fiscalização em uma localidade chamada Terra do Meio, interior de São Félix do Xingu, no Pará, no dia 18 de maio. A fiscalização tinha como foco o combate ao trabalho escravo. Durante a ação, a equipe de fiscalização se deparou com um veículo com seis trabalhadores. Na ocasião, os trabalhadores informaram que tinham acabado de ser ameaçados, agredidos e expulsos de uma fazenda onde laboravam. Diante da situação, parte do GEFM conduziu os trabalhadores à Vila Central, para resguardar sua segurança. O restante do grupo se dirigiu à outra fazenda, que também era alvo da ação fiscal. Ao chegarem ao local, a equipe de fiscalização constatou que a casa onde os trabalhadores res ficavam alojados estava toda revirada. Dessa forma, eles foram procurar a sede da fazenda. No percurso, o grupo se deparou com os agressores, que estavam em uma caminhonete. Eles tentaram interceptar o veículo, mas foram alvos de tiros disparados pelos homens que estavam no carro. Diante da gravidade dos fatos, a ação fiscal na região foi suspensa.

Chega o mês de junho e Auditores-Fiscais do Trabalho sofrem ameaças seguidas em um mesmo estabelecimento, uma serraria próxima ao centro da cidade de Lages (SC). Primeiro um Auditor-Fiscal do Trabalho foi interpelado pelo representante da empresa fiscalizada, que passou a gritar com o servidor. Nesse momento, o Auditor disse que se retiraria da empresa, mas informou que se tratava de ato de embaraço à fiscalização. Já do lado de fora da empresa, foi perseguido pelo dono do lugar, que, com as mãos para trás e em posição de quem portava uma arma, passou a ameaçá-lo. No dia 8 de agosto Auditores-Fiscais do Trabalho voltaram a ser ameaçados pelo proprietário ao inspecionarem a mesma serraria. Em razão disso, a segunda equipe que visitou o estabelecimento, em caráter de força-tarefa, solicitou escolta das Polícias Militar e Federal, para garantir a segurança do grupo.

**2019** – Ameaça à vida de Auditor-Fiscal do Trabalho no Ceará. O fato ocorreu no mês de maio, na sede da Procuradoria Regional do Trabalho, em Fortaleza (CE), quando servidores testemunharam um empresário incluído na Lista Suja do Trabalho Escravo declarar aos berros que iria matar o Auditor-Fiscal do Trabalho que havia coordenado a ação que constatou as irregularidades em seu estabelecimento. O homem, transtornado, informou que havia procurado a Defensoria Pública da União e que voltaria a buscar o atendimento. Caso não encontrasse solução, iria à Superintendência Regional do Trabalho (SRT/CE) para matar o Auditor.

Em junho, no Pará, dois Auditores-Fiscais do Trabalho foram abordados por policiais rodoviários federais depois de saírem de uma fazenda onde haviam realizado uma fiscalização. A PRF foi acionada por telefone pelo empresário rural que, usando de má fé, acusou os agentes federais de serem invasores de terra. Até que tudo fosse esclarecido, os Auditores-Fiscais do Trabalho passaram por constrangimento e riscos. Também em junho, outro Auditor-Fiscal do Trabalho recebeu ameaças por telefone, por meio do aplicativo WhatsApp, depois de atuar em uma operação do GEFM, também no estado do Pará. A pessoa se identificou como integrante de uma organização criminoso. O Sindicato solicitou o afastamento imediato dos Auditores-Fiscais das condições de risco, até a conclusão dos inquéritos policiais que foram instaurados.

Em setembro uma equipe de fiscalização foi atacada no município de Araripina (PE), durante inspeção em casas de farinha da região. A equipe fiscalizou três casas de farinha e interditou máquinas e equipamentos, inclusive os fornos, porque ofereciam riscos graves e iminentes aos trabalhadores. Inconformado com a fiscalização e as interdições de máquinas e fornos, um grupo, aparentemente de trabalhadores, bloqueou a BR 316, por onde sairia a equipe de fiscalização e os policiais civis que faziam a escolta. Atearam fogo em pneus e exigiram que os Auditores-Fiscais do Trabalho descessem das viaturas para desinterditar os estabelecimentos. A equipe não cedeu à exigência de desembarcar dos veículos nem de desinterditar as máquinas.

Já em novembro, em Recife (PE), duas Auditoras-Fiscais do Trabalho foram ameaçadas e expulsas do local pelo dono da empresa que estava sendo fiscalizada. Em contato com uma das Auditoras-Fiscais envolvidas, o Sinait apurou que havia denúncia de motoristas de caminhão sem registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social. As Auditoras-Fiscais decidiram ir à empresa na hora do almoço, em razão de haver mais chances de encontrar os motoristas no local. Elas chegaram, se identificaram e começaram a entrevistar os trabalhadores, constatando, de imediato, que existiam irregularidades no vínculo trabalhista. Então, o proprietário da empresa chegou gritando e ameaçando. Disse que elas não poderiam estar ali naquele momento – hora do almoço, que só poderiam estar ali com mandado e que estavam importunando os trabalhadores. Diante da agressividade e temendo por sua integridade física, elas decidiram se retirar. Os trabalhadores não reagiram.

**2020-** Em junho um Auditor-Fiscal do Trabalho lotado na SRT/SP, foi agredido física e moralmente no curso de uma fiscalização. Empurrado, ele caiu e sofreu escoriações. O caso se deu quando ele fis-

calizava uma empresa de contabilidade a partir de denúncia de que o empregador não estaria cumprindo as normas de prevenção à transmissão da Covid-19. Assim que teve conhecimento do ocorrido, de imediato, o Sinait denunciou a agressão à Administração e disponibilizou todo o apoio necessário ao Auditor-Fiscal.

2022- Em julho, durante fiscalização em São Luís (MA), Auditoras-Fiscais do Trabalho sofreram constrangimento e tiveram informações vazadas nas redes sociais pelo dono do estabelecimento, que também é influenciador digital. Elas realizavam uma ação de combate à informalidade em um *food park*, complexo que abriga diversos restaurantes. Por decisão judicial, as publicações foram retiradas. Os trabalhadores encontrados na informalidade mudaram a versão dos fatos e passaram a dizer que não conheciam o responsável por seus pagamentos. O Sinait se reuniu com representantes da SRT/MA para pedir apoio e celeridade das autoridades contra tal ocorrência e para que novas não aconteçam.

O Sinait contruiu uma importante conquista para a defesa da categoria que é o Protocolo de Segurança que precisa ser implementado por todos. O Sindicato sempre defendeu os colegas que foram vítimas em todas as situações e continuará na luta para buscar a garantia da segurança e da vida dos Auditores-Fiscais do Trabalho, assim como seguirá exigindo JUSTIÇA para as vítimas da CHACINA DE UNAÍ.



**AÍLTON,  
ERATÓSTENES,  
JOÃO BATISTA  
E NELSON**

Em quase duas décadas, muito se falou sobre a Chacina de Unaí. Os rostos dos quatro servidores do Ministério do Trabalho assassinados no exercício de suas atividades, estamparam reportagens e peças, a maioria produzida pelo Sinait para os atos. Nas próximas páginas o leitor vai conhecer um pouco mais sobre a vida pessoal das vítimas. Tais informações não são fáceis de serem coletadas. Pela barbaridade e pela grande repercussão do crime, as famílias vivem reclusas e sabidamente, as viúvas preservaram seus filhos. Foram ouvidos parentes e amigos e por meio dos seus relatos foi possível trazer algo novo a respeito de cada uma das vítimas da Chacina de Unaí.





## Aílton

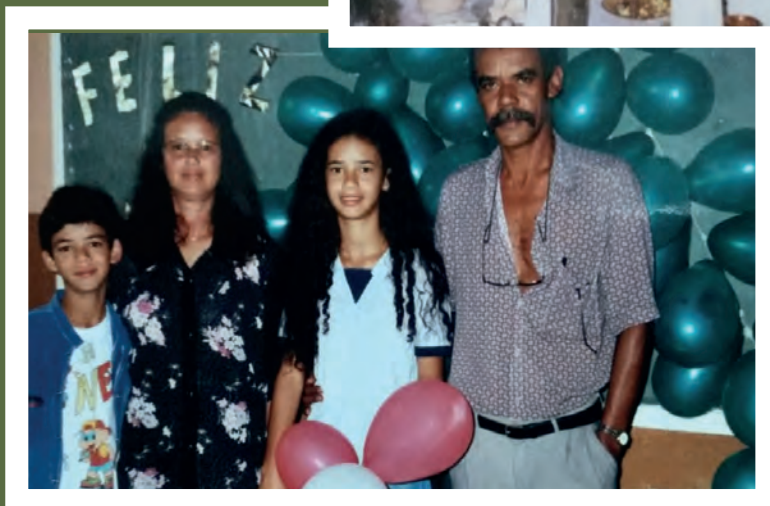
Aílton era boa gente, trabalhador, bem-humorado. Casou-se com Marlene, em 1982. Tiveram dois filhos, Rayanne e Ariel, quem tinham 16 e 15 anos, respectivamente, à época do crime. Era motorista do Ministério do Trabalho. Aílton saiu de casa para a sua última viagem em 26 de janeiro de 2004, dia em que Ariel completava 15 anos. Ele sempre repetia para familiares e amigos que seu maior desejo era ver os filhos formados.

O sonho de Aílton para os filhos se realizou. Rayanne é bióloga e Ariel, economista. “Sinto alegria de ter formado meus filhos e tristeza porque o pai deles não está com a gente”. É o sentimento de Marlene, em relação a tudo que aconteceu com sua família desde a morte do marido. Ela ainda sente a dor que a acompanha desde que recebeu a notícia, “Fiquei sem rumo, imaginando o que seria de nós”.

Rayanne e Ariel se lembram da data do crime, da tristeza ao receber a notícia, a falta de credulidade, contra a realidade estampada nas manchetes de jornais, em função da grande repercussão do crime. Para Rayanne, o pai é um herói, porque mesmo baleado na cabeça e no rosto, dirigiu por cerca de sete quilômetros com os três amigos mortos no carro, até encontrar socorro e dar detalhes da emboscada, que mais tarde, contribuiriam com a investigação.

Para Ariel é fundamental uma resposta da Justiça. Em relação às idas e vindas do processo e ao comentário rotineiro de que o mundo é ruim, Marlene tem uma frase que resume esses quase 19 anos de processo: “O mundo é bom, o que não está no seu devido lugar, é a Justiça”.

Aílton nasceu em Sete Lagoas (MG). Tinha 52 anos quando foi assassinado. Foi o primeiro namorado de Marlene. Juntos, eles concluíram o Segundo Grau, formação que o ajudou a chegar ao Ministério do Trabalho. Auditores-Fiscais do Trabalho que viajavam com Aílton revelaram que ele tinha grande satisfação em levar seus passageiros a lugares com comida boa nas estradas, que ele conhecia bem. Era atencioso e educado. Era pessoa simples e de bons costumes; artesão nas horas de folga. Fazia miniaturas com sobras de jornal. Era um contador de histórias. Amava a família e trabalhava por ela. Morreu a serviço do Brasil.







## Eratóstenes

Eratóstenes, ou Tote, como os mais próximos o conheciam, era o mais novo dos quatro servidores alvejados naquele 28 de janeiro. Tinha 42 anos, casado com Marinez Lina e pai de Isabelle. Quando saiu de casa, dois dias antes, Eratóstenes recomendou a Marinez que cuidasse dos preparativos para a festa de aniversário da filha, que estava para acontecer. Isabelle faria seis anos em fevereiro. Neste relato, é Marinez quem dá detalhes da vida pessoal do marido.

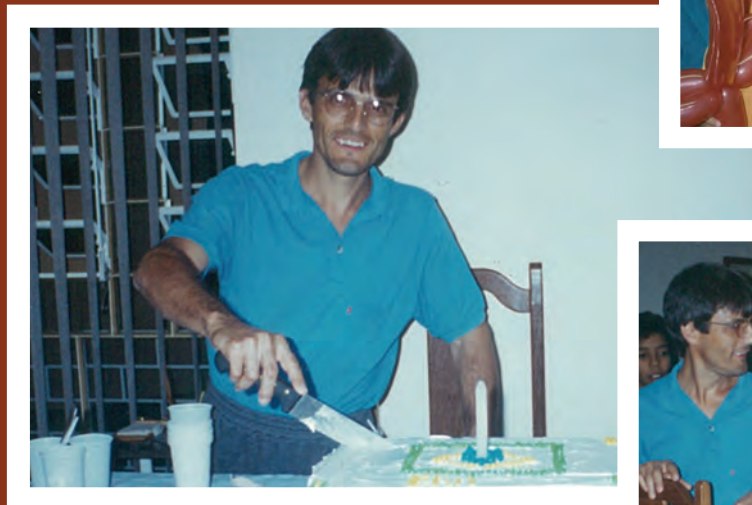
Era o mais novo de nove filhos. O nome diferente, vindo do grego, foi uma escolha do padrinho de batismo, um padre muito amigo da família que ajudou dona Judite, a mãe, durante todo o pré-natal daquele filho “temporão”. A família vivia em Belo Vale, no interior mineiro. O padre costumava levar dona Judite para realizar exames em cidades próximas, que na ocasião, tinham mais equipamentos de saúde disponíveis. Quando Eratóstenes tinha quatro anos de idade, a família se mudou para Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte.

Tote graduou-se em Engenharia Mecânica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG) em meados da década de 1980 e tinha paixão pela profissão. No início do governo de Fernando Collor de Melo ele perdeu o emprego. Passou um período tentando voltar ao mercado de trabalho e acabou se desiludindo com a profissão. Então, começou a fazer concurso e passou em vários. Já namorava com Marinez quando uma amiga, cujo pai trabalhava no Ministério do Trabalho, comentou sobre a abertura de concurso para Auditor-Fiscal da pasta. Eratóstenes foi aprovado no concurso

de 1994 e entrou para a Auditoria Fiscal do Trabalho, em 1995. No ano seguinte, casou-se com Marinez e dois anos depois, nasceu a filha, Isabelle.

A família tinha uma vida tranquila. Eratóstenes era um pai maravilhoso e marido também. Os irmãos, que eram relativamente mais velhos do que ele, eram apaixonados por aquele caçula estudioso e focado. Nas palavras de Marinez, ele era o “xodó” dos irmãos. Poucos dias antes da viagem para Unaí, a família foi visitar uma irmã de Marinez e esta disse a Tote em determinado momento para ele assistir ao telejornal daquela noite, pois todos sabiam que diariamente ele assistia, nunca gostou de perder o noticiário noturno. Surpreendentemente, ele não quis ver o programa e afirmou que naquele dia “estava preferindo a família”.

Tote viajava com alguma frequência. Já tinha estado na região de Unaí, acompanhando Nelson em ações fiscais mais de uma vez. Já tinha, inclusive, fiscalizado propriedades dos irmãos Mânicas. Porém, foi a primeira vez que esteve por lá junto com João Batista. Os dois eram lotados da Delegacia Regional do Trabalho em Belo Horizonte e haviam se tornado amigos. As famílias passaram em conviver.



Em janeiro, eles viajaram em férias. Logo que ele voltou ao trabalho foi escalado para aquela que seria a sua última viagem. A notícia da morte trágica de Eratóstenes caiu como uma bomba. Foram colegas Auditores-Fiscais do Trabalho que estiveram na casa dela naquela manhã de 28 de janeiro de 2004. Cuidadosos com a delicadeza da situação, primeiro perguntaram se ela tinha visto o noticiário, ao que ela prontamente respondeu que não. Em seguida, falaram de um acidente grave e só depois contaram que Tote havia falecido.

“Meu mundo caiu. A notícia foi se espalhando, de repente a casa estava cheia de familiares. Minha ficha só caiu a noite quando vi no telejornal aquela cena horrível, a caminhonete, os corpos. Era ele. Meu marido estava naquela cena”.

Marinez nunca deixou de participar das manifestações feitas pelo Sinait, pelos colegas do marido, dos julgamentos, mas sempre preservou a filha e os cunhados. “É muito pesado para ela, que convive com a tragédia desde criança. Para os irmãos dele também. Estão idosos, ainda sentem muito, especialmente pela brutalidade. Rever tudo é muito difícil, então desde o início eu optei por termos somente uma pessoa para passar por isso”.





Isabelle é uma jovem estudante de Medicina, prestes a se formar. É estudiosa, concentrada, empenhada e rigorosa com seus compromissos, a exemplo do pai. Ela não gosta de tocar no assunto do crime e a mãe não quis forçar ou ser invasiva com suas emoções. Pela brutalidade, comoção e proporção que o crime tomou, o assunto foi abordado várias vezes nas escolas onde ela estudou. Sempre que se falava em crimes envolvendo latifundiários, crimes de mando, o caso aparecia e Isabelle era obrigada a conviver.

Ela falou a respeito em dois momentos específicos: quando estava fazendo cursinho preparatório para a faculdade, em uma redação cujo tema era conflito de terra, ela se identificou no texto, como filha de uma das vítimas da chacina. Depois, em maio de 2022, logo após o segundo julgamento de Antério Mânica, ela se abriu com a mãe e falou de quão absurdo foi o fato de o advogado dele ter citado o caso como racismo reverso contra seu cliente (na ocasião, o advogado disse que Antério Mânica estava sendo condenado por ser branco e rico). Isabelle contou para a mãe que o episódio a fez chorar muito ao lado de uma amiga. Foi, efetivamente, a primeira vez, em que ela conseguiu falar e abrir suas emoções.

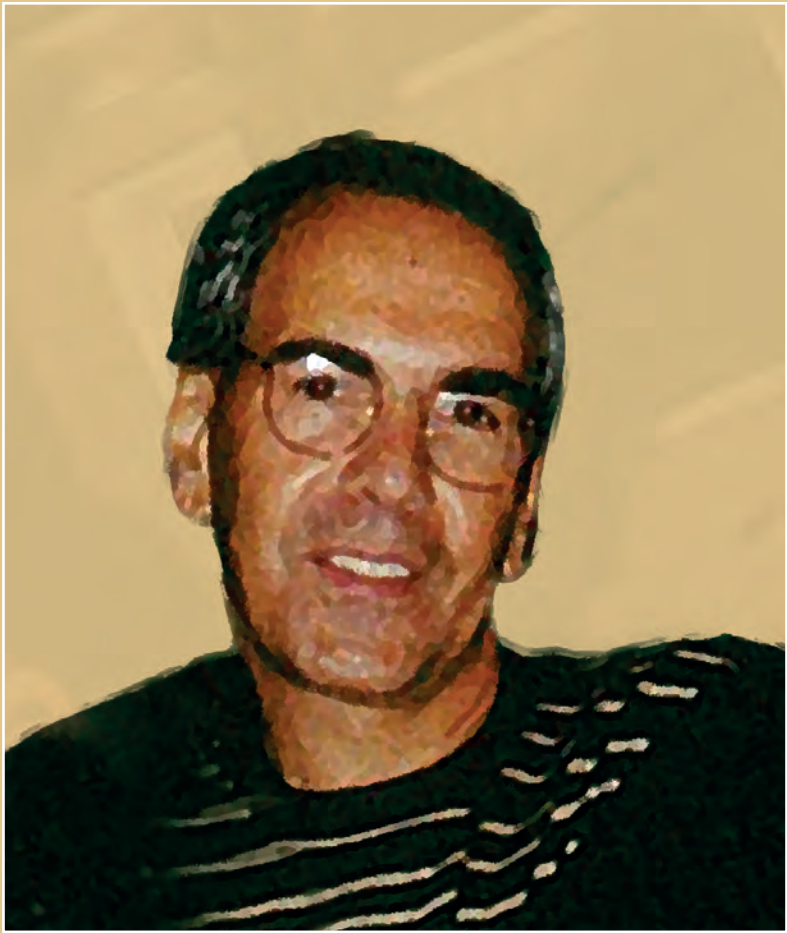


A lacuna deixada na família vai de dor a saudade, alegria a tristeza e às vezes, esperança. “Tenho a alegria de ver minha filha crescer, entrar para a faculdade. Como eu queria que o pai dela estivesse aqui pra ver. São anos roubados. Ele perdeu aquele aniversário de seis anos e todos os outros. O de quinze anos, a comemoração da sua entrada na faculdade, daqui a pouco a formatura...”

Marinez conta que ainda se emociona com as atitudes dos Auditores-Fiscais do Trabalho, que também sofrem muito com toda a dor e impunidade que envolvem o crime. “Os amigos abraçaram a causa. Então, junto com o Sinait, a gente se fez um pouco família, essa família política que não esmorece, que corre atrás, que não se conforma. Meu marido era um pai honrado que perdeu a vida por uma causa, por um trabalho honesto. Fico imaginado o tipo de avô amoroso que ele seria. Quero ser avó, bisavó e levar a história dele adiante”.

O Auditor-Fiscal do Trabalho Fábio Araújo, que trabalhou junto com Eratóstenes e João Batista, relatou que Tote tinha certa preocupação com a atividade que exercia e por isso, não permitia que colocassem seu nome completo no carimbo que usava no Ministério do Trabalho.





## João Batista

João Batista era uma pessoa gentil, educada e de atitudes nobres. É o que todos falam a seu respeito. Quem contou um pouco mais sobre o marido, amigo e pai de família que ele deixou na memória, foi sua viúva, Genir. Quando João Batista e Genir começaram a namorar ele tinha 31 anos e trabalhava há muito tempo como chefe de pessoal, fazendo folha de pagamento em uma empresa, que ficava na mesma rua em que ela trabalhava.

Nascido em Morro do Pilar (MG) João Batista foi para Belo Horizonte em busca de oportunidade de trabalho. Ele, porém, não tinha concluído o Segundo Grau (hoje Ensino Médio). Fez supletivo e terminou essa etapa dos estudos. Em seguida começou a estudar para concursos e chegou a passar no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Tribunal de Justiça (TJ) e na Justiça Federal, certames para nível médio. João escolheu o TRT, onde trabalhou por dois anos.

Genir e João Batista se casaram cerca de um ano e meio depois do início do namoro. Incentivado por ela, ele fez vestibular. Passou em Direito, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Graduou-se e, no concurso de 1994, entrou para a Auditoria Fiscal do Trabalho.

O casal teve dois filhos: Juliana (Juju), que tinha 10 anos na época do crime, e André, que tinha 14. Genir relata que a família, os quatro, eram muito unidos e faziam tudo juntos. João Batista gostava de roça, de mexer no mato. Iam com frequência à propriedade rural da família de Genir, onde ele gastava horas cuidando das coisas do mato. Uma semana antes do cri-

me, a família fez uma viagem ao interior de Minas. Ele brincou com a filha, chamou para “caçar ouro”, no sítio onde ficaram. Depois saiu com o filho. Um programa com cada um. O último.

No dia da viagem de João Batista, Genir deixou um terço para que ele levasse. Ela viu o terço novamente quando ele foi devolvido, junto com os pertences do marido. Servidora do TRT, Genir estava trabalhando no dia 28 de janeiro de 2004, quando dois homens que ela não conhecia, chegaram com uma pasta, procurando por ela. Eram Auditores-Fiscais do Trabalho, colegas de João Batista, que vieram dar uma notícia. Em princípio, falaram de um acidente muito grave e que uma das vítimas estaria no hospital.

Ela entrou em choque; só conseguia negar. Depois foi para a casa da irmã e as notícias foram sendo atualizadas. Logo soube-se que não era acidente, e sim, uma emboscada. Genir precisava dar a notícia aos filhos.



A Juju olhou atônita pra nós e perguntou:

“Quer dizer que eu nunca mais vou ter pai?”.

André não aceitava.

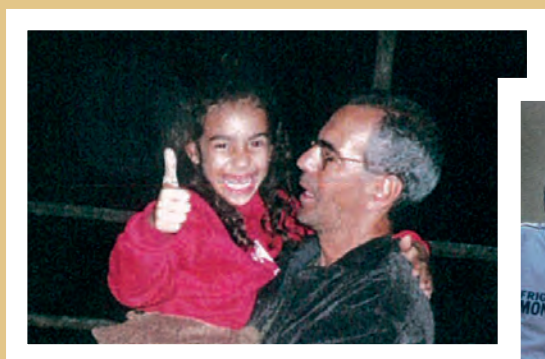
Apesar de saber que poderia contar com o apoio da família, Genir se viu sozinha. “Enchi minha cara de granito, respirei fundo e disse aos meus filhos: Se o papai do céu levou seu pai, é porque sabia que eu ia dar conta de cuidar de vocês. Aí vesti aquela capa e estou com ela até hoje”. Para Genir e seus filhos, foi uma perda terrível. Quase 19 anos depois, ela ainda se emociona ao lembrar de como o marido foi encontrado, covardemente assassinado, com tiros na cabeça, preso ao cinto de segurança, sem qualquer possibilidade de se defender. No velório, André não saiu do lado do caixão do pai. Durante dias ele usou uma camiseta de João Batista. A perda foi gigantesca. João Batista era um pai amoroso, um marido dedicado. O vazio da sua ausência ainda está presente.

Depois de todos os réus serem condenados, um, inclusive, por duas vezes, Genir, apesar de considerar as penas corretas, descredita na Justiça para o caso. Afinal, todos foram condenados, mas só os pistoleiros cumpriram pena. E todos os man-



dantes e intermediários tiveram suas penas reduzidas mais de uma vez.

Em 28 de junho de 2003, exatamente seis meses antes do crime, foi a festa de aniversário de 50 anos de João Batista. Alguns Auditores mais próximos estiveram presentes, como Erastóstenes, de quem João Batista tinha se tornado amigo, cerca de dois anos antes. Genir escreveu uma carta, que um vizinho da família leu para os presentes. Juliana tocou no violão para o pai a canção *La belle de jour*, do cantor e compositor pernambucano Alceu Valença. Para Genir, aquela foi uma noite de despedida.



### Trecho da carta de Genir para o marido, no seu aniversário de 50 anos

*“Perdão pelo discurso porque sei que holofotes não são o seu forte. Porém, queríamos hoje, te prestar uma pequena homenagem ... Descobrimos que tínhamos algo em comum: a vontade de crescer profissionalmente e como seres humanos... E então, chegaram os nossos dois filhos, nossos amores, com o cântaro cheio de água para matar a nossa sede de amor e de esperança... Quero te dizer que depois de todos os momentos difíceis ou felizes que passamos, nunca deixei de reconhecer a sua integridade, classe e honradez”.*





## Nelson

O fato de Nelson, aos 52 anos, estar se preparando para o casamento e a aposentadoria, quase ao mesmo tempo, dá a dimensão de como estava a vida dele naquele momento. Nelson era Auditor-Fiscal do Trabalho desde 1999. Casou-se com Therezinha de Oliveira, com quem teve uma filha, Kellen. Nelson e Therezinha se separaram em 1984. Mais tarde ele teve outro filho, o Thiago, fruto de um breve namoro. Nelson tinha bom relacionamento com os filhos. Kellen estava na faculdade de Medicina quando o pai foi assassinado. Thiago tinha acabado de completar cinco anos; o mais novo dos sete órfãos da tragédia.

O Auditor era lotado na Subdelegacia regional do Trabalho em Paracatu e atuava na região. Ele vivia naquela cidade, até conhecer Helba Soares, enquanto fiscalizava uma empresa em Unaí. Foram apresentados pela dona da empresa que tinha interesse em arrumar um namorado para a funcionária. Pouco tempo depois Nelson foi morar com Helba, em Unaí, de onde exercia suas atividades na fiscalização de diversas empresas da região. O casal costumava viajar para Parapeúna, distrito de Valença no Rio de Janeiro, terra de Nelson. A família dele tinha comércio no local.

Sempre que iam de Unaí para Parapeúna eles faziam uma parada em Juiz de Fora (MG) para visitar Thiago, que vivia na cidade com a mãe. Nelson não tinha carteira de habilitação e era Helba quem dirigia nas viagens. Em 2003, três anos depois de se conhecerem, Helba deixou o emprego e passou a cuidar das coisas da casa e de dirigir para Nelson, o que ela gostava

de fazer. O casal planejava o casamento para aquele ano de 2004. O plano era que, depois que ele se aposentasse os dois passassem a se dividir entre Parapeúna e Unaí. As pessoas próximas notaram que Nelson ficou mais alegre e animado depois do relacionamento com Helba.

Antes de entrar para a Auditoria Fiscal do Trabalho Nelson foi professor de Matemática. Era graduado em Direito e Matemática.

Nelson havia sido ameaçado e sabia que corria riscos. Ele não gostava de falar de trabalho em casa, mas chegou a relatar algumas passagens para Helba. Começou a ficar incomodado com situações corriqueiras, como um dia em que seu carro particular, no início de janeiro de 2004, estragou na rodovia e ele ficou apavorado, com medo de que fossem atacados até que o problema do carro fosse resolvido.

No dia 26 de janeiro de 2004, enquanto Aílton, Eratóstenes e João Batista se deslocavam de Belo Horizonte, Nelson saía de Unaí, com destino a Paracatu, para se encontrar com os cole-



gas e dar início às ações de fiscalização. Helba levou o marido para pegar o ônibus das seis horas da manhã. No final da tarde Nelson voltou para casa. Os companheiros se hospedaram em um hotel da cidade. No dia seguinte, 27 de janeiro, Aílton, Erastóstenes e João Batista pegaram Nelson em casa e foram trabalhar. Almoçaram em um restaurante da cidade. Nelson foi pra casa e não saiu mais naquele dia.

No dia 28 de janeiro ele acordou cedo para se organizar e esperar os colegas. Saiu de casa às 7h 15. Seria a mesma rotina do dia anterior. Seria. Se não fosse a certeza da impunidade, a crueldade, a maldade e a frieza de pessoas que estavam com o destino daquele dia traçado. Cerca de 10 horas da manhã Helba recebeu um telefonema da irmã, dizendo que fiscais do Incra haviam sido assassinados na zona rural de Unaí. Ela entrou em pânico. Não tinha nada a ver com o Incra. Era Nelson, ela sabia. Ela havia relatado as ameaças. Ele passou parte dos últimos dias de vida com medo. Como Helba costuma repetir: “Condenados mesmo foram os quatro: Aílton, Eratóstenes, João Batista e Nelson, com a pena de morte”.

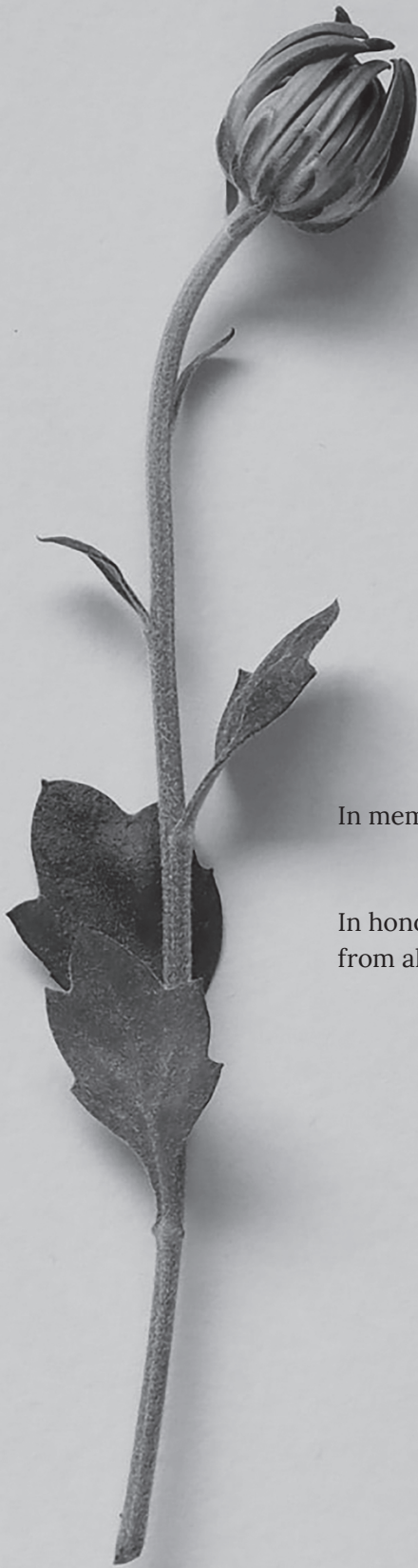




# MULTIPLE MURDER OF UNAÍ

The struggle of SINAIT for justice

---



In memory of Ailton, Eratóstenes, João Batista and Nelson

In honor of the victims' families and Labor Law Enforcement Officers  
from all over the country

## **Acknowledgment**

The National Union of Labor Law Enforcement Officers (Sinait) thanks you for your representations in States, entities, social movements, the press, Union employees, in short, all those who for almost 19 years have followed us in the fight for justice. It is difficult to appoint names. During this period, many people suffered and struggled with the Labor Law Enforcement Officers. The mobilizations of the Union had significant popular support. The press has always given the highlight to tragedy that it deserves, and in this regard, it has contributed to giving visibility to both the crime and the impunity surrounding it. Members of the Federal Prosecution Office, in particular from Minas Gerais, the plaintiff of the complaint. Entities representing public servants from all over the country, representatives of workers. The category of Labor Law Enforcement Officers in general, who always put up the fight and never gave up on seeing justice done. All, without exception, are part of this history of struggle and resistance. We didn't get this far alone, and together, we'll keep going until justice happens.



## List of acronyms

AAFIT/MG - Association of Labor Law Enforcement Officers of Minas Gerais

AAFTAM - Association of Tax Auditors of Amazonas

Abrat - Brazilian Association of Labor Lawyers

Acat - Association of Labor Lawyers of Rio de Janeiro

Aitema - Association of Labor Law Enforcement Officers of Maranhão

Anamatra - National Association of Labor Court Magistrates

Anfip - National Association of Tax Auditors of the Federal Revenue

ANPR - National Association of Federal Prosecutors

ANPR - National Association of Labor Prosecutors

CIIT - Ibero-American Confederation of Labor Law Enforcement Officers

CNBB - National Conference of Bishops of Brazil

CNJ - National Council of Justice

CNTSS - National Confederation of Social Security Workers

Conatrae - National Commission to Eradicate Slave Labor

Condsef - Confederation of Federal Public Servants

Conlutas - National Struggle Coordination

CPT - Pastoral Land Commission

CUT - Single Center of Workers

DS - Trade Union Delegation

DRT - Regional Labor Authority

FNPET - National Forum to Prevent and Eradicate Child Labor

Fonacate - Permanent National Forum of State Careers

Fonasefe - National Entities Forum of Federal Public Servants

GRT - Regional Labor Management

Mosap - National Movement of Retired Public Servants and Pensioners

MPF - Federal Prosecution Office

MPT - Labor Prosecution Office

MTP - Ministry of Labor and Welfare

PF - Federal Police

Sindifisco - National Union of Tax Auditors of the Federal Revenue of Brazil

Sinduscon - Construction Trade Union

SRT - Regional Labor Superintendence

STF - Federal Supreme Court

STJ - Superior Court of Justice

TRF - Regional Federal Appellate Court.

TST - Superior Labor Court

## **Table of Contents**

Multiple Murder of Unai	
– The ambush against the Brazilian State .....	206
Result of investigations.....	212
The course of events until 2009 .....	216
Progress of the lawsuit and activities until 2013.....	220
The trial of the contract killers .....	230
Acts and activities between 2014 and 2015.....	235
The trial of Norberto Mânica and José Alberto Castro .....	240
The trial of Antério Mânica .....	244
The trial of Hugo Alves Pimenta.....	246
Acts and activities between 2016 and 2018 .....	248
The annulment of the trial of Antério Mânica .....	253
Acts and activities between 2019 and 2022.....	254
The second trial of Antério Mânica .....	260
Final .....	263
Aílton, Eratóstenes, João Batista and Nelson .....	269

# Presentation

Four servants of the Ministry of Labor ambushed, three of them dead, strapped to their seat belts, without the slightest chance of defense. The fourth victim died on the way to the hospital. A murder-for-hire in the first decade of the 21st century. Revolt, fear and indignation took hold not only of Labor Law Enforcement Officers, but also of several categories of civil servants throughout Brazil. Carefully articulated, the target of the crime was Tax Auditor Nelson José da Silva, who had already been threatened by farmers in the region. But the bad guys didn't have the opportunity to find him alone. Nelson had requested a team to follow him in the action that would be held at the bean harvest.

Faced with the impasse, one of the bad guys called an intermediary individual to be instructed on what to do and, then, the order from the mastermind: "kill them all". The offer to include three victims in the plan was to double the service price. Thus, on January 28, 2004, when traveling from Unaí for a rural inspection, Labor Law Enforcement Officers Nelson José da Silva, Eratóstenes de Almeida Gonsalves and João Batista Lage, together with driver Aílton Pereira de Oliveira, were victims of one of the most shocking crimes against the Brazilian State. Aílton survived and still managed to provide information about the ambush, but he died on the way to the hospital.

The Multiple Murder of Unaí, as the crime became known both inside and outside the country, is a wound that has marked the Labor Law Enforcement Office forever. Since that January 28, Sinait has been engaged in the struggle for justice, has supported the families and colleagues who still feel the open wound. After more than 18 years of the tragedy, the feeling of impunity is basically the same. A rigorous investigation identified the individuals that are guilty, nine in total. Five trials were held. All those involved were sentenced, but only the contract killers are serving sentence.

No mastermind or intermediary individual was arrested, except for a very short time, always benefiting from judicial maneuvers. It is a crime against the State, which the State itself does not punish. It is hard to understand. Despite convictions that add up to almost one hundred years for each one, all the masterminds and intermediaries have achieved victories after victories, in appeals in the superior courts. In the most recent event, the sentences were, once again, reduced.

In Multiple Murder of Unaí - *The struggle of Sinait for justice*, you will learn a little more about the history of struggle and resistance of the Union against impunity. If they can appeal, so can we. We will not let the bad guys to prescribe the crime. We cannot let tragedy go unpunished or be forgotten by society. We continue in the fight and in the hope of seeing the responsible parties arrested, so that justice is finally done on behalf of the servants. In memory of our murdered colleagues, our struggle will live on.

Aílton, present! Eratóstenes, present! João Batista, present! Nelson, present!

Bob Everson Machado  
President of Sinait

# Foreword

Ricardo Rezende Figueira<sup>1</sup>

On January 28, 2004, the country was shocked by the information of a multiple murder. Four employees of the Ministry of Labor were murdered in Unaí, Minas Gerais. They were the driver Aílton Pereira de Oliveira and the labor law enforcement officers Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Lage and Nelson José da Silva. The latter, threatened, was killed by an announced and known death, as he had denounced such threats to the authorities.

The material and intellectual authors of the crimes were identified. The National Union of Labor Law Enforcement Officers (SINAIT), since then, has exerted pressure so that, in addition to uncovering the crime, those responsible are punished and seeks not to let time bury the memory of the facts and the deceased individuals.

We have here a beautiful book, testimony of the history of these men. They are not just numbers. A human death means face, loves and dreams gone. It means broken relationships, absences, homesickness and pain.

The book presents the human and tragic face of a moving story.

The murder of public servants reminds us that, in Brazil, violence is a constant. In 2021, 41,100 murders were recorded. And the fact was celebrated because it would be 3 thousand less than in the previous year. How sad. More than 40 thousand murdered and we can still celebrate?

In Unaí, in addition to the murder of four people, the crime took place as a multiple murder. Unarmed, they were attacked, with no possibility of defense. There were other multiple murders in Brazil. Some with repercussion in national and international media. Several multiple murders were carried out by the police themselves and even in metropolitan areas, in centers of power, of the media and not in remote areas of state control. For example, in 1992, at the Casa de Detenção in São Paulo, known as Carandiru, 111 prisoners were killed. The following year, eight young people, aged between 11 and 19, were murdered while they slept, in the Candelária church square, in downtown Rio de Janeiro, and 21 people were executed in the Vigário Geral favela, in 2002, also in Rio de Janeiro. In 2005, 30 children, adolescents, women and men were murdered in Nova Iguaçu.

In the multiple murders the victims are unprepared and unarmed to resist and there is a collective of deaths. And multiple murders are common especially against the poor. They can be revealed inside or outside prisons, for example, in favelas where, often, they especially affect young men, black and unarmed subjects.

Multiple murders against the poor are nothing new since colonial Brazil. In imperial Brazil, some cases are better known, as the Cabanos revolution in Pará, in the 1830s, when thousands were killed, or, in 1887, the population of Canudos, composed of 25 thousand people, in Bahia, was exterminated by the army of the empire.

I lived for twenty years in the rural Amazon region of southeastern Pará, between 1977 and 1996, and there I lived with frequent news of individual murders of squatters and construction workers, as well as multiple murders.

---

1. Priest and professor of human rights living in Rio de Janeiro, located at the Studies Core on Public Policies on Human Rights at Federal University of Rio de Janeiro, he coordinates the Contemporary Slave Work Research Group.

As a result of rigorous and lengthy research, a book is being prepared in Marabá, in the state of Pará, by the lawyer and agent of the Pastoral Land Commission, José Batista and by Professor Airtom Pereira. The focus of the study refers to the murders of workers in the region in their struggle for land and against slave labor. One of the chapters deals specifically with slaughter.

The material presents 52 multiple murders with a list of 279 people murdered in these circumstances, between 1980 and 2019. There are famous cases, as that of Eldorado do Carajás, in 1996, with at least 19 fatal victims. Some multiple murders took place on the properties of powerful business groups. Many of the dead do not have their names registered, some had their bodies mutilated, burned, devoured by animals in whole or in part, or disappeared in clandestine cemeteries on farms or buried in official cemetery with concealment of identity.

There are those with the familiar name, some of women and teenagers, like Leonilde Resplandes Silva, who was raped by gunmen before being killed and burned. Some of the deceased were squatters fighting for land where they could live and work; others, construction workers, in circumstances of slavery under the pretext of debt.

In the vast majority of cases, the Police, the Prosecution Office and the Judiciary Branch were silent in the investigations, complaints and sentences.

As I read the pages of this book, where the individuals murdered were not rural workers, but people who moved to exercise with dignity the function assigned to them by the Ministry of Labor, I thought of others I also met in the Amazon who were not public servants, but defenders of human rights and were engulfed by the murderous fury of large landowners and their contract killers, as Father Josimo Moraes Tavares, sisters Adelaide Molinari and Dorothy Stang and lawyers Paulo Fonteles and Gabriel Pimenta. I have mourned many deaths of friends. But crying is not enough.

In the case of rural workers or their allies in the corners of the Amazon, or in the case of auditors and the driver of the Ministry of Labor, the victims' memories must not be forgotten.

In Unaí, the four represented not only themselves, but the State in the defense of people's social rights, so when they were affected, the State itself was affected. The slaughter is the same as others and different. Just as many others took place in the country, carried out by contract killers. Different, because the victims were public servants.

Congratulations SINAIT for preserving these stories in many mobilizations and in this book. Writing, insisting on the theme of deaths is necessary, and there has been an effort in this regard.<sup>2</sup> It is opportune here to repeat with Mrs. Michelle Bachelet, former president of Chile, the phrase: "*Una herida, si está sucia no se cura*".

Aiming to withstand pain, reconciliation with the truth is necessary. Both in the cases of peoples with their respective experiences of violence by the State apparatus, and by private violence. The National Commission of the National Truth, even when it was established late, was relevant for our country. Other local "commissions" are urgently needed, as monitoring the Unaí massacre, which are examples of society's role in ensuring that crimes like these are not repeated and require efficient responses from the public authorities in favor of life and human rights defenders, including those in the exercise of public service. Thus, this book plays an important role.

---

2. There is a literature on murders in the countryside. For example, in the book "Luta pela terra na Amazônia: mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra!" (2022), organized by Rogério Almeida and Elias Sacramento. Or in other books such as those by Figueira, Prado and Palmeira (2021) Figueira (2008); Carvalho (1994); Landless Rural Workers Movement (1987); Kotscho (1981).

## References

CARVALHO, Luiz Macklouf. **Contido a bala**: a vida e a morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no Sul do Pará. Belém, CEJUP, 1994.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende, PRADO, Adonia Antunes; PALMEIRA, Rafael Franca. **A Escravidão na Amazônia**: quatro décadas de depoimentos de fugitivos e libertos. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Rio Maria**: Canto da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

KOTSCHO, Ricardo. **Le massacre des posseiros**. Paris: Syros, 1981.

**Luta pela terra na Amazônia**: Mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra! / Rogério Almeida e Elias Sacramento (organização). Santarém, Pará: Ed. dos autores, 2022.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Assassinatos no Campo**: crime e impunidade. 1964-1986. São Paulo: Global, 1987.

# Timeline



**01/28/2004**

Three Labor Law Enforcement Officers and a driver from the Ministry of Labor are brutally murdered in the exercise of their duties, while on their way to carry out inspections on farms in the municipality of Unai (MG)..

**08/30/2004**

The MPF charges the eight defendants with a crime. The investigation continues with respect to the participation of others involved.

**09/20/2004**

The MPF amends the complaint to include a new defendant, Antério Mânica, also as the mastermind of the crimes.

**12/10/2004**

The federal judge of the 9th Federal Lower Court forwards the case for trial of all the defendants by the Jury Trial. On the occasion, preventive detention is also ordered for all. The defendant Antério Mânica, elected mayor of Unai, has a severance of the case, due to the jurisdictional prerogative.

**06/09/2006**

Hugo Alves Pimenta, who had been released by decision of a higher court, is arrested again because he tried to buy the silence of the contract killers of the crimes.

**07/17/2006**

The federal judge of the 9th Lower Court of Belo Horizonte, at the request of the MPF, decrees again the preventive detention of Norberto Mânica, for an attempt to buy witnesses.

**08/19/2004**

The investigation is concluded by the Federal Police and sent to the judge of the 9th Federal Lower Court of Belo Horizonte. Eight people are involved in the crime.

**08/20/2004**

At the request of the Federal Prosecution Office of Minas Gerais (MPF/MG), the judge of the 9th Federal Lower Court orders the arrest of Norberto Mânica, Hugo Alves Pimenta, José Alberto de Castro, Francisco Elder Pinheiro, Erinaldo de Vasconcelos Silva, Rogério Alan Rocha Rios, Willian Gomes de Miranda and Humberto Ribeiro dos Santos.

**08/30/2005**

The Federal Supreme Court (STF) grants pretrial release to Norberto Mânica.

**11/28/2006**

The Superior Court of Justice (STJ) grants *habeas corpus* to Norberto Mânica, ordering him to be released.





**02/13/2012**

The Multiple Murder of Unai is among the 71 cases in which the National Council of Justice (CNJ) should intervene to speed up the trial of the defendants.



**05/24/2011**

Willian Gomes de Miranda is arrested again in Mato Grosso, in the city of Primavera do Leste.

**07/07/2010**

Humberto Ribeiro dos Santos is released due to the statute of limitations for his crime.



**02/26/2011**

Willian Gomes de Miranda is released, because the sentences to which he was sentenced, in crimes within the jurisdiction of the State Court, have been served. The penitentiary agents did not verify, however, that the defendant was in preventive detention by decision of the Federal Court.





**02/18/2013**

The Federal Prosecution Office in Minas Gerais appeals to the Federal Regional Court of the 1st Circuit in Belo Horizonte, against the judge's decision.

**01/24/2013**

Judge Raquel Vasconcelos declines the jurisdiction over the trial in Belo Horizonte and decides to send the case file to the Federal Court of Unai.

**04/10/2013**

The STJ overturns the decision of Judge Raquel de Vasconcelos and determines that the trial be held in Belo Horizonte.

**04/29/2013**

The 9<sup>th</sup> Federal Lower Court in Belo Horizonte sets the trial of the contract killers.

**09/16/2013**

On the eve of the trial of the masterminds and intermediaries, the STF grants a preliminary injunction suspending the trial of Norberto Mânica. The Federal Court also suspends the trial of the other defendants who would be tried on the same date.

**01/07/2013**

The defendant Francisco Elder Pinheiro, 77 years old, dies of a stroke, in Contagem (MG).

**08/22/2013**

The Federal Court sets the trial of four other defendants: Norberto Mânica, José Alberto de Castro, Hugo Alves Pimenta and Humberto Ribeiro dos Santos for September 17.

**08/31/2013**

The Jury Court sentences the defendants Erinaldo Vasconcelos Silva, Rogério Allan Rocha Rios and Willian Gomes de Miranda.

**Oct. 27 to 30, 2015**

José Alberto de Castro and Norberto Mânica are tried in Belo Horizonte by the Federal Court. Both were sentenced and appealed in freedom for being first offenders.

**08/27/2013**

The trial of the contract killers begins.





**Nov. 10 and 11, 2015**

Trial of Hugo Alves Pimenta, who is sentenced. Due to a state's evidence, his sentence was reduced. He appeals in freedom for being a first offender.

**Nov. 4 to 6, 2015**

The trial of Antério Mânica takes place, who is sentenced by the Jury Court. He appeals in freedom for being a first offender.



**11/19/2018**

The 4th Panel of the Federal Regional Court of the 1st Circuit (TRF1) tried the appeals of the masterminds and intermediaries of the crime. Norberto Mânica presents a confession registered in a notary's office, which leads to the annulment of the trial of Antério Mânica, who was entitled to a new trial. The appellate judges also decided to reduce the sentences of Norberto Mânica, Hugo Alves Pimenta and José Alberto de Castro.





### 05/07/2019

The Superior Court of Justice (STJ) admits appeals by the MPF against the decision of the TRF1 to annul the trial of Antério Mânica.

### 06/03/2020

The Supreme-Court Justice Marco Aurélio Mello, monocratically, denies proceeding to the Extraordinary Appeal against the decision of the TRF1 to annul the trial of Antério Mânica.

### May 24 to 27, 2022

In his second trial, Antério Mânica is once again sentenced, however, he appeals in freedom.

### 09/06/2022

Unanimously, the STJ reduces the sentences of Norberto Mânica, José Alberto de Castro and Hugo Alves Pimenta.



### 08/16/2021

The case file is transferred to the 9th Lower Court of Belo Horizonte, so that a new trial of the defendant Antério Mânica can be carried out.

### 09/20/2022

Sinait requests the MPF to reinstate the sentences of those convicted





January 28, 2004  
An Unusual Day



*It had everything to be a day like any other day. A Wednesday like any other, in which Labor Law Enforcement Officers Eratóstenes, João Batista and Nelson would meet for an inspection action, accompanied by the driver Aílton. Colleagues knew each other, but did not work together often, as Nelson lived and worked in the Unaí region, in the Northwest of Minas Gerais, while Eratóstenes and João Batista worked in Belo Horizonte and the region.*

*It would be a routine action, with the aggravating factor of being on a property, whose owners had been threatening Auditor Nelson because his work bothered them. This fact changed everything. That Wednesday became an unusual day. Eratóstenes, João Batista, Nelson and Aílton would never reach their destination.*

*The three Labor Law Enforcement Officers and the driver were ambushed and killed, shot in the head. They were stopped by bad guys and shot several times at the behest of powerful farmers. Eratóstenes, João Batista and Nelson died on the spot. Aílton fainted after being shot twice in the head. After regaining consciousness, he managed to drive to the highway. He survived just long enough to tell about the ambush.*

*The crime that became internationally known as the Multiple Murder of Unaí is the worst crime ever committed against the Brazilian State. Murdered in the course of their activities, the victims did not have the right to defense at that time and post-crime defense has been difficult, since intermediaries and those responsible for the multiple murder circulate freely, despite being convicted. They continue to live their lives benefited by a multitude of appeals. After being able to delay the trials several times, one of which was even annulled, they have already achieved more than once, the reduction of non-served sentences.*

*The Multiple Murder of Unaí entered the history of the Labor Law Enforcement Office as a wound, an open wound. The victims, their families and colleagues have in Sinait a source of incessant search for justice, which has been going on since 2004.*

## **Multiple Murder of Unai – The ambush against the Brazilian State**

On January 26, 2004, a Monday, driver Aílton left Belo Horizonte accompanied by Labor Law Enforcement Officers Eratóstenes and João Batista for a rural inspection in the region between the cities of Unai and Paracatu, in the Northwest of Minas Gerais. Nelson had requested reinforcement from the Regional Labor Authority (DRT), today the Regional Labor Superintendence (SRT), in Belo Horizonte, for the fiscal action that would take place during the bean harvest. As there were many companies to supervise, he could not handle it alone.

Marlene, Aílton's wife, was used to her husband's travels, they were part of his profession. Eratóstenes recommended to his wife Marinez, to take care of everything for Isabelle's birthday party, the couple's only child, who would be six years old and the birthday party would be as soon as her father returned home. João Batista said goodbye to his wife Genir and went to get ready for travelling. He would go out for a routine action, soon he would be home.

After joining Nelson, work began. On January 27, one of the companies visited by the team belonged to farmer Luiz Antônio Mânica, a member of a powerful family in the region. In the action, they found labor irregularities. Nelson had already imposed fines on Luiz Antônio's siblings. The Tax Auditor was known in the region for being correct and for his austerity.

On the morning of the 28th, Aílton, Eratóstenes and João Batista, picked up Nelson from his house, in Unai, to continue with the work. Nelson was happy with the moment he was living. Divorced, he was preparing to marry his partner Helba, with whom he lived in Unai. That year they would spend Carnival outside and on their way back, they would start preparations for the wedding.

Around 7 a.m., before leaving, Nelson made fun of his partner, who was still in bed, took the crucifix that gave him protection, and asked her to make lunch, as he would take his friends to lunch at his home. Of the three, she knew only Aílton, who had dined at her house the previous year with other Labor Law Enforcement Officers, Nelson's friends.

Knowing that her husband would return home around 3 p.m. with his colleagues, Helba went to rinse the clothes that she had started to wash the day before. It was 10 a.m. when the phone rang. On the other end of the line, his sister was reporting a crime that had taken place in rural Unai, where Incra supervisors were murdered. Helba had no doubts: this was not about Incra supervisors. They were her husband and his co-workers. Nelson had already reported threats he suffered, both to her and to authorities.

What followed was like a horror movie. At noon, confirmation that Nelson, Eratóstenes and João Batista were dead. Shot and with three friends dead in the car, Aílton drove to the place known as Trevo das Sete Placas, where he was rescued and taken to a Hospital of Unai. He was then taken to the Base Hospital in Brasília, but he died on the way. Before dying, Aílton managed to talk about the ambush. A car had stopped the team's Ford Ranger truck and bad guys with guns got out and shot several times.

Helba arrived at the scene in time to see her husband with the workbook and clipboard he was using on his lap. Head tilted to the side, bloodied. She also saw the marks on the car, both from the bullets and from the blood of Aílton, who, when leaving to get help, left the mark of his body on the outside of the vehicle. It was she who had to arrange the death certificates to send to the other widows.

There was a quick funeral for Nelson at home. Then, the three bodies went to Belo Horizonte. The body of Aílton, who was in Brasília, also went to Belo Horizonte, after undergoing the forensic examination. That January 28, Helba, Genir, Marinez and Marlene were widowed. Kelen, Alexandre, André, Juliana, Isabelle, Rayanne and Ariel, were orphaned and the Labor Law Enforcement Office was marked with the blood of evil and, until now, impunity as well. Everything that has been said and that will still be said about the crime cannot express the fear, indignation and feeling of fragility that took over the family and colleagues, not only in the Labor Tax Audit, but also in several careers who offered their solidarity.

Fahid Tahan Sab, who presided over Sinait, was in audience in the House of Representatives when the meeting was interrupted by the arrival of tragic information. The contact with members of parliament and journalists present at the Congress made the news spread very quickly. The mobilization of authorities was immediate. At the request of Vice-President José de Alencar, who held the Brazilian Presidency on an interim basis, ministers Ricardo Berzoini, of Labor and Nilmário Miranda, of the Special Office for Human Rights, moved to Unaí, as did Ruth Vilela, then Secretary of Labor Inspection and Fahid Tahan.

The funeral of the four was held at the Regional Council of Engineering and Agronomy (Crea-MG), in Belo Horizonte. The moment was followed by sadness, pain, disbelief and indignation. The presence of authorities, such as the acting president, the governor of Minas, ministers and several members of the parliament, gave the dimension and gravity of the fact. Together with the authorities, Sinait met with the victims' families to offer solidarity. Fahid asked for commitment to achieve a quick investigation and punishment of those responsible, in order to respond to the affront made to the Labor Inspection and to the State itself.

There was a press conference in the auditorium of Crea-MG, which Labor Law Enforcement Officers followed wearing black bands

on their arms. By determination of the acting president, a task force was created composed of the Federal Police, Federal Highway Police, Federal Prosecution Office and the Civil and Military Police of Minas Gerais to investigate the circumstances of the crime. Then, Eratóstenes and João Batista were buried in the capital of Minas Gerais. Nelson, in Rio Preto, and Aílton, in Prudente de Moraes, both in Minas Gerais.

At the Regional Labor Authorities (DRT), the atmosphere was desolate. The next day the printed newspapers printed the news on their covers. Labor Law Enforcement Officers ran from one side to the other looking for something to explain the crime, as if there was an explanation. The director of Sinait - Rosa Jorge, clearly remembers the events that marked the day that changed the category forever. Married to a federal police officer, she received reliable information frequently and shared it with her colleagues. According to the director, one of the first things her husband said was that it was a murder-for-hire, because they were shots in the head. "It's a murder-for-hire, because when you shoot in the head, it's to kill", he warned.

At DRT/MG, in Belo Horizonte, disbelief was greater. There, Eratóstenes, João Batista and Aílton worked. Colleagues saw them every day, they had a routine of working together and sharing their personal lives. At the Sub-Office of Paracatu, everyone was shocked. Nelson was based in Paracatu. One of the few Tax Auditors in the region, the most present on the farms. Everyone knew him. Everyone knew he had been threatened. No one believed that the threats would lead to actual actions.

Labor Law Enforcement Officers from all units of the federation, regardless of whether they knew the victims or not, were outraged. The crime was against the entire category. The movement in the DRTs and in the associations (at the time there were no Trade Union Delegations in Sinait) was intense. The crime was all everyone was talking about. A feeling of pain and revolt began there, which still haunts not only Labor Law Enforcement Officers, but



Brazilian workers in general. All careers of the Tax Authority were shaken.

In the following days, demonstrations organized by the Union in the states, together with other entities and with the participation of civil society, fulfilled the role of publicizing the fact and making the population aware of the seriousness of what had happened in Unaí. In front of practically all the DRTs in Brazil, Labor Law Enforcement Officers put up banners of protest and mourning for their colleagues. Public acts took place in Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul and São Paulo, in addition to a march in Belo Horizonte and many statements of repudiation.

In most Brazilian capitals, ecumenical acts took place in memory of the Labor Law Enforcement Officers and the driver. Ceremonies marked by emotion and the demand for punishment for those responsible for the terrible events. The solidarity of other categories of public servants was another characteristic of the celebrations. Black T-shirts in Mato Grosso; white, in Minas Gerais; black stripes in Rio de Janeiro; vests in Ceará and protest banners in all states.

On February 3, the federal government promoted two ceremonies in honor of Aílton, Eratóstenes, João Batista and Nelson. The first was the unveiling of a plaque at the Ministry of Labor in memory of the murdered civil servants. The second took place at the Cathedral of Brasília, with the presence of several members of the high-ranking of the government, including the then Brazilian President, Luís Inácio Lula da Silva and the first lady. Sinait was present at both ceremonies, along with relatives of the victims. That day, Lula guaranteed that the people responsible would be punished. The statement that “if three supervisors bothered them so much that they tried to kill them, the answer is more supervisors” caused great repercussion, he said, addressing the Minister of Labor, Ricardo Berzoini.

Just over a week after the crime, on February 6, caravans of Labor Law Enforcement Offi-

cers headed to Unaí, with a bus leaving Brasília with representatives of Sinait and another with 46 Labor Law Enforcement Officers from Goiás, in addition to of public servants of different categories, representatives of Non-Governmental Organizations and civil society entities, members of the Landless Workers' Movement (MST) and representatives of the Labor Prosecution Office for an act of repudiation of the murder. The president of Sinait opened the activity, which was attended by about a thousand people. Representatives of all tax professions had the opportunity to express their indignation, interspersing their speeches with those of members of parliament and representatives of civil society. The need to punish those responsible was a common point in the speeches.

Labor Law Enforcement Officer Rubervan Du Nascimento was responsible for one of the most emotional moments of the entire public act, when he read a poem of his own, dedicated to his murdered colleagues. Beside him, four companions held crosses with the names of dead servants. In the end, the crosses were buried in the garden of the City Hall of Unaí, under attentive eyes and moments of silence. Fahid called the roll to his colleagues who had died during service: Aílton, present! Eratóstenes, present! João Batista, present! Nelson, present!, shouted the protesters with clenched fists and outstretched arms, symbolically showing that their deaths were not in vain.

**Poem for the Living Dead**

*Damn it seventy times  
 The man who handed over the gun  
 To another man  
 And ordered him to kill anything  
 That moves  
 Around him  
 Including the wind, the rain and the flower  
 Just to keep it intact  
 The property power in evidence  
 Afraid that the slightest change  
 Caused by a moving being  
 Affects his interests  
 Kept by fire and sword.  
 After turning day into night  
 Huge crops  
 In forest plantations for few  
 Shooting in the air  
 And hitting four pilgrim souls  
 Who were passing through  
 And killed every message  
 Of justice and peace  
 Being carried  
 As we don't have the name  
 Nor face  
 From who delivered  
 The gun  
 Only some plates  
 And several addresses  
 Only one word can define mastermind and  
 contract killer  
 Of crimes  
 Terminating the life of souls in service:  
 Cowards*

Rubervan Du Nascimento  
 (Labor Law Enforcement Officer/PI)

Everyone present wore something that showed indignation: T-shirts, caps, vests, stripes. Cameras and camcorders recorded the historic moment, originated from a very serious event, which affected the honor of the Brazilian State. The entrance to the city hall was covered with banners carried by the entities present. What can be called the catwalk of indignation was formed in the place. The MST drew a map of Brazil with plastic cups full of beans and workers gave a presentation symbolizing planting, harvesting and conflict in the countryside.

de. The event had repercussions in the national press. A few weeks later, in March, more demonstrations took place across the country. Labor Law Enforcement Officers and several representations of public servants staged protests throughout Brazil. Sinait continued to participate in hearings, ensuring that the murder did not leave the National Congress agenda. There were meetings with ministers, government and state departments and several members of parliament.

One of the consequences of the Multiple Murder of Unaí was the intensification of the debate on slave labor in Brazil. The dead Auditors were in the countryside of Minas Gerais in a rural inspection action, during the bean harvest season in the region of Paracatu and Unaí. There were no complaints of slave labor, but degrading conditions and disrespect for several labor standards. Also on the agenda was the need to provide security to inspection agents. The category was afraid. The crime was too tragic, too likely to happen to any team or Tax-Auditor, who at that time and still today, often goes out alone to inspect.

**Statements of repudiation disclosed by entities****Association of Labor Lawyers of Rio de Janeiro (Acat)**

*Overwhelmed by the brutal and savage murder of three labor supervisors and a driver that took place yesterday in Minas Gerais, the board of the Association of Labor Lawyers of Rio de Janeiro (Acat), an entity that brings together more than a thousand lawyers in Rio de Janeiro, comes to the public to demonstrate its repudiation of savagery like this that still happens in our country, mainly by people who degrade the human being with the practice of keeping workers in a regime analogous to slavery, and still act today with total impunity.*

*The labor lawyers of Rio de Janeiro understand that tragedies, such as the one that oc-*

curred in the countryside of Minas Gerais, shall only end when legislative changes are carried out, classifying this crime as heinous, non-bailable, and a very summary judgment of the responsible parties, with the blocking of all their assets, including current accounts, in addition to the expropriation of land, without any compensation.

Also, it is necessary to modify the labor legislation so that the victims of this crime have fair compensation for the damages suffered, establishing very high indemnities, in addition to all labor rights, as well as a concrete and urgent project by the Federal Government to support the victims, to that they can return to the normality of social life.

ACAT advocates the rapid investigation and exemplary punishment of those responsible for the crime that occurred yesterday, under penalty of never being able to eradicate slave-like labor from our Nation and, being prisoners of savage criminals like those who mercilessly murdered four servants who fulfilled their obligations and, were providing relevant service to the nation that was the fight against slave labor.

Although we recognize the efforts of the Federal Government, events like this show that we need efficient measures in addition to better equipping the bodies involved in the fight against this barbarism. In this regard, the Labor Court led by the Minister President of the Superior Labor Court has been doing its part in what it can, and it is up to the other organs of the Government to deal with the matter with the urgency it deserves.

It is no use for the President of Brazil to make countless trips abroad to improve the country's reputability, as long as we have in our society people who degrade others by submitting them to slavery. This black stain certainly shocks the international community.

Finally, ACAT sympathizes with the intense pain of the victims' families, in the certainty that all necessary measures will be taken immediately to investigate the facts and punish those responsible.

Rio de Janeiro, January 29, 2004

Lúcio Cesar Moreno Martins  
President of Acat

## National Association of Labor Prosecutors (ANPT)

The National Association of Labor Prosecutors (ANPT), an entity that brings together the members of the Labor Prosecution Office throughout the country, comes, with immense regret and indignation, to consign its most vehement repudiation to the brutal murder, this morning, of the Tax Auditors Nelson José Da Silva, Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage and driver Ailton Pereira de Oliveira, who are part of the Regional Labor Authority of the State of Minas, executed with firearms in the region of Paracatu, northwest of Minas Gerais, apparently in a cold and premeditated way, through an ambush on a farm located in a remote and isolated place.

Although, on this occasion, there is no better clarification regarding the crime, the person responsible for it and the reasons that gave rise to it, under the conditions so cruelly arranged, the gravity of the facts demands from the members of the Labor Prosecution Office the expression of solidarity with the families, the friends and colleagues of the victims, who fell in strict compliance with their legal duty, without the material conditions necessary to safeguard their own lives.

The paths that crime has been taking, especially in the corners of this continental country, demand from the Government and from the whole society energetic, severe and effective measures.

If in the area of work, where there is economic activity that enriches the nation and provides jobs, crimes are committed against civil servants who have the duty to monitor compliance with the law, in defense of the excluded and the humble who have in their hands the only source of subsistence, society needs to reflect on the material conditions that are imposed on the bodies responsible for the protection that the legal system guarantees them.

The summary and cowardly execution of the professionals from the Ministry of Labor cannot and should not, under any circumstances, go unpunished or forgotten.

If the crime, as it turns out, is related to the fruitful inspection work carried out by the auditors in the region of Paracatu, its effects will be affecting the whole society, reaching

the institutions, among them the Ministry of Labor, the Labor Prosecution Office and the Labor Judiciary Branch itself, which are responsible, respectively, for the duties of inspecting, demanding and enforcing respect for labor legislation.

The Labor Prosecution Office is in mourning to regret the abrupt interruption of the career and life of the three tax auditors, who were committed to Labor Law and to humble rural workers, remembering, however, that the regrettable episode will only serve as a stimulus for all of us, Auditors, Public Servants and Attorneys, to continue the work developed by them, in the sense of the principles that govern our actions in defense of the interests of the working community, the Law and Justice.

Let us not forget, however, that the Ministry of Labor and the Labor Prosecution Office, above all, are impersonal bodies, whose members are moved not only by their ideals of justice and human solidarity, but by the fuel of the law, which from them demands the duty to make it effective, efficient and fair, regardless of whether one of its members is silenced by the truculence materialized by the bullets of a revolver.

The murdered Auditors, who died in defense of the social values of work, one of the foundations of this Country, will not be the violence of those who do not accept the rule of law that will silence the Powers that were granted.

Brasilia, January 28, 2004

Regina Butrus  
President of ANPT

### **National Association of Labor Court Magistrates (Anamatra)**

Deeply shocked by the murder of three labor supervisors and a driver, the board of the National Association of Labor Court Magistrates (Anamatra), an entity that brings together more than three thousand judges, goes public to express its deepest sadness at the occurred and sympathize with the bereaved families. But he cannot help but vehemently repudiate that facts of this nature continue to be practiced in our country by people interested in keeping workers in slavery, without more energetic measures being taken.

For a long time, labor judges, along with other social actors, have defended legislative changes that inhibit such practices, examples of which are the criminal classification of the practice of reducing a person to a condition analogous to that of a slave in a heinous and non-bailable crime, in addition to of the expropriation of the farms where the fact occurs.

While society awaits measures and greater involvement of the National Congress in the campaign to eradicate slave labor, the National Association of Labor Court Magistrates hopes that the crimes will be quickly investigated and exemplarily punished.

We recognize the effort of the Federal Government to better equip the structure of the Brazilian state for inspection and punishment, examples of which are the creation of new labor courts and better equipment for the Regional Labor Authorities. But today's multiple murder, which caused the brutal disappearance of four workers involved in labor inspection activities, shows that much remains to be done, otherwise the State will not be able to show the Brazilian nation and the international community that it can protect its own people of assassins who are not afraid to face him.

Brasília, January 28, 2004.

Grijalbo Fernandes Coutinho  
President of Anamatra

### **National Association of Federal Prosecutors (ANPR)**

The National Association of Federal Prosecutors (ANPR), in view of what happened this Wednesday morning in Unaí, Minas Gerais, publicly repudiates the violence perpetrated against four employees of the Ministry of Labor who, in the exercise of their duties, were brutally murdered. This fact reflects the seriousness of the slave labor situation in our country.

It is necessary to reaffirm the purpose of Brazilian public institutions to put an end to this degrading practice. ANPR sympathizes with the victims' families, in the certainty that all necessary measures will be taken to investigate the facts and punish those responsible.

Nicolao Dino de Castro e Costa Neto  
President of ANPR

## Result of investigations

At that time, it was already known to many people that Labor Law Enforcement Officer Nelson José da Silva had been threatened by farmers in the region and that he had reported the fact to the authorities. While demonstrations took place, investigations by the Federal Police and Civil Police continued their course. In the Police Investigation, sent to the judge of the 9<sup>th</sup> Federal Lower Court in August 2004, the crime was revealed and those involved were identified.

Initially, the investigation was based on information from Aílton, who, before dying, said that he had driven the vehicle from the place where the ambush took place to the Trevo das Sete Placas, where they were found. In this way, several steps were carried out, with the objective of finding the exact place of the crime and, thus, trying to find other witnesses who might have witnessed the criminal action in order to obtain more data about the circumstances in which the crime occurred, in order to enable the identification of the responsible parties.

The investigations continued with the hearing of people who were with the victims before the crime, as well as those who passed by the scene and provided assistance. The testimony of Helba, Nelson's widow, contributed to the confirmation that the day before the crime, the inspection team was at Fazenda Almas, owned by Luís Antônio Mânica, where they found some irregularities. She also gave details of her husband's routine in the days leading up to the tragedy and helped to know the probable time of the murder, as she informed the time Nelson left home. This allowed investigators to arrive at the likely time of the crime with reasonable accuracy.

According to the Police Investigation, due to the characteristics of the crime (no valuables

were removed from the victims and all were killed with clear shots to the head), two possibilities immediately surfaced: the first would be the murder-for-hire, due to the victims' functional activities, which would be contrary to several interests of farmers in the region. The second, an unsuccessful attempt to steal the vehicle used by the victims for the practice of future bank robberies in neighboring cities, a type of crime common in that region. In this second hypothesis, the deaths would have occurred because, perhaps, the criminals had seen, after the announcement of the robbery, vests very similar to those used by the Federal Police on the victims' laps.

Soon the second hypothesis was overturned and the investigations moved towards the investigation of the murder-for-hire. In addition to farmers, there were labor recruiters in the region, known as "gatos" who had already been inspected and were potential suspects. Murder-for-hire is a kind of crime that normally leaves no material traces. There are no contracts, receipts, powers of attorney or witnesses. Therefore, in general, the investigation has as its first purpose to identify the executors and, from the intersection of their relationships and objects found in their possession, to identify any intermediaries and masterminds.

Some testimonies were essential for the elucidation of the crime, such as that of Rita Cristina Carneiro, then an employee of the Regional Labor Sub-Office in Paracatu (MG), who stated that Nelson had received threats from rural producers, including Norberto Mânica. She also said that on the day of the crime, businessperson Antério Mânica called the Sub-Office asking if all the supervisors had died, a fact that she was unaware of, as the businessperson made such a call moments after the

crime, when the news had not yet reached the organ. Minutes later, Antério Mânica called again confirming the deaths.

The aspirant of Military Police - Vilmar da Silva Ferreira - was the first police officer to maintain contact with the surviving victim, driver Aílton. Vilmar said in a statement that the driver had said that the crime had been committed on a side street, by two unknown individuals, who were occupying a light-colored Fiat PICKUP-type vehicle; who first announced a robbery and then proceeded to shoot the occupants of the vehicle. Without offering resistance, Eratóstenes handed over his cell phone. It didn't help. The three supervisors died in their seat belts, without any possibility of defense.

In order to speed up the investigation of the facts, the investigators asked for the breach of confidentiality of the Radio Base Stations (ERBs) of the cellular telephony concessionaires that operated in Unaí and its surroundings, in order to determine which cellular phones communicated in the days before the crime, as well as those who communicated on the date and the following day, in order to identify people or groups who had spoken at times considered critical for the investigation. 187 thousand phone calls made in the region were traced.

The data were cross-referenced with hotel accommodation records in the city of Minas Gerais. Thus, the police reached two thousand suspects. Several groups of people were investigated in the first three months. Several people from these groups were heard, without success. Following the investigations, it was found that a cell phone from Unaí was connected to another with a prefix in Brasília, on the night of the day before the crime. The devices communicated again on the day of the crime, at the time considered most critical by the investigators: between 7:05 a.m. and 7:10 a.m., when Aílton, Eratóstenes and João Batista left the hotel where they were staying in the city, to pick up Nelson from home, where they left at 7:15 am, heading towards the region where they would be killed. Shortly after 9 a.m., ano-

ther communication and a crossing of sequential conversations with other devices.

A request was made to break the telephone secrecy of such terminals, which resulted in the subsequent disclosure of the crime. The calls took place as follows: the subjects Erinaldo and José Alberto talked the night before the crime; spoke again on the morning of January 28, when the servers were moving and after 9 a.m., after the crime. As soon as he received that last call from Erinaldo, José Alberto called Hugo Pimenta, a well-known cerealist in the region, who immediately called Norberto Mânica, one of the "*Reis do Feijão*" [Kings of Beans].

With a line of investigation that increasingly closed the siege, the investigators made inquiries at the hotels in the city and found that in one of them, located at a gas station on the access road to the city of Paracatu/MG, there was a record of a person named Francisco Pinheiro, who stayed there from the January 25 to 27. In another hotel, Athos, in the center of Unaí, it was found that one of the sheets of the log book, exactly where the names of the people staying at the time of the crime would be, had been torn out, but a sheet was left with additional information. The evidence pointed to the city of Formosa, in Goiás. Francisco Pinheiro, Erinaldo Vasconcelos and Rogério Alan were located there, whose data were recognized by the sheet that remained in the hotel register.

Through telephone interceptions and monitoring of the suspects' activities, it was then discovered that Erinaldo, Rogério Alan, Francisco Pinheiro, William Gomes and Humberto Ribeiro were part of a criminal group operating in several types of crime. While Francisco Pinheiro, known as Chico Pinheiro, had as his main activity managing contract killers, Erinaldo, Rogério Alan, William and Humberto did a little bit of everything, from robbery to drug trafficking and bank fraud.

Even with many indications, the police decided to wait to ask for the arrest of the suspects. It was necessary to gather as much evidence as

possible. That was when an unforeseen event happened and the police team was informed that a citizen who was imprisoned in Brasília, had made comments with one of the agents on duty saying that he would know of facts related to the crimes of Unaí and that one of those involved would have the name of Erinaldo.

Due to the possibility of information leaking, the investigators decided to comply with the arrest warrants and search and seizure warrants. In Erinaldo's house, the watch of Eratóstenes was found, hidden in the septic tank, later recognized by Marinez Lina, his widow. On July 25, Erinaldo, Rogério Alan, William and Chico Pinheiro were arrested. Erinaldo and Rogério Alan confessed. Chico Pinheiro gave details about the participation of each person involved in the crime, including José Alberto de Castro and Hugo Alves Pimenta, the intermediaries.

The following day, July 26, the Federal Police arrived at cereal farmer Hugo Pimenta and his employee José Alberto de Castro, known as Zezinho, defendants of having hired the contract killers. During the announcement of the identification of the murderers and those responsible for the crimes, the then minister of Justice, Márcio Thomaz Bastos, said that the murders appeared to challenge the State. And he added that it was now possible to say "with certainty that the crime has been unraveled".

Despite having reached the contract killers and intermediaries of the multiple murder, the police were still looking for the mastermind of the crime. The Homicide Chief of Police of the Civil Police of Minas Gerais, Wagner de Souza, named farmer Norberto Mânica as the main suspect. The Chief of Police from Minas Gerais explained that the evidence led to the farmer because the previous year he had threatened inspector Nelson. In a diligence at Huma Cereais, a company owned by Hugo Pimenta, documents were found that proved the existence of a close connection between the cerealist and Norberto Mânica. Among the documents, farmer's bills paid by Hugo's company.

The 38 caliber pistol used by Erinaldo was fou-

nd in Brasília and taken to the National Institute of Criminalistics. The expert report confirmed that the projectiles found in the bodies of some of the victims came from such a weapon, as well as it was proven that the shells found inside the vehicle and the cartridge found at the scene of the crime came from the same weapon.

The investigation pointed out that the contract killer Rogério Alan was the one who killed inspector Nelson da Silva with two shots to the head. Erinaldo was responsible for the other three deaths. The police reinforced their understanding of the arrest of Erinaldo Vasconcelos, Rogério Alan, William Gomes, Francisco Pinheiro, José Alberto de Castro, Hugo Alves Pimenta and Norberto Mânica, as it was proved that they all acted directly or indirectly in the execution of public servants. Regarding Humberto Ribeiro's participation, the police considered his crime of minor importance and did not ask for his arrest, which the Prosecution Office would later do. Humberto was responsible for tearing out the page from the records of the Hotel Athos, in Unaí, which contained information about the bad guys.

At the conclusion of the Police Investigation, the Chiefs of Police Antônio Celso and Wagner Pinto, of the Federal Police, reported: "*Based on the arguments exhaustively exposed in this case, with a view to guaranteeing public order, the convenience of criminal investigation and to ensure the application of the criminal law, we represent Your Honor in ordering the preventive detention of the indicted Erinaldo de Vasconcelos Silva, Rogério Alan Rocha Rios, José Alberto de Castro, Hugo Alves Pimenta, Francisco Elder Pinheiro, William Gomes de Miranda and Norberto Mânica...*"

The investigation was concluded and sent to the judge of the 9<sup>th</sup> Federal Lower Court of Belo Horizonte on August 19, 2004. The following day, at the request of the Federal Prosecution Office in Minas Gerais (MPF/MG), Judge Francisco de Assis Betti ordered the arrest of Norberto Mânica, Hugo Alves Pimenta, José Alberto de Castro, Francisco Pinheiro, Erinaldo de Vasconcelos Silva, Rogério Alan Rocha

Rios, Willian Gomes de Miranda and Humberto Ribeiro dos Santos. Also in August, on the 30th, the MPF filed a complaint against all of them. The investigation continued to determine the participation of other people, which resulted in the amendment of the complaint to include a new defendant.

Antério Mânica, businessperson, candidate for mayor of the city of Unaí that year. Two calls he made to the Labor Regional Sub-Office de Paracatu on the day of the crime drew the attention of the police. The first, to ask if all the supervisors had died and the second, to confirm the information. So far, no one there knew about the crime. Another curious fact is that Antério Mânica was identified as the man who, the night before the crime, was inside a dark colored Fiat car, Marea model. According to reports by the contract killer Erinaldo, the contractor for his services, Francisco Pinheiro, said that the man was angry, as he wanted a quick solution to the “problem”. It was raining, which made it difficult to pinpoint the color of the car. Navy blue, black? It no longer mattered. It couldn’t be a coincidence that Antério’s wife owned the only Marea in town.



## The course of events until 2009

In 2004, during the 22nd edition of the National Meeting of Labor Law Enforcement Officers (Enafit), held in Foz do Iguaçu (PR), colleagues of the victims of Unaí made a demonstration, when they circulated through the corridors of the event, dragging chains and reminding everyone about the barbarity that could never be forgotten.

Farmer Antério Mânica was arrested in September 2004. From inside the prison, in Belo Horizonte, he was elected mayor of Unaí, on October 3, with more than 70% of the votes. After being elected, he was imprisoned for two more days. Two *habeas corpus* got him out of prison and allowed him to take office. In the position of mayor, Antério Mânica became entitled to jurisdictional prerogative, and there was severance of his case, passing through the Federal Regional Court of the 1<sup>st</sup> Circuit (TRF1). With regard to the other defendants, the process continued in the lower court.

In December 2004, the federal judge of the 9<sup>th</sup> Lower Court of Belo Horizonte issued the Pronouncement and ordered the trial of all the defendants by the Jury Court, as well as decreeing their preventive detention. In January 2005, the month in which the Multiple Murder would complete one year, the defense's strategy of increasingly delaying the end of the anguish of those waiting for justice began, and the defendants appealed the indictment. As a result, the case went to TRF1, for trial in Brasília.

At the Federal Supreme Court (STF), in August 2005, the 1<sup>st</sup> Panel, in the trial of a *habeas corpus*, granted pretrial release to Norberto Mânica. The then minister Carlos Ayres Britto voted for the maintenance of preventive detention, but was defeated by the others. At the trial, which took place on August 30, 2005, after Ayres Britto's vote, the then minister Se-

púlveda Pertence confirmed his vote, at which time, even voting for the release of Norberto Mânica, he said textually:

*"If I went back to my days as a Jury Court, once the co-perpetration of the arrestee was convicted and affirmed, I would have no doubt in subscribing to the brilliant reasoning of the institution of trial by jury, to which Minister Carlos Britto gave other tinsel [...] With these remarks alone, praising the prosecutor, who shall have as a conclusion the vote of Minister Carlos Britto, I have no doubt in maintaining my vote."* (Extracted from the transcript of the votes of the STF ministers in *habeas corpus* 85.900-3/MG; STF; confirmation of vote by Min. Sepúlveda Pertence; 08/30/2005).

We are now on January 2006. Two years of tragedy. Unanimously, the TRF1 dismissed the appeals and upheld the Court Ordered of the 9<sup>th</sup> Federal Lower Court of Belo Horizonte, confirming that the defendants must be tried by a popular jury. Further defense appeals against such decision, which were unanimously denied. In June, Hugo Pimenta, who was out of prison awaiting trial in release, was arrested again for trying to buy the silence of the contract killers of the crime.

On January 28 of that year, Sinait held an act in Unaí. Labor Law Enforcement Officers, supported by several entities and the trade union movement, protested against impunity. The then Minister of Labor Luiz Marinho participated in the protest and signed, on the spot, an Ordinance granting scholarships to the victims' children and compensation for the families. White roses were distributed, marking the call for peace and justice. In July of the same year Norberto Mânica returned to prison, for attempting to obstruct the investigations through the purchase of witnesses. In November, the STJ granted *habeas corpus*

to Norberto, ordering his release. The widows of the murdered Labor Law Enforcement Officers participated in Enafit, held in Recife that year. A remarkable moment of the event took place during a performance by Labor Law Enforcement Officer Rubervan Du Nascimento, who recalled the multiple murder.

The protest of January 28, 2007, when the crime was completing three years, was held once again in Unai, at the scene of the crime, and was attended by Labor Law Enforcement Officers from all over the country, workers, religious, in addition to victims' relatives. About 200 people paid tribute to the murdered servants. Black T-shirts and caps as a sign of mourning and white roses as a symbol of hope in justice marked the demonstration. After the celebration, there was a walk to the center of the city, which ended with a symbolic hug and the calling of the names of the victims. The press across the country covered the act.

At that Enafit of that year, held in Belo Horizonte, the crime was once again remembered with a play by the Labor Law Enforcement Officer Rubervan Du Nascimento.

January 2008. Four years of impunity. No progress in the process since December 2006. For the public act held on that 28th, Sinait took a black cake, the cake of impunity, to the front of TRF1. In addition, the Union distributed a public note and the history of the multiple murder. The president of the Court at the time, appellate judge Assuete Magalhães, asked that the cake be removed so that she could check the progress of the appeals and received in audience the then president of Sinait Rosa Jorge, the president of the Association of Labor Law Enforcement Officers of Minas Gerais (AAFIT/MG) José Augusto de Freitas, the widows of the murdered inspectors and Dom Tomás Balduino, who represented the Pastoral Land Commission (CPT).

At the time, the appellate judge informed that the defense appeals that were being processed in that Court had been rejected and that the process of Antério Mânica, which had been severed, would be suspended until the con-

tract killers were judged. The purpose was to follow the chain of execution of the homicides. Regarding the hearing, which ended up taking place due to the appeal generated by the impunity cake, Rosa Jorge considers that the progress of the process has always been linked to the Sinait mobilizations, since they have always had a great impact on society, including guiding the press, which did and still plays the role of demanding effective actions from the Judiciary Branch.

In November 2008, Sinait held the 26th Enafit in Florianópolis (SC). The event took place between the October 23 and 28. On Tuesday of that week, the 25th, the Tax Auditors and authorities present at the Meeting were stunned by the news that the previous night Antério Mânica had been awarded the Medal of Legislative Merit by the State Legislature of Minas Gerais (ALMG). Immediately, the Union and AAFIT/MG registered their protests with statements of repudiation. In the plenary session of that Enafit, motions of repudiation against ALMG and against Antério Mânica were approved. Sinait published the note in the newspapers Estado de Minas and Folha de S. Paulo.

Several entities spoke out against the medal given to a murder mastermind. ANPT released a public note, in which it expressed its rejection of the *tribute*. The entity considered that the award "affronts the essential principles of the Democratic Rule of Law". In addition, ANPT understood that offering the Medal of Order of Legislative Merit to Antério Mânica "offends the memory of those who lost their lives fulfilling their functional duties". Institutions linked to the Forum of National Human Rights Entities (FENDH) also expressed their views. The CPT regretted saying that the delivery of the medal to Antério Mânica "disrespected the four martyrs, who were cowardly murdered on January 01, 2004, in the municipality of Unai". The fact caused a lot of revolt even within the ALMG.

Together with the Human Rights Commission of the Assembly Carlos Calazans, who was regional chief for Labor in Minas at the time of the

crime, asked the president of ALMG to cancel Antério's decoration. During the meeting, Calazans returned his medal and the certificate he had received in 2005 for fighting slave labor in Minas Gerais. In his opinion, the then mayor of Unaí should never have been awarded. "I can't continue with the same medal as a murderer. We are all outraged by this honor." The awarding of a medal of merit is very important and must be carefully analyzed before its delivery. Therefore, to give such a medal to a person who ordered the murder of public servants is a great humiliation for the State.

The tragedy was five years old. In January 2009 there were three protest fronts. One in Belo Horizonte, on the 26th, and two on the 28th, one in Brasília, in front of the STF and the other in the programming of the World Social Forum (WSF), which took place in Belém (PA). In Belo Horizonte, a solemn hearing was held in the House of Representatives, with the participation of Labor Law Enforcement Officers, victims' families and trade union officials. In Brasília, the demonstration promoted by Sinait and AAFIT/MG started in front of the STF and ended at the Ministry of Justice, where the protesters marched. A flight of black balloons, banners and a sound car were used to draw the attention of authorities. José Augusto de Paula Freitas, president of the Minas Gerais association, recalled "any time is too long when you expect justice to be done. Five years is too long for families, for fellow Labor Law Enforcement Officers and for the State that has been hit hard by the crime".

On the same day Marinez Lina, Genir Lage and Helba Soares, widows of Eratóstenes, João Batista and Nelson were received, along with Sinait directors, by the then president of the STF, minister Gilmar Mendes, when they asked for his intermediation so that the trial could be scheduled. At the hearing, Carlos Alberto Teixeira, who presided over Sinait on an interim basis, gave an account of the situation of the process and asked for the support of the minister as the highest authority of Brazilian justice. He informed the minister that in the investigation phase, the Public Prosecutor's

Office and acceptance of the complaint by the Federal Judge in Minas Gerais, there was speed, however, from then on the process was stopped and until then, a date for the trial had not been set.

Carlos Alberto said that the members of Sinait and the victims' relatives sought the representative of the largest court in the country to raise their concern about the length of the case and ask the president of the STF for special attention, so that the defendants could finally be tried. The widows spoke of the families' suffering in the face of the accused's impunity over those five years and asked for the justice to be quick to judge the case. Helba Soares, Nelson's widow, said it was necessary to ease the pain of impunity. She still lives in Unaí and lives with masterminds and intermediaries, which enhances the idea that justice is still far from being achieved.

In Belém, where the fifth edition of the World Social Forum (WSF) was taking place, there was an ecumenical act, in which religious leaders remembered the dead and asked for faith in justice and concrete actions by the authorities. The moment was also used to collect signatures to the petition for the approval of the Proposed Constitutional Amendment PEC – 438/2001, known as PEC on Slave Labor and which provided for the expropriation of lands where the practice of slave labor was caught. After more than a decade of processing, the PEC ended up giving rise to Constitutional Amendment 81/2014.

## Labor Law Enforcement Officer's Day

Time passed, justice did not happen, but society remained mobilized. January 28, 2004 marked Brazilian society so strongly that in 2009 Law No. 11,905, of January 20, was approved, establishing January 28 as Labor Law Enforcement Officer's Day. The project that gave rise to the tribute was PL No. 732/07 authored by deputy Paulo Pereira da Silva (PDT/SP). In the Senate, the rapporteur was sena-

tor Ideli Salvatti (PT/SC). In the same year, law 12064/2009 was enacted, originating from the Bill 3536/2008, authored by the then senator José Nery (PSOL/PA), which established the National Day (January 28) and the National Week to Fight Work Slave. Sinait followed the entire process in the National Congress. The publication of the laws had a lot of repercussion in the press and the crime returned to national news.

Meanwhile, the victims' families, colleagues and society followed the slow progress of the lawsuit. In August, the STJ granted the interlocutory appeal filed by José Alberto de Castro and determined the rise of the special appeal that had not been heard by the TRF of the 1st Circuit. In December, the same happened with a similar request from Hugo Pimenta.

## Progress of the lawsuit and activities until 2013

With the support and participation of several union entities that are part of the National Front against Slave Labor, Sinait held a public act in front of the STF, on January 28, 2010 to mark the six years of the Multiple Murder of Unai. The Union also released the Manifest against Impunity to society. The president of Sinait at the time, Rosângela Rassy, recalled that the date, which was supposed to be a commemoration in honor of the Labor Law Enforcement Officer's Day, was a day of sadness, because once again everyone was gathered to ask for speed in the trial of the defendants of murdering the servants. She said that everyone was there to demand the trial of those defendants of the crimes that took place in Unai, citing that they were the colonels of the 21st century and used various subterfuges to delay the processes. "What country is this where four public servants are murdered and to this day there has been no punishment for the nine involved?"

According to Rosângela Rassy, the parties defendants of being the masterminds of the crime are free and continue to live normally, including one of them became mayor of Unai, referring to Antério Mânica. The crime causes great indignation and changed the lives of all Labor Law Enforcement Officers. "The fear experienced by the entire category is great, as working conditions have not changed and we are still without security. The Federal Police only accompany us in certain situations, but they also do not have enough staff. It is very difficult for all of us every day that we get into the Ministry's car and go out for a rural inspection action".

Five thousand black balloons flew over the STF building and drew the attention of people who circulated close to the event site. Mainly public servants who work in the buildings that

surround Praça dos Três Poderes, where, in addition to the STF, the Palácio do Planalto, the Palácio da Justiça, the National Congress and some ministries are located.

Referring to the Week to Fight Slave Labor, then senator José Nery, who was also president of the Subcommittee to Fight Slave Labor in the Federal Senate, recalled that the date was chosen in honor of the murdered AFTs. "This national day, which takes place for the first time this year, is a milestone in the resumption of social mobilization and the fight for the eradication of slave labor in Brazil". The senator recalled the difficulty of fighting the economic and political power linked to this criminal practice and stated that it was sad to see that some authorities ignored reality, ignoring those who defend the fight against slave labor.

The demand for the resumption of proceedings was and still is the wish of the victims' relatives, as is the case of Helba Soares and Genir Lage, widows of the AFTs, Nelson and João Batista Soares, respectively. According to Genir, the lack of punishment causes indignation to all families. "Impunity leaves a feeling of powerlessness. My children and I feel like prisoners. Only those who live behind the scenes of a pain can understand what I say".

The interventions of trade union officials representing the Single Center of Workers (CUT), National Coordination of Struggles (Conlutas), Construction Trade Union (Sinduscon) went in the same direction: they asked for justice, agility in the judgment and punishment for the responsible parties. All repudiated violence against State agents in the fulfillment of their duty and expressed the solidarity of all workers with the Labor Law Enforcement Officers. The murder of civil servants, according to them, affects all workers. "The conviction of

the guilty parties will not bring back the murdered fellows, but it will end a cycle of impunity”, reiterated Cosme Balbino, from CUT.

Sinait has always had the support of various institutions and different categories of civil servants in its manifestations. The year of 2010 was no different. Representatives of Sindifisco (National Union of Tax Auditors of the Federal Revenue of Brazil), the ANPT, the Rural Workers Union of the Federal District, the Ibero-American Confederation of Labor Law Enforcement Officers (CIIT), the Construction Trade Union, the National Federation of Unions of Workers in Health, Work, Welfare and Social Assistance (Fenasps), among others.

Minister Francisco César Asfor Rocha, who was president of the STJ, received a delegation led by Sinait to deal with the case of Unaí. President Rosângela Rassy was accompanied by Genir Lage and Helba Soares (widows of Labor Law Enforcement Officers João Batista and Nelson), Senator José Nery, Directors Rosa Jorge, Carlos Alberto Teixeira Nunes and Francisco Luís Lima and the president of AAFIT/MG Maria do Socorro Brandão, in addition to the president of the PSOL in Belém (PA) Marinor Brito. The Minister of Labor Carlos Lupi also participated in the hearing, strengthening the importance of the gesture.

Rosângela Rassy told the president of the STJ that Sinait, on behalf of the Labor Law Enforcement Officers from all over Brazil, took the claim of speed in the trial of the resources that were in that House. There was a Special Appeal and a request for *habeas corpus* to be considered. She said that the category feared the statute of limitations for the crime and that the defendants would not be punished. The instability that the crime caused among the Tax Auditors, who continued working, but always living with insecurity, especially in rural inspections, was also the subject of the hearing.

Senator José Nery reinforced request of Sinait because, according to him, there are many stories of impunity in the country and powerful people trust this and end up mocking the laws. He reminded Minister Asfor Rocha that

January 28, in honor of the murdered Auditors, became Labor Law Enforcement Officer Day and National Day to Fight Slave Labor.

The president of the STJ acknowledged that the process is emblematic and that the mere fact that six years had passed was worrying. He assured that the financial power of those involved in the process would not interfere in any way with the impartiality of the trial and undertook to ask the Rapporteur of the Special Appeal to give preference to the trial. Minister Carlos Lupi accompanied the entire hearing and said that the Ministry of Labor was confident that the STJ would act quickly in the trial of this case.

Genir Lage, João Batista’s widow, moved all those present when she told the president of the STJ that the families feel discouraged, as they were trapped in the pain, in the problems that the crime caused their children. “We continue to wake our deceased. It’s time to close this cycle to move life forward.” The delay in the trial, according to Genir, is a bad example for her children, to whom she taught that the country is serious, but the facts often say otherwise.

That year acts took place in various parts of the country, such as Recife. Auditors from Pernambuco honored the moment and discussed the importance of the date for the Tax Audit career, which is often threatened in inspection places by employers, especially in rural areas. Then, they went to the front of the Regional Labor Superintendence (SRT/PE) and toured the public service locations distributing the Manifest in protest of the impunity of the Unaí Case. The public act in Ceará was held in front of the SRT/CE in the morning and attracted the local press. In the afternoon, there was a mass in memory of Eratóstenes, João Batista, Nelson and Aílton. In Paraná, also in front of the Superintendence, the Manifest prepared by Sinait was read to the public that was there. In Paraíba, Tax Auditors and administrative employees participated. Demonstrations also took place in Maranhão, Espírito Santo, Manaus, Acre, Piauí and Goiás. In all of them, the Manifest was read.

## Full Manifest of Sinait:

### January 28, 2010 – Impunity. How much longer?

*We are here again in the public square to protest, to demonstrate our indignation, to ask for justice and to demand “Trial Now!”. There’s only a single reason. Four public servants, fathers of families, were brutally murdered in the exercise of their duties and, masterminds and contract killers, have not yet paid for this crime.*

*Society needs to know that the murder of the three Labor Law Enforcement Officers and the driver of the Ministry of Labor is a crime that remains unpunished. That there are masterminds and contract killers who have not been tried. That families still haven’t found peace. That this cannot be forgotten and that we demand punishment!*

*Eratóstenes, João Batista, Nelson and Ailton were victims of intolerance, of affront to the State, of disrespect for the law. Today’s colonels, like those of yore, think they can solve everything with violence. The executioners wanted to intimidate the State, to stop the inspection and to prevent the defense of workers’ rights.*

*Today, January 28, the Multiple Murder of Unaí turns six years old. Nine individuals were instituted with criminal investigation, but none were tried.*

*Slow justice is not justice! Slow, time-consuming justice is synonymous with impunity! Appeals cannot have the purpose of delaying the trial, imposing the statute of limitations or letting the case fall by the wayside.*

*Labor Law Enforcement Officers, family members and society as a whole demand that those involved in the Multiple Murder of Unaí to be tried pursuant to law and that there be no impunity!*

*We shall never allow this case to be forgotten; we shall not give up demanding punishment, ever.*

*January 28 - Labor Law Enforcement Officer’s Day, Law No. 11.905/2009, in honor of the victims of the Multiple Murder of Unaí*

*Trial now!*

Two days earlier, in Belo Horizonte, the Labor Prosecution Office of Minas Gerais (MPT/MG) remembered the six years of impunity, with a public act. The event was part of the activities of the National Week to Fight Slave Labor. With the name “Fighting Slave Labor in Minas Gerais – Perspectives and Challenges”, the date brought together Labor Law Enforcement Officers, Labor Prosecutors and trade union officials, with coverage by the local press. The acting Chief Prosecutor of MPT/MG, Adriana Moura Souza, when opening the public act, recalled the four civil servants murdered in Unaí. “This is a time to express our indignation at a crime that has not been solved and that affects all workers in the country.”

Prosecutor Sebastião Caixeta, from the National Coordination for the Eradication of Slave Labor (Conaete), also referred to the case and said that the act carried out in Minas “is symbolic because of the Multiple Murder of Unaí, which was an affront to families and to the power of the State, embodied in the representatives of the Ministry of Labor”. At the end of his speech, he asked for a round of applause for the victims. Alóisio Alves, who was Labor Law Enforcement Officer, gave a personal statement, as he knew and worked with the murdered Tax Auditors and driver. For this reason, for him, the date takes on more painful matters.

Maria do Socorro Brandão, Labor Law Enforcement Officer who presided over AAFIT/MG, spoke of the indignation that accompanied the process and said that the answer, the gift that the category would most like on that day 28 “is for the process to return to the Regional Federal Appellate Court in Minas Gerais and that the trial be scheduled. It’s a dream of justice! Money cannot prevail over law and justice”.

During the act of MPT, there were recurrent speeches about the difficulties that there were for the Labor Inspection to act in the region of Unaí after the crime. As a result, an open letter addressed to the then Minister of Labor, Carlos Lupi, demanded the return of inspections in the region of Unaí.

## Open Letter to the Minister of Labor of the Federative Republic of Brazil

Dear Minister,

In the public act called “Fighting Slave Labor in Minas Gerais – challenges and perspectives”, held at the Regional Labor Prosecutor’s Office of the 3<sup>rd</sup> Circuit on 01/26/2010, in memory of the National Day to Fight Slave Labor instituted by Law No. of October 29, 2009, the entities and persons present decided to address the following motion:

Since January 2004, when the brutal murder of three Labor Law Enforcement Officers, Nelson José da Silva, Eratóstenes de Almeida Gonsalves and João Batista Soares Lage, and driver Aílton Pereira de Oliveira, a MTE employee, took place, labor inspections in the rural sector in the Northwest region of Minas Gerais suffered a considerable reduction, caused by the absence of a security structure that would enable the continuity of inspection activities with preservation of the integrity of the Labor Law Enforcement Officers.

In the years before the “Multiple Murder of Unaí”, the Labor Inspection maintained a firm and regular inspection role in the region, predominantly agricultural, in facing the serious situation of predatory exploitation of rural labor. After the fateful murders, there was a significant reduction in the presence of the Labor Inspection in the region, giving society the tragic impression that the death of State agents achieved the purposes intended by their executioners.

In this regard, such murders, without punishment of their masterminds and contract killers to date, ended up constituting a true penalty of abandonment for rural workers in the region. In addition to constituting an attack on the State, this massacre became a true attack on the fundamental guarantees of workers, whose defense it is up to the State to promote.

For these reasons, the people and entities present at this Public Act, moved by the feeling of repudiation of the situation portrayed, come to request Your Honor to adopt emergency and energetic measures

*for the immediate reactivation of rural inspections in the Northwest region of Minas Gerais, in a planned manner and with full guarantee of the safety and integrity of all members of the inspection teams.*

*Document signed by Labor Law Enforcement Officers, Labor Prosecutors and trade union officials from Minas Gerais, present at the event of MPT*

The press, which never stopped highlighting the crime, has played a fundamental role and contributed to demanding from the authorities the punishment of the parties responsible for it. The acts carried out by Sinait, regional associations and trade union offices have always had great repercussions. In March 2010, the subject was the subject of a series of reports by TV Record about unsolved crimes in Brazil. The report began with a strong headline that said that six years ago the news of the murder of the three Labor Law Enforcement Officers and a driver from the Ministry of Labor spread around the world and shocked the population due to its violence, audacity and affront to the State.

It continued to state that six months later the crime was uncovered, when the police identified the masterminds, contractors and executors, in a total of nine people, one of whom was elected mayor of Unaí in the same year as the tragedy. The report also mentioned the struggle that had been waged by Sinait since 2004 and the infinity of appeals that were presented by the defendants to higher courts. “Although Labor Law Enforcement Officers Eratóstenes, João Batista and Nelson were not in Unaí to inspect complaints of slave labor, the entities that fight for the eradication of this practice adopted the date as National Day to Fight Slave Labor, established by law, in tribute to the victims. Likewise, Sinait proposed and managed to get the 28th of January approved as Labor Law Enforcement Officer’s Day,” the report said.

The year 2011 has arrived. The crime was seven years old. Sinait and the category remained mobilized. Every January it was necessary to renew hopes. Criminals could not go unpu-



nished. The demonstration that year took place next to the Federal Court, in Belo Horizonte. More than 200 people attended. Protesters occupied the building's stairs and sidewalk with banners and lollipops. They wore t-shirts with photos of the four murdered civil servants, and the text: "7 years of impunity - Multiple Murder of Unaí - Justice Now!".

Those present sang the National Anthem, the then president of AAFIT/MG João Frazão said that seven years is a very long waiting time and that the wound remained open for the families and the category. Frazão also said that Unaí's crime was an act against Labor Inspection, against unions, against workers and against the rule of law, with the aim of intimidating inspection, but there was no success. And that the category would not let the case fall into oblivion.

Rosângela Rassy, president of Sinait at the time, recognized several colleagues who year after year followed the case and participated in solidarity in the demonstrations. She said that the crime is remembered in the twelve months of the year, however, in January, the pain increases. That's when barbarism comes to the fore most forcefully and colleagues put themselves in the shoes of those who were murdered, imagining the pain of their families if they were the victims.

The president also said that the details of the crime are shocking and society needs to know that, for those in charge, life is worth very little. The contract killers were hired to kill only Nelson and when they realized there were more people, they were allowed to kill them all, for money. Everything was verified by the police and the Justice worked very well, quickly, issuing the Indictment. And, despite the length of time, the initial phase of the lawsuit gave the higher courts enough arguments to deny all the appeals that the defendants filed over six years.

During all this time, Sinait, the associations and the newly created Trade Union Delegations (DS) have been moving in an attempt to speed up the processing of resources. Many

entities sided with the Union and continue to fight for the Trial. "The hope that the trial will be set soon motivated Sinait and AAFIT/MG to replace, this year, the black balloons with white balloons. We will have to be victorious, to see the State reacting to an aggression, until now without answer".

Labor Prosecutor Carlos Eduardo, who represented the ANPT at the act, said that his category has always been in solidarity with the Labor Law Enforcement Officers, who are partners in defending workers' rights. He also sympathized with the victims' families and showed confidence that at that moment, with the defendants' appeals, the trial would finally be scheduled.

Lindolfo Fernandes, then president of Sindifisco/MG, who had been following the case since the beginning, referred to the interference of economic power in certain sectors of the State. According to him, public servants have two struggles: a corporate one, to improve their working conditions, and another, to rescue the State itself from its origins. The inspection activity, in any instance, poses risks, but the State needs to provide institutions with the means to protect their agents and the autonomy to fully exercise their activity. Consequences of an inefficient state are, for example, slave labor and violence against its agents.

Fahid Tahan Sab, who at the time of the crime was president of Sinait, said: "May the balloons that rose take to the skies hope and faith in the Justice of Men. And let them bring the light from there so that there is no dishonesty in the trial." He praised the actions of the Police, the Federal Prosecution Office and the Federal Justice in uncovering the crime and in the initial phase of the lawsuit. Representing the Minister of Labor Carlos Lupi, the deputy superintendent Carlos Henrique went deep into the meaning of the word Justice - which is the character of what is right and fair. For him, worse violence than murder is the impunity of the murderers and he asked the servers not to stop seeking justice.

The public act ended with a speech by Carlos Calazans, who has always followed and still closely follows the course of the process and knows details of the testimonies of the accused. According to him, several of those involved confessed to the crime and provided details of how they were hired, the phone calls, the values and the whole plot.

Five thousand white balloons were released, which flew in front of the facade of the TRF building and neighboring buildings, drawing the attention of those passing by. The white balloons were a symbol of the hope that the trial would soon be set, once there was no more pending appeals in higher courts. All appeals were considered and denied to the defendants, maintaining the Indictment of the TRF 1st Circuit, which indicated that the defendants should go to a popular jury. Defendant Antério Mânica had his process separated from the others for being mayor and having the right to trial in a jurisdictional prerogative. At the time, four defendants were released under *habeas corpus* and five were imprisoned at the Nelson Hungria Penitentiary, in Contagem (MG).

In early 2011 Willian Gomes de Miranda, who had the role of following in the footsteps of the civil servants and driving the car that would support the contract killers, was released from the Nelson Hungria Penitentiary, due to improper compliance with a decision issued by the Criminal Lower Court of the State in Contagem (MG), which recognized that the sentences to which he was sentenced had been fulfilled, but only for crimes within the jurisdiction of the State Court. However, the decision of the State Court stated that Willian Gomes de Miranda should be released only if he was not arrested for another reason. The penitentiary agents did not verify that he was in preventive detention by decision of the Federal Court. In May, William was captured in the city of Primavera do Leste, in Mato Grosso.

Hopes that the trial would be scheduled quickly due to all the defendants' appeals having been tried, were shaken when, in April 2011, a new appeal left the defendants planning the subjects responsible without a trial date. In a new

maneuver, lawyers for José Alberto Castro and Hugo Alves Pimenta filed an Extraordinary Appeal with the STJ, making the process even more lengthy. This is because with such ingenuity the STF would also need to analyze the process. The trial was not expected to take place. Lawyers hired by Sinait to represent the families filed for annulment of the appeal. In addition, the Union met with representatives of the CNJ to obtain details on the processing of the appeal and to, once again, in another instance, ask for the speeding up of the process and respective trial, expected by the category and the victims' families.

In addition to indignation over impunity, there was a consensus that the slow pace of justice could encourage large producers in the Unaí region to continue committing irregularities in hiring and exploiting workers. At the time, lawyer Marcelo Leonardo, defender of Antério Mânica, denied that the intention was to postpone the process. "On the contrary. The mayor is in a hurry to prove his innocence." Two trials later and with two convictions, it was proved that Antério Mânica was never innocent in this story.

Prosecutor Míriam Moreira Lima, who followed the investigations into the Multiple Murder of Unaí, regretted the new appeal filed by the defense of the accused. She confirmed that the appeal would postpone, for an indefinite period, the trial of the alleged masterminds until then. "The last appeal filed in the STJ must still be sent to the STF. We hope that this trial by the Supreme Court does not take too long," she said. The prosecutor stressed that the MPF had no doubts about the involvement of all nine defendants, including the participation of Antério Mânica. "In less than a year, we had already concluded the investigation and presented the complaint to the Federal Justice of Minas Gerais, which also acted quickly. Unfortunately, our legislation allows for a large number of appeals, which make the process time-consuming and do not benefit society."

In May 2011, the STJ ordered the severance of Rogério Alan's case, which allowed his trial to

take place, being the first in a series until all the defendants were tried. Soon after, at the request of the Prosecution Office, the severance was also determined in relation to Francisco Pinheiro, Erinaldo de Vasconcelos Silva, Willian Gomes de Miranda and José Alberto de Castro. With that, the jury could be appointed as soon as the case files were sent.

The Multiple Murder of Unaí is now eight years old. On January 27, Sinait organized another demonstration in Belo Horizonte, in partnership with AAFIT/MG, when it spoke with the deputy judge of the 9th Federal Lower Court in Minas Gerais, Raquel Vasconcelos Alves de Lima. More than a hundred people attended the public act, held in front of the Federal Justice building, including Labor Law Enforcement Officers, trade union officials and authorities.

It was clear that the State needed to provide an answer to the crime and everyone believed that such an answer was about to happen, with the prospect of the trial being held that year. Since January 2004, the Labor Law Enforcement Officers were no longer the same. There were risks and State protection was needed. The threats did not cease. A clear example occurred in 2012, in Santa Catarina, when tax auditors were harassed in a region of onion plantations, even with the support of municipal governments. For the Tax Auditors, there is no doubt that such conduct was encouraged by the impunity of the Unaí case.

Once again, solidarity was present with the participation of representatives from different categories in the act, such as the Labor Prosecution Office, Association of Labor Court Magistrates, Federation of Workers in Agriculture (Fetaemg), Federation and the Union of Extractive Industry Workers, the National Sindifisco and the Union Delegation in Belo Horizonte. Members of parliament and the regional chief of Labor at the time of the crime, Carlos Calazans, also attended. Calazans recalled that another year had passed without the trial being held. He highlighted the fact that orphaned children went through childhood and adolescence without their father, which was very sad for the families, and he

recalled details of the testimonies of the accused, which revealed coldness and cruelty in the organization and execution of the crime. "Brazil owes the families an apology," he said.

The tone adopted throughout the act was demanding for the trial of the defendants and recognition of the work of the Labor Law Enforcement Officers. "Crime embarrasses the country", said Labor Prosecutor Fernanda Brito Pereira, who highlighted the partnership with inspection in enforcing workers' rights. Labor judge and president of Amatra 3, Jaqueline Prado Casagrande, stated that "society was and continues to be shocked by the crime" and that she hoped that the Jury Court would take place in 2012. Luiz Henrique Franca, Tax Auditor of the Federal Revenue Service of Brazil, who represented the National Sindifisco, was a Labor Law Enforcement Officer and a personal friend of João Batista. "For that reason, the pain is even greater for me," he pointed out. The category to which he belongs, according to him, also suffers from threats and violence and the attack on the State must end.

Everyone was there to once again fulfill the painful duty of asking the State to play its part in protecting the servants and punishing those responsible for the Multiple Murder of Unaí. The former president of Sinait and AAFIT/MG, Fahid Tahan Sab, who presided over the National Union at the time of the crime, highlighted the courage of the investigators, prosecutors and judges of Minas Gerais in conducting the lawsuit. The delay is due to the resources of the defendants' defenders, who act within the loopholes of the law. Fahid highlighted that the criminal procedural law needed to be changed to protect the officeholders.

Demonstrations also take place in Fortaleza, Manaus, Belém, Curitiba, Goiânia and João Pessoa, in front of the Regional Labor Superintendencies (SRT) in these capitals. The Labor Law Enforcement Officers demanded the trial of those involved in the multiple murder and demanded an end to the impunity that had dragged on for eight years.

In February 2012, the Multiple Murder of Unaí

was included in the list of 71 cases in which the National Council of Justice (CNJ) should intervene to speed up the trial of the defendants. The case was referred to the Council by the then president of the Brazilian Bar Association (OAB), Ophir Cavalcante, at request of Sinait. 2012 came to an end, when the board of Sinait met with the then secretary general of the CNJ, federal judge Fábio Cesar dos Santos Oliveira, to provide information about the process and ask the Council to intervene to speed up the trial. The result of the effective intervention of the CNJ came soon after, when the then general officer of the Council Jefferson Kravchyn, contacted judge Raquel Vasconcelos, of the 9<sup>th</sup> Federal Lower Court in Belo Horizonte, and obtained from her the commitment that the trial of Rogério Alan Rocha Rios would be scheduled in February 2013.

The case advanced in relation to previous years, with the severance of the processes of the defendants of having carried out the crime. The cases of Erinaldo de Vasconcelos Silva, Francisco Pinheiro, José Alberto de Castro, Rogério Alan Rocha Rios and Willian Gomes de Miranda were separated from the original and, therefore, returned to the first instance of the Federal Court in Belo Horizonte to be tried.

In January 2013 the defendant Francisco Pinheiro, died in Contagem, victim of a Cerebral Vascular Accident (CVA). Known as Chico Pinheiro, he had been in prison since August 2004, seven months after the murder of the four civil servants. Until November 2012, he was at the Nelson Hungria Penitentiary, in Contagem, in Greater Belo Horizonte. After the stroke, he was hospitalized for two months at the Municipal Hospital of Contagem. According to the investigation, Francisco Pinheiro was accused of recruiting the direct contract killers of the servers and of preparing the entire assembly of the crime. He would have been hired by businessperson José Alberto de Castro, at the request of businessperson Hugo Pimenta.

Time passes slowly for those who wait, especially when the wait is for justice and punish-

ment for those guilty of crimes against life. Family and friends never gave up, despite all the time the process dragged on. On that January 28, Sinait and AAFIT/MG once again held a demonstration in Belo Horizonte. The act took place at the door of the Federal Court building, where the case files were located.

Judge Raquel Vasconcelos Alves de Lima had been analyzing the case for eight months, since May 2012. Four days before the tragedy turned nine, when everyone was waiting for the date of the trial to be announced, the judge surprised by deciding to decline the jurisdiction of the trial and ordering the remittance of the case to the Federal Court of Unaí, which had been created in 2010.

*“The Court of the 9th Federal Lower Court of the Judiciary District of Minas Gerais determined the remittance of the records of Criminal Action No. 2004.38.00.036647-4 and all related processes to the Judiciary Sub-district of Unaí. The decision is also valid for case No. 36888-63.2011.4.01*

The decision caused a real commotion and indignation in the face of its developments such as the postponement of the trial indefinitely. In addition, the holding of the jury in the city where those accused of being the masterminds of the crime have great political and economic influence, is compromised in its exemption.

This was the tone of all the pronouncements during the public act. Without exception, all the people who asked to speak expressed their indignation at the impunity, the delay in the trial and the judge’s decision. There was a large participation of entities.

An emotional moment was the statement by Marinez Lina, widow of Eratóstenes, who spoke alongside Helba Soares, widow of Nelson, and Genir Lage, widow of João Batista. Very touched, she said that the suffering of the families has no end and that impunity increases the pain. She made an appeal to the Justice to carry out the trial of the defendants, so that justice could finally be done. According to Marinez, the judge’s decision was a slap in

the face. ‘Our families are simple hardworking people. We deserve respect’.

The protesters wore T-shirts that referred to the motto of the Minas Gerais flag – “Freedom even if late” –, however, with the word “justice” in place of “freedom”. Labor Law Enforcement Officers, family members, trade union officials and representatives of institutions also displayed lollipops and banners with the phrase: Trial Now, in BH!

The history of the Labor Law Enforcement Office in Brazil is marked by the multiple murder of Unaí. For nine years, Sinait was tireless (and still has been), following the process, taking information to the competent authorities at each new step in each of the instances through which the action passed. The astonishment at the judge’s decision was visible on the faces of those present. Unaí, a city dominated by the economic and political power of the Mânica siblings, could not be the stage for the trial of the barbaric crime. There was widespread concern about how a popular jury would be formed with people subjugated to the masterminds.

That year, in Goiânia, Labor Law Enforcement Officers called for an end to impunity for the Multiple Murder of Unaí and protested against the possible transfer of the case files to the Federal Lower Court of Unaí. In Amazonas, the protest took place in front of the SRT/AM and was attended by Labor Law Enforcement Officers and administrative employees. The president of the Association of Tax Auditors of Amazonas (AAFTAM), Francimary Michelis, expressed the indignation of the category for the delay in the trial of the defendants of the massacre. In Curitiba, Labor Law Enforcement Officers said a prayer for the victims, in front of the SRT/PR building. In several other places, the demonstrations were repeated.

The judge’s decision to transfer the jury to Unaí was a heartbreaking fact for all those awaiting trial. Antério and Norberto Mânica are powerful businesspersons in the region. There was a general belief that the trial in Unaí would benefit them, due to the economic power of the

family group. The Federal Prosecution Office in Minas Gerais promptly appealed to the TRF1 against this decision. Three months later, the STJ overturned the judge’s decision, ordering the trial to be held in Belo Horizonte.

Thus, the first jury, that of the contract killers Erinaldo de Vasconcelos Silva, Rogério Alan Rocha Rios and William Gomes de Miranda, was scheduled for August 27. They were in custody in Contagem. Shortly before the start of the trial of the defendants, the trial of four other defendants is scheduled for the month of September: Norberto Mânica, José Alberto de Castro, Hugo Alves Pimenta and Humberto Ribeiro. There was still no decision regarding the date of the trial of Antério Mânica.

In May, at the opening of the Public Hearing of the Permanent Subcommittee for Fighting National and International Trafficking in Persons and Fighting Slave Labor, then Senator Ana Rita (PT/ES) presented a video with a TV Record report on the crime, which had shown the day before by the broadcaster on national television. The senator, who was president of the Senate’s Commission on Human Rights and Participatory Legislation, recalled that nine years had passed without justice being done. “To this day, the murderers and those in charge have not been tried. The first trial is not expected to take place until August. We hope that justice is done”, said the senator. Ana Rita demanded action from the Judiciary and in an audience with Minister Joaquim Barbosa, then president of the STF, asked for its intervention with the CNJ to speed up the case.

August arrives with much anticipation around the trial of the contract killers of the multiple murder, which would begin on the 27th of that month. The day before, the Human Rights Commission of the State Legislature of Minas Gerais held a public hearing to remember the case. According to deputy Durval Ângelo (PT/MG), who presided over the hearing, the CDH followed the entire course of the process and fulfilled the role of not letting the crime fall into oblivion.

The public hearing was held at the request

of Carlos Calazans, regional labor delegate in Minas Gerais in 2004, when the murders took place. Calazans recalled the nine years since the crime, the struggles, demonstrations, public acts in various parts of the country, audiences with authorities.

## The trial of the contract killers

After more than eight years, the contract killers of the Multiple Murder went to trial, which took place between August 27 and 31, 2013, at the Federal Court in Belo Horizonte. Labor Law Enforcement Officers from all over the country were in the capital of Minas Gerais to accompany the work chaired by the substitute judge of the 9th Federal Lower Court, Raquel Vasconcelos, and accompanied by the representatives of the Federal Prosecution Office Miriam do Rosário Lima and Wladimir Aras, in addition to the assistants for the prosecution, , hired by Sinait to represent the victims' families, Francisco Rogério Del Corsi and Antônio Francisco Patente.

On the first day of the trial, eight witnesses were heard, as well as Marinez Lina de Laia and Helba Soares, widows of Labor Law Enforcement Officers Eratóstenes and Nelson, as informants. Former Chief of Federal Police Antônio Celso dos Santos, who led the investigation at the time, gave a lengthy statement. Interrogated by the prosecutors of the Federal Prosecution Office and by the defendants' lawyers, he revealed details of the investigations to clarify the jurors about the circumstances of the crime.

Then, Vilmar da Silva Ferreira, a military police officer who found the victims at Trevo das Sete Placas, in Unaí, the place where the driver Aílton managed to drive after being shot. Rita Cristina Mundim, who was an employee of the Labor Sub-Office in Paracatu, also testified as a witness. She said that on the day of the crime, around 10 a.m., she received a call from Antério Mânica asking if the Labor Law Enforcement Officers had died. She still had no knowledge of the crime. Soon after, according to Rita's report, Antério Mânica again called the Sub-Office, this time to inform them that everyone had died.

Another important witness was Ellen Fernandes de Melo, at the time, an employee of the company Huma Cereais, owned by Hugo Alves Pimenta. She said she also knew José Alberto de Castro and Norberto Mânica, to whom the company frequently paid personal expenses. According to the witness, who worked in the company's financial area, a payment made in cash called attention at the time. She was surprised because all the company's payments were made through checks. The payment, according to investigations, went to the contract killers hired to carry out the murders.

The last testimony of that first day was by Labor Law Enforcement Officer Fábio Antônio Gomes Araújo. He said that he was present, along with the Auditor Joaquim Elégio, at the accounting office that served Norberto Mânica, after an inspection in Unaí in 2003, when the businessperson threatened Nelson and obstructed them all leaving the room with a spear (sharp object used in the region to pierce bean bags and collect samples). The intimidation was immediately reported by Joaquim Elégio to the head of Inspection in Belo Horizonte, and only after becoming aware of this, Norberto Mânica would have cleared the way.

The case was included in the inspection report by Fábio and Nelson, the latter being more detailed. In the inspections carried out, according to Fábio, unregistered workers were found on Celso Mânica's farm and inadequate accommodation on Norberto Mânica's farm. The embarrassment of inspection, carried out at the company's office, resulted in yet another infraction notice for the farmer.

Chief of Civil Police Wagner Pinto de Souza, who also acted in the investigations of the case, as well as the Chief of Federal Police Antônio Celso dos Santos, summarized the investiga-

tions and the conclusion they led to, based on the evidence collected and the testimonies of the defendants. Civil police officer João Alves de Miranda, who was part of the team of investigators, gave details of the investigation carried out by the Civil and Federal police, the steps taken, how the information collected was confirmed and the puzzle was forming.

The second day of the jury was marked by a surprise. Cerealist businessperson Hugo Pimenta, accused of being one of the intermediaries in the crime, testified and named farmer Norberto Mânica, known as the “King of the Beans”, as the person behind the execution of the three inspectors and the driver of the Ministry of Labor. According to him, the crime was settled at BRL 50 thousand. Hugo Pimenta’s defense strategy was for him to hand over the entire scheme in exchange for a reduction in his sentence, in case he was convicted of participating in the crime. He would be tried in September of that year.

According to the businessperson’s testimony, Norberto Mânica requested José Alberto de Castro, to tell Francisco Pinheiro by telephone, to “kill Nelson and everyone else”. In addition, the farmer would have offered more money to Rogério Alan and Erinaldo to assume the execution as robbery aggravated by death. Hugo testified as an informant, in an agreement with the Federal Prosecution Office for state’s evidence. When questioned by prosecutor Vladimir Aras, Hugo admitted that he made an agreement of his own free will, having signed a document.

Early on, he got emotional and started crying. “I made a commitment to myself not to carry this story, to tell this story and I’m here for that,” he said. I want to tell you why I went to jail. I’ll tell you about January 27, 2004.” And continued: “Around 1 p.m., I went to my company, as I did every day. Arriving there was Norberto Mânica’s car in front of Huma Cereais. There, Norberto was talking to Zé Alberto, who was on the phone talking particularly to Chico Pinheiro. He who hired Rogério Alan, Erinaldo and William. Norberto offered

a sum. Norberto said: “Talk to Chico Pinheiro to *eliminate* everyone”. The prosecutor wanted to know what “eliminating everybody” was. “Kill everyone, Your Honor”, he said.

According to Hugo Pimenta, when Norberto had them all killed, he thought that this was not going to happen. Norberto, if that happens, it will be very serious, it will end up in the hands of Lula (then President of Brazil). He said: “Of course not, I sell a farm, which I don’t need”. Prosecutor Aras questioned whether it was Norberto Mânica’s statement. “Yes, Your Honor”, he summarized.

The prosecutor questioned whether the contract killers knew why the inspectors were killed and Hugo said that they “didn’t have the specification, but they knew they were tax auditors”. The businessperson went on to say that they all went to the Nelson Hungria Penitentiary, in Contagem, in the metropolitan region of Belo Horizonte “Me, Rogério Alan, William, Chico Pinheiro, Erinaldo and Humberto. Then Norberto was arrested”.

Then he made another startling statement. “At Nelson Hungria, we stayed in different pavilions and at another time we went to the same pavilion. There, Norberto, who always put money first, began to devise a plan to get away with it. I witnessed. I stayed with them for five months in prison. He talked to Erinaldo and suggested that he assume the crime as robbery aggravated by death in exchange for money. He offered 300 thousand, inside the prison and 200 thousand to Rogério Alan (in addition to what had already been paid for the murders)”.

Hugo Pimenta assured the prosecutor that he witnessed this negotiation. “When I was arrested again, I stayed for over a year. I left and made a promise to collect the debt for Erinaldo and Rogério. I made a commitment to both of them to collect Norberto’s debt”. According to Hugo, this was done. “Erinaldo assumed it was robbery aggravated by death, but he never received the agreement. I chose to speak the truth, because I couldn’t take it anymore. I don’t know what will happen to me afterwards”.



“So, that’s it Your Honor, he made the deal and didn’t pay. I was indignant with Norberto and I made a recording that I have already given to the Prosecution Office. My intention was for Norberto to take charge and collect what he had promised the staff. I was very shocked with Norberto’s attitudes. I arrived and said: (it’s recorded). I’m here and I don’t know if I’ll go back to Nelson Hungria. People want to receive and you haven’t paid. You know the situation I’m in because of this. My defense is for me to open my mouth and that’s why I’m doing this.” justified. Asked if he was afraid of Antério Mânica, Hugo Pimenta replied that he would talk about Antério at his own trial.

From that moment on, lawyers and public defenders were authorized by judge Raquel Vasconcelos to ask questions, but, guided by lawyer Lúcio Adolfo, Hugo said he would not answer any of them. Soon after, prosecutor Miriam Lima questioned Hugo if, after the Multiple Murder of Unaí, Norberto Mânica came to seek out Erinaldo to execute other people. Hugo said yes. “He looked for Erinaldo to kill another person, who was in debt to him in a business for the sale of a farm in Paraná. Norberto went to Formosa (GO) to look for Erinaldo, who said he was sorry about the crime in Unaí and refused”.

It was only on the third day of the trial that the most awaited moment took place: the testimony of the defendants. The first to speak was Erinaldo de Vasconcelos Silva, who confessed to participating in the murders and confirmed what Hugo Pimenta had said the day before. He said that the farmer Norberto Mânica was the mastermind of the crime and that days after the multiple murder he sought him out to kill other people in Paraná, a service that Erinaldo claimed he had not agreed to do.

Erinaldo also told about the participation of Rogério Alan Rocha Rios directly in the murders, while William Miranda’s role was to assist in the escape of the contract killer. According to Erinaldo, it was he himself who invited the pair to participate in the murders, as soon as he received a proposal from Francisco Pinheiro, accused of being the agent. “Chico said

there was a person giving him trouble and he wanted me to kill him,” he said. According to him, Rogério Alan and William knew that the invitation was to murder a person. The target was Labor Law Enforcement Officer Nelson José da Silva, but as he was not alone, the order was to kill everyone. For the service, Erinaldo and his companions would receive BRL 25 thousand. As Nelson was not alone, Norberto had the bet doubled and paid BRL 50,000 for three more victims, of which BRL 14,000 were paid to Alan and William.

Erinaldo had already assumed the deaths, claiming it was robbery. In this new statement, he stated that he did so after receiving a proposal from Norberto Mânica to take on the crime alone. “I received Norberto’s proposal inside the jail. We stayed in the same pavilion (citing Nelson Hungria Penitentiary). He told me to take it myself. First, he would give me BRL 100,000 for me to take the crime in court. When he arrived here (in the Federal Court) he increased. The value of a truck with three years of use”, he said, evaluating the proposal at about BRL 300 thousand.

According to Erinaldo, Rogério Alan would also receive around BRL 150 thousand, but the money was never paid to either of them, which resulted in a letter allegedly written by Alan, addressed to Norberto, demanding such a promise. Rogério Alan had also confessed to his participation in the Multiple Murder of Unaí in testimony to the Federal Police, but his lawyer, Sérgio Moutinho, claimed that he was “coerced” and therefore would deny the crime in a new statement.

At the trial, he refused to answer the prosecution’s questions and said only that he did not participate in the crime, that he did not recognize the registration book of the Hotel Athos, in Unaí, where the three stayed on the eve of the crime. According to the investigation, the page with his signature was torn out, however, the other sheet was left, with the number of his identity document. As for his lawyer, he said that he had never been to Unaí and that on the day of the crime, January 28, 2004, he was in Salvador. He stated that two days ear-

lier he attended his father-in-law's birthday party at the time. Defense witnesses, however, were unable to convince the prosecution of Rogério Alan's alibi.

William Gomes de Miranda also used the right to remain silent and stated that he was threatened with death, so he was afraid to speak up. To his lawyer, public defender Celso Rezende, he confirmed that he was hired to be the driver of Chico Pinheiro.

It was early morning on Saturday, August 31, when the sentence was read. Defendants Erinaldo de Vasconcelos Silva, Rogério Alan Rocha Rios and William Gomes de Miranda were convicted of aggravated homicide and conspiracy. Erinaldo was also sentenced of the crime of receiving a stolen vehicle, used in the execution of the crime. Rogério Alan, who denied participation, received the worst penalty: 94 years of imprisonment, in closed regime. A confessed defendant, Erinaldo benefited from the state's evidence and was sentenced to 76 years and 20 days in prison, in a closed regime. The sentence for William Gomes was 56 years in prison, in a closed regime. All were denied the right to appeal in freedom and the sentence confirmed the contract killing. The nine years that the killers remained in prison would count towards serving their sentence. In addition, the three could have their sentences reduced because of their work in prison.

The then president of Sinait Rosângela Rassy celebrated the result of the trial. Tonight is a historic one for us Labor Law Enforcement Officers. Justice has finally begun to be served." Rosângela warned that the category awaited the judgment of the other defendants, among them, the principals. "With this conviction, we believe that the conviction of the other defendants, including the principals, is closer".

Relatives and colleagues of the victims, as well as several Sinait leaders celebrated a lot. The formal environment of the Federal Court gave way to screams and tears of contentment. Indeed, justice was beginning to be done. The moment was exciting. The following day, September 1, Federal Prosecutor Vladimir Aras,

who served on the trial, posted about the matter on his blog:

(...) "At the end of the sentence reading, came the resounding cry. Several family members and colleagues of the victims shouted: "Justice! Justice!" and "Long live Brazil!" and, holding hands, sang the National Anthem. Everyone was already on their feet. Many of them wept profusely. Defendant William Gomes de Miranda also cried. Appearing respect for that moment, Erinaldo Vasconcelos lowered his head. The third defendant remained impassive. From the bench of the Prosecution Office, in the full court of the jury, I witnessed, silently, an emotional demonstration of civic and rejoicing of these people, not for the disastrous destiny of the contract killers and their bosses, but for the reunion with the faith that in the future we will be a better country, in which baseness, avarice and arrogance will not prevail over the lives and rights of our fellow men". (<https://vladimiraras.blog/2013/09/01/se-ergues-da-justica-a-clava-forte/>)

All expectations turned to the trial of intermediaries and masterminds, which would begin on September 17. Not only relatives, colleagues and friends of the victims, but the entire country witnessed yet another victory of impunity. On September 16, the eve of the trial, then appellate judge Marco Aurélio de Mello, of the STF, granted an injunction suspending the trial of Norberto Mânica. On the same date, the Federal Court in Belo Horizonte suspended the trial of Hugo Pimenta, José Alberto de Carvalho and Humberto Ribeiro. They would be tried along with Norberto Mânica. The trial of Antério Mânica, which had already been scheduled for October 1, was also suspended.

In October 2013, the STF began voting on the habeas corpus request filed by the defense of Norberto Mânica, so that the defendant's trial could be held in Unaí. Marco Aurélio Mello, habeas corpus rapporteur, who had already granted the injunction that prevented the trial from taking place on September 17, voted for the trial to be held in Unaí. Minister Rosa Weber voted for the trial at the 9th Federal Lower Court in Belo Horizonte. The vote was tied because Minister Luiz Fux had not yet cast his

vote, when colleague Dias Toffoli asked to see the case file.

The following day, Sinait opened a work front to avoid holding the jury in Unaí, mobilizing the Attorney General's Office (PGR) and the Human Rights Department (SDH).

Norberto's defense argued that the defendant's trial could not be held in Belo Horizonte, on the grounds that he should be tried by his co-citizens, that is, people known to the defendant. Rosângela Rassy, president of Sinait, expressed concern that the decision on habeas corpus could set precedents to overturn the decision of the jury that convicted the perpetrators of the crime. If the request is accepted by the STF, the contract killers could also ask for the trial to take place in the city where the crime took place.

At the end of October, Sinait leaders were at the STF, in audience with Dias Toffoli, to deal with his request to see the case file. The president of the Sinait gave details of the process until that moment, remembering that for almost ten years the defendants used procedural artifices to delay its progress. The request for habeas corpus was another such artifice. Dias Toffoli said that he would analyze the process from a legal point of view, although he understood that episodes like that of Unaí cause sadness.

## Acts and activities in 2014 and 2015

Ten years. 3,650 days of impunity. January 28, 2004 was getting farther and farther away. Contract killers of the slaughter were arrested. They had been tried and convicted. Masterminds and intermediaries, increasingly delaying the definitive solution to the case, that is, the conviction and imprisonment of the intellectual masterminds of the crime. Concentrated in front of the STF, Labor Law Enforcement Officers, family members and authorities appealed to the ministers to keep the jury in Belo Horizonte, in yet another demonstration.

The choice of location was strategic, because since October 2013, the Court has been analyzing a request for habeas corpus filed by the defendants, asking for the transfer of the jury to Unai, a demand that contradicted a previous decision of the STJ that kept the jury in Belo Horizonte. Minister Marco Aurélio Mello voted in favor of transferring the jury to Unai, minister Rosa Weber voted against. Then, minister Antônio Dias Toffoli asked for a view and the process was no longer progressing.

Once again, the act was attended by dozens of people. Labor Law Enforcement Officers from all over the country, directors and union delegates from Sinait, the then Minister of Labor Manoel Dias; state deputy Durval Ângelo (PT/MG); the president of the Human Rights Commission of ALMG, Gabriel Rocha, representative of the Secretariat of Human Rights; actor Leonardo Vieira and priest Ricardo Rezende Figueira, representatives of the Human Rights Movement (MhuD); Father Ari Antônio, from the National Conference of Bishops of Brazil (CNBB); prosecutor Daniela Varanda, from the ANPT; Friar Xavier Plassat, of the CPT; José Guerra, from the National Commission to Eradicate Slave Labor (Conatrae); Leonardo Sakamoto, from the NGO Repórter Brasil and Paulo Sérgio de Almeida, secretary of Labor

Inspection at the time, in addition to the widows Eratóstenes, João Batista and Nelson.

Ten thousand black balloons, which were still used to symbolize mourning, filled the sky over Brasília. Those present yelled “Justice! Trial Now!”. When opening the act Rosa Jorge, who had returned to the presidency of Sinait, regretted the fact that after ten years, everyone was gathered there, still asking for the trial to be held and said that the category, families and society had expected too much. “We want the justices of the Supreme Court to try correctly, guaranteeing the trial of the masterminds in Belo Horizonte, demonstrating that the rule of law persists, despite all attempts to deny it”, she said.

Minister Manoel Dias stressed that the category has a recognized role worldwide, having been highlighted at the Conference of the International Labor Organization (ILO) and recognized that the reduced number of Labor Law Enforcement Officers in activity represented difficulty in advancing tax actions in the country. Manoel Dias said that his participation in the event had the objective of asking for agility in the processes that needed to be judged. “It is necessary that the trial of those responsible for the Multiple Murders of Unai take place. The law exists for everyone. The responsible parties must be punished exemplarily, to show that in Brazil the laws are respected and that justice is done”, he concluded.

Sinait released a manifesto that was read by actor Leonardo Vieira, from the Human Rights Movement, which is made up of artists and intellectuals who fight for human rights. The text recalled the crime and the trial and conviction of the contract killers in 2013 and regretted that the masterminds, in addition to being free, tried to transfer the jury to Unai.

Leonardo Vieira also read a Note from the CNBB, alluding to the National Day to Fight Slave Labor. Modern slavery is one of the purposes of the crime of trafficking in persons, which was the theme of the 2014 Fraternity Campaign. The CNBB stated “that slave labor shames the country and demeans human dignity, as does human trafficking, and they happen because the offenders are sure of impunity. Denouncing these crimes is the duty of the whole of society.”

Minas Gerais deputy Durval Ângelo reported that, on the initiative of the Human Rights Commission, the State Legislature of Minas Gerais (ALMG) revoked the Medal of Legislative Merit granted to Antério Mânica in 2008. “Criminals and bad guys cannot be awarded. Today he is no longer on the list of honorees. This is the result of your organization”.

Coverage of the public act from vehicles across the country was massive. Journalists from TV channels, radio stations, newspapers and *websites* followed the demonstration and spoke with Labor Law Enforcement Officers and the widows of the murdered Tax Auditors. The president of Sinait, said in an interview, that the crime was committed against the rule of law, by people who think they are above the law and that those in charge were doing everything to postpone the moment of the trial because they knew that the evidence against them was blunt. She stressed that the Union would not allow the crime to fall by the wayside.

The ten thousand black balloons that were released in the place are a sign of the mourning, sadness and indignation of the category. “Ten years without trial means that Brazilian authorities are not giving this case the attention it deserves. As Rui Barbosa used to say: ‘Slow justice is injustice’”, said Rosa Jorge.

On that day, in Brasília, there was also the launch event of the campaign “MPF in the Fight against Slave Labor”, promoted by the Federal Prosecution Office. Carlos Calazans, who held the position of regional chief of labor in Minas Gerais at the time of the crime, called everyone’s attention to the date. The

president of Sinait, Rosa Jorge, and the widows of the tax auditors killed in Unaí also demonstrated.

Rosa Jorge spoke about the Sinait act that took place that morning, in front of the STF, remembering that the intention was to show the indignation of the Labor Law Enforcement Officers with the delay in the trial of the masterminds. She explained the situation of the case, in which only three defendants were tried, in August 2013, and that yet another appeal presented by the defendants of being the masterminds postponed the trial, which was scheduled for September 17, 2013. “We understand that those who fear it’s because it should. Ten years is a long time and we want justice to be done.”

The mobilization of the category in search of justice was not restricted to the event held by Sinait. Year after year, colleagues leave home in their states to do the same. Ten years of crime was an emblematic date and there was movement in many capitals. Convened by the Trade Union Delegation of Sinait in Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte and Rondônia, colleagues also carried out public acts to ask for an end to impunity and to protest for better working conditions. Most of the demonstrations took place in front of the States’ Regional Labor Superintendencies.

In Belo Horizonte, the date was remembered on January 27 when representatives of AAFIT/MG and the victims’ families visited the State Legislature, visiting the Human Rights Commission.

In Salvador (BA), the Tax Auditors stopped traffic to show banners asking for justice for the case and in protest against the scrapping of the Ministry of Labor. The public act in Fortaleza (CE) was attended by Tax Auditors from the Federal Revenue Service of Brazil. In São Luís (MA), the Tax Auditors gathered at the Association of Labor Law Enforcement Officers in Maranhão (Aitema) to mark the Labor Law Enforcement Officer’s Day, the

National Day to Fight Slave Labor and the ten years of the Unaí massacre.

In Cuiabá, capital of Mato Grosso, the public act “Impunity generates Slave Work” was carried out by the Trade Union Delegation of Sinait (DS/MT) and by the Labor Prosecution Office (MPT) in the auditorium of the Labor Office of the Attorney General. Representatives of public entities and agencies, administrative employees of the SRT/MT and Labor Law Enforcement Officers were present.

At SRT/PR, in Curitiba, the Tax Auditors mobilized and remained in place for an hour as a protest for the trial to take place in Belo Horizonte (MG). In Recife (PE), in addition to calling for an end to impunity, the Tax Auditors denounced the lack of security they face during operations.

In Teresina (PI) and Porto Velho (RO), the Tax Auditors and administrative employees came together to ask for a hurry in the conclusion of the trial and for better working conditions. In Pará, they paralyzed their activities at SRT/PA for an hour to protest against the delay of the Justice in punishing those responsible for the Multiple Murders.

In February, Sinait officials were received by the then Federal Prosecutor, Rodrigo Janot, at the head office of the authority. Janot heard explanations about the progress of the process, such as the fact that the accused filed habeas corpus with the STF so that they could be tried in Unaí. The prosecutor offered to keep in touch with the STF, so that the process could be put on the agenda and the trial would finally take place.

Also in February, Rosa Jorge and Carlos Silva, president and vice-president of the Union, respectively, were in hearing with the STF minister, Dias Toffoli, to talk about some points considered relevant in the habeas corpus trial, which was at a standstill at Court. Dias Toffoli was the responsible for request for a view that led to the suspension of the trial in October 2013.

A week before the crime turned eleven years

old, Sinait ran a campaign in which it demanded the trial of the masterminds. The purpose was to show the indignation of the families and colleagues of the Labor Law Enforcement Officers Eratóstenes, João Batista and Nelson and the driver Aílton with the impunity of the case.

An electronic petition asking the STF to resume the trial was launched on the 26th, on the initiative of the Labor Law Enforcement Officer Magno Riga. In addition to asking the STF to resume the habeas corpus trial, the petition demanded that the jury be held in Belo Horizonte (MG) and not in Unaí, as the masterminds intended. Sinait made the same request in a meeting with Minister Carmem Lúcia, of the STF, acting president of the Court at that time. The union president Rosa Jorge and the deputy, Carlos Silva, the Minister of Labor, Manoel Dias, the Secretary of Labor Inspection, Paulo Sérgio de Almeida, and the widows of the Tax Auditors Genir Lage, Helba Soares and Marinez Lina de Laia participated.

Eleven thousand balloons to remember eleven years of the crime. Soon after the meeting with the minister, the Citizenship Public Act took place, with great participation of public servants and entities. In addition to the balloons, there were banners, signs and T-shirts calling for justice. It was clear that the transfer of the trial from Belo Horizonte to Unaí could mean impunity for the defendants. The power of the masterminds caused concern. They were and still are the largest employers and buyers in the region. Under these conditions, the choice of jurors was threatened.

The act had great repercussion in the national media and showed the importance of maintaining the mobilization, the belief that justice was about to arrive. In the tragedy of Unaí, each Labor Law Enforcement Officer is a victim, but the category has not lost heart and remains united by the feeling of justice. Each year, each act, each inflated balloon, aims to show that Sinait, the Labor Law Enforcement Officers and other civil servants will not let crime fall into oblivion.

Once again, Sinait had the support of enti-

ties, unions, confederations and international bodies, which sent representatives, in the act that commemorated the eleventh anniversary of the crime. The then prosecutor of the Labor Prosecution Office, Luís Antônio Camargo de Mello, was present, who spoke about the fundamental partnership between the institutions, that careers work and suffer together and cannot agree with impunity.

Carlos Eduardo de Azevedo Lima, from ANPT, considered the moment special. “Today brings a mixed feeling of impunity and struggle, because after eleven years, we are here and we continue with the same commitment to condemn those responsible for the Multiple Murders of Unai”.

Cláudio Damasceno, from Sindifisco Nacional, said he considered the Sinait fight a battle for public servants as a whole, a war that should mobilize the entire Brazilian civil service. He urged the servers to participate in a continuous mobilization. “We need to remain focused on this fight and today, we are all Labor Law Enforcement Officers, today we are all Sinait!”.

Edison Guilherme Haubert, from the National Movement of Retired Public Servants and Pensioners (Mosap), spoke about the importance of the participation of entities in the protest, that it was necessary to trust that the trial would take place in Belo Horizonte.

Raimundo Salvador of the Union of Workers in the Construction and Furniture Industries of Brasília (STICMB) stated that the participation in the Public Act for the claim of the trial of the masters of the Multiple Murder of Unai in Belo Horizonte represented a remarkable date for the entity. He said they had been together with Sinait for eleven years asking for justice. The Confederation of Federal Public Servants (Condsef) and the National Confederation of Social Security Workers (CNTSS) were also present at the act.

In the January 28 edition, *Correio Braziliense* published an article by the president of Sinait, Rosa Jorge, in the editorial section of Opinion.

## Multiple Murder of Unai remains unpunished

*Eleven years ago, on January 28, three labor law enforcement officers and a driver from the Ministry of Labor were murdered on a rural road in the municipality of Unai (MG). Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage and Nelson José da Silva, led by Aílton Pereira de Oliveira, were heading to a farm where they would carry out an inspection to verify compliance with labor legislation. The car was intercepted and they were executed at close range. There began a story of struggle for justice.*

*After nine years, with many comings and goings in all judicial spheres, three of the nine indicted were tried and convicted in Belo Horizonte (MG). One of the defendants died. Another five did not go to trial and are currently trying to transfer the trial to the Federal Court of Unai, where they reside and have political and economic influence. The appeal has been stalled in the Federal Supreme Court for a year and four months.*

*Year after year, demonstrations are held asking for justice, judgment now, condemnation for the guilty. Now, it is also requested that the trial be held in Belo Horizonte, to ensure an impartial, unbiased decision. The executioners were tried, but the masterminds are free, without punishment. It is necessary to end this cycle, so that families can have peace. It is necessary to punish those responsible for the barbarism that affronted the State and society.*

*Impunity works as fuel for threats to labor inspectors. Across the country, the Multiple Murders of Unai is cited by employers who are dissatisfied with the inspection to intimidate and threaten. Since 2004, there have been numerous cases of attacks and aggressions. In Mato Grosso do Sul, a team from the Special Mobile Inspection Group, which fights slave-like labor, came under fire on a farm. Another team, in Pará, was followed on a deserted road, after inspection, even accompanied by the Federal Police. Also in Pará, a tax auditor was attacked during a tax action. In Santa Catarina, rural producers closed the exits of a city to prevent the team of inspectors from continuing their work. In Rio Grande do*

*Sul, an officer was beaten almost to death. In Bahia, tax auditors received anonymous phone calls and reports of ambushes. There are many others.*

*January 28 became a symbol of struggle and resistance to the exploitation of workers. In honor of the murdered civil servants, the date was instituted as the Labor Law Enforcement Officer's Day and the National Day to Fight Slave Labor, which is part of the National Week to Fight Slave Labor. The tax auditors are the public agents who directly repress contemporary slavery.*

*Since 1995, when mobile inspection groups were created, more than 47,000 workers have been freed from slave labor, which is a crime provided for in article 149 of the Brazilian Penal Code. On the initiative of the tax auditors, the Dirty List of employers and the special Unemployment Insurance for rescued workers were created. Last year, Constitutional Amendment No. 81 was enacted, which provides for the expropriation of rural and urban areas, still pending regulation.*

*The most recent action to prevent workers from recidivism in practice is the Integrated Action Program. The pilot project implemented in Mato Grosso qualified and gave decent work to hundreds of workers. Sinait, the International Labor Organization (ILO), the National Council of Justice (CNJ) and the Attorney General's Office, among other partners, seek to nationalize the program, as there is an incidence of slave labor throughout Brazil. , in rural and urban activities.*

*These actions are annoying. In the National Congress there are projects to change the wording of article 149 of the Penal Code and the Dirty List is being challenged in court. These are attempts to set back, even in the face of international recognition of the advances made by the Labor Law Enforcement Office in the fight against slave labor, a model for the world. There's a lot to move forward, a lot to fight for. An important step is the trial and conviction of those responsible for the Multiple Murders of Unaí. Impunity is injustice. Justice now!*



# Trial of Norberto Mânica and José Alberto de Castro

After almost two years, the trial in the STF is resumed and ministers decide that the trial of the defendants should be kept in Belo Horizonte (MG). In the resumption of voting on the case, ministers Luiz Fux and Dias Toffoli decided to judge in the capital of Minas Gerais. In a vote prior to the request for inspection, minister Rosa Weber had already voted in favor of the trial in Belo Horizonte. The vote of Minister Marco Aurélio was defeated. Minister Luiz Roberto Barroso declared himself impeded for being close to the defendants' lawyers.

Thus, almost 12 years after the crime, on October 27, 2015, the trial of Norberto Mânica and José Alberto de Castro began, accused of being respectively the mastermind and intermediary of the crime, in the Federal Court, in Belo Horizonte. The jury was presided over by federal judge Murilo Fernandes de Almeida. The date previously set was October 22, however, through a maneuver, the defense of the defendants managed to postpone it, which provoked revolt in the Labor Law Enforcement Officers who had moved to Belo Horizonte to follow the trial.

In a silent demonstration on the sidewalk of the Federal Justice building, Labor Law Enforcement Officers formed four human crosses that symbolized the victims of the Multiple Murder of Unai. Dressed in black, as a sign of protest, they lay down on white cloths that occupied the entire sidewalk of the busy avenue where the building is located. The protesters hoped that the trial, so often postponed, would begin that day.

The then Minister of Labor and Social Security, Miguel Rosseto, accompanied the session, together with Secretary of Labor José Lopes Feijó and representatives of the Labor Inspection Office (SIT). He said, at the beginning of the trial, that the murder of civil servants in 2004

is a crime against the Brazilian State. "We live with conflict situations everywhere in our country. We have to reduce this pattern of conflict, we have to ensure compliance with labor legislation", said the head of the department.

The testimonies of Civil Police Chief Wagner Pinto and Federal Police Chief Antônio Celso dos Santos, who conducted the investigations, confirmed what they had already said at the trial of the executioners: the target was Labor Law Enforcement Officer Nelson, an experienced auditor and known to be very strict; Nelson had already imposed fines on farmer Norberto Mânica in previous tax actions; the existence of a document from the Ministry of Labor containing a complaint by Nelson regarding the threat suffered by Norberto Mânica, in addition to the telephone communications intercepted during the investigations.

In his testimony as a collaborator of Justice, businessperson Hugo Pimenta, who is also a defendant in the process and made a plea deal with the Federal Prosecution Office, gave details about the setup of the crime. The businessperson said that Mânica asked him to contact the contract killers to kill the Tax Auditor Nelson and also reported that after the crime, he asked the farmer if he was sorry, and got the following answer: "Nelson I would kill a thousand times". Regarding José Alberto's participation, Hugo Pimenta explained that the defendant had called Francisco Pinheiro to recruit the shooters. Pinheiro was accused of being a contracting party for the contract killers. He was imprisoned at the Nelson Hungria Penitentiary, in Contagem (MG), and died in 2013, a victim of a stroke.

Hugo Pimenta denied having participated directly in the architecture of the crime and accused the farmer Norberto Mânica of having been one of the masterminds of the crime in

a three-hour hearing. “You want me to answer what you would like to hear and not what actually happened.” This was one of the phrases said by Hugo Pimenta to the defense attorney of Norberto Mânica, Antônio Carlos de Almeida Castro.

Pimenta, who had a professional and friendly relationship with Norberto, stated that Mânica used to visit his office daily and that in one day she said: “I can’t take that Nelson anymore.” And he asked: “Don’t you know of someone who will kill him for me?” Pimenta said he denied knowing anyone, but that José Alberto Castro, also present, claimed to know someone.

From then on, he reported, Castro got in touch with Francisco Pinheiro to work on hiring the contract killers. The amount to be paid would have been BRL 25,000, but ended up rising to BRL 50,000, as they had to kill more people. Part of the money would have been advanced to Francisco Pinheiro to start looking for the “officer”, who lived in Unaí (MG). According to the whistleblower defendant, the initial plan was to kill only Nelson, but the attempts at his residence were frustrated by having electric fence installed around it. So the ambush was engineered and the other Tax Auditors and the driver were also killed for being in the car.

Hugo Pimenta also stated that he had twice tried to convince the farmer not to send the contract killers to commit the crime. “This will end up in the hands of Lula (the then president of the republic Luiz Inácio Lula da Silva), I said to Norberto”. The farmer’s response, he said, was that there was no concern about it. At another time, the farmer would have said: “The world is too small for me and Nelson.”

The cerealist also reported that, one day after the massacre, the farmer commented on the repercussion of the crime. “Mânica asked me: Did you see the repercussion? I replied: Didn’t I say I was going to stop at Lula?”, he said. On the day of the crime, the then vice president of the Republic, José Alencar, who was the acting president, issued a note of repudiation of the murders. He was also at the servers’ wake, held in Belo Horizonte.

The contract killer Erinaldo Vasconcelos, sentenced to 76 years in prison for taking part in the massacre, had already handed over Mânica as a contracting party as soon as he was arrested in 2004. He maintained the version during his trial in 2013, and also in 2015. Erinaldo also reported that he was called by Francisco Pinheiro to kill the “officers” and detailed the script made by him and the other executors that day. He said that Hugo Pimenta, when hiring him, would have said that the boss was Norberto and that the orientation was to insist on the thesis that it was a robbery. Vasconcelos also said that Norberto sought him out in Goiás, after the Multiple Murder of Unaí, to order another murder, this time in Paraná.

On the second day of the trial, Federal Judiciary Branch officials made a beautiful demonstration in solidarity with the victims of the crime and asked for the conviction of those involved who are being tried. They released white balloons and gave a symbolic hug to the building where the popular jury was held.

Civil police officer João Alves de Miranda, who was part of the team of investigators that uncovered the crime, was also heard and provided more details about the investigation by the Federal and Civil Police. He said the investigation showed the crime was being masterminded two months earlier.

One of the defense’s strategies to disqualify Hugo Pimenta’s accusation was to point out that those involved would not have spoken by phone on the day of the crimes. The Federal Prosecution Office, however, pointed to the telephone communication. Federal Police agent Cláudio de Figueiredo Paradas, who was one of the first to find the bodies of the Tax Auditors inside the car, reported in his testimony that the telephone intercepts made it clear that Mânica was planning to flee to Paraguay.

The third day was marked by the testimonies of the defendants. Norberto Mânica gave his version of the crime and denied participation. The “King of Beans” tried to disqualify the testimonies of other defendants who pointed out

that he was responsible for hiring the contract killers to take the lives of public servants. “I never considered killing anyone.” The farmer denied having made any threats to the victim, and even referred to Nelson as an “austere, but fair” professional. He stated that “there was no threat, there was no fight, there was a normal argument.” At one point, however, he referred to the disagreement as a “fight” and quickly corrected himself. Then he gave his version for such an episode.

Mânica said that she had just received a bean grain trier (a pointed instrument, also known as a *chucho*, used in farming) when she was going to the office that did the accounting on her farm and which was opposite the room of the rural condominium she kept with the brothers at the time of the crime. According to him, when he arrived at the room, he found Nelson and other inspectors, who were questioning the registration of some employees. Mânica said there was a verbal argument between him and Nelson. In the state’s evidence, Hugo Pimenta confirmed that with the instrument in his hand, Norberto had said: “This is good to put in the belly of black”. To Judge Murilo de Almeida, Mânica claimed that she believes she was included in the process because of this disagreement and also because of the record of telephone calls.

José Alberto de Castro, interrogated shortly after Norberto, assumed that he had hired the contract killers through Francisco Pinheiro. However, he said that the only contact he had was with Hugo Pimenta, who requested the “service” and repeatedly stated that Norberto was having a lot of problems with the Labor Law Enforcement Officer Nelson.

José Alberto’s defense had already advanced that he would admit to having participated in the crime. “I’m here to take my blame. I was wrong, I was wrong, I was wrong.” So began the defendant. He said he participated in negotiations with Francisco Pinheiro. And he added that Hugo Pimenta was the one who requested the hiring and paid for the murders. “Hugo said that this was Norberto Mânica’s will”.

According to Castro, the agreement was to kill only the Tax Auditor Nelson, contrary to the testimony of the contract killer Erinaldo de Vasconcelos, who claimed to have called the intermediaries informing that Nelson was accompanied by three other people and that he had obtained authorization to “eliminate” all of them. According to the testimony, Hugo Pimenta was the one who started the conversations to kill Nelson. The defendant stated that he knew Hugo Pimenta, as they worked with corn.

His strategy to exempt Norberto Mânica was to say that he had no contact with the farmer and that he never rode with him in a car. José Alberto admitted that on the day of the slaughter he made calls to the Mânica farm, but to deal with bills and loading grain for a load, as he was intermediating the purchase made by Hugo. “If Norberto had a role, I’m not in a position to speak”. José Alberto de Castro did not know how to answer Hugo’s interest in killing Nelson, but he repeated that he claimed that Norberto was having problems with the Tax Auditor.

Defense and prosecution presented pieces to the jurors that were fundamental for them to make their decision. The Federal Prosecution Office presented a report aired on the Domingo Espetacular program of Rede Record on May 5, 2013, under the name “Report of Unaí – 9 years”, whose headline called attention to unpublished testimonies by the contract killers and workers on the farms of Mânica siblings, in Unaí. The defenses of Norberto Mânica and José Alberto tried to prevent the exhibition of the report, which has about 30 minutes, for the jurors, on the grounds that it would be too long. The Prosecution Office objected and the judge responsible for the case ordered the report to be presented.

“I will only end the persecution of my business when I shoot the Labor Law Enforcement Officer in the head”, is the threat attributed to Norberto Mânica, in the report. One of the farm workers reports in the article the terrible working conditions on the Mânica brothers’ farms. According to the reporter, 60% of the

workers worked informally for the farmers in Unaí.

On October 30, Labor Law Enforcement Officers crowded the full court of the Federal Court, hoping that the sentence would be handed down. Most of them were from Minas Gerais and lived with the victims. The president of Sinait, Rosa Jorge, and director Orlando Vila Nova also accompanied the entire day of the trial, alongside the widows, among other family members.

During the debates between the prosecution and the defense, which preceded the meeting of the Sentencing Council, the Federal Prosecutor Gustavo Torres said that the Multiple Murder of Unaí was a crime of pistolng, something that, in his opinion, cannot be accepted in Brazil. Torres said that Brazilian legislation is lenient, when referring to the duration of the process. After countless appeals, all procedural techniques to delay this trial for 11 years, we are here on this historic day”, he said.

The defendants’ lawyers used part of their time to argue that the ambush was ordered by Hugo Alves Pimenta, without, however, providing a motivation. After the debates were over, the plenary was emptied for the meeting of the Sentencing Council, formed by four women and three men. The Labor Law Enforcement Officers gathered outside and said a prayer. Almost two hours later, the public returned to hear the sentence that sentenced Norberto Mânica and José Alberto de Castro. For being the mastermind of the crime, Norberto Mânica was sentenced to 100 years in prison. The time was reduced to 98 years, 6 months and 24 days due to the time he had been in prison. An intermediary in hiring the contract killers, José Alberto was sentenced to 96 years, 10 months and 15 days. Discounting the period in which he was in prison, the sentence was fixed at 96 years, 5 months and 22 days. As they are first defendants, they had the right to appeal in freedom.

As in 2013, after the contract killers were tried, as soon as the sentence was read, the former regional labor delegate, Carlos Cala-

zans, shouted “Justice” in the plenary. Then, Calazans called the roll: “Eratóstenes, present! João Batista, present! Nelson, present! Aílton, present! They went out in silence and outside held hands and sang the National Anthem.

Sinait celebrated the condemnation. It was a long battle until the trial took place. There were others. One could not forget that Antério Mânica and Hugo Pimenta would still go on trial. There was a feeling of frustration because the defendants were not detained from the Court. At the same time, the convictions with high sentences brought relief. “We are very happy and we will continue to fight. We are going to run after every resource they have, until finally, they are all arrested”, said Rosa Jorge, president of Sinait.

Federal prosecutor Míriam Lima, responsible for the complaint, said that the Prosecution Office considered the result fair and would not appeal the sentence. “It was a pretty tough jury. It’s been over eleven years with this case. We finally managed to give society an answer. This is good to avoid the repetition of facts like this”.

The defendants’ defense said they would appeal the sentence. After the conviction, Norberto Mânica and his lawyer Antônio Carlos de Almeida Castro went to a kind of celebration in a famous restaurant in the capital of Minas Gerais. Asked by a reporter about the meaning of the celebration after his client’s 100-year sentence, the lawyer promptly replied that they celebrated because the process would go to Brasília, to be processed in courts over which he would have influence. Kakay, as Mânica’s defender is known, said, without ceremony, that the courts in Brasília would be ‘his beach’.

# Trial of Antério Mânica

On November 4, 2015, the trial of Antério Mânica, one of those accused of being the mastermind of the Multiple Murder of Unai, began. At the beginning of the session, the jurors were drawn. Six women and one man. The jury was chaired by federal judge Murilo Magalhães and prosecutors Miriam Lima, Bruno Magalhães and Hebert Reis represented the Prosecution Office. In front of the federal court in Belo Horizonte, Labor Law Enforcement Officers demanded justice. They made four crosses formed by beans. The beans symbolized the economic power of the Mânica brothers, who postponed the execution of the trial for almost twelve years; the crosses, to remember the victims, slaughtered as they worked. Four family men, who left for work and never came back.

Once again, Civil Police Chief Wagner Pinto was heard as a witness for the prosecution. According to the police chief, the presence of a Fiat Marea vehicle near a gas station the night before the massacre, where the hired contract killers for the murders and businessperson José Alberto de Castro were found is one of the proofs of the former mayor's participation in the deaths.

According to Wagner Pinto, another proof of Antério's participation in the crime would be telephone calls from the former mayor to the office of the Regional Sub-Office of Labor in Paracatu asking for information about the inspectors and the dead driver. The employee of the Regional Sub-Office of Labor of Paracatu, Rita Cristina, confirmed that she answered the calls.

The police chief's statements were confirmed in two other statements: that of the contract killer Erinaldo de Vasconcelos Silva, who confirmed that the night before the massacre, he met José Alberto de Castro at a gas station where he saw a dark Fiat Marea vehicle par-

ked. The meeting was to inform that it was difficult to find Nelson alone. He said that at the time, he learned from Francisco Pinheiro that soon after the meeting with José Alberto, he was inside the car with an angry man, who would have given the order to kill everyone. The man would be Antério Mânica. At the time of the crime, in Unai, there was only one car of that model, with such characteristics and it belonged to Antério's wife.

Labor Law Enforcement Officer Joaquim Elégio de Carvalho reported that a year before the crime, he was present when Norberto Mânica made death threats to Nelson and himself, including a sharp object with a pacifier. Elégio said that the farmer blocked his exit and only released the passage after the threat was reported to the supervisory department in Belo Horizonte. Labor Law Enforcement Officer Fábio Araújo was present on the occasion.

Fábio had already been in about twenty inspection actions in the region of Unai. He said he felt it was a real threat. Soon after this episode, Fábio gave Nelson and Helba a ride in the Ministry of Labor car to Belo Horizonte. They were going to visit Nelson's relatives in Parapeuna (RJ). On the trip they talked about the threats and Nelson showed that he did not believe they would materialize.

For the Federal Prosecution Office, there was overwhelming and abundant evidence against Antério Mânica, which pointed to his participation in the crime of command that shocked the country. One of them is a meeting that took place the day before the crime, between intermediaries and contract killers, while a Fiat vehicle, Marea model, dark blue, was parked nearby.

Antério Mânica, a farmer and former mayor of Unai, said that his involvement in the crime

was a mistake. “I have nothing to do with this crime. Norberto is not Antério. Norberto is my brother. The Mânica’s are five rural producers with different farms”. The businessperson said that Tax Auditor Nelson did not bother him and that the fines imposed against him were relatively low. “I have debtors who have given me much greater losses. Ordering to kill is not the way. Undoubtedly, this crime is barbaric”.

In the presence of several of his family members, Antério accused his brother Norberto Mânica of being the principal. He used irony in several responses, disqualifying the testimonies of witnesses such as the Tax Auditor Afrânio Soares, with the aim of confusing the jury. Antério feared that the inspection’s actions would jeopardize his political career. In the year of the crime, he ran for mayor of Unaí. He was elected mayor of the city in 2004 and 2008.

The Federal Prosecution Office was blunt in the indictment. Prosecutor Miriam Lima stated that if she had any doubts about Antério’s participation in the crime, she would ask for his acquittal and demonstrated that Antério Mânica should be convicted, because the investigation clearly revealed that he was one of the principals. “Antério was at the scene of the crime, he was inside the Marea, he was the angry boss who had everyone killed, who participated in the meeting on the eve of the massacre, who had an interest and motive in ordering the death of inspector Nelson and the other inspectors and the driver, yea”. Miriam Lima recalled the fact that Antério had twice called the Sub-Delegation of the Ministry of Labor in Paracatu after the massacre on the morning of January 28, 2004.

The proof that there was only one blue Marea vehicle in Unaí came with a document from the Detran, presented by prosecutor Hebert Mesquita. The document not only attested to the existence of only one car of that model, but also proved that it belonged to Mânica’s wife. The prosecutor and the lawyer for the families, Antônio Patente, showed the jurors a set of indications and evidence that pointed to Antério Mânica as the mastermind of the crime.

Pieces presented by the prosecution pointed out that the murdered servers were monitored by employees of Antério. In addition, telephone intercepts between the defendants, including the former mayor of Unaí, showed that contract killers, intermediaries, and masterminds spoke after the crime. In other calls presented by the prosecution, employees of the farmer monitored the action of inspectors from the Ministry of Labor, asking each other to pay attention to their arrival at the farm.

On the night of November 5, the Jury Court found the defendant guilty and Judge Murilo Magalhães handed down the sentence with the conviction of Antério Mânica: 100 in prison for the murders of Labor Law Enforcement Officers Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage and Nelson José da Silva and driver Aílton Pereira de Oliveira, on January 28, 2004. The sentence was 25 years for murder, discounting the 26 days that the accused was in prison throughout the process.

Labor Law Enforcement Officers celebrate the conviction and sentence of 100 years. Once again the formality common to the plenary of the Federal Justice, in Belo Horizonte, gave way to laughter, tears and expressions of joy.

The assistant attorney for the prosecution, Antônio Francisco Patente, stated that he never doubted the conviction. “I never thought there was flimsy evidence for this result to be achieved,” he said. Rosa Jorge, president of the National Union, stated that despite the main principal having used all possible artifices, with a very well-crafted defense during all these years and during the jury, she was not able to convince society, represented by the Jury Court, that he was innocent. Marcelo Leonardo, defender of Mânica, said he would appeal the sentence. As a first offender, Antério awaits appeals in freedom.

# Trial of Hugo Alves Pimenta

A week after the trial of Antério Mânica, on November 10, 2011, the popular jury began on the last defendant in the Multiple Murder of Unai, cerealist Hugo Alves Pimenta, accused of mediating the crime. He made a state's evidence and collaborated with the Justice, incriminating other defendants, all convicted. The Sentencing Council was made up of four women and three men.

Outside, in front of the Federal Justice building in Belo Horizonte, Labor Law Enforcement Officers dressed in black held up posters and performed a silent act. At that time, Minas Gerais was experiencing a new tragedy, with the collapse of the Fundão dam, in the municipality of Mariana, which caused destruction and deaths. Despite the mobilization surrounding the accident, the press was once again covering the trial.

Right at the beginning of the proceedings, Lúcio Adolfo, the defendant's lawyer, dismissed witnesses for the defense, believing that everything had already been said in previous trials. It was the third trial in a row since late October 2015. In the first, Norberto Mânica and José Alberto de Castro were convicted. In the second, Antério Mânica. With the desistance of the defense, 11 prosecution witnesses were heard.

Hugo Pimenta's trial was like a rerun of the previous ones, with witnesses claiming that he would be responsible for intermediating the hiring of the contract killers, as well as paying for the "service". Testimonies from former employees of Huma Cereais, Hugo's company, pointed to a payment made in cash, when the company made payments only through checks. Helba, Nelson's widow, who still lives in Unai, said that on one occasion, Celso Mânica, one of Norberto and Antério's brothers, would have said in a bar in the city, in the pre-

sence of witnesses: "We didn't kill four men, but four dogs".

Federal Police Chief Antônio Celso stated that there was a very close relationship between Norberto and Hugo, which went beyond the purchase and sale of grain. He clarified that the sequence of calls intercepted by the police had never occurred until the day before the crime. We were able to confirm this during the investigations," he said. The target, reaffirmed Antônio Celso, was Tax Auditor Nelson. The crime should have been carried out in Paracatu, the city that hosts the Regional Labor Office, but as they found him accompanied by his colleagues, they postponed it. The contract killer Erinaldo would have said, according to him, that José Alberto de Castro authorized the murder of Nelson and all those who accompanied him.

The delegate said that he can categorically state that, after due diligence, the investigators were able to confirm who owned the cell phones from which the intercepted calls originated. "We are always careful with telephone interceptions and all those involved and mentioned were heard", he concluded.

João Alves de Miranda, an investigator with the Belo Horizonte Judiciary Police, who also acted in the investigations, said that the crime began to be planned in advance. "Norberto did not hide his intention to kill Nelson. It was no secret to anyone. Several people we approached claimed to have heard him complain," he reported.

In testimony Hugo Pimenta denied participation in the murders and declared that Norberto would be the mastermind of the crimes. She related what she had already said in other trials: That Norberto told him that the world was too small for him and Tax Auditor Nelson and that he was going to kill him.

In the trial, which lasted two days, the prosecution presented evidence of Pimenta's participation in the massacre, such as the testimony of witnesses and the interrogations of other accused who incriminated him. The phone calls shortly after the crime were also one of the main pieces of evidence against the defendant, according to the MPF. Telephone records show the following sequence: at 9:17 a.m., one of the contract killers called businessperson José Alberto de Castro; at 9:18 am, the businessperson called Hugo Pimenta, who then made two calls to Norberto Mânica, at 9:20 am and 9:26 am.

The pieces presented and the testimonies collected on the first day of Hugo Pimenta's trial were practically the same used by the prosecution in previous trials. However, this procedure was necessary, since the sentence body was different. For the MPF, the businessperson's collaboration in the state's evidence agreement was fundamental for the conviction of those responsible for the massacre, but prosecutors say he lied in denying participation in the crime.

On November 11, Hugo Pimenta was sentenced to 96 years in prison. Due to the state's evidence agreement with the MPF and deducting the days he was imprisoned, the sentence was reduced to 47 years, three months and 27 days in prison. As a primary defendant, he has the right to appeal in freedom.

Sinait leaders, Union Delegations and Labor Law Enforcement Officers from Minas Gerais followed the entire trial. At the announcement of the condemnation, they celebrated standing up in the plenary, with their fists raised, and shouted slogans. The widows were applauded as a tribute to all the struggle and difficulties they faced for so many years. Finally, they sang the National Anthem.

In short, those accused of the Unaí massacre were all condemned. There were nine indictments and seven convictions. Humberto Ribeiro, who removed the sheets from the register of the hotel in Unaí where the contract killers stayed, had the crime prescribed. Fran-

cisco Pinheiro, the contract killers' contractor, died before going to trial in 2013. None of the masterminds and intermediaries were arrested. All appeal freely, which gives the case an idea that impunity persists. Either way, the convictions prove everyone's participation in the crime.

Between the months of November and December of 2015 and January of 2016 Antério and Norberto Mânica, Hugo Alves Pimenta and José Alberto de Castro presented, at the 9th Court of Federal Justice in Belo Horizonte, appeals for review of the sentence.



## Activities and actions between 2016 and 2018

On January 28, 2016, when they were 12 years old before the crime, Sinait held its public act, in front of the Federal Regional Court of the 1<sup>st</sup> Circuit (TRF1), where the defendants' appeals would be sent after analysis by the 9<sup>th</sup> Federal Lower Court of Belo Horizonte. The purpose was to sensitize the judges who would try the case.

Sinait directors and union delegates, Labor Law Enforcement Officers from different states, union officials and authorities were present in this stage of the struggle, this time for the arrest of all those responsible for the death of Eratóstenes, João Batista, Nelson and Aílton. In this sense, Sinait leaders once again visited the TRF1, seeking to speed up the case. The meeting took place on the 28<sup>th</sup>, together with the public act. Carlos Silva, who had been elected president of Sinait at the end of 2015, spoke with assistant judge Cezar Fonseca, who received the delegation, which was also made up of Rosa Jorge and Helba Soares.

The president of Sinait handed over the case history to the judge and stated that the document had the necessary elements so that the judges approaching the process could evaluate and decide on the imprisonment of all those convicted. "This history is also of our struggle, suffering and indignation in relation to the Multiple Murder of Unai, with the details that the case always requires to be presented", completed Carlos Silva.

In early February, Conatrae and affiliated entities, including Sinait, promoted the "Act for the End of Slave Labor and in Memory of the Victims of the Multiple Murder of Unai", in the auditorium of the Superior Labor Court (TST), in Brasília. The director of Sinait, Vera Jatobá, spoke of the importance of severe punishment for the exploitation of slave labor so that massacres like the one in Unai do not happen

again. She questioned whether January 28 is a day to be remembered or forgotten. "It was a tragic day and it is a watershed for our category, a great crossroads of revolt, indignation and fear. That's why I don't think we can forget that day, because it is on this date that we start to celebrate Labor Law Enforcement Officer Day and the National Day to Fight Slave Labor", he recalled.

At the opening of the event, the then president of the TST, Minister Barros Levenhagen, revealed that at the beginning of his professional career he was a Labor Law Enforcement Officer and worked in the fight against slave labor and in search of guaranteeing workers' rights. "I am a witness to the difficulties of this work. This is a combative and dedicated class." And he added that he has a heartfelt bond with the families of the victims of the Multiple Murder of Unai.

Still in February, the STF decided that defendants who had their sentence confirmed in the second instance could begin serving their sentence immediately. The decision allowed the intermediaries and masters of the Multiple Murder of Unai, sentenced together to almost 400 years in prison, to finally go behind bars. The deliberation gave Sinait more strength to continue the fight for punishment.

Meanwhile, TRF 1 analyzed appeals from the four convicts, who asked for the review of the 2015 convictions and the dismissal of the process to the Federal Court of Unai. And Sinait demanded from the agency the analysis of appeals and confirmation of the sentence so that the convicts finally served their sentences. That month, the Union Delegation of Sinait in Rio de Janeiro (DS/RJ) held a ceremony for the delivery of the "Martyrs of the Multiple Murder of Unai" medals, in honor of the murdered employees.

*In October, the Trade Union Delegation of Sinait in Minas Gerais held a public act to remind that the conviction of the intermediaries and masterminds was completing one year and they were all still at liberty. The protesters gathered in front of the State Legislature, from where they walked to the head office of the Federal Court. They asked for the immediate execution of the sentences.*

In January 2017, the president of Sinait, Carlos Silva and the vice-president Rosa Jorge were received by Judge Hilton Queiroz, who was president of TRF1, to talk about the processing of appeals related to the Multiple Murder of Unaí, under analysis by the Court. Sinait leaders were accompanied by the widows of the murdered Labor Law Enforcement Officers, the former Minas Gerais Regional Labor Delegate, Carlos Calazans, and the Federal Public Prosecutor's Attorneys Elizabeth Kobayashi and Wellington Bonfim.

The Judge had followed the case since the beginning of its proceedings and showed that he knew it well. He explained to the delegation that there was no delay in the process, but the successive judgment of a multitude of appeals, which were part of the defendants' defense strategy.

Carlos Silva and Rosa Jorge spoke of the feeling of revolt and anguish of the Labor Law Enforcement Officers and families with the impunity of the perpetrators and intermediaries of the crime. The president of the Union stated that the category trusted in Justice, but that the delay and the condition of freedom of the masterminds constituted, in practice, impunity. Therefore, Sinait's and the families' request is that the convicts are, in fact, punished, that is, that they go to jail to pay for the crimes they committed.

*That day, Sinait leaders and Labor Law Enforcement Officers from all over Brazil protested in front of TRF1 asking for the arrest of Antério and Norberto Mânica, Hugo Pimenta and José Alberto de Castro. Labor Law Enforcement Officers continued to cry out for justice. It was 13 years since the largest crime ever commit-*

*ted against the Brazilian State. Sinait, colleagues, family and friends would not let it fall into oblivion. During the act, Labor Law Enforcement Officers and representatives of entities spoke about the crime and its meaning for the State, the Labor Law Enforcement Office and society. Thirteen thousand black balloons were released in front of TRF1 to mark thirteen years of impunity.*

The then president of the ANPT, Ângelo Fabiano Farias da Costa, reinforced the partnership with Sinait in favor of society and Brazilian workers. In addition, he emphasized the solidarity with the entity in the application of justice for the death of the Labor Law Enforcement Officers in Unaí, in 2004. "A crime that, in addition to shattering the families of the Tax Auditors, also shattered the State and Brazilian society".

The president of the Ibero-American Confederation of Labor Law Enforcement Officers (CIIT), Uruguayan Sérgio Voltolini, reinforced the speeches saying that he hopes that justice will be swift at this stage. "We hope that by the end of the year the appeals will be tried and the TRF1 will take the effective decision so that the suffering of the families is not prolonged". Several trade union offices in Sinait, such as those in Goiás, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro and Santos (SP) held demonstrations.

The public act had great repercussion in the national press. No one understood why, after 13 years, effective justice had not been done.

In August, the MPF requested that the appeals of the four convicts be tried together, to avoid contradictory judgments. On the occasion, the prosecutors spoke about the pressure exerted by the Union and recalled that the constant mobilization motivated the progress of the process.

In October, two years after the trial of the masterminds and intermediaries of the Multiple Murder of Unaí, Sinait officials met with representatives of the Public Prosecutor's Office at the agency's head office in Brasília, with the aim of requesting speed in the follow-up

of the appeals presented by the defendants to the TRF1. The month of October marked the passage of 5 thousand days of the crime. In partnership with the National Union, DS/MG made a radio campaign calling for the arrest of the defendants in Unaí. The campaign won the 2017 Centro-East Columnists Award. In addition, an electronic petition was launched to collect signatures, with the objective of pressuring the TRF1 to analyze the appeals that were in the Court.

Another month of January has arrived. Now, it was 14 years since the Multiple Murder of Unaí. Nothing has changed about the process. The appeals of Antério and Norberto Mânica, convicted as principals, and of Hugo Pimenta and José Alberto de Castro, intermediaries in the crime, continued to be analyzed by the TRF1. And it was at the door of that Court that, once again, Sinait, family members and Labor Law Enforcement Officers from all over the country protested demanding a quick judgment of such appeals. With the theme “How much longer will we wait?”, the act was attended by more than 200 people.

For the Union, it was essential that the Court ratify the sentences of the Jury Court of Belo Horizonte (MG), which in 2015 sentenced each of the criminals to almost 100 years in prison. There was, on the part of the participants of the act, a thirst for justice and the obstinacy of the Labor Law Enforcement Officers and society for the case to finally have an outcome. A conclusion that the State itself, society and, above all, families still yearn for and deserve.

There is no doubt that an end to the story, with the execution of sentences, is what the families want. Widow of Tax Auditor Nelson, Helba Soares reported the drama that continues to live in Unaí. “I meet assassins all the time and I have to keep my head down, because I also take risks. What I hope is justice, that justice will come like the dawn, clearing the darkness of impunity, until it’s daylight for everyone. We wait for justice to finally bury our dead and move on with our lives.”

Marinez, Eratóstenes’ widow, said she can

now talk about the episode without crying. Although the pain has subsided, it reinforces that the crime will never be forgotten. “I will not give up my quest for justice. I wish next year I wouldn’t have to come here again and cry out for the murderers to be punished. What we want is to put an end to all this. That in 2019 our act is one of celebration”, he said.

In the opinion of Carlos Silva, president of Sinait, the time that has elapsed since the crime, without the proper punishment of the murderers, is an insult to justice. Fourteen years is absurd, it’s too long, it hurts the lives of all of us even more. I say this considering above all the pain of our colleagues’ families, deprived of their existence. Despite this, I believe that the murdered Labor Law Enforcement Officers are here with us, they will never leave here, our heads, our hearts, our lives and all our struggles, and that is what brings us here once again” he stated.

Rosa Jorge, vice-president of the National Union, said that every year, on that date, her indignation is renewed at the impunity of the masterminds and intermediaries. “I want to ask the judges how much longer they will make us wait. Impunity also kills.” For her, it is important that the Judiciary understands that Labor Law Enforcement Officers, families and society will not accept the impunity of masterminds and intermediaries.

14 years without Aílton, Eratóstenes, João Batista and Nelson. 14 thousand balloons from the sky of Brasília symbolized the resistance of those who continued the fight for justice. During the demonstration, Labor Law Enforcement Officers spoke about the challenges of the position and called for an end to impunity for those responsible for the Multiple Murder of Unaí. João Paulo Machado, who is a Tax Auditor, highlighted the struggle of the category that has been clamoring for justice for 14 years. “We are not going to give up until there is a definitive conviction and arrest of the principals”.

Roberto Miguel Santos, Union Delegate of Sinait in Bahia, asked about the speed of justice.

In his opinion, despite the judges commenting that the Penal Code allows several remedies, the arguments do not hold up. He emphasized that the attack and the deaths were an attempt against the Brazilian State.

On the occasion, the Communications director of Sinait, Ana Palmira Arruda, reinforced the speech of Roberto Miguel informing that the Union registers and defends several Labor Law Enforcement Officers who were threatened during tax actions across the country. Sebastião Estevam dos Santos, director of Sinait, Tax Auditor since 1995, felt impacted, at the time, by the Multiple Murder of Unaí. “It was remarkable and touched everyone in a different way. We can’t stand it anymore. We hope that justice is done.”

During those 14 years, Sinait told the story of the tragedy that marked the Labor Tax Audit, society and the Brazilian State itself through comics. The narrative from the visual universe of comics brings another perspective to those who already know the story, in addition to attracting new viewers. The play’s proposal was to sensitize both audiences with the details of the story, revealed by drawings and dialogues. The series was published in three chapters on social media and printed in a single piece, distributed at Sinait and Trade Union Delegations events.

In 2018, from January 29 to February 2, acts organized by the Trade Union Delegations of Sinait took place in several states. In Recife, the Trade Union Delegations (DS/PE) held a public event at the Regional Labor Superintendence, with the participation of Sinait director Albertita Maria da Silva. Black balloons and explanatory pamphlets on the fight against contemporary slave labor were distributed to the public.

In Belo Horizonte (MG), the act took place at the head office of the trade union center CTB. The crowded auditorium unanimously asked for the arrest of the masterminds of the massacre. On the occasion, there was also the launch of the book “*Trabalho escravo: entre os achados da fiscalização e as respostas judiciais*” [Slave work: between inspection findings and judicial responses], produced by

the Slave Labor and Human Trafficking Clinic at Universidade Federal de Minas Gerais [Federal University of Minas Gerais] (UFMG), a summary of actions and statistics of the institution. Labor Law Enforcement Officers, Labor Prosecutors and other authorities participated in the event.

In Rio de Janeiro, the Labor Law Enforcement Officers met in front of the Palácio do Trabalho, head office of the SRT/RJ. “The red tape and slowness of the Judiciary Branch result in fourteen years of impunity, encouraging and setting the bad example of these criminals to others like them, to the detriment of social outcry. We demand that the TRF1 judge the appeals of the processes of the masterminds and intermediaries of this heinous crime”, said the director of Sinait Pedro Paulo Martins. For Daniel Ferreira, president of the DS/RJ, it is essential that the sentences of the Belo Horizonte Jury are confirmed and that each of the criminals is imprisoned.

In Florianópolis (SC), Labor Law Enforcement Officers, representatives of union entities, such as Sintrafesc, Acafip, Sindifisco, CUT, among others, met in the SRT/SC auditorium to demand speed in the punishment of those convicted of the Multiple Murder of Unaí.

In the state of Maranhão, in addition to the Labor Law Enforcement Officers, the act had representatives from the Regional Labor Court, the Labor Prosecution Office, the trade union movement and the State Commission for the Eradication of Slave Labor (Coetrae). The regional head of Inspection, Paulo Lázaro, presented figures on the fight against slave labor in the region. The union officer, Mônica Duailibe, reported the actions that took place in the previous days, to mark the 14th anniversary of the crime. “The act served not only to remember and honor the murdered colleagues, but also to promote reflection on the importance of the Labor Law Enforcement Office in confronting contemporary slavery”, pointed out Mônica. The action took place at the head office of the Superintendence, in São Luís.

In Salvador (BA), at the door of the head of-

office of the Regional Labor Superintendence (SRT/BA), Labor Law Enforcement Officers were present with black balloons, as symbols of the category's indignation. In Manaus (AM), the servers performed an act at the door of the SRT/AM and held a banner asking the justice – How much longer are we going to wait? In Ceará, a mass was held at the DS/CE head office, in memory of the victims of the Multiple Murder of Unaí. Labor Law Enforcement Officers participated in the religious ceremony, then went to the front of the SRT/CE and distributed pamphlets to the population, remembering the impunity of those in charge.

In Campo Grande (MS), the tax auditors also met at the Superintendence's door. With banners alluding to the 14th anniversary of the Multiple Murder of Unaí and wearing black T-shirts, they protested against the impunity of those responsible. The Trade Union Delegations in Rondônia (DS/RO) opened a photographic exhibition on slave labor, with photos by the Labor Law Enforcement Officer Sérgio Carvalho, portraying the cruelty of the wound that still persists in Brazil.

# Annulment of the trial of Antério Mânica

In November 2018, during the 36th National Meeting of Labor Law Enforcement Officers (Enafit) in Cuiabá (MT), part of Sinait's board of directors left the event to return to Brasília and follow the trial of appeals at TRF1, which finally would be analyzed.

On the afternoon of that Monday, November 19, the appellate judges voted, not only to reduce the sentences of Norberto Mânica, Hugo Pimenta and José Alberto de Castro, but to everyone's surprise and indignation, decided to annul the judgment of Antério Mânica. Thus, despite the conviction for a quadruple homicide, triply qualified for clumsy motive, payment of a cash reward and impossibility of defending the victims, in a 2015 trial, farmer Antério received from justice the chance to be tried again by popular jury.

The trial had a new fact. Norberto Mânica, who during his trial in 2015, looked at the jurors crying and swore his innocence, presented a notarized confession, in which he admitted to being the only mastermind of the Multiple Murder of Unai. In the document, the farmer only admitted the command of the crime in relation to Tax Auditor Nelson, who lived in Unai. A clear strategy put together by the defense to free Antério Mânica from the charges.

It was two votes to one. Judges Neviton Guedes and Olindo Menezes did not follow the vote of the rapporteur, appellate judge Cândido Ribeiro, who maintained the defendant's conviction. The opposing votes alleged that there was insufficient evidence of Antério's participation in the crime.

The other defendants were granted a generous reduction of sentences. Norberto Mânica's, who had just confessed to the crime, went from 100 years to 65 years; José Alberto de Castro, from 100 years old to 58 years old. Hugo Pimenta's sentence, 46 years old due to the state's evidence, dropped to 31 years.

The trial was accompanied by the vice-president of Sinait, Rosa Jorge, and by the directors Ana Palmira Arruda, Rosângela Rassy, Benvenuto Coutinho, Hugo Carvalho and José Antônio Fontoura. Also present were Helba Soares, Nelson's widow, and Carlos Calazans, regional labor delegate in Minas Gerais at the time of the crime, lawyer Anamaria Prates Barroso, hired by Sinait to defend families and prosecutors from the Federal Prosecution Office. The president of Fenafisco, Charles da Silva Alcântara, accompanied the trial in support of Sinait.

The news of the annulment, which fell like a bombshell for those who were, since 2015, after the trials, awaiting arrests, reverberated throughout the press. Sinait directors returned to Enafit. That year, the letter from Cuiabá, a document produced in each edition of the event, brought indignation with that adverse result. The Federal Prosecution Office and the prosecutor's assistants appealed the decision.

## Excerpt from the Letter from Cuiabá on the decision of the TRF1

*The Labor Law Enforcement Officers express deep indignation at the decision of the 4th Panel of the Federal Regional Court of the 1st Circuit, handed down last November 19, in the judgment of the appeals of the masterminds of the Multiple Murder of Unai. After almost fifteen years of a relentless fight for justice – and against all factual evidence and the expectations of the victims' families, the category and society – the judges decided to reduce the sentences of three of the convicts and to annul the trial of the farmer Antério Mânica. Faced with this unacceptable decision, the battle will continue so that justice is finally done and all those involved remain convicted and imprisoned, respecting the sovereignty of the Jury Court.*

## Activities and actions from 2019 to 2022

A day that would be to celebrate. January 28, Labor Law Enforcement Officer's Day. It is important to honor a category of immense relevance to Brazil. What everyone regrets, however, is that the date alludes to a crime against four public servants, in the exercise of their activities. In 2019 the tragedy turned 15 years old. "Justice now!" for the masterminds and intermediaries of the Multiple Murder of Unaí was the claim of Labor Law Enforcement Officers in an act of Sinait, held in front of TRF1, in Brasília. The indignation of the category gained even more strength, due to the decision that annulled the trial of Antério Mânica and reduced the sentences of Hugo Pimenta, José Alberto and Norberto Mânica. Until that moment, only contract killers of the crime served time.

The president of Sinait, Carlos Silva, called for the arrest of the masterminds and intermediaries. "We have not the slightest doubt about the masterminds' guilt, they are the criminals and a criminal's place is in jail. And we ask for jail for all of them. We will not give up, justice always, justice now!" Carlos Silva, along with Rosa Jorge, and Marinez, Eratóstenes' widow, were received by the president of TRF1, appellate judge Carlos Eduardo Moreira Alves. The judge, however, did not commit, stating that he was not responsible for the decision.

To TRF1, Sinait took the "cake of impunity", as a symbol of indignation at the Court's decision, which was already two months old. During the act, the speed of the investigations was recalled, which in six months appointed the nine people responsible for the Multiple Murder of Unaí. 15 years later, only three were serving time, the contract killers Eri-naldo Vasconcelos, Rogério Alan and William Gomes. Humberto Ribeiro had his sentence prescribed; José Pinheiro, died in 2013, before going to trial; sentenced, Norberto Mânica, Hugo Pimenta and José Alberto de Castro had

their sentences reduced. Also convicted, Antério Mânica had his trial overturned.

15 years, 15 thousand balloons. Cordelists Allan Sales and Marlo Guedes presented cordel about the 15th anniversary of the massacre, authored by Allan. In that year in which the indignation seemed to be amplified, several Labor Law Enforcement Officers manifested themselves, reinforcing and synthesizing the spirit that unites the category around the activities of the January 28.

Paula Mazullo, from Piauí, warned that as long as the case is not concluded, the Tax Auditors will protest, year after year. "There is an adage that says that justice delays, but it does not fail. A magistrate once observed that justice that is delayed is already flawed. Yes, I agree. The justice that delays is, yes, flawed."

Lucas Reis, then trade union delegate of Sinait in Santa Catarina, observed that several categories have their commemorative day as a festive date. "The teacher's day is festive, the commercial day is festive, but the Labor Law Enforcement Officer's day is not a festive day for us, it is a day of struggle. When I entered the career, I realized that the category is fierce. We have demanded the same thing for 15 years and we will not give up the fight for Justice. The new generations of Auditors will not sleep peacefully until the killers are behind bars, which is where they should be."

Authorities and trade union officials present at the act strengthened Sinait's protest cries and called for the arrest of those in charge, questioning the annulment of the trial. Floriano Martins de Sá Neto, president of the National Association of Tax Auditors of the Internal Revenue Service (Anfip), said that the Association will not forget the tragedy, no matter how long the Internal Revenue Service colleagues will be waiting for justice.

Elianildo Nascimento, representative of the undersecretary for Human Rights of the Federal District, said that January 28 is a date of sadness and indignation at the death of representatives of the State.

Also participating in the demonstration were Alexandre Magno Fernandes Moreira, assistant secretary for Global Protection at the Ministry of Women, Family and Human Rights; Dante Cassiano Viana, general coordinator for Combating Slave Labor at Conatrae; Henrique Camargo Neves, deputy secretary of Labor Inspection; Maurício Krepsky, from Detrae and João Paulo Ferreira Machado, from eSocial.

The 15 years of the Multiple Murder of Unaí were remembered in several states, in activities organized by the Trade Union Delegation of Sinait. Active and retired Labor Law Enforcement Officers gathered to protest against the impunity of masterminds and intermediaries who, despite being convicted, remain free and unpunished.

In Amazonas, in Manaus, the Tax Auditors met at the door of the Regional Labor Superintendence and placed a banner and banner to draw the attention of the public that was heading to the place. In Bahia, in Salvador, there was a public act at the door of the Superintendence, with the presence of Tax Auditors, administrative servants and trade union officials. The Tax Auditors wore T-shirts denouncing impunity and put up banners to draw the attention of service users.

In Ceará, in Fortaleza, at the head office of the Trade Union Delegations, Tax Auditors gathered to celebrate Labor Law Enforcement Officer Day and express their rejection of the impunity that surrounds the case of the Multiple Murder of Unaí.

In Belo Horizonte, DS/MG held a public event in the PUC Minas auditorium. The auditorium was packed with Labor Law Enforcement Officers, authorities and trade union officials, who offered their solidarity with the category's struggle in search of justice, against the impunity of the masterminds and intermediaries. The press attended the venue, giving wide

coverage to the event. DS/MG published the video "Multiple Murder of Unaí – the painful drops of impunity", a short film about crime whose title is a phrase by Genir Lage, widow of João Batista.

In Curitiba (PR), the Trade Union Delegations organized a demonstration in front of the Regional Labor Superintendence. Labor Law Enforcement Officers demanded from the Justice the end of impunity for the death of colleagues. "In memory of those four murdered civil servants, we are, once again, asking, and we will ask until justice is done, with the punishment by law to those responsible for the brutal crime", said Valdir Oliveira Silva, president of the Trade Union Delegations of Sinait.

Luize Surkamp, head of the Labor Inspection Department of the Regional Superintendence in Paraná and Fábio Lantmann, Tax Auditor, recalled the difficulty that the inspection work in Brazil has been, increasingly dangerous, always putting the life of the public agent at risk, sometimes in situations very close to what happened with colleagues in Unaí. In Santos (SP), the Trade Union Delegation published an advertisement in the newspaper A Tribuna de Santos and aired a spot on local radios on the 15th anniversary of the Multiple Murder of Unaí.

In Pará, in Belém, the Trade Union Delegation carried out an awareness-raising action on slave-like labor and recalled the slaughter. In Natal and Mossoró (RN), union officials and workers asked for the arrest of those in charge and intermediaries for the Multiple Murder of Unaí. The demonstrations took place at the entrance to the building of the Regional Labor Superintendence (SRT/RN), in the capital of Rio Grande do Norte. On the occasion, the protesters held a minute's silence for the Labor Law Enforcement Officers and the driver who were killed, as well as for the victims of the collapse of the mining company Vale. The accident happened on January 25, 2019, in Brumadinho (MG) and killed 270 people.

Labor Law Enforcement Officers from Rio de Janeiro and Pernambuco also spoke out. In Rio,



the director of the Trade Union Office Marilúcia Almeida de Souza highlighted all the pain and impunity felt not only by family members and Tax Auditors, but by the entire civil society. “On January 28, 2004, the four servers woke up to their journeys. They could not imagine that, that day, they would not return to their families. They were cowardly and brutally murdered in an ambush while performing their duties. On that date, four families lost their father, son, husband. The projectiles that took their lives were fired at the whole of society and Government. They mortally wounded their bodies, but injured the entire category that still cries out for justice today,” he said.

In Recife, capital of Pernambuco, the activity ended the National Week to Fight Slave Labor. The Trade Union Delegations (DS/PE) held the public act at the Regional Labor Superintendence (SRT/PE). During the activity, Labor Law Enforcement Officers distributed a folder with updated information on slave labor.

On the last day of January, Minister Dias Toffoli, then president of the STF, and Raquel Dodge, then federal prosecutor, announced the creation of an observatory to monitor major tragedies. The group is formed by members of the National Council of Justice (CNJ) and the National Council of the Prosecution Office (CNMP). The announcement was made after Toffoli and Raquel Dodge met in Brasília to discuss actions related to the tragedy that occurred in Brumadinho the previous week. At the time, Toffoli cited the Multiple Murder of Unaí as one of the cases that need to be resolved by the courts.

“The observatory will act in the search for solutions not only for the case of Brumadinho, but also for others for which people are requesting for celerity. The Multiple Murder of Unaí, for example, has no prisoners. We cannot let the technical and legal lines, with discussions of the competence of who should give the solution, take time and leave a feeling that there was no justice”.

Sinait was pleased that the STF placed the Multiple Murder of Unaí as one of the cases that deserve priority for its resolution, espe-

cially after the decision of the Federal Regional Court, the previous year, which reduced the sentences of three defendants and annulled a trial.

In March, Sinait leaders met with the counselors of the National Council of Justice (CNJ) and the National Council of the Prosecution Office (CNMP), to present the Multiple Murder of Unaí case to the National Observatory. In addition to exposing details of the case, the leaders spoke of the need to make the defendants serve time.

In August, businessperson Hugo Pimenta obtained from the (STF) *habeas corpus* to avoid arrest in the second instance. Families and the category felt a heavy blow. Everyone’s expectation is that the defendants would be arrested at any time, according to a previous decision by the STF itself. The decision was widely covered in the press.

In August, Sinait acted with the PGR to get the STF to reconsider the decision. Finally, in September, by majority vote, the 1<sup>st</sup> Panel of the Court denied Hugo Pimenta’s request to appeal his conviction in freedom.

On the day that the Multiple Murder of Unaí turned 16 years old, Sinait was present in front of the TRF1 to show its indignation and ask for the arrest of the defendants. While the executioners were serving their sentences since 2004, the year in which the crime took place, the masterminds and intermediaries remained free, through infinite resources, which only prolong the pain of those waiting for justice. “The place of a criminal, a murderer, is in jail. It is society that is here today, screaming in front of this house of justice that it fulfill its role, because justice that delays, fails”, said the president of Sinait, Carlos Silva.

The leader noted that January 28 is a day of mourning and struggle throughout Brazil. He also stated that this scenario of impunity has led to other episodes of violence against Labor Law Enforcement Officers and other public servants. For Carlos Silva, the execution of the civil servants was a barbaric crime against the State and the convicts make use of their eco-

conomic resources and political power to remain free. “Our demonstration is for the appellate judges of this court not to recognize the appeals and arrest the murderers. Today they laugh at us, using all the power they have in Brasília and Minas Gerais to remain free. But not without our resistance, struggle and cry for justice. This is what brings us today once again and will bring it in every moment that is necessary. And we are not alone”, he pointed out, referring to the participation of the various server entities in the act.

Over the years, what has been seen is that Justice denies widows and children a future, because there is no future as long as everyone is trapped in a past of impunity. In this regard, Sinait reinforced its commitment to seeking the punishment of the murderers. The Labor Law Enforcement Officers will not forget. Sinait, as the category’s representative, will continue to demonstrate every year. Justice is a demand of society, and, at that time, the feeling was that the Court turned its back on not effectively punishing criminals. For Helba, Nelson’s widow, what remains is immense hopelessness, which she summed up in the only sentence she uttered during the act: “In this country, those who have money can kill because nothing will happen”.

One day after the protest, appellate judge Néviton Guedes, from TRF1, included the appeals of the mastermind and intermediaries of the Multiple Murder of Unaí on the trial agenda for February, which took place on the 11th of that month. The Court partially accepted the motion for clarification presented by the principal and intermediaries of the crime. In addition to the president of Sinait, Carlos Silva, the vice-president Rosa Jorge and the Labor Law Enforcement Officer Jacqueline Carrijo attended the trial.

According to Anamaria Prates, the lawyer who is following the case, the 4<sup>th</sup> Panel unanimously decided to partially accept the motion for clarification, without modifying effects, in accordance with the reasoning presented by the rapporteur, appellate judge Néviton Guedes. He only acknowledged that a material error

had occurred, since an excerpt from another ruling was added to the appeal vote. Determined the court correction.

According to him, the Multiple Murder of Unaí is a very serious crime, which involves four human lives of public servants, whose outcome has been awaited for 16 years. Those were the third embargoes presented by the defense of the principal and the intermediaries to delay compliance with the sentence of imprisonment in a closed regime.

In May 2020, the world was collapsed due to the Covid-19 pandemic. Conversations became virtual. The fight against impunity has run its course. In a virtual meeting, union leaders and widows of the victims of the Multiple Murder of Unaí talked with federal prosecutor Luiza Cristina Frischeisen about the progress of the processes of the perpetrators of the crime. Sinait and the victims’ families sought up-to-date information. The prosecutor argued that despite the long wait, there was no other way than to follow the procedures. The Assistant prosecutor Anamaria Prates Barroso and her advisor Jailson Rocha Pereira attended the meeting.

In June, the federal prosecutor, Augusto Aras, sent a memorial to the ministers of the 1st Panel of the STF about the Appeal in habeas corpus, in which one of those condemned for the Multiple Murder of Unaí, Hugo Alves Pimenta, questions the beginning of the execution of his sentence of more than 30 years of imprisonment before the ordinary instances are exhausted. The document produced by the Federal Prosecution Office (MPF) defended the provisional execution imposed by the Jury Court, in a trial held in 2015.

For the first time since January 2004, Sinait did not take to the streets to remember the crime. Covid-19, which at that time had already killed almost two hundred thousand Brazilians, prevented agglomerations. The public act that year was carried out in a live format, which was opened with the reproduction of the mini-documentary “Chacina de Unaí – A chaga da impunidade” [Multiple Murder of Unaí – The scourge of impunity]. The video recalls

several facts that involve the process, such as the elucidation of the crime, the convictions, the appeals, the annulment of the trial of Antério Mânica and, of course, the indignation with the fact that the responsible parties are free, while time passes slowly for those who. The only option is to wait.

In a statement for the documentary Marcus Barberino, president of Anamatra, said that the procedural delay has several dimensions of suffering, the main one being the pain of families, who lose the right to definitive mourning and then comes the institutional suffering of colleagues with the loss of people with whom they shared life, daily life and work.

It was the passage of the 17 years of the tragedy. The crime completed more than six thousand days, during which the Federal Prosecution Office, Sinait and the category of Labor Law Enforcement Officers, relatives and colleagues of the victims fought insistently to put behind bars all those responsible for the deaths of Aílton, Eratóstenes, João Batista and Nelson.

“We are here again because we do not want to live forever with the scourge of impunity, which does not let the wounds of this sad episode heal,” said Sinait president Bob Machado, who had been elected at the end of 2020 and kept the union’s commitment to the cause of Unaí. “Crime did not silence the category. On the contrary, it gave even more reasons to continue and defend workers’ rights, even with difficulties and limitations, overcome with creativity and insistence”, said the president.

The public act brought together leaders of Sinait, trade union officials and people from the most diverse areas and categories, in addition to Eratóstenes’ widow, Marinez Lina; the lawyer for the victims’ families, Antônio Patente; Labor Law Enforcement Officer Gerson Soares, representing the Undersecretary of Labor Inspection; Sergio Voltolini, president of the CIIT; Carlos Calazans, former regional labor delegate in Minas Gerais; Noêmia Porto, president of Anamatra; Lydiane Machado, vice president of the National Association of Labor Prosecutors (ANPT); Olga Machado, La-

bor Law Enforcement Officer and president of Sinait’s Council of Trade Union Delegations; Otávio Pinto, president of the Brazilian Association of Labor Lawyers (Abrat); Edison Haubert, president of Mosap; Kurt Krause, director of International and Inter-union Relations at Sindifisco Nacional; Jorge Luiz Souto Maior, Labor judge and professor at the University of São Paulo (USP), among a dozen people who together reinforced the cry for justice.

As part of the demonstrations against impunity that marked the 17th anniversary of the crime, the Trade Union Delegation of Minas Gerais, in joint action with Sinait, produced the video “Late Justice is not Justice!”, which demanded the punishment of those responsible for the deaths of employees of the Ministry of Labor.

Once again, in 2022, the Sinait act in honor of the victims of the Multiple Murder of Unaí took place through a virtual activity. Until that moment, Covid-19 had claimed the lives of 615 thousand Brazilian citizens. A campaign was carried out on social networks with the theme “Chacina de Unaí, 18 Anos – Uma Vida de Impunidade” in the week of January 21 to 28. The request was for justice to be served, with the arrest of the masterminds and intermediaries.

18 years after the tragedy that forever changed the Labor Law Enforcement Office, Sinait, the Tax Auditors and the victims’ families continue to fight for justice to be done. So that all accused and convicted serve their sentences and society can be rescued from the environment of impunity that has persisted since the barbaric crime, which directly and deeply attacked the Brazilian State.

There was an expectation that the second trial of Antério Mânica would be held, who managed, together with the TRF1, in 2018, the annulment of the jury held in the Federal Court of Belo Horizonte, in 2015, when he was sentenced to 100 years in prison in a closed regime. The other defendants, Norberto Mânica, Hugo Pimenta and José Alberto de Castro are awaiting the analysis of appeals in which they request the annulment of the sentences and the appointment of a new jury.

In March, with the support of the Trade Union Delegation of Minas Gerais and Sinait, SRT/MG paid tribute to the victims of the Multiple Murder of Unaí, with the unveiling of a plaque in the entrance hall of the Superintendence's headquarters in Minas. "The Labor Law Enforcement Office remains fully active in the defense of workers. He was not frightened by the barbaric murder of his colleagues by exponents of the bean and soy agribusiness in Unaí, Antério and Norberto Mânica", stated Ivone Corgosinho, Union Delegation in the State.

## The second trial of Antério Mânica

After being postponed twice, finally, the trial of Antério Mânica is scheduled for May 24. In the 40 days before the trial, Sinait made a major campaign in the Minas Gerais media, with repercussions throughout the state. The idea was to remember the crime, talk about impunity and alert society and those who would be drawn to the sentencing council. After more than 18 years, it is natural that people who do not live with the consequences of crime, forget about it. The Trade Union made an effort to revive the story in people's memory, through radio broadcasts, outside doors, LED panels and media inside the buses that circulate in the capital's public transport.

On the eve of the jury, the Human Rights Commission of the State Legislature of Minas Gerais (ALMG) held a public hearing to discuss the repercussions of the crime over the years. Participating in the debate are the president of Sinait Bob Machado, the union delegate of Sinait in Minas, Ivone Corgosinho and Helba Soares, widow of Auditor Nelson. In addition to them, the chief prosecutor of the Regional Attorney's Office of the 1st Circuit, José Robalinho Cavalcanti, the chief attorney of the Regional Labor Office of the 3rd Circuit (Minas Gerais), Arlélío de Carvalho Lage, and Carlos Calazans, who in At the time of the Multiple Murder of Unaí, he was regional labor police chief in Minas Gerais.

Union president Bob Machado spoke about the importance of ending the impunity that surrounds crime. He recalled that justice needed to be done, with a new conviction of Antério and the immediate execution of the sentences. "In 2015, we were here to ask for the conviction of those accused of being the masterminds of the crime. All were exemplarily condemned with sentences of about 100 years, a century. We are here, once again, asking for justice."

Carlos Calazans reported the emotion of having participated as a delegate for the trans-

port of bodies and having to take the necessary steps to start the investigations. "I was also being threatened with death and I went through some situations where I needed a police escort," he said.

Helba questioned the delay in the trial and the annulment of the conviction of the principal Antério Mânica. "It seems that justice in Brazil is only for blacks and the poor, the rich are not imprisoned. Unfortunately, tomorrow we will have another episode of this case. We don't know how it will end. We want justice."

Shortly before the jury session began, Sinait leaders, union delegation chiefs from the states and Labor Law Enforcement Officers asked for an end to impunity for the Multiple Murder of Unaí, in an act for peace, in which white roses were distributed to people passing by in front of the Federal Court building. The widows were present. Bob Machado called for that wound to close with the defendant's conviction. Carlos Silva, vice-president of the Union, clarified that the Union was not going to stop. "We will continue to work until all the responsible parties are convicted and serve their sentences in a closed regime. We have been asking for justice for 18 years. We will continue to unite and work for justice for our dead colleagues."

The National Anthem was sung. The song *Amigos para Sempre*, too. After that and for the next four days, Labor Law Enforcement Officers from all over the country held vigil and took turns entering the auditorium, where the trial was taking place. The door to the building was never empty. The vigil continued until the sentence was pronounced.

The second trial of Antério Mânica was a kind of more of the same, since all the reports had already been made in previous trials of defendants in the multiple murder, including his own.

On the first day, seven prosecution witnesses were heard, including Hugo Pimenta, a confessed defendant convicted of helping to orchestrate the massacre. Regarding the confession of Norberto Mânica, Hugo stated a clear attempt to cover up the participation of Antério. The deponent also said that he knew the Mânica's brothers and that the leadership of the family was from Antério, the older brother. Regarding the Marea vehicle, seen by the shooters at a meeting that took place in Unaí on the eve of the crime, Hugo said: "I'm sure that Marea belongs to Antério Mânica and it's not me who has to prove me wrong. They organized everything at the family meeting to pressure Norberto to say that I, Hugo, would be the one in this Marea".

The presence of Marea parked near the place where the meeting took place was mentioned for the first time by William Gomes, the gang's driver, sentenced to 56 years in prison for participating in the murders. In testimony to the Federal Police, six months after the crime, William confirmed the presence of the vehicle and also said that inside it was a very "angry" man, who shouted that he was to "kill everyone". Later it was learned through Francisco Pinheiro, that the man was would be Antério Mânica.

Labor Law Enforcement Officer Afrânio Gonçalves testified once again. Afrânio was based at DRT/MG in Belo Horizonte and worked with Eratóstenes and João Batista. In addition, he had already been in the region of Unaí, working together with Nelson, on farms in the region. Helba, Nelson's widow, and Marinez, Eratóstenes' widow, who testified as informants, confirmed versions given in previous trials.

Former Civil Police chief Wagner Pinto de Souza confirmed one of the main evidence linking farmer Antério Mânica to the Multiple Murder of Unaí. During testimony, he maintained that a vehicle similar to that of the defendant's wife was seen in the place where the murderers and the intermediaries of the crime were.

Antônio Celso dos Santos, one of those responsible for investigating the case, who tes-

tified as a witness for the prosecution in Antério's jury in 2015, and in others such as the executioners, returned to the Federal Court for the farmer's second trial, this time as a witness of defense. The testimony of 2022 contradicts that of 2015, in several moments. Antônio Celso recalled some testimonies, among them, the call to the Ministry of Labor asking about the inspectors, whether they were alive or dead. He described several other points of the investigation.

The retired police officer, when describing the investigation, was questioned by Judge Raquel de Vasconcelos about the participation of Antério Mânica and replied: "My investigations did not lead me to Antério Mânica". The judge asked who the investigations pointed to as the principal, and Celso replied that they took Norberto Mânica.

In his testimony, Antério Mânica used the right not to answer the questions. He only denied participation in the crime and, as he did in 2015, accused his brother, Norberto. The farmer said he was old and didn't deserve to spend the rest of the way in prison.

In the early evening of May 27, Judge Raquel de Vasconcelos read the sentence: Antério Mânica, was convicted for the second time for the four murders. The sentence was 64 years in prison in a closed regime. The judge applied the minimum sentence, considering 16 years for each victim and did not consider the qualifiers, which had been considered in 2015, when Antério's sentence was 100 years. The defendant, however, was released from the Federal Court, as he was a first offender. For Bob Machado, president of Sinait, the conviction of Antério Mânica brings relief to everyone. "It is the result of hard work and struggle so that crime does not fall into oblivion and that justice is done."

Despite the lesser sentence, Sinait leaders and fellow Labor Law Enforcement Officers, who spent four days on vigil, celebrate a lot. With cries of Justice, even if late!, they hugged, cried and were very moved by that moment that seemed to end a cycle of more than 18

years of waiting. After making human and bean crosses, singing happy birthday to Era-tóstenes (who would have turned 61 the day before) and cheering together, finally, justice had been done.

Prosecutor Miriam Lima, who has been following the case since the beginning and who is responsible for the denunciation of the Multiple Murder of Unaí, disagreed with the release of Antério Mânica, after two convictions. “The Multiple Murder of Unaí is one of the most serious cases against Brazilian democracy, as four civil servants were murdered in the exercise of their duties. It was a judge’s decision, with which we do not agree at all. We even asked for the immediate arrest of Antério Mânica, but she understood that he should have the right to appeal in freedom”.

In the second jury of Antério Mânica, lawyers Aline Giacon and Roberto Tardelli acted as assistants to the prosecution, who said he believed that the defendant’s arrest was close to happening. He also said that on the merits, the conviction can no longer be reviewed.

Shortly after the sentence, the MPF/MG and the lawyer representing the victims’ families, Ana Maria Prates, appealed against the decision, seeking an extension of the sentence and the immediate arrest of Antério.

That joy that took over the colleagues on the night of the announcement of Antério Mânica’s sentence, in fact, did not mark the end of a cycle. Four months later, in September, the Superior Court of Justice (STJ) unanimously decided to reduce the sentences of three people convicted of being the masterminds of the Multiple Murder of Unaí, Norberto Mânica (from 65 years to 56 years and three months), Hugo Pimenta (from 31 years and six months, to 27 years) and José Alberto de Castro (from 58 years and ten months, to 41 years and three months). The reduction of penalties took place with the removal of one of the qualifiers. According to the rapporteur, Minister Ribeiro Dantas, the STJ considered that, according to recent jurisprudence of the Court itself, the qualification of homicide by means of payment

or promise of reward applies only to the direct executors of the murder, since they who actually received, payment or promise of reward for carrying out the crime.

In addition, the ministers rejected the request for immediate execution of sentences. The prosecution’s assistants appealed the decision. The Court, however, dismissed the defendants’ request for a mistrial.

Days later, the president of Sinait, Bob Machado, and the director Rosa Jorge asked the MPF, in a meeting with the deputy federal prosecutor, Luiza Cristina Frischeisen, for actions to restore the sentences of those convicted of the Multiple Murder of Unaí.

For Sinait’s president, the decision increases the feeling of impunity: “It’s been 18 years of immense pain for the families, friends and colleagues of the three Labor Law Enforcement Officers and the driver of the Ministry of Labor murdered. This pain is compounded by seeing the reduction of sentences for confessed and convicted murderers.”

# Final

The decisions about the Multiple Murder of Unaí are a blank page insofar as the masterminds and intermediaries remain free. Everyone cries out for justice. Time has shown that she is getting further and further away. All the defendants were sentenced, but only the executioners serve time. Brazilian law allows criminals the possibility of an infinity of resources, which means that the story has reached this point without an ending.

For prosecutor Miriam Lima, from the MPF/MG, plaintiff of the complaint that resulted in five trials of the defendants in the Multiple Murder of Unaí, it is very unfair that the executioners have been arrested since the time of the crime and are already serving their sentences under open, while the masterminds and executors remain at large.

In September 2004 in Saussignac, France, a labor law enforcement officer and an agent of the labor inspection service were shot to death by a farmer while carrying out a routine inspection of his farm during the plum harvest. The crime caused national commotion. The authorities acted quickly. It was the first time, since the creation of the Labor Law Enforcement Office in France, in 1892, that agents were killed in the exercise of their duties. Two and a half years later, in March 2007, the murderous farmer was sentenced to 30 years in prison. He began serving time immediately. He died in prison in 2016.

In December 2006, a Brazilian court sentenced 19-year-old housekeeper Angélica Souza to four years in prison, in a semi-open regime, for trying to steal a 200-gram pot of butter in a supermarket in São Paulo. She just tried. She was surprised by the owner of the establishment, who called the police. Angélica had a two-year-old son and claimed she needed to feed the child. It didn't help. She spent four months in prison, in a closed regime. Her law-

yer asked for provisional release four times. All were denied. She was released 128 days after the attempt, after appealing to the Superior Court of Justice.

This is an example of what happens routinely in Brazil. Angélica spent longer in prison than Antério Mânica, twice convicted of ordering the murder of four people.

In this regard, this story always seems to be the same thing: Sinit leaders met with members of the parliament, with ministers of the STF, the STJ, with the Federal Prosecutor, with the Commission on Human Rights, with the Federal Prosecution Office, with the National Council of Justice... Once, twice, several times...

In every month of January, since 2004, Sinit has performed in Brasília, in Belo Horizonte, in Unaí, in all the capitals, but it is much more than that. For justice and against impunity, over almost 19 years Sinit and its union offices or regional associations carried out more than 200 acts. The Union was heard by the press throughout the country and was the source of more than a thousand reports on the crime.

The Multiple Murder of Unaí was remembered in all the letters produced in the Enafits since 2004, always in the sense of showing the Union's concern with impunity. In all the National Congresses of Labor Law Enforcement Officers (Conaits) there was a proposal involving the fight for punishment for the crime. Sinit sent numerous documents to the authorities expressing concern for the safety of Officers across the country. In the discussions of the forums and entities of which he is a member, such as Fonacate (Permanent National Forum of State Careers), Fonasefe (National Entities Forum of Federal Public Servants), Mosap (National Movement of Retired Public Servants and Pensioners), Conatrae (National Commission to Eradicate Slave Labor), FNPET



(National Forum to Prevent and Eradicate Child Labor), Sinait always takes the topic to the debate.

Since 2004, the Massacre of Unaí has been a constant agenda and part of the Union's routine. The purpose of being in permanent mobilization is not to let the crime ever fall into oblivion. So it was and so it will be until the culprits for the multiple murder of Unaí are arrested and justice is finally done.

In memory of Aílton, Eratóstenes, João Batista and Nelson, Sinait will fight to try to prevent other Massacres of Unaí from happening!

The lack of exemplary punishment for those guilty of such a barbaric crime creates a feeling that nothing will happen and allows employers to continue threatening Labor Law Enforcement Officers in the exercise of their functions. A brief overview points out cases that have been reported since 2004.

**2004** – Multiple Murder of Unaí An ambush in the rural area of the Minas Gerais city leaves four fatal victims and reveals that the threats that Labor Law Enforcement Officer Nelson José da Silva had suffered were real. Less than a year after threatening Nelson with a *chucho*, Norberto Mânica tried to assemble a team to commit the crime. Nelson was the target, but he was not alone. This “detail” was not relevant. The order was clear: “Kill them all”.

**2006** – The Special Mobile Inspection Group (GEFM) is in the midst of gunfire at Fazenda San Kara, in Comodoro (MT). In February, a GEFM team arrives at the farm and finds few workers on the property. Then it turned out that weapons were hidden in the bush. The team wanted to talk to the farm manager and a PF delegate who tried to talk was met with a shot, which passed close to his head. Knowing of the presence of the PF over the radio, the shooters said they wanted war and the shooting dragged on for five long minutes. The Military Police were in charge of the shooters and were at the farm at the request of the farmer, who argued that he had received a robbery report. The PF ordered the military police to arrest the ranch's owners for falsely reporting

a crime. In the city, the fact was reported to the police commander. Testimonials were taken. All reports have been made. 16 years have passed and the case has not yet been judged.

**2013**- It was the year in which more occurrences against Auditors were registered. In May, a Labor Law Enforcement Officer from the GRT in Novo Hamburgo (RS) was attacked by seven people while inspecting a construction site in the municipality of Campo Bom (RS). The Tax Auditor entered the place and one of the employees indicated the room where those responsible for the work were. Upon arriving at the room and identifying himself, the owner, some relatives who were also in the room, a guard and a construction worker began to physically attack him. Because of the aggression, the Tax Auditor was unconscious for a few moments, but when he regained consciousness and tried to leave the place, he was attacked again, and the scene of violence was repeated twice more. Very injured, he was rescued by military police officers who arrived at the scene and took him to the hospital, where a forensic examination was carried out. Ten days after the attack. The Chief of Staff in Rio Grande do Sul forwarded the case to the Federal Attorney General's Office, the Federal Prosecution Office and the Public Labor Ministry, in addition to following the testimony of a witness at the Federal Police. Sinait mobilized and demanded action. On December 16 of that year the defendants were convicted of the assault. They had to pay compensation of R\$ 400 thousand for collective moral damage and procedural costs.

In July, the Regional Labor Management (GRT) in Barreiras (BA) received an anonymous phone call announcing an ambush, citing the names of four Labor Law Enforcement Officers who would be the targets. The servers were removed from the GRT due to the commotion surrounding the event. At the time, the Tax Auditors were inspecting the cultivation and processing of cotton and, because of the serious and imminent risk of accidents, machines were being banned, which greatly bothered producers in the region. After this threat, cot-

ton inspections began to be carried out by external teams. Only in 2014, the local teams resumed routine inspections. In November, an armed man invaded the headquarters of the Regional Agency for Work and Employment in Luziânia (GO) and fired shots at the head of the Agency and the guard who provided services on the day. There were no Labor Law Enforcement Officers on site. The head of the unit at the time did not know how many shots were fired, but estimated that there were three, one in his direction and two against the guard. The occurrence was registered with the Military Police and reported to the SRT/DF.

**2014** - In February 2014, again in Barreiras. Labor Law Enforcement Officers from the GRT learned that they would be the target of an attack by rural producers in the region. A group of contract killers would be being hired to “give a scare” to the servers. Immediately, the servers brought the fact to the attention of authorities: MPT, Federal Police, SRT/BA and SIT, as a way to inhibit criminal action. In December, in Rio Branco (AC), a Labor Law Enforcement Officer was intimidated after having integrated rural inspection in which 15 workers subjected to labor analogous to slavery were rescued. Days after the action, the Officer realized that he was being followed by a vehicle on the way from his residence to SRT/AC, in Rio Branco. Days after this episode, when he was at a restaurant with his family, a man sat at the next table, did not order and began to photograph him when he got up from the table to leave the place with his wife and son. As a preventive measure, the Auditor filed a complaint with the Federal Police, so that the case could be investigated.

In July, in the course of tax action to register employees, a Labor Law Enforcement Officer suffered physical and psychological violence in the city of Castanhal, Pará. The fact occurred after three employers resisted the tax action in their establishments. On the day of the aggression, the Tax Auditor visited places far from the center, more precisely a street where there were several small shops. When the three employers showed resistance, he

decided to continue to inspect the other establishments and then return. According to the Auditor-Fiscal's own account, when he returned, the violence took place inside a small supermarket with the three employers present. They refused to acknowledge the Tax Auditor's authority, took his working identity card and held him hostage for nearly an hour. Then, a security guard dragged him outside, where several people had gathered, hinting that they might lynch him. Faced with the risk he was running, the Tax Auditor asked for help from a passerby who called the police. At the police station, with the presence of the three employers, the Tax Auditor registered a police report and reported all the facts.

Throughout the year, multiple situations of embarrassment experienced by Labor Law Enforcement Officers in the municipalities of Alfredo Wagner and Ituporanga, located in the Alto Vale region, in Santa Catarina, were the subject of complaints by the Union, the Sinait Union Police Station in Santa Catarina and of the Association of Labor Law Enforcement Officers in Santa Catarina (Afitesc). In the state, since 2007, onion producers, refusing to comply with the law, hampered the work of the Labor Inspection and had taken actions to intimidate inspection teams. That year, they closed the Ituporanga exits with tractors to prevent the Auditors from having access to rural properties. In 2010, in the same city, producers surrounded a vehicle from the Ministry of Labor, turned on the local radio and threatened to set the vehicle on fire, which was accompanied by demonstrations by local authorities calling for the withdrawal of the Labor Inspection from the region. At one point, the situation became so tense that fiscal actions were only carried out with police escort.

**2015** - In February, Tax Auditors from the GRT of Uruguaiiana were threatened while inspecting construction works on the temporary structure for the carnival party. The servers embargoed the structure, due to failures in the operation at height, characterized as a serious and imminent risk of work accident, in addition to other labor irregularities. The

inspection action began on February 19, two days after the start of the installation of the event's structures. In this visit, made by only one Tax Auditor, from the first moment the company representative acted aggressively, changing his voice, pointing the finger at the Tax Auditor and asking what he was doing at the construction site, in addition to inciting workers, saying they would be fired because of the inspection. On the second visit, four days later, three Tax Auditors carried out inspections focused on safety and health at work and found several problems, especially when working at heights. That's why there was an embargo, on the understanding that the workers were exposed to the risk of accidents at work. Once again, the company representative was aggressive and incited the workers to violence against the Tax Auditors. In a third visit, on February 26, due to the request for suspension of the embargo, the Tax Auditors previously requested protection from the Federal Police, which provided six agents. Thus, they were able to carry out the inspection in a protected way. The Labor Law Enforcement Officers did not file a police report.

In March 2015, the third threat episode occurred in Barreiras. Another anonymous phone call addressed to Labor Law Enforcement Officers was received at GRT. The interlocutor named two Tax Auditors by name and said that he would be "prepared" for when they return to the inspection site. On a visit to the municipality of Barreiras on March 27, 2015, the then president of DS/BA, Wellington Maciel Paulo, met with the GRT Auditors and visited the Federal Police post to demand speed in the investigations of the case. Also in 2015, Tax Auditors based in Barreiras presented a list of claims to the head of the GRT, requesting immediate measures to curb anonymous threats and guarantee the security of servers.

Also in March, agents of the Military Police and Civil Police of the state of Maranhão subjected two Labor Law Enforcement Officers to a situation of violence and embarrassment. The civil servants conducted fiscal action to combat child labor and protect adolescents

in the municipality of Peritoró. When the Tax Auditors monitored the payment of contract terminations of teenagers away from irregular work, on the premises of the city's Guardianship Council, they were approached by the police. Even after the presentation of the functional identity, the Tax Auditors went through the embarrassment of having their vehicle searched in front of popular people and of being taken to the Police District, separately, placed under suspicion of having false documents and of being embezzlers. A note issued by the State Secretariat for Social Communication of the government of Maranhão informed that the state governor had determined the investigation of the facts and the adoption of the appropriate measures.

In September, a Labor Law Enforcement Officer suffered physical and moral aggression in the exercise of his function, in a tax action carried out in a car wash establishment in Santos (SP). Upon arriving and asking for basic information about the company, such as the CNPJ number, which was not included in the invoices, the Tax Auditor found resistance from the alleged employers and explained the legal consequences of not providing clarification to the Labor Inspection. According to the Tax Auditor, there were four workers at the car wash, and they all seemed afraid to provide basic information, such as their own names. Only one of them was allowed to speak. After gathering and recording the data passed on by the employee, the Tax Auditor asked for information about the others who had left the site. That's when the attacks started. Faced with the lack of information about the company, the Tax Auditor stated that he could sue the owners for embarrassing the inspection and for keeping workers without registration. At that moment, one of the alleged employers aggressively hit the folder that was in the hands of the Tax Auditor. The server informed that he would report the fact and left the place without completing his work, due to the threats.

**2016** – In April, new threats to Labor Law Enforcement Officers in Uruguaiana (RS). Sinait's complaint reported intimidation through a let-

ter addressed to two GRT Labor Law Enforcement Officers in that city. The union called for immediate action, as well as the removal of the servers from the site. The threatened tax auditors reported the case to the Federal Police of Uruguaiana and reported the episode to the Regional Superintendence of Labor of Rio Grande do Sul (SRTE/RS).

In May, a GEFM team made up of Labor Law Enforcement Officers, federal highway police and a labor prosecutor, was shot at during inspections in a locality called Terra do Meio, in the countryside of São Félix do Xingu, in Pará, on May 18. The inspection focused on combating slave labor. During the action, the inspection team came across a vehicle with six workers. At the time, the workers reported that they had just been threatened, attacked and expelled from a farm where they worked. Faced with the situation, part of the GEFM took the workers to Vila Central, to protect their safety. The rest of the group went to the other farm, which was also the target of the tax action. When they arrived at the site, the surveillance team found that the house where the workers were housed had been torn apart. So, they went to look for the farm's headquarters. On the way, the group came across the aggressors, who were in a pickup truck. They tried to intercept the vehicle, but were shot at by the men in the car. Given the seriousness of the facts, the tax action in the region was suspended.

The month of June arrives and Labor Law Enforcement Officers suffer repeated threats in the same establishment, a sawmill near the center of Lages (SC). First, a Labor Law Enforcement Officer was questioned by the representative of the inspected company, who started yelling at the server. At that moment, the Auditor said that he would withdraw from the company, but informed that it was an act of embarrassment to the inspection. Once outside the company, he was pursued by the owner of the place, who, with his hands behind his back and in the position of someone carrying a gun, began to threaten him. On August 8, Labor Law Enforcement Officers were again

threatened by the owner when inspecting the same sawmill. As a result, the second team that visited the establishment, as a task force, requested an escort from the Military and Federal Police, to ensure the safety of the group.

**2019** – Threat to the life of a Labor Law Enforcement Officer in Ceará. The incident took place in May, at the headquarters of the Regional Labor Attorney's Office, in Fortaleza (CE), when civil servants witnessed a businessman included in the Slave Labor Dirty List screaming that he was going to kill the Labor Law Enforcement Officer who had coordinated the action that found irregularities in its establishment. The man, upset, informed that he had sought the Public Defender's Office of the Union and that he would seek care again. If he didn't find a solution, he would go to the Regional Labor Office (SRT/CE) to kill the Auditor.

In June, in Pará, two Labor Law Enforcement Officers were approached by federal highway police after leaving a farm where they had carried out an inspection. The PRF was called by telephone by the rural entrepreneur who, using bad faith, accused the federal agents of being land invaders. Until everything was clarified, the Labor Law Enforcement Officers went through embarrassment and risks. Also in June, another Labor Law Enforcement Officer received threats by phone, through the WhatsApp app, after working in a GEFM operation, also in the state of Pará. The person identified himself as a member of a criminal organization. The Union requested the immediate removal of the Tax Auditors from the risk conditions, until the conclusion of the police investigations that were initiated.

In September, an inspection team was attacked in the municipality of Araripina (PE), during an inspection of flour mills in the region. The team inspected three flour mills and interdicted machinery and equipment, including the ovens, because they posed serious and imminent risks to workers. Dissatisfied with the inspection and the interdiction of machines and ovens, a group, apparently of workers, blocked the BR 316, through which the inspec-

tion team and the civil police escorts would leave. They set fire to tires and demanded that the Labor Law Enforcement Officers get out of the vehicles to clear the establishments. The team did not give in to the demand to disembark from the vehicles or to clear the machinery.

In November, in Recife (PE), two Labor Law Enforcement Officers were threatened and expelled from the site by the owner of the company that was being inspected. In contact with one of the Tax Auditors involved, Sinait found that there were reports of truck drivers without registration in the Employment and Social Security Card. The Tax Auditors decided to go to the company at lunchtime, as there were more chances to find the drivers there. They arrived, identified themselves and began interviewing the workers, immediately realizing that there were irregularities in the employment relationship. Then the business owner arrived screaming and threatening. He said that they couldn't be there at that moment – lunch time, that they could only be there with a warrant and that they were harassing the workers. Faced with the aggressiveness and fearing for their physical integrity, they decided to withdraw. The workers did not react.

**2020-** In June, a Labor Law Enforcement Officer working at SRT/SP was physically and morally assaulted in the course of an inspection. Pushed, he fell and suffered bruises. The case took place when he was inspecting an accounting company based on a complaint that the employer was not complying with the standards for preventing the transmission of Covid-19. As soon as it became aware of what had happened, Sinait immediately denounced the aggression to the Administration and provided all the necessary support to the Tax Auditor.

**2022-** In July, during inspections in São Luís (MA), Labor Law Enforcement Officers were embarrassed and had information leaked on social media by the owner of the establishment, who is also a digital influencer. They carried out an action to combat informality in a food park, a complex that houses several res-

taurants. By court decision, the publications were withdrawn. The workers found in the informal sector changed their version of the facts and began to say that they did not know who was responsible for their payments. Sinait met with representatives of the SRT/MA to ask for support and speed from the authorities against such an occurrence and so that new ones do not happen.

# Aílton, Eratóstenes, João Batista and Nelson

In almost nineteen years, much has been said about the Massacre of Unaí. The faces of the four employees of the Ministry of Labor murdered in the exercise of their activities, printed reports and pieces, most produced by Sinait for the acts. In the following pages the reader will know a little more about the victims' personal lives. Such information is not easy to collect. Due to the barbarity and the great repercussion of the crime, the families live in seclusion and it is known that the widows preserved their children. Relatives and friends were heard and through their reports it was possible to bring something new about each of the victims of the Multiple Murder of Unaí.

## Aílton

Aílton was a good person, hardworking, good-natured. He married Marlene in 1982. They had two children, Rayanne and Ariel, who were 16 and 15 years old, respectively, at the time of the crime. He was a driver for the Ministry of Labor. Aílton left home for his last trip on January 26, 2004, the day Ariel turned 15. He always repeated to family and friends that his greatest wish was to see his children graduate.

Aílton's dream for his children came true. Rayanne is a biologist and Ariel is an economist. "I am happy to have formed my children and sad because their father is not with us". It's Marlene's feeling about everything that has happened to her family since her husband's death. She still feels the pain that has accompanied her since she received the news, "I was left aimless, wondering what would become of us".

Rayanne and Ariel remember the date of the crime, the sadness when they received the news, the lack of credulity, against the reality printed in the newspaper headlines, due to the

great repercussion of the crime. For Rayanne, her father is a hero, because even though he was shot in the head and face, he drove for about seven kilometers with his three friends killed in the car, until he found help and gave details of the ambush, which would later contribute to the investigation.

For Ariel, a response from Justice is essential. Regarding the comings and goings of the process and the routine comment that the world is bad, Marlene has a sentence that summarizes these almost 19 years of process: "The world is good, what is not in its proper place is Justice".

Aílton was born in Sete Lagoas (MG). He was 52 years old when he was murdered. He was Marlene's first boyfriend. Together, they completed the Second Degree, training that helped him reach the Ministry of Labor. Labor inspectors traveling with Aílton revealed that he took great pleasure in taking his passengers to places with good food on the roads, which he knew well. He was considerate and polite. He was a simple person with good manners; craftsman in his spare time. I made miniatures with scraps of newspaper. He was a storyteller. He loved his family and worked for them. He died in the service of Brazil.

## Eratóstenes

Eratóstenes, or Tote, as those closest to him knew him, was the youngest of the four servants targeted that January 28. He was 42 years old, married to Marinez Lina and father of Isabelle. When he left home two days earlier, Eratóstenes recommended Marinez to take care of the preparations for his daughter's birthday party, which was about to take place. Isabelle would be six in February. In this account, it is Marinez who gives details of her husband's personal life.

He was the youngest of nine children. The different name, coming from the Greek, was a choice of the godfather of baptism, a priest very close to the family who helped Judite, the mother, throughout the prenatal period of that “early” child. The family lived in Belo Vale, in the countryside of Minas Gerais. The priest used to take Dona Judite to carry out exams in nearby cities, which at the time had more health equipment available. When Eratóstenes was four years old, the family moved to Contagem, in the metropolitan region of Belo Horizonte.

Tote graduated in Mechanical Engineering from the Federal Center for Technological Education of Minas Gerais (Cefet/MG) in the mid-1980s and was passionate about the profession. At the beginning of Fernando Collor de Melo’s government he lost his job. He spent a period trying to get back into the job market and ended up becoming disillusioned with the profession. So, he started taking contests and passed several. He was already dating Marinez when a friend, whose father worked at the Ministry of Labor, commented on the opening of a competition for Auditor-Fiscal of the portfolio. Eratóstenes was approved in the civil-service examination of 1994 and joined the Labor Law Enforcement Office in 1995. The following year, he married Marinez and two years later, their daughter, Isabelle, was born.

The family had a quiet life. Eratóstenes was a wonderful father and husband too. The brothers, who were relatively older than he was, were in love with that studious and focused youngest. In Marinez’s words, he was the “baby” of the brothers. A few days before the trip to Unái, the family went to visit one of Marinez’s sisters and she told Tote at one point to watch the news that night, as everyone knew that he watched it every day, he never liked to miss the nightly news. Surprisingly, he did not want to see the program and stated that that day “he was preferring the family”.

Tote traveled quite often. I had already been to the Unái region, accompanying Nelson in tax actions more than once. He had even inspected the properties of the Mânicas brothers. However, it was the first time he was there

together with João Batista. The two were assigned to the Regional Labor Office in Belo Horizonte and had become friends. Families began to live together.

In January, they went on vacation. As soon as he returned to work, he was scheduled for what would be his last trip. The news of Eratóstenes’ tragic death dropped like a bombshell. They were fellow Labor Law Enforcement Officers who were at her house that morning of January 28, 2004. Careful of the delicacy of the situation, they were first asked if she had seen the news, to which she promptly replied that she had not. Then they talked about a serious accident and only later did they say that Tote had died.

“My world has fallen. The news was spreading, suddenly the house was full of family members. It only dawned on me at night when I saw that horrible scene on the news, the truck, the bodies. It was him. My husband was in that scene.”

Marinez never stopped participating in the manifestations made by Sinait, by her husband’s colleagues, in the trials, but she always preserved her daughter and brothers-in-law. “It is very heavy for her, who has lived with tragedy since she was a child. For his brothers too. They are old, they are still sorry, especially for the brutality. Reviewing everything is very difficult, so from the beginning I chose to have only one person to go through it”.

Isabelle is a young medical student, about to graduate. She is studious, focused, committed and rigorous with her commitments, like her father. She doesn’t like to bring up the subject of crime and her mother didn’t want to force or be intrusive with her emotions. Due to the brutality, commotion and proportion that the crime took, the subject was approached several times in the schools where she studied. Whenever there was talk of crimes involving landowners, crimes of command, the case came up and Isabelle was forced to live with it.

She spoke about it in two specific moments: when she was taking a preparatory course for college, in an essay whose theme was land conflict, she identified herself in the text as

the daughter of one of the victims of the massacre. Then, in May 2022, shortly after the second trial of Antério Mânica, she opened up to her mother and spoke about how absurd it was that his lawyer had cited the case as reverse racism against his client (at the time, the lawyer said that Antério Mânica was being condemned for being white and rich). Isabelle told her mother that the episode made her cry a lot next to a friend. It was, in fact, the first time she was able to speak and open her emotions.

The gap left in the family ranges from pain to longing, joy to sadness and sometimes hope. “I have the joy of seeing my daughter grow up, go to college. How I wish her father were here to see it. It’s stolen years. He missed that sixth birthday and all the others. The fifteen-year-old, the celebration of his entrance into college, graduation soon...”

Marinez says that he is still moved by the attitudes of the Labor Law Enforcement Officers, who also suffer a lot from all the pain and impunity that surrounds the crime. “Friends embraced the cause. So, together with Sinait, we became a bit of a family, this political family that doesn’t give up, that runs after, that doesn’t conform. My husband was an honorable father who lost his life for a cause, for honest work. I wonder what kind of loving grandfather he would be. I want to be a grandmother, great-grandmother and take his story forward.”

Labor Law Enforcement Officer Fábio Araújo, who worked together with Eratóstenes and João Batista, reported that Tote had a certain concern with the activity he performed and, therefore, did not allow them to put his full name on the stamp he used at the Ministry of Labor.

## João Batista

João Batista was a kind, polite and noble person. That’s what everyone says about him. Who told a little more about the husband, friend and family man he left in his memory, was his widow, Genir. When João Batista and Genir started dating, he was 31 years old and had been working for a long time as Chief of

Staff, doing payroll at a company, which was on the same street where she worked.

Born in Morro do Pilar (MG) João Batista went to Belo Horizonte in search of a job opportunity. He, however, had not completed High School (now High School). He took a supplementary course and finished this stage of his studies. Then he began to study for competitions and even passed the Regional Labor Court (TRT), Court of Justice (TJ) and Federal Justice, contests for high school. João chose TRT, where he worked for two years.

Genir and João Batista got married about a year and a half after they started dating. Encouraged by her, he took the entrance exam. He studied Law at the Pontifical Catholic University of Minas Gerais (PUC/MG). He graduated and, in the 1994 competition, joined the Labor Law Enforcement Office.

The couple had two children: Juliana (Juju), who was 10 years old at the time of the crime, and André, who was 14. Genir reports that the family, the four of them, were very close and did everything together. João Batista liked the countryside, working in the woods. They often went to Genir’s family’s country estate, where he spent hours tending to things in the bush. A week before the crime, the family took a trip to the interior of Minas. He played with his daughter, called her to “hunt for gold”, in the place where they stayed. Then he left with his son. One program with each. The last.

On the day of trip of João Batista, Genir left a rosary for him to take. She saw the rosary again when it was returned, along with her husband’s belongings. A TRT servant, Genir was working on January 28, 2004, when two men she didn’t know arrived with a folder, looking for her. They were Labor Law Enforcement Officers, colleagues of João Batista, who came to deliver the news. At first, they talked about a very serious accident and that one of the victims would be in the hospital.

She went into shock; could only deny. Then, he went to his sister’s house and the news was being updated. It was soon learned that it was not an accident, but an ambush. Genir needed



to break the news to his children.

Juju looked at us in astonishment and asked:

“Does that mean I’ll never have a father again?”

Andrew did not accept.

Despite knowing that she could count on the support of her family, Genir found herself alone. “I filled my face with granite, took a deep breath and said to my children: If God took your father, it’s because he knew I would take care of you. Then I wore that cape and I have it to this day.” For Genir and her children, it was a terrible loss. Almost 19 years later, she still gets emotional when she remembers how her husband was found, cowardly murdered, shot in the head, strapped to his seat belt, without any possibility of defending himself. At the wake, André did not leave his father’s coffin. For days he wore a João Batista T-shirt. The loss was gigantic. João Batista was a loving father, a devoted husband. The emptiness of your absence is still there.

After all the defendants are convicted, one, even, twice, Genir, despite considering the correct sentences, discredits the Justice for the case. After all, everyone was convicted, but only the contract killers served time. And all the masterminds and intermediaries had their sentences reduced more than once.

On June 28, 2003, exactly six months before the crime, was João Batista’s 50th birthday party. A few closer Officers were present, such as Eratóstenes, with whom João Batista had become friends about two years earlier. Genir wrote a letter, which a neighbor of the family read for those present. Juliana played the song *La belle de jour* on the guitar for her father, by the Pernambuco singer-songwriter Alceu Valença. For Genir, that was a farewell night.

### **Excerpt from letter of Genir to her husband on his 50th birthday**

*“Sorry for the speech, because I know the spotlight is not your forte. However, today we wanted to pay you a little tribute... We discovered that we had something in*

*common: the desire to grow professionally and as human beings... And then, our two children, our loves, arrived, with the pitcher full of water to quench our thirst for love and hope... I want to tell you that after all the difficult or happy times we went through, I never stopped recognizing its integrity, class and honor”.*

## **Nelson**

The fact that Nelson, at 52, was preparing for marriage and retirement, almost at the same time, gives the dimension of what his life was like at that moment. Nelson has been Labor Law Enforcement Officer since 1999. He married Therezinha de Oliveira, with whom he had a daughter, Kellen. Nelson and Therezinha separated in 1984. He later had another son, Thiago, the result of a brief courtship. Nelson had a good relationship with his children. Kellen was in medical school when his father was murdered. Thiago had just turned five; the youngest of the seven orphans in the tragedy.

Nelson was assigned to the Regional Labor Sub-Office in Paracatu and worked in the region. He lived in that city, until he met Helba Soares, while overseeing a company in Unaí. They were introduced by the owner of the company who was interested in finding a boyfriend for the employee. A short time later, Nelson moved in with Helba, in Unaí, from where he carried out his activities in the supervision of several companies in the region. The couple used to travel to Parapeúna, district of Valença in Rio de Janeiro, home of Nelson. His family had a business there.

Whenever they went from Unaí to Parapeúna, they stopped in Juiz de Fora (MG) to visit Thiago, who lived in the city with his mother. Nelson didn’t have a driver’s license and it was Helba who drove the trips. In 2003, three years after they met, Helba quit her job and took care of housework and driving for Nelson, which she enjoyed doing. The couple planned the wedding for that year 2004. The plan was that, after he retired, the two would be divided between Parapeúna and Unaí. Peo-

ple close to him noticed that Nelson became more cheerful and excited after his relationship with Helba.

Before joining the Labor Law Enforcement Office, Nelson was a Mathematics teacher. He graduated in Law and Mathematics.

Nelson had been threatened and knew he was in danger. He didn't like to talk about work at home, but he did report some passages to Helba. He began to be bothered by mundane situations, such as one day when his private car, in early January 2004, broke down on the highway and he was terrified that they would be attacked until the car problem was resolved.

On January 26, 2004, while Aílton, Eratóstenes and João Batista were traveling from Belo Horizonte, Nelson left Unaí, bound for Paracatu, to meet with his colleagues and initiate inspections. Helba took her husband to catch the six o'clock bus. In the late afternoon Nelson returned home. The companions stayed in a hotel in the city. The next day, January 27, Aílton, Eratóstenes and João Batista picked up Nelson from home and went to work. They had lunch at a restaurant in town. Nelson went home and didn't come out that day.

On January 28, he woke up early to get organized and wait for his colleagues. Left home at 7:15 a.m. It would be the same routine as the day before. It would be. If it weren't for the certainty of impunity, cruelty, malice and coldness of people who had the fate of that day set. Around 10 a.m. Helba received a call from her sister, saying that officers from Incra had been murdered in rural zone of Unaí. She panicked. It had nothing to do with Incra. It was Nelson, she knew. She had reported the threats. He spent part of the last days of his life in fear. As Helba often repeats: "The four were truly condemned: Aílton, Eratóstenes, João Batista and Nelson, with the death penalty.



# MASSACRE DE UNAÍ

La lucha de Sinait por justicia

---

En memoria de Aílton, Eratóstenes, João Batista y Nelson

En homenaje a las familias de las víctimas y  
a los Auditores Inspectores Laborales de todo el país



## **Agradecimientos**

El Sindicato Nacional de Auditores Inspectores Laborales (Sinait) agradece a sus representaciones en los estados, a las entidades, a los movimientos sociales, a la prensa, a los empleados del Sindicato, en fin, a todos los que durante casi 19 años han estado con nosotros en la lucha por la justicia. Es difícil dar nombres. En este periodo mucha gente sufrió y se peleó con los inspectores de trabajo. Las movilizaciones del Sindicato contaron con un expresivo apoyo popular. La prensa siempre dio a la tragedia el protagonismo que merece y, en este sentido, contribuyó a dar visibilidad tanto al crimen como a la impunidad que lo rodea. Los miembros del Ministerio Público Federal, especialmente los de Minas Gerais, que presentaron la denuncia. Entidades que representan a los funcionarios públicos de todo el país, en representación de los trabajadores. La categoría de los Auditores Inspectores Laborales en general, que siempre dieron la batalla y nunca se rindieron para que se hiciera justicia. Todos, sin excepción, formamos parte de esta historia de lucha y resistencia. No hemos llegado hasta aquí solos, y juntos seguiremos hasta que se haga justicia.

## Lista de abreviaturas

AAFIT/MG - Asociación de Auditores Inspectores Laborales de Minas Gerais

AAFTAM - Asociación de Auditores Inspectores Laborales de la Amazonia

Abrat - Asociación Brasileña de Abogados del Trabajo

Acat - Asociación Carioca de Abogados Laboralistas

Aitema - Asociación de Auditores Inspectores Laborales de Maranhão

Anamatra - Asociación Nacional de Magistrados de la Justicia de *la Justicia Laboral*

Anfip - Asociación Nacional de Inspectores de la Renta Federal

ANPR - Asociación Nacional de Fiscales de la República

ANPT - Asociación Nacional de los Fiscales Laborales

CIIT - Confederación Iberoamericana de Inspectores del Trabajo

CNBB - Conferencia Nacional de Obispos de Brasil

CNJ - Consejo Nacional de Justicia

CNTSS - Confederación Nacional de Trabajadores de la Seguridad Social

Conatrae - Comisión Nacional para la Erradicación del Trabajo Esclavo

Condsef - Confederación de Trabajadores de la Administración Pública Federal

Conlutas - Coordinación Nacional de Lucha

CPT - Comisión Pastoral de la Tierra

CUT - Central Única de Trabajadores

DS - Delegación Sindical

DRT - Dirección Regional de Trabajo

FNPET - Foro Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil

Fonacate - Foro Nacional Permanente de Carreras Típicas del Estado

Fonasefe - Foro de Entidades Nacionales de Servidores Públicos Federales

GRT - Gerencia Regional del Trabajo

Mosap - Movimiento Nacional de Funcionarios Jubilados y Pensionistas

MPF - Ministerio Público Federal

MPT - Fiscalía del Trabajo

MTP - Ministerio de Trabajo y Previsión Social

PF - Policía Federal

Sindifisco - Sindicato Nacional de Auditores Fiscales de la Hacienda Pública Brasileña

Sinduscon - Sindicato de Trabajadores de la Construcción Civil

SRT - Superintendencia Regional del Trabajo

STF - Corte Suprema de Justicia Federal

STJ - Tribunal Superior de Justicia

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior del Trabajo

## Sumario

Masacre de Unai - La emboscada contra el Estado brasileño .....	292
Resultado de las investigaciones .....	299
Evolución de los hechos hasta 2009 .....	303
Avance del proceso y actividades hasta 2013 .....	307
El juicio de los ejecutores .....	317
Actos y actividades hasta 2014 y 2015.....	322
El juicio de Norberto Mânica y José Alberto Castro .....	327
El juicio de Antério Mânica .....	331
El juicio de Hugo Alves Pimenta .....	333
Actos y actividades entre 2016 y 2018 .....	335
El juicio nulo de Antério Mânica.....	340
Actos y actividades entre 2019 y 2022 .....	341
El segundo juicio de Antério Mânica.....	347
Final .....	350
Aílton, Eratóstenes, João Batista y Nelson.....	356



# Presentación

Cuatro servidores del Ministerio de Trabajo emboscados, tres de ellos muertos, atados a sus cinturones de seguridad, sin la más mínima posibilidad de defensa. La cuarta víctima murió de camino al hospital. Un crimen de mando en la primera década del siglo XXI. La revuelta, el miedo y la indignación se apoderaron no sólo de los inspectores de trabajo, sino también de diversas categorías de trabajadores en todo Brasil. En el crimen, cuidadosamente articulado, el objetivo era el auditor inspector laboral Nelson José da Silva, que ya había sido amenazado por los agricultores de la región. Pero los bandidos no tuvieron un momento en el que estuviera solo. Nelson había solicitado un equipo para acompañarle en la acción, que tendría lugar en la cosecha de frijoles.

Ante el impasse, uno de los bandidos llamó por teléfono a un intermediario para que le aconsejara qué hacer y entonces llegó la orden del jefe: “Mátalos a todos”, que en el lenguaje del crimen significa matarlos a todos. La oferta de incluir a tres víctimas en el plan suponía duplicar el valor del servicio. Así, el 28 de enero de 2004, cuando viajaban desde Unai para una inspección rural, los Auditores Inspectores Laborales Nelson José da Silva, Eratosthenes de Almeida Gonsalves y João Batista Lage, junto con el conductor Aílton Pereira de Oliveira fueron víctimas de uno de los crímenes más impactantes contra el Estado brasileño. Aílton sobrevivió y consiguió dar alguna información sobre la emboscada, pero murió de camino al hospital.

La masacre de Unai, como se conoció el crimen dentro y fuera del país, es una herida que ha marcado para siempre a la Inspección Laboral. Desde el 28 de enero, el Sinait se ha comprometido con la lucha por la justicia y ha apoyado a las familias y a los compañeros que aún sienten la herida abierta. Más de 18 años después de la tragedia, la sensación de impunidad ha cambiado poco. Una rigurosa investigación ha señalado a los culpables, nueve en total. Se celebraron cinco pruebas. Todos los implicados fueron condenados, pero sólo los autores están cumpliendo condena.

Nunca se detiene a ningún mandante o intermediario, salvo por muy poco tiempo, beneficiándose siempre de las maniobras judiciales. Es un delito contra el Estado, que el propio Estado no castiga. Es difícil de entender. A pesar de las condenas de cerca de cien años para cada uno, todos los cabecillas e intermediarios han conseguido una victoria tras otra, en recursos ante los tribunales superiores. En el último golpe se redujeron, una vez más, las condenas.

En *Chacina de Unai - La lucha del Sinait por la justicia*, conocerás un poco más la historia de la lucha y la resistencia del Sinait contra la impunidad. Es un recurso de allá y también de acá. No daremos a los delincuentes la oportunidad de prescribir el delito. No podemos dejar que la tragedia quede impune ni que la sociedad la olvide. Seguimos luchando y esperamos ver a los culpables detenidos, para que por fin se haga justicia en nombre de los funcionarios públicos. En memoria de nuestros compañeros asesinados, nuestra llamada seguirá viva.

¡Aílton, presente! Eratóstenes, ¡presente! João Batista, ¡presente! ¡Nelson, presente!

Bob Everson Machado  
Presidente del Sinait

# Prólogo

Ricardo Rezende Figueira<sup>1</sup>

En el 28 de enero de 2004, el país se vio conmocionado por la noticia de una masacre. Cuatro empleados del Ministerio de Trabajo fueron asesinados en Unaí, Minas Gerais. Eran el conductor Aílton Pereira de Oliveira y los auditores inspectores laborales Eróstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Lage y Nelson José da Silva. Este último, amenazado, fue asesinado por una muerte anunciada y conocida, ya que había denunciado tales amenazas a las autoridades.

Se identificaron los autores materiales e intelectuales de los crímenes. El Sindicato Nacional de Auditores Inspectores Laborales (SINAIT, abreviatura en portugués) ha presionado desde entonces para que, además de desvelar el crimen, se castigue a los responsables y busca que el tiempo no entierre la memoria de los hechos y de los muertos.

Tenemos aquí un hermoso libro, testimonio de la historia de estos hombres. No son meros números. Una muerte humana significa que los rostros, los amores y los sueños se han ido. Significa relaciones rotas, ausencias, añoranza y dolor.

El libro presenta la faz humana y trágica de una historia conmovedora.

El asesinato de los servidores públicos es un recordatorio de que en Brasil la violencia es una constante. En 2021 se registraron 41.100 asesinatos. Y el hecho se celebró porque serían 3.000 menos que el año anterior. Qué triste. ¿Más de 40.000 asesinatos y todavía podemos celebrarlo?

En Unaí, además del asesinato de cuatro personas, el crimen fue una masacre. Ha habido otras masacres en Brasil. Algunos con repercusión en los medios de comunicaciones nacionales e internacionales. Varias masacres fueron llevadas a cabo por la propia policía, incluso en áreas metropolitanas, en centros de poder y medios de comunicación, y no en las lejanas afueras del control estatal. Por ejemplo, en 1992, en la Casa de Detención de São Paulo, conocida como Carandiru, fueron asesinados 111 presos. Al año siguiente, ocho jóvenes, de entre 11 y 19 años, fueron asesinados mientras dormían en la plaza de la iglesia de la Candelária, en el centro de Río de Janeiro, y 21 personas fueron ejecutadas en la favela Vigário Geral, en 2002, también en Río de Janeiro. En 2005, 30 niños, adolescentes, mujeres y hombres fueron asesinados en Nova Iguaçu.

En las masacres las víctimas están desprevenidas y desarmadas para resistir y se produce una matanza colectiva. Y las masacres son comunes, especialmente contra los pobres. Pueden tener lugar dentro o fuera de las prisiones, por ejemplo, en las chabolas, donde con frecuencia matan a jóvenes negros desarmados.

Las masacres contra los pobres no son nada nuevo desde el Brasil colonial. En el Brasil imperial, algunos casos son más conocidos, como la revuelta de Cabanos, en Pará, en la década de 1830, en la que fueron asesinados miles de personas o, en 1887, la población de Canudos, formada por 25.000 personas, en Bahía, fue exterminada por el ejército del Imperio.

Viví durante veinte años en la zona rural amazónica del sudeste de Pará, entre 1977 y 1996, y allí conviví con frecuentes denuncias de asesinatos individuales de okupas y peones, y también con masacres.

---

1. Padre y profesor de derechos humanos, vive en Río de Janeiro, ubicado en el Núcleo de Estudios de Políticas Públicas de Derechos Humanos de la Universidad Federal de Río de Janeiro, coordina el Grupo de Investigación de Trabajo Esclavo Contemporáneo.

Como resultado de una rigurosa y larga investigación, se está preparando un libro en Marabá, en el estado de Pará, por el abogado y agente de la Comisión Pastoral de la Tierra, José Batista, y el profesor Airtom Pereira. El enfoque del estudio se refiere a los asesinatos de los trabajadores de la región en su lucha por la tierra y contra el trabajo esclavo. Uno de los capítulos trata específicamente de las masacres.

El material presenta 52 masacres con una lista de 279 personas asesinadas en estas circunstancias entre 1980 y 2019. Hay casos famosos como el de Eldorado do Carajás, en 1996, con al menos 19 víctimas mortales. Algunas masacres tuvieron lugar en las propiedades de poderosos grupos empresariales. Muchos de los muertos no tienen sus nombres registrados, algunos tenían sus cuerpos mutilados, quemados, devorados por animales, total o parcialmente, o desaparecidos en cementerios clandestinos en las granjas o, enterrados en cementerios oficiales con ocultación de identidad.

Los hay con nombres conocidos, algunos de mujeres y adolescentes, como Leonilde Resplandes Silva, que fue violada por pistoleros antes de ser asesinada y quemada hasta morir. Algunos de los asesinados eran okupas que luchaban por una tierra donde vivir y trabajar; otros, peones, en circunstancias de esclavitud con el pretexto de las deudas.

En la gran mayoría de los casos la Policía, el Ministerio Público y el Poder Judicial fueron omisos en las investigaciones, en las denuncias y en las sentencias.

Cuando leí las páginas de este libro, donde los asesinados no eran trabajadores rurales, sino personas que salían a ejercer con dignidad la función que les había sido destinada por el Ministerio de Trabajo, pensé en otros que también conocí en la Amazonia que no eran servidores públicos, sino también defensores de los derechos humanos y que fueron engullidos por la furia asesina de los latifundistas y sus pistoleros, como el padre Josimo Moraes Tavares, las hermanas Adelaide Molinari y Dorothy Stang y los abogados Paulo Fonteles y Gabriel Pimenta. Pero llorar no es suficiente.

En el caso de los trabajadores rurales o de sus aliados en los rincones de la Amazonia, o en el de los auditores inspectores laborales y el conductor del Ministerio de Trabajo, la memoria de las víctimas no debe ser olvidada.

En Unai, los cuatro no sólo se representaban a sí mismos, sino al Estado en la defensa de los derechos sociales del pueblo, por lo que cuando se les golpeaba, se golpeaba al propio Estado. Lo mismo porque se han producido muchos otros en el país, llevados a cabo por sicarios. Diferente porque las víctimas eran funcionarios públicos.

Felicitaciones al SINAIT por preservar estas historias en muchas movilizaciones y en este libro. Escribir, insistir en el tema de la muerte es necesario, y ha habido un esfuerzo en este sentido. Es oportuno repetir aquí con la Sra. Michelle Bachelet, ex presidenta de Chile, la frase: “Una herida, si está sucia no se cura”.

Para soportar el dolor, es necesario reconciliarse con la verdad. Tanto en los casos de las personas con sus respectivas experiencias de violencia por parte del aparato del Estado, como de la violencia privada. La Comisión Nacional de la Verdad, a pesar de su tardía creación, fue relevante para nuestro país. Urgen otras “comisiones” locales, como la de seguimiento de la masacre de Unai, que son ejemplos del papel de la sociedad en la búsqueda de que crímenes como estos no vuelvan a ocurrir y que exigen respuestas eficientes de las autoridades públicas a favor de la vida y de los defensores de los derechos humanos, incluidos los de la función pública. Este libro cumple así un rol fundamental.

## Referencias bibliográficas

CARVALHO, Luiz Macklouf. **Contido a bala**: a vida e a morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no Sul do Pará. Belém, CEJUP, 1994.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende, PRADO, Adonia Antunes; PALMEIRA, Rafael Franca. **A Escravidão na Amazônia**: quatro décadas de depoimentos de fugitivos e libertos. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Rio Maria**: Canto da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

KOTSCHO, Ricardo. **Le massacre des posseiros**. Paris: Syros, 1981.

**Luta pela terra na Amazônia**: Mortos na luta pela terra! Vivos na luta pela terra! / Rogério Almeida e Elias Sacramento (organização). Santarém, Pará: Ed. dos autores, 2022.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Assassinatos no Campo**: crime e impunidade. 1964-1986. São Paulo: Global, 1987.

# Línea del tiempo



**28/01/2004**

Tres Auditores Inspectores Laborales y un conductor del Ministerio de Trabajo fueron brutalmente asesinados en el ejercicio de sus funciones, cuando se dirigían a realizar actividades de inspección en fincas del municipio de Unaí (MG).

**30/08/2004**

El MPF ha presentado cargos contra los ocho acusados. La investigación continúa con respecto a la participación de otros implicados.

**10/12/2004**

El juez federal del 9º Tribunal Federal pronuncia la sentencia de acusación y determina el juicio de todos los acusados por el tribunal del jurado. En esta ocasión, todos ellos fueron puestos en prisión preventiva. El acusado Antério Mânica, alcalde electo de Unaí, tuvo su caso desmembrado, debido a su jurisdicción privilegiada.

**20/09/2004**

El MPF añade a la acusación para incluir un nuevo acusado, Antério Mânica, también como el mandante de los crímenes.

**09/06/2006**

Hugo Alves Pimenta, que había sido puesto en libertad por decisión de un tribunal superior, fue detenido de nuevo porque intentaba comprar el silencio de los autores de los crímenes.

**17/07/2006**

El juez federal del 9º Tribunal de Belo Horizonte, a petición del MPF, decreta de nuevo la prisión preventiva de Norberto Mânica, por intentar comprar testigos.

**19/08/2004**

La investigación es concluida por la Policía Federal y enviada al juez del 9º Tribunal Federal de Belo Horizonte. Ocho personas están implicadas en el crimen.

**20/08/2004**

A petición del Ministerio Público Federal de Minas Gerais (MPF/MG), el juez del 9º Tribunal Federal decretó la prisión de Norberto Mânica, Hugo Alves Pimenta, José Alberto de Castro, Francisco Elder Pinheiro, Erinaldo de Vasconcelos Silva, Rogério Alan Rocha Rios, Willian Gomes de Miranda y Humberto Ribeiro dos Santos.

**30/08/2005**

La Corte Suprema Federal (STF) concede la libertad provisional a Norberto Mânica.

**28/11/2006**

El Tribunal Superior de Justicia (STJ) concedió el *habeas corpus* a Norberto Mânica, ordenando su liberación.





**24/05/2011**

Willian Gomes de Miranda es recapturado en Mato Grosso, en la ciudad de Primavera do Leste.

La Masacre de Unáí es ahora uno de los 71 casos en los que el Consejo Nacional de Justicia (CNJ) tendrá que intervenir para acelerar el juicio de los acusados.



**07/07/2010**

Humberto Ribeiro dos Santos es puesto en libertad debido a la prescripción de su crimen.

**26/02/2011**

Willian Gomes de Miranda es puesto en libertad, debido al cumplimiento de las penas a las que fue condenado, en delitos de competencia de la Justicia del Estado. Sin embargo, los guardias de la prisión no verificaron que el acusado estaba detenido preventivamente por decisión de la Justicia Federal.



**18/02/2013**

El Ministerio Público Federal de Minas Gerais está recurriendo a la decisión de la jueza ante el Tribunal Regional Federal de la 1ª Región en Belo Horizonte.

**24/01/2013**

La jueza Raquel Vasconcelos declina la competencia para el juicio en Belo Horizonte y decide enviar los expedientes del caso al Tribunal Federal de Unai.

**10/04/2013**

El STJ revoca la decisión de la jueza Raquel de Vasconcelos y determina que el juicio se celebrará en Belo Horizonte.

**29/04/2013**

El 9º Tribunal Federal de Belo Horizonte fija el juicio de los autores del crimen.

**16/09/2013**

En la víspera del juicio de los mandantes e intermediarios, el STF concede una orden judicial que suspende el juicio de Norberto Mânica. El Tribunal Federal también suspende el juicio de los otros acusados que iban a ser juzgados en la misma fecha.

**07/01/2013**

El acusado Francisco Elder Pinheiro muere, a los 77 años, víctima de un derrame cerebral, en Contagem (MG).

**22/08/2013**

La Corte Federal fija el juicio de otros cuatro acusados: Norberto Mânica, José Alberto de Castro, Hugo Alves Pimenta y Humberto Ribeiro dos Santos para el 17 de septiembre.

**27/08/2013**

Empieza el juicio de los ejecutores.

**31/08/2013**

El Tribunal del Jurado condena a los acusados Erinaldo Vasconcelos Silva, Rogério Allan Rocha Rios y Willian Gomes de Miranda.

**27 a 30/10/2015**

S José Alberto de Castro y Norberto Mânica son juzgados por el Tribunal Federal de Belo Horizonte. Ambos fueron condenados y recurren en libertad por ser la primera ofensa..





**10 e 11/11/2015**

Juicio de Hugo Alves Pimenta, que es condenado. Su condena se redujo gracias a un acuerdo de culpabilidad. Recurre en libertad por ser la primera ofensa.

**4 a 6/11/2015**

Antério Mânica es condenado por el Tribunal del Jurado. Apela en libertad por ser la primera ofensa.



**19/11/2018**

La 4ª Sección del Tribunal Regional Federal de la 1ª Región (TRF1) juzgó los recursos de los mandantes e intermediarios del crimen. Norberto Mânica presentó una confesión notarial, lo que llevó a la anulación del juicio de Antério Mânica, que tuvo derecho a un nuevo juicio. Los magistrados también decidieron reducir las condenas de Norberto Mânica, Hugo Alves Pimenta y José Alberto de Castro







**07/05/2019**

El Tribunal Superior de Justicia (STJ) admite los recursos del MPF contra la decisión del TRF1 de anular el juicio de Antônio Mânica.

**03/06/2020**

El ministro del STF Marco Aurélio Mello, monocráticamente, niega la continuidad al Recurso Extraordinario contra la decisión del TRF1 de anular el juicio de Antônio Mânica.

**24 a 27/05/2022**

En su segundo juicio, Antério Mânica volvió a ser condenado, pero recurre en libertad.

**06/09/2022**

Por unanimidad, el STJ reduce las condenas de Norberto Mânica, José Alberto de Castro y Hugo Alves Pimenta.



**16/08/2021**

El caso fue transferido al 9º Tribunal de Belo Horizonte para un nuevo juicio del demandado Antério Mânica.

**20/09/2022**

El Sinait pide al MPF que restablezca las penas de los condenados





28 de enero de 2004  
Un día insólito



Lo tenía todo para ser un día normal. Un miércoles como cualquier otro, en el que los Auditores Inspectores Laborales Eratóstenes, João Batista y Nelson se reunían para una acción de inspección, acompañados por el conductor Aílton. Los colegas se conocían, pero no trabajaban juntos muy a menudo, ya que Nelson vivía y trabajaba en la región de Unai, en el noroeste de Minas Gerais, mientras que Eratóstenes y João Batista trabajaban en Belo Horizonte y región.

Sería una acción rutinaria, con el agravante de estar en una propiedad, cuyos propietarios habían estado amenazando al auditor Nelson porque su trabajo les molestaba. Este hecho lo cambió todo. Ese miércoles no fue un día cualquiera. Eratóstenes, João Batista, Nelson y Aílton jamás llegarían a su destino.

Los tres Auditores Inspectores Laborales y su conductor fueron emboscados y asesinados con disparos en la cabeza. Fueron detenidos por bandidos y alcanzados por varios disparos, a instancias de poderosos terratenientes. Eratóstenes, João Batista y Nelson murieron en el acto. Aílton se desmayó al recibir dos disparos en la cabeza. Tras recuperar la conciencia, consiguió conducir hasta la carretera. Sobrevivió sólo lo suficiente para contar la emboscada.

El crimen que se conoció internacionalmente como la Masacre de Unai es el mayor crimen cometido contra el Estado brasileño. Asesinadas en el ejercicio de sus actividades, las víctimas no tuvieron derecho a la defensa en su momento y la defensa posterior al crimen ha sido difícil, ya que los intermediarios y los que ordenaron la masacre circulan libremente, a pesar de que fueron condenados. Continúan sus vidas beneficiándose de una plétora de recursos. Después de haber conseguido varias veces retrasar sus juicios, uno de los cuales fue incluso anulado, ya han conseguido más de una vez que se reduzcan sus condenas.

La masacre de Unai entró en la historia de la Inspección de Trabajo como una llaga, una herida abierta. Las víctimas, sus familiares y compañeros tienen una fuente de búsqueda incesante de justicia en el Sinaít, que se prolonga desde 2004.

# Masacre de Unaí

## - La emboscada contra el Estado brasileño

El lunes 26 de enero de 2004, Aílton salió de Belo Horizonte acompañado de los Auditores Inspectores Laborales Eratóstenes y João Batista para realizar una inspección rural en la región comprendida entre las ciudades de Unaí y Paracatu, en el noroeste del estado de Minas Gerais. Nelson había solicitado el refuerzo de la Oficina Regional del Trabajo (DRT), ahora Superintendencia Regional del Trabajo (SRT), en Belo Horizonte, para la inspección que tendría lugar durante la cosecha de frijoles. Como había muchas empresas que inspeccionar, no podría hacerlo solo.

Marlene, la mujer de Aílton, estaba acostumbrada a los viajes de su marido, formaban parte de su profesión. Eratóstenes recomendó a su esposa Marinez que se encargara de todo para la fiesta de cumpleaños de Isabelle, la única hija del matrimonio, que cumpliría seis años y cuya celebración tendría lugar en cuanto su padre regresara a casa. João Batista se despidió de su esposa Genir y se preparó para el viaje. Salió para una acción de rutina, y pronto estaría en casa.

Después de unirse a Nelson comenzó el trabajo. El 27 de enero, una de las empresas visitadas por el equipo pertenecía al estanciero Luiz Antônio Mânica, miembro de una poderosa familia de la región. En la acción, encontraron irregularidades laborales. Nelson ya había multado a los hermanos de Luiz Antônio. El Auditor Inspector Laboral era conocido en la región por ser correcto y austero.

El día 28, por la mañana, Aílton, Eratóstenes y João Batista recogieron a Nelson en su casa, en Unaí, para seguir con el trabajo. Nelson estaba feliz con el momento que vivía. Divorciado, preparaba su matrimonio con la compañera Helba, con quien vivía en Unaí. Ese año se iban de carnaval y a la vuelta comenzarían los preparativos de la boda.

Alrededor de las 7 de la mañana, antes de salir, Nelson le hizo una broma a su compañera, que aún estaba en la cama, tomó el crucifijo que le protegía y le pidió que preparara el almuerzo, porque llevaría a sus amigos a comer a casa. De los tres, sólo conocía a Aílton, que había cenado en su casa el año anterior con otros inspectores de trabajo, amigos de Nelson.

Sabiendo que su marido volvería a casa en torno a las tres de la tarde con sus compañeros, Helba fue a enjuagar la ropa que había empezado a lavar el día anterior. Eran las 10 de la mañana cuando sonó el teléfono. Al otro lado de la línea, su hermana informaba de un crimen ocurrido en la zona rural de Unaí, en el que habían sido asesinados inspectores del Inca. Helba no tenía ninguna duda: no eran inspectores del Inca. Eran su marido y sus acompañantes. Nelson ya había denunciado las amenazas que sufría, tanto a ella como a las autoridades.

Lo que siguió fue como una película de terror. A mediodía la confirmación de que Nelson, Eratóstenes y João Batista estaban muertos. Disparado y con tres amigos muertos en su coche, Aílton se dirigió al lugar conocido como Trevo das Sete Placas (Trébol de las Siete Placas) donde fue trasladado al Hospital de Unaí. Fue trasladado al Hospital de Base de Brasilia, pero no llegó a tiempo. Antes de morir, Aílton consiguió hablar de la emboscada. Un coche detuvo la camioneta Ford Ranger del equipo y unos bandidos armados se apearon y dispararon varias veces.

Helba llegó al lugar de los hechos a tiempo para ver a su marido con su cuaderno de trabajo y el portapapeles que utilizaba descansando sobre su regazo. Su cabeza se inclinó hacia un lado, ensangrentada. También vio las marcas en el coche, tanto de las balas como de la sangre de Aílton. Ella era la que tenía que proporcionar los certificados de defunción para enviarlos a las otras viudas.

Hubo un velatorio rápido para Nelson, en su casa. Después, los tres cuerpos fueron a Belo Horizonte. El cuerpo de Aílton, que se encontraba en Brasilia, también se trasladó a Belo Horizonte tras ser examinado por un experto. El 28 de enero Helba, Genir, Marinez y Marlene enviudaron. Kelen, Alexandre, André, Juliana, Isabelle, Rayanne y Ariel quedaron huérfanos y la Inspección de Trabajo quedó marcada con la sangre de la maldad y, hasta ahora, también de la impunidad. Todo lo que se ha dicho y se dirá sobre el crimen no puede traducir el asombro, la indignación y el sentimiento de fragilidad que se ha apoderado de la familia y de los compañeros, no sólo de los Auditores Inspectores Laborales sino también de las distintas carreras que han aportado su solidaridad.

Fahid Tahan Sab, que presidía el Sinait, se encontraba en una audiencia en la Cámara de Representantes cuando la reunión fue interrumpida por la llegada de la trágica información. El contacto con los parlamentarios y periodistas presentes en el Congreso hizo que la noticia se difundiera muy rápidamente. La movilización de las autoridades fue inmediata. A petición del vicepresidente José de Alencar, que era presidente de la República en funciones, se desplazaron a Unai los ministros Ricardo Berzoini, de Trabajo y Empleo, y Nilmário Miranda, de la Secretaría Especial de Derechos Humanos, así como Ruth Vilela, entonces Secretaria de Inspección del Trabajo, y Fahid Tahan.

El velatorio de los cuatro se celebró en el Consejo Regional de Ingeniería y Agronomía (Crea-MG), en Belo Horizonte. Al momento le siguió la tristeza, el dolor, la incredulidad y la indignación. La presencia de autoridades como el presidente en ejercicio, el gobernador de Minas Gerais, ministros y varios parlamentarios, dio la dimensión y gravedad del hecho. Junto con las autoridades, el Sinait se reunió con las familias de las víctimas para manifestar su solidaridad. Fahid pidió una rápida investigación y condena de los responsables para dar una respuesta digna de la afrenta hecha a la Inspección de Trabajo y al propio Estado.

Se celebró una conferencia de prensa en el auditorio del Crea-MG, a la que asistieron

Auditores Inspectores Laborales con bandas negras en los brazos. Por determinación del presidente en ejercicio, se creó un grupo de trabajo compuesto por la Policía Federal, la Policía Federal de Carreteras, el Ministerio Público Federal y la Policía Civil y Militar de Minas Gerais para investigar las circunstancias del crimen. Posteriormente, Eratóstenes y João Batista fueron enterrados en la capital de Minas Gerais. Nelson, en Rio Preto, y Aílton, en Prudente de Morais, ambas en Minas Gerais.

En las Direcciones Regionales de Trabajo (DRT), el ambiente era de desolación. Al día siguiente, los periódicos publicaron la noticia en sus portadas. Los Auditores Inspectores Laborales corrían de un lado a otro buscando algo que explicara el crimen, como si hubiera una explicación. La directora del Sinait, Rosa Jorge, recuerda con claridad los hechos que marcaron el día que cambió la categoría para siempre. Casada con un policía federal, a menudo recibía información fiable y la compartía con sus colegas. Según la directora, una de las primeras cosas que dijo su marido fue que se trataba de un crimen de orden, porque les dispararon en la cabeza. “Es un delito de orden, porque cuando se dispara a la cabeza es para matar”, advirtió.

En la DRT/MG, en Belo Horizonte, la incredulidad era mayor. Allí trabajaron Eratóstenes, João Batista y Aílton. Los compañeros los veían todos los días, tenían una rutina de trabajo conjunta y compartían su vida personal. En la subdirección de Paracatu, hubo conmoción. Nelson estaba asignado a Paracatu. Uno de los pocos auditores de la región, el más presente en las fincas. Todo el mundo lo conocía. Todo el mundo sabía que había sido amenazado. Nadie creía que las amenazas se iban a cumplir.

Los Auditores Inspectores Laborales de todos los estados de la federación, independientemente de si conocían a las víctimas o no, estaban indignados. El delito fue contra toda la categoría. El movimiento en las DRTs y asociaciones (en ese momento no existían las Delegaciones Sindicales del Sinait) fue intenso. La gente sólo hablaba del crimen. Fue el comienzo de un sentimiento de dolor y revuelta que

todavía persigue no sólo a los inspectores de trabajo, sino a los trabajadores brasileños en general. Todas las carreras de las Autoridades Fiscales fueron golpeadas.

En los días siguientes, las manifestaciones organizadas por el Sindicato en los estados, junto con otras entidades y con la participación de la sociedad civil, sirvieron para dar a conocer el hecho y concienciar a la población de la gravedad de lo ocurrido en Unai. Frente a prácticamente todos los DRT de Brasil, los Auditores Inspectores Laborales colocaron pancartas para protestar y llorar por sus colegas. Se realizaron actos públicos en Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Pernambuco, Río de Janeiro, Río Grande do Sul y São Paulo, además de una marcha en Belo Horizonte y numerosas notas de repudio.

En la mayoría de las capitales brasileñas se celebraron actos ecuménicos en memoria de los Auditores Inspectores Laborales y del conductor. Las ceremonias estuvieron marcadas por la emoción y la exigencia de punición para los responsables de la barbarie. La solidaridad de otras categorías de funcionarios fue otra característica de las celebraciones. Camisas negras en Mato Grosso; camisas blancas en Minas Gerais; bandas negras en Río de Janeiro; chalecos en Ceará y pancartas de protesta en todos los estados.

El 3 de febrero, el gobierno federal celebró dos ceremonias en honor de Aílton, Eratóstenes, João Batista y Nelson. El primero fue el descubrimiento de una placa en el Ministerio de Trabajo y Empleo en memoria de los trabajadores asesinados. La segunda tuvo lugar en la Catedral de Brasilia, con la presencia de varios miembros del primer nivel de gobierno, entre ellos el entonces presidente de la República, Luís Inácio Lula da Silva y la primera dama. Sinait estuvo presente en ambas ceremonias, junto con los familiares de las víctimas. Ese día, Lula garantizó que los culpables serían castigados. Causó gran repercusión la afirmación de que “si tres inspectores les molestaron tanto que trataron de matarlos, la respuesta es más inspectores”, dijo dirigiéndose al ministro

de Trabajo y Empleo, Ricardo Berzoini.

Poco más de una semana después del crimen, el 6 de febrero, salieron de Brasilia caravanas de Auditores Inspectores Laborales con representantes del Sinait y otra con 46 Auditores Inspectores Laborales del Estado de Goiás, así como funcionarios públicos de diferentes categorías, representantes de Organizaciones No Gubernamentales y entidades de la sociedad civil, miembros del Movimiento de los Sin Tierra (MST) y representantes del Ministerio Público del Trabajo para un acto de repudio al asesinato. El presidente del Sinait inauguró la actividad, a la que asistieron unas 1.000 personas. Los representantes de todas las carreras de inspección fiscal tuvieron la oportunidad de expresar su indignación, intercalando sus palabras con las de parlamentarios y representantes de la sociedad civil. La necesidad de castigar a los responsables fue un tema común en los discursos.

El Auditor Inspector Laboral Rubervan Du Nascimento fue el responsable de uno de los momentos más emotivos de todo el acto público, al leer un poema propio dedicado a sus compañeros asesinados. A su lado, cuatro compañeros sostenían cruces con los nombres de los trabajadores asesinados. Al final, las cruces fueron enterradas en el jardín del Ayuntamiento de Unai, bajo una mirada atenta y momentos de silencio. Fahid pronunció los nombres de los compañeros muertos en acto de servicio: ¡Aílton, presente! Eratóstenes, ¡presente! João Batista, ¡presente! Nelson, ¡presente!” gritaban los manifestantes con los puños cerrados y los brazos extendidos, mostrando simbólicamente que sus muertes no fueron en vano.

## Poema a los vivos-muertos

Maldito setenta veces  
 El hombre que entregó un arma  
 A otro hombre  
 Y le ordenó matar todo  
 Eso movió  
 A su alrededor  
 Incluso el viento, la lluvia y la flor  
 Sólo para mantener intacto  
 El poder patrimonial en evidencia  
 Temiendo que el más mínimo cambio  
 Causado por un ser en movimiento  
 Altera sus intereses  
 Guardado en hierro y fuego.  
 Después de convertir el día en noche  
 Inmensas plantaciones  
 En las plantaciones para algunos  
 Dio tiros por lo alto  
 Y hirió a cuatro almas peregrinas  
 Que pasaban por allí  
 Y mató a todos los mensajes  
 De justicia y paz  
 Que llevaban  
 Como no aparece ningún nombre  
 Ni cara  
 Del que entregó  
 La arma  
 Sólo unas pocas placas  
 Y varias direcciones  
 Sólo una palabra puede definir al mandante y  
 al verdugo  
 De los delitos  
 Que acaban con la vida de las almas en servicio:  
 Cobardes

Rubervan Du Nascimento  
 (Auditor Inspector Laboral/PI)

Todos los presentes llevaban algo para mostrar su indignación: camisetas, gorras, chalecos, pancartas. Cámaras y videocámaras registraron el momento histórico, originado por un hecho muy grave, que golpeó el honor del Estado brasileño. La entrada del Ayuntamiento estaba cubierta de pancartas que portaban las entidades presentes. En el lugar se formó lo que podría llamarse una pasarela de indignación. El MST dibujó un mapa de Brasil con vasos de plástico llenos de frijoles y los traba-

jadores hicieron una presentación que simbolizaba la siembra, la cosecha y el conflicto en el campo. El acontecimiento se reflejó en la prensa nacional. Un poco más tarde, en marzo, se produjeron más manifestaciones en todo el país. Los Auditores Inspectores Laborales y varias representaciones de funcionarios públicos celebraron protestas en todo Brasil. El Sinait siguió participando en las audiencias para asegurarse de que el asesinato no fuera eliminado de la agenda del Congreso Nacional. Hubo reuniones con ministros, secretarios de Gobierno y de Estado, y varios parlamentarios.

Una de las consecuencias de la Masacre de Unaí fue la intensificación del debate sobre el trabajo esclavo en Brasil. Los Auditores muertos estuvieron en el interior de Minas Gerais en una inspección rural durante la temporada de cosecha de frijoles en la región de Paracatu y Unaí. No se informó de trabajo esclavo, pero sí de condiciones degradantes y falta de respeto a diversas normas laborales. La necesidad de proporcionar seguridad a los agentes de inspección también figuraba en el orden del día. La categoría tenía miedo. El crimen era demasiado bárbaro, demasiado probable que le ocurriera a cualquier equipo o Auditor Inspector, que en esa época y aún hoy, suele salir solo a inspeccionar.

## Notas de pesar y repudio publicadas por entidades

### **Asociación Carioca de Abogados Laboralistas (Acat, abreviatura en portugués)**

*Consternada por el brutal y salvaje asesinato de tres Auditores Inspectores Laborales y un conductor ocurrido ayer en Minas Gerais, la junta directiva de la Asociación Carioca de los Abogados Laboralistas (ACAT), entidad que agrupa a más de mil abogados en Río de Janeiro, sale públicamente a manifestar su repudio a las salvajadas que aún se dan en nuestro país, especialmente por parte de personas que degradan al ser humano al mantener a los trabajadores en un régimen análogo al de*



la esclavitud, y que aún actúan con total impunidad.

Los abogados laboristas de Río de Janeiro entienden que tragedias como la ocurrida en el interior de Minas Gerais sólo llegarán a su fin cuando se realicen cambios legislativos que definan este crimen como atroz, sin posibilidad de fianza y con un juicio sumario para los culpables, con el bloqueo de todos sus bienes, incluidas sus cuentas corrientes, así como la expropiación de las tierras, sin indemnización alguna.

También es necesario modificar la legislación laboral para que las víctimas de este delito tengan una justa compensación por el daño sufrido, estableciendo indemnizaciones muy elevadas, además de todos los derechos laborales, así como un proyecto concreto y urgente del Gobierno Federal de apoyo a las víctimas, para que puedan volver a la normalidad de la vida social.

La Acat propugna por la rápida investigación y punición ejemplar de los culpables por el crimen ocurrido ayer, a pena de no conseguir nunca erradicar el trabajo análogo al esclavo de nuestra Nación y, quedarnos prisioneros de criminales selváticos como los que ayer asesinaron impiadosamente a cuatro servidores que cumplían con sus obligaciones y, estaban prestando relevante servicio a la nación que era la lucha contra el trabajo esclavo.

Aunque reconocemos el esfuerzo del Gobierno Federal, hechos como éste demuestran que necesitamos medidas eficaces, además de un mejor equipamiento de los órganos implicados en la lucha contra esta barbarie. En este contexto, la Justicia del Trabajo, encabezada por el Ministro Presidente del Tribunal Superior del Trabajo, está haciendo su parte en la medida de sus posibilidades, y corresponde a los demás órganos del Poder tratar el asunto con la urgencia que merece.

No tiene sentido que el Presidente de la República realice innumerables viajes al extranjero para mejorar la imagen del país, mientras tenemos entre nosotros a personas que degradan a sus semejantes sometiénolos a la esclavitud. Esta mancha negra conmueve ciertamente a la comunidad internacional.

Por último, Acat se solidariza con el intenso dolor de los familiares de las víctimas,

en la seguridad de que se adoptarán inmediatamente todas las medidas necesarias para la investigación de los hechos y la sanción de los responsables.

Río de Janeiro, 29 de enero de 2004

Lúcio Cesar Moreno Martins  
Presidente de Acat

### **Asociación Nacional de Fiscales Laborales (ANPT, abreviatura en portugués)**

La Asociación Nacional de Fiscales del Trabajo (ANPT, abreviatura en portugués), entidad que reúne a los miembros del Ministerio Público del Trabajo de todo el país, viene, con gran pesar e indignación, a registrar su más vehemente repudio al brutal asesinato, esta mañana, de los Auditores Fiscales Nelson José Da Silva, Eratosthenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage y el conductor Aílton Pereira de Oliveira, miembros de la Oficina Regional del Trabajo de Minas Gerais, que fueron asesinados a tiros en la región de Paracatu, al noroeste de Minas Gerais, aparentemente de forma fría y premeditada mediante una emboscada en una finca situada en una zona remota y aislada.

Aunque no podemos en este momento esclarecer mejor el crimen, su autoría y las razones que lo propiciaron, en las condiciones tan cruelmente descritas, la gravedad de los hechos obliga a los miembros de la Fiscalía del Trabajo a expresar su solidaridad con los familiares, amigos y compañeros de las víctimas, que murieron en estricto cumplimiento de su deber legal, sin las condiciones materiales necesarias para salvaguardar sus propias vidas.

Las tendencias que viene tomando la criminalidad, especialmente en los rincones de este país continental, exigen medidas enérgicas, severas y eficaces del Poder Público y de toda la sociedad.

Si en el ámbito laboral, donde existe una actividad económica que enriquece a la nación y proporciona puestos de trabajo, se cometen delitos contra servidores públicos, cuyo deber es vigilar el cumplimiento de la ley, en defensa de los excluidos y de los humildes, cuya única fuente de subsistencia es su trabajo, la sociedad debe reflexionar sobre las condiciones materiales

que se imponen a los órganos encargados de la protección que el ordenamiento jurídico les asegura.

La ejecución sumaria y cobarde de los profesionales del Ministerio de Trabajo no puede ni debe, bajo ningún concepto, quedar impune ni en el olvido.

Si el crimen, como todo indica, está relacionado con el fructífero trabajo de fiscalización realizado por los fiscales en la región de Paracatu, sus efectos repercutirán en toda la sociedad, afectando a instituciones como el Ministerio de Trabajo, la Fiscalía del Trabajo y el propio Poder Judicial del Trabajo, ya que son responsables, respectivamente, de inspeccionar, exigir y hacer respetar la legislación laboral.

La Fiscalía del Trabajo está de luto por la abrupta interrupción de la carrera y de la vida de los tres inspectores, comprometidos como estaban con el Derecho del Trabajo y con los humildes trabajadores rurales, recordando, sin embargo, que el lamentable episodio sólo servirá de estímulo para que todos, Auditores, Servidores y Fiscales, continuemos la labor desarrollada por ellos, en el sentido de los principios que rigen nuestra actuación en defensa de los intereses de la comunidad trabajadora, de la Ley y de la Justicia.

No olvidemos, sin embargo, que el Ministerio de Trabajo y la Fiscalía del Trabajo, por encima de todo, son órganos impersonales, cuyos miembros se mueven no sólo por sus ideales de Justicia y solidaridad humana, sino por el combustible de la ley, que les exige el deber de hacerla eficaz, eficiente y justa, independientemente de que uno de sus miembros sea silenciado por la truculencia materializada por las balas de un revólver.

Los Inspectores asesinados murieron en defensa de los valores sociales del trabajo, uno de los fundamentos de la República, y no será la violencia de quienes no admiten el Estado de Derecho la que silencie a los Poderes constituidos.

Brasilia, 28 de enero de 2004

Regina Butrus  
Presidente de ANPT

### **Asociación Nacional de Magistrados de la Justicia de la Justicia Laboral (Anamatra, abreviatura en portugués)**

Profundamente conmocionada por el asesinato de tres Auditores Inspectores Laborales y un conductor, la junta directiva de la Asociación Nacional de Magistrados de la Justicia Laboral (Anamatra, abreviatura en portugués), entidad que agrupa a más de tres mil jueces, sale a la luz pública para expresar su más profunda tristeza y solidaridad con las familias enlutadas. Pero no puede dejar de repudiar con vehemencia que hechos de esta naturaleza sigan siendo practicados en nuestro país por personas interesadas en mantener a los trabajadores en la esclavitud, sin que se tomen medidas más enérgicas.

Desde hace tiempo, los jueces de lo laboral, junto con otros actores sociales, vienen defendiendo modificaciones legislativas que inhiban dichas prácticas, siendo ejemplos de ello la tipificación penal de la práctica de reducir a una persona a una condición análoga a la de esclavo como delito atroz e inimputable, así como la expropiación de las fincas donde se produzca el hecho.

Mientras la sociedad espera medidas y un mayor involucramiento del Congreso Nacional en la campaña para erradicar el trabajo esclavo, la Asociación Nacional de Magistrados de la Justicia Laboral espera que los delitos sean rápidamente investigados y ejemplarmente sancionados.

Reconocemos los esfuerzos del Gobierno Federal para equipar mejor la estructura estatal brasileña de fiscalización y sanción, ejemplos de los cuales son la creación de nuevos tribunales laborales y el mejor equipamiento de los Distritos Regionales de Trabajo. Pero la masacre de hoy, que provocó la brutal desaparición de cuatro trabajadores que participaban en la inspección de trabajo, demuestra que aún queda mucho por hacer, ya que, de lo contrario, el Estado no podrá demostrar a la nación brasileña y a la comunidad internacional que puede proteger a su propio pueblo de unos asesinos que no tienen miedo de enfrentarlo.

Brasilia, 28 de enero de 2004.  
Grijalbo Fernandes Coutinho  
Presidente de Anamatra

## **Asociación Nacional de Fiscales de la República (ANPR, abreviatura en portugués)**

La Asociación Nacional de Fiscales de la República (ANPR, abreviatura en portugués), ante lo ocurrido en la mañana del miércoles en Unai, Minas Gerais, repudia públicamente la violencia perpetrada contra cuatro trabajadores del Ministerio de Trabajo que, en el ejercicio de sus funciones, fueron brutalmente asesinados. Este hecho refleja la gravedad de la situación del trabajo esclavo en nuestro país.

Es necesario reafirmar el propósito de las instituciones públicas brasileñas de poner fin a esta práctica degradante. La ANPR se solidariza con las familias de las víctimas, segura de que se tomarán todas las medidas necesarias para investigar los hechos y sancionar a los responsables.

Nicolao Dino de Castro e Costa Neto  
Presidente de ANPR

## Resultado de las investigaciones

En aquel momento ya era conocido por mucha gente que el Inspector Laboral Nelson José da Silva había sufrido amenazas por parte de los estancieros de la región y que había denunciado el hecho a las autoridades. Mientras se realizaban las manifestaciones, continuaban las investigaciones de la Policía Federal y de la Policía Civil. En la investigación policial, enviada al juez del 9° Tribunal de la Justicia Federal en agosto de 2004, se desveló el crimen y se identificaron los implicados.

Inicialmente, la investigación se basó en la información proporcionada por Aílton, quien, antes de morir, dijo que había conducido el vehículo desde la emboscada hasta Trevo das Sete Placas, donde fueron encontrados. Así, se realizaron varias gestiones para encontrar el lugar exacto del crimen y tratar de encontrar a otros testigos que pudieran haber presenciado la acción delictiva para obtener más datos sobre las circunstancias en las que se produjo el crimen, con el fin de permitir la identificación de los autores.

Las investigaciones continuaron con el testimonio de personas que estuvieron con las víctimas antes del crimen, así como de quienes pasaron por el lugar y prestaron ayuda. El testimonio de Helba, la viuda de Nelson, contribuyó a confirmar que el día anterior al crimen el equipo de inspección había estado en la finca Almas, propiedad de Luís Antônio Mânica, donde encontraron algunas irregularidades. También dio detalles de la rutina de su marido en los días previos a la tragedia y ayudó a conocer la hora probable del asesinato, ya que informó la hora en que Nelson salió de la casa. Esto permitió a los investigadores llegar a la hora probable del crimen con una precisión razonable.

Según la investigación policial, por las características del crimen (no se les quitó ningún objeto de valor a las víctimas y todas fueron asesinadas con disparos en la cabeza) sur-

gieron inmediatamente dos posibilidades: la primera era un crimen de mando (pistolada), porque las actividades de las víctimas iban en contra de los intereses de los estancieros de la región. El segundo fue un intento fallido de robar el vehículo que utilizaban las víctimas para llevar a cabo futuros asaltos a bancos en las localidades vecinas, un tipo de delito habitual en esa región. En esta segunda hipótesis, las muertes pueden haberse producido porque los asaltantes han visto chalecos muy similares a los utilizados por la Policía Federal en el regazo de las víctimas tras el anuncio del robo.

Pronto la segunda hipótesis fue derribada y las investigaciones se dirigieron hacia la investigación del crimen de mando. Además de los agricultores, en la región había reclutados de mano de obra, conocidos como “gatos”, que ya habían sido inspeccionados y eran potenciales sospechosos. El mando es un tipo de crimen que normalmente no deja ningún rastro material. No hay contratos, recibos, poderes o testigos. Por ello, en general, el primer objetivo de la investigación es identificar a los ejecutores y, cruzando sus relaciones y los objetos encontrados en su poder, identificar a los posibles intermediarios y mandantes.

Algunos testimonios fueron esenciales para el esclarecimiento del crimen, como el de Rita Cristina Carneiro, empleada de la Subdirección Regional de Trabajo en Paracatu (MG) en la época, quien declaró que Nelson había recibido amenazas de productores rurales, entre ellos Norberto Mânica. También dijo que el día del crimen el empresario Antério Mânica llamó a la Subdirección para preguntar si todos los inspectores habían muerto, hecho que ella desconocía, porque el empresario hizo tal llamada momentos después del crimen, cuando la noticia aún no había llegado a la agencia. Minutos después, Antério Mânica volvió a llamar confirmando las muertes.

El aspirante a la Policía Militar, Vilmar da Silva Ferreira, fue el primer policía que entró en contacto con la víctima superviviente, el conductor Aílton. Vilmar dijo que el conductor le había contado que el crimen había sido cometido en una carretera secundaria por dos individuos desconocidos que iban en un vehículo Fiat PICKUP de color claro, que primero habían anunciado un robo y luego habían empezado a disparar a los ocupantes del vehículo. Sin ofrecer ninguna resistencia, Eratóstenes le entregó su teléfono móvil. Fue inútil. Los tres inspectores murieron atados a sus cinturones de seguridad, sin posibilidad de defensa.

Para agilizar la investigación de los hechos, los investigadores solicitaron romper el secreto de las Estaciones Radio Base (ERB) de las concesionarias de telefonía móvil que operaban en Unaí y sus alrededores, con el fin de determinar qué teléfonos móviles habían comunicado en los días previos al crimen, así como los que comunicaron en la fecha y día posteriores, para identificar a las personas o grupos que habían hablado en momentos considerados críticos para la investigación. Se rastrearon 187.000 llamadas telefónicas realizadas en la región.

Los datos se cruzaron con los registros de alojamiento en hoteles de la ciudad de Minas Gerais. Así, la policía llegó a dos mil sospechosos. En los tres primeros meses se investigaron varios grupos de personas. Se escuchó a varias personas de estos grupos, sin éxito. Tras la investigación se descubrió que un teléfono móvil de Unaí llamó a otro con prefijo de Brasilia la noche del día anterior al crimen. Los teléfonos volvieron a comunicarse el día del crimen, en el momento considerado más crítico para los investigadores: entre las 7:05 y las 7:10 horas, cuando Aílton, Esratóstenes y João Batista salieron del hotel donde se alojaban en la ciudad para recoger a Nelson en su casa, de donde salieron a las 7:15 horas, en dirección a la región donde iban a ser asesinados. Poco después 9am otra comunicación y un cruce de conversaciones secuenciales con otros dispositivos.

Se solicitó la ruptura del secreto telefónico de dichos terminales, lo que dio lugar al poste-

rior desvelamiento del delito. Las llamadas se produjeron de la siguiente manera: los individuos Erinaldo y José Alberto hablaron la noche anterior al crimen; volvieron a hablar en la mañana del 28 de enero, cuando los servidores se movían y después de las 9 de la mañana, tras el crimen. En cuanto recibió esta última llamada de Erinaldo, José Alberto llamó a Hugo Pimenta, un conocido cerealista de la región, que inmediatamente llamó a Norberto Mânica, uno de los “Reyes del Frijol”.

Con una línea de investigación que se acercaba cada día, los investigadores buscaron en los hoteles de la ciudad y encontraron que en uno de ellos, situado en una gasolinera en la carretera de acceso a la ciudad de Paracatu/MG, había un registro de una persona llamada Francisco Pinheiro, que se alojó allí del 25 al 27 de enero. En otro hotel, el Athos, en el centro de Unaí, se encontró que una de las páginas del libro de registro, donde se anotan los nombres de las personas que se alojaron allí en la fecha del crimen, había sido arrancada. Las pruebas apuntaban a la ciudad de Formosa, en Goiás. Allí fueron localizados Francisco Pinheiro, Erinaldo Vasconcelos y Rogério Alan, cuyos datos fueron reconocidos por la hoja que quedó en el registro del hotel.

A través de las interceptaciones telefónicas y el seguimiento de las actividades de los sospechosos se descubrió que Erinaldo, Rogério Alan, Francisco Pinheiro, William Gomes y Humberto Ribeiro formaban parte de un grupo criminal que actuaba en varios tipos de delitos. Mientras que Francisco Pinheiro, conocido como Chico Pinheiro, tenía como actividad mandante la de agenciar pistoleros, Erinaldo, Rogério Alan, William y Humberto hacían un poco de todo, desde robos hasta tráfico de drogas y fraudes bancarios.

Pese a los numerosos indicios, la policía decidió esperar para solicitar la detención de los sospechosos. Era necesario reunir todas las pruebas posibles. Fue entonces cuando ocurrió algo inesperado y el equipo policial fue informado de que un ciudadano que estaba en prisión en Brasilia había hecho comentarios a uno de los agentes de guardia diciendo que

conocía hechos relacionados con los crímenes de Unaí y que uno de los implicados se llamaría Erinaldo.

Debido a la posibilidad de que se filtrara información, los investigadores decidieron presentar las órdenes de detención y de registro e incautación. En la casa de Erinaldo, se encontró el reloj de Eratóstenes escondido en la fosa séptica, reconocido posteriormente por Marinez Lina, su viuda. El 25 de julio, Erinaldo, Rogério Alan, William y Chico Pinheiro fueron detenidos. Erinaldo y Rogério Alan confesaron. Chico Pinheiro dio detalles sobre la participación de cada persona involucrada en el crimen, incluyendo a José Alberto de Castro y Hugo Alves Pimenta, los intermediarios.

Al día siguiente, 26 de julio, la Policía Federal llegó al cerealista Hugo Pimenta y a su empleado José Alberto de Castro, conocido como Zezinho, señalados de haber contratado a los pistoleros. Durante el anuncio de la identificación de los asesinos y contratistas de los crímenes, el entonces ministro de Justicia, Márcio Thomaz Bastos, dijo que los asesinatos parecían desafiar al Estado. Añadió que ya se puede decir “con certeza que el crimen ha sido resuelto”.

A pesar de haber encontrado a los asesinos y agentes de la masacre, la policía seguía buscando al autor intelectual del crimen. El Comisario de Homicidios de la Policía Civil de Minas Gerais, Wagner de Souza, señaló al agricultor Norberto Mânica como mandante investigado. El comisario de Minas Gerais explicó que las pruebas condujeron al agricultor porque el año anterior había amenazado de muerte al inspector Nelson. En una diligencia en “Huma Cereais”, empresa de Hugo Pimenta, se encontraron documentos que probaban la existencia de una estrecha relación entre el cerealista y Norberto Mânica. Entre los documentos, las facturas del agricultor pagadas por la empresa de Hugo.

La pistola calibre 38 utilizada por Erinaldo fue encontrada en Brasilia y llevada al Instituto Nacional de Ciencias Forenses. El informe pericial confirmó que los proyectiles encontrados en los cuerpos de algunas de las víctimas

procedían de la misma pistola, así como las cápsulas encontradas en el interior del vehículo y el cartucho que se encontró en la escena del crimen.

La investigación indicó que el pistolero Rogério Alan fue quien mató al Inspector Nelson da Silva con dos disparos en la cabeza. Erinaldo fue responsable de las otras tres muertes. La policía reforzó la comprensión de la detención de Erinaldo Vasconcelos, Rogério Alan, William Gomes, Francisco Pinheiro, José Alberto de Castro, Hugo Alves Pimenta y Norberto Mânica, porque se comprobó que todos ellos actuaron directa o indirectamente en la ejecución de los servidores públicos. En cuanto a la participación de Humberto Ribeiro, la policía consideró que su delito era de menor importancia y no solicitó su detención, cosa que sí haría posteriormente el Ministerio Público. Humberto se encargó de arrancar la página del libro de registro del hotel Athos de Unaí que contenía información sobre los delincuentes.

Al concluir la investigación policial, los comisarios Antônio Celso, de la Policía Federal, y Wagner Pinto, de la Policía Civil, informaron: “Con base en los argumentos exhaustivamente expuestos en los presentes autos, con el objetivo de garantizar el orden público, la conveniencia de la investigación criminal y asegurar la aplicación de la ley penal, representamos a Su Excelencia el decreto de detención preventiva de los acusados Erinaldo de Vasconcelos Silva, Rogério Alan Rocha Rios, José Alberto de Castro, Hugo Alves Pimenta, Francisco Elder Pinheiro, William Gomes de Miranda y Norberto Mânica...”

La investigación fue concluida y enviada al juez del 9° Tribunal Federal de Belo Horizonte el 19 de agosto de 2004. Al día siguiente, a petición del Ministerio Público Federal de Minas Gerais (MPF/MG), el juez Francisco de Assis Betti ordenó la prisión de Norberto Mânica, Hugo Alves Pimenta, José Alberto de Castro, Francisco Pinheiro, Erinaldo de Vasconcelos Silva, Rogério Alan Rocha Rios, William Gomes de Miranda y Humberto Ribeiro dos Santos. Aún en agosto, el día 30, el MPF ofreció la acusación contra todos ellos. La investigación continuó

indagando la participación de otras personas, lo que dio lugar a la adición de la denuncia para la inclusión de un nuevo demandado.

Antério Mânica, empresario, candidato a la alcaldía de la ciudad de Unai ese año. Dos llamadas que hizo a la Subdirección Regional del Trabajo de Paracatu el día del crimen llamaron la atención de la policía. La primera fue para preguntar si todos los inspectores habían muerto y la segunda para confirmar la información. Hasta ahora, nadie allí sabía del crimen. Otro dato curioso es que Antério Mânica fue identificado como el hombre que estaba dentro de un coche Fiat Marea oscuro la noche anterior al crimen. Según los informes del pistolero Erinaldo, el contratista de sus servicios, Francisco Pinheiro, dijo que el hombre estaba enojado porque quería una solución rápida al “problema”. Estaba lloviendo, lo que dificultaba la determinación del color del coche. ¿Azul marino, negro? Ya no importaba. No podía ser una coincidencia el hecho de que la mujer de Antério fuera la dueña de la única Marea de la ciudad.

## Evolución de los hechos hasta 2009

En 2004, durante la 22ª edición del Encuentro Nacional de Inspectores del Trabajo (Enafit, abreviatura en portugués), celebrado en Foz do Iguaçu (PR), los compañeros de las víctimas de Unai se manifestaron, cuando circularon por los pasillos del evento arrastrando cadenas y recordando la barbarie que nunca podría olvidarse.

El estanciero Antério Mânica fue detenido en septiembre de 2004. Desde la cárcel, en Belo Horizonte, fue elegido alcalde de Unai, el 3 de octubre, con más del 70% de los votos. Tras ser elegido, fue encarcelado durante dos días más. Dos mandatos de habeas corpus le liberaron de la cárcel y le permitieron certificar y jurar su cargo. Como alcalde, Antério Mânica obtuvo el derecho a un foro privilegiado y su caso fue desmembrado y pasó a ser juzgado por el Tribunal Regional Federal de la 1ª Región (TRF1). Con respecto a los demás demandados, el proceso siguió su curso en primera instancia.

En diciembre de 2004, el juez federal del 9º Circuito de Belo Horizonte pronunció la sentencia de acusación y determinó el juicio de todos los acusados por el Tribunal del Jurado, además de decretar su prisión preventiva. En enero de 2005, mes en el que se habría cumplido un año de la Masacre, comenzó la estrategia de la defensa de retrasar el fin de la angustia de los que esperan justicia, y los acusados recurrieron la sentencia de imputación. Como consecuencia, el caso fue enviado al TRF1, para ser juzgado en Brasilia.

En la Corte Suprema Federal (STF), en agosto de 2005, la 1ª Sección, en un juicio de habeas corpus, concedió la libertad provisional a Norberto Mânica. El entonces ministro Carlos Ayres Britto votó por mantener la prisión preventiva, pero fue derrotado por los demás. En el juicio, ocurrido el 30 de agosto de 2005, después de la votación de Ayres Britto, el entonces ministro

Sepúlveda Pertence confirmó su voto, cuando, aún votando por la liberación de Norberto Mânica, dijo, textualmente

*“Si volviera a mis tiempos de miembro del tribunal del jurado, una vez condenado el paciente y afirmado como coautor, no tendría ninguna duda en avalar el brillante razonamiento de la acusación, al que el ministro Carlos Britto aportó otras perlas [...] Sólo con estas observaciones, elogiando al fiscal, que va a tener como explicación el voto del ministro Carlos Britto, no tengo ninguna duda en mantener mi voto. (Extraído de la transcripción de los votos de los ministros del STF en el habeas corpus 85.900-3/MG; STF; confirmación de voto del Min. Sepúlveda Pertence; 30/08/2005).*

Ha llegado enero de 2006. Dos años después de la tragedia. Por unanimidad, el TRF1 desestimó los recursos y confirmó la Sentencia de Pronunciamiento del 9º Tribunal Federal de Belo Horizonte, confirmando que los acusados deben ser juzgados por jurado popular. Más recursos de la defensa contra dicha decisión, que fueron rechazados por unanimidad. En junio, Hugo Pimenta, que estaba fuera de la cárcel, a la espera de ser juzgado en libertad, fue detenido de nuevo por intentar comprar el silencio de los autores del crimen.

El 28 de enero de ese año, Sinait celebró un acto en Unai. Los Inspectores de Trabajo, apoyados por diversas entidades y el movimiento sindical, protestaron contra la impunidad. El entonces ministro de Trabajo y Empleo, Luiz Marinho, participó en la protesta y firmó un decreto por el que se concedían becas a los hijos de las víctimas e indemnizaciones a las familias. Se distribuyeron rosas blancas, marcando la petición de paz y justicia. En julio del mismo año Norberto Mânica volvió a la cárcel, por intentar obstruir las investigaciones comprando testigos. En noviembre, el TSJ concedió el habeas corpus a Mânica, determinando



su liberación. Las viudas de los inspectores del trabajo asesinados participaron en la reunión de la Enafit celebrada en Recife ese año. Uno de los aspectos más destacados del acto fue la actuación del Inspector Laboral Rubervan Du Nascimento, que recordó la masacre.

La protesta del 28 de enero de 2007, cuando se cumplieron tres años del crimen, se celebró de nuevo en Unai, en el lugar del crimen, y contó con la presencia de Auditores Inspectores Laborales de todo el país, trabajadores, religiosos y familiares de las víctimas. Unas 200 personas rindieron homenaje a los trabajadores asesinados. Camisas y gorras negras en señal de luto y rosas blancas como símbolo de esperanza en la justicia marcaron la manifestación. Después de la celebración hubo un paseo hasta el centro de la ciudad, que terminó con un abrazo simbólico y el nombramiento de las víctimas. La prensa de todo el país recogió el evento.

En el Enafit de ese año, celebrado en Belo Horizonte, el crimen volvió a ser recordado con una obra de teatro del Inspector Laboral Rubervan Du Nascimento.

Enero de 2008. Cuatro años de impunidad. No hay avances en el proceso desde diciembre de 2006. Para el acto público celebrado ese día 28, Sinait llevó una tarta negra, la tarta de la impunidad, al frente del TRF1. Además, el Sindicato distribuyó una nota pública y la historia de la masacre. La presidenta del Tribunal en aquel momento, la magistrada Assusete Magalhães, pidió que se retirara la tarta para poder comprobar la marcha de los recursos y recibió en audiencia a la entonces presidenta del Sinait Rosa Jorge, al presidente de la Asociación de Inspectores del Trabajo de Minas Gerais (AAFIT/MG) José Augusto de Freitas, a las viudas de los inspectores asesinados y a Don Tomás Balduino, que representaba a la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT).

En ese momento, la magistrada informó que los recursos de la defensa que se estaban tramitando en ese Tribunal habían sido desestimados y que el proceso de Antério Mânica, que había sido desmembrado, se suspendería hasta que los ejecutores fuesen juzgados. El

objetivo era seguir la cadena de ejecución de los asesinatos. Sobre la audiencia, que acabó produciéndose por el llamamiento que generó la tarta de la impunidad, Rosa Jorge considera que el avance del proceso siempre ha estado ligado a las movilizaciones del Sinait, ya que siempre han tenido un gran impacto en la sociedad, incluso incidiendo en la prensa, que exigía y sigue exigiendo acciones efectivas al Poder Judicial.

En noviembre de 2008, el Sinait celebró la 26ª edición de Enafit en Florianópolis (SC). El evento tuvo lugar del 23 al 28 de octubre. El martes de esa semana, el día 25, los Inspectores Fiscales y las autoridades presentes en la Reunión se asombraron con la noticia de que la noche anterior, Antério Mânica había sido galardonado con la Medalla al Mérito Legislativo por la Asamblea Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Inmediatamente, el Sindicato y AAFIT/MG, registraron sus protestas con notas de repudio. En la sesión plenaria de ese Enafit, se aprobaron mociones de repudio contra ALMG y contra Antério Mânica. El Sinait publicó la nota en los periódicos Estado de Minas y Folha de S. Paulo.

Varias entidades se manifestaron en contra de la condecoración otorgada a un asesino. La ANPT emitió una nota pública en la que repudiaba el honor. La entidad consideró que la condecoración “afrenta los principios esenciales del Estado Democrático de Derecho”. Además, la ANPT entendió que ofrecer la Medalla de la Orden del Mérito Legislativo a Antério Mânica “ofende la memoria de quienes perdieron la vida cumpliendo con sus deberes funcionales”. También se pronunciaron instituciones vinculadas al Foro de Entidades Nacionales de Derechos Humanos (FENDH). La CPT se quejó diciendo que la entrega de la medalla a Antério Mânica “faltaba al respeto a los cuatro mártires, que fueron cobardemente asesinados el 28/01/2004, en la ciudad de Unai. El hecho causó mucha indignación incluso dentro de la ALMG.

Junto con la Comisión de Derechos Humanos de la Asamblea, Carlos Calazans, que era delegado regional de trabajo en Minas Gerais en

el momento del crimen, pidió al presidente de ALMG que revocara la condecoración de An-tério. Durante la reunión, Calazans devolvió la medalla y el diploma que había recibido en 2005 por luchar contra el trabajo esclavo en Minas Gerais. En su opinión, el entonces alcalde de Unáí jamás debería haber recibido esta medalla. “No puedo seguir con la misma medalla de un asesino. Todos estamos indignados con este homenaje”. La concesión de una medalla al mérito es muy importante y debe ser bien analizada antes de su concesión. Por lo tanto, dar esa medalla a una persona que ordenó el asesinato de funcionarios públicos es una gran humillación para el Estado.

La tragedia ocurrió hace cinco años. En enero de 2009 hubo tres frentes de protesta. Una en Belo Horizonte, el día 26, y dos el día 28, una en Brasilia, frente al Supremo Tribunal Federal y la otra durante el Foro Social Mundial (FSM), que tuvo lugar en Belém (PA). En Belo Horizonte, se celebró una sesión formal en el Ayuntamiento, con la participación de Inspectores de Trabajo, familiares de las víctimas y sindicalistas. En Brasilia, la manifestación promovida por el Sinait y la AAFIT/MG comenzó frente al STF y terminó en el Ministerio de Justicia, donde los manifestantes salieron en marcha. Se utilizó un vuelo de balones negros, pancartas y un coche sonoro para llamar la atención de las autoridades. José Augusto de Paula Freitas, presidente de la asociación de Minas Gerais, recordó que “cualquier tiempo es demasiado cuando se espera que se haga justicia. Cinco años es mucho tiempo para las familias, para los compañeros Auditores Inspectores Laborales y para el Estado que fue duramente golpeado por el crimen”.

Ese mismo día, Marinez Lina, Genir Lage y Helba Soares, viudas de Esratosthenes, João Batista y Nelson, fueron recibidas, junto con los directores del Sinait, por el entonces presidente del STF, el ministro Gilmar Mendes, cuando le pidieron que mediara para que se programara el juicio. En la audiencia, Carlos Alberto Teixeira, presidente en ejercicio del Sinait, informó sobre el estado del caso y pidió el apoyo del ministro como máxima autoridad

de la justicia brasileña. Informó al ministro que en la fase de investigación la actuación del Ministerio Público y la aceptación de la acusación por parte del Juez Federal de Minas Gerais se había agilizado, sin embargo, a partir de entonces el proceso se detuvo y hasta entonces no se había fijado fecha para el juicio.

Carlos Alberto dijo que los miembros del Sinait y los familiares de las víctimas buscaron al representante de la más alta corte del país para informarle de su preocupación por la lentitud del caso y para pedirle al presidente del STF una atención especial, para que los acusados puedan ser finalmente juzgados. Las viudas hablaron del sufrimiento de las familias ante la impunidad de los acusados durante esos cinco años y pidieron celeridad a la justicia para juzgar el caso. Helba Soares, viuda de Nelson, dijo que era necesario aliviar el dolor de la impunidad. Todavía vive en Unáí y convive con los mandantes e intermediarios, lo que refuerza la idea de que la justicia está todavía lejos de alcanzarse.

En Belém, donde se celebraba la quinta edición del Foro Social Mundial (FSM), hubo un acto ecuménico, en el que los líderes religiosos recordaron a los muertos y pidieron fe en la justicia y acciones concretas por parte de las autoridades. El momento también fue aprovechado para recoger firmas para la aprobación de la Propuesta de Enmienda Constitucional PEC - 438/2001, conocida como PEC del Trabajo Esclavo y que prevé la expropiación de las tierras donde se encuentre trabajo esclavo. Tras más de una década de trámites, la PEC acabó dando lugar a la Enmienda Constitucional 81/2014.

## **Día del Auditor Inspector Laboral**

El tiempo pasó, la justicia no se produjo, pero la sociedad siguió movilizándose. El 28 de enero de 2004 marcó a la sociedad brasileña con tanta fuerza que en 2009 se aprobó la Ley N° 11.905, de 20 de enero, que establece el 28 de enero como Día del Inspector del Trabajo. El

proyecto que originó el homenaje fue el PL n° 732/07 de autoría del diputado Paulo Pereira da Silva (PDT / SP). En el Senado, la ponente fue la senadora Ideli Salvatti (PT/SC). En el mismo año, se sancionó la ley 12064/2009, originada en el proyecto de ley 3536/2008, de autoría del entonces senador José Nery (PSOL/PA), que estableció el Día (28 de enero) y la Semana Nacional de Combate al Trabajo Esclavo. El Sinait siguió todo el proceso en el Congreso Nacional. La publicación de las leyes tuvo gran repercusión en la prensa y el crimen volvió a ser noticia nacional.

Mientras tanto, los familiares de las víctimas, los compañeros y la sociedad siguieron el lento avance del proceso. En agosto, el STJ concedió la apelación interlocutoria presentada por José Alberto de Castro y determinó el ascenso del recurso especial que no había sido visto por el TRF de la 1ª Región. En diciembre, ocurrió lo mismo con una petición similar de Hugo Pimenta.

## El avance del proceso y actividades hasta 2013

Con el apoyo y la participación de diversas entidades sindicales integrantes del Frente Nacional contra el Trabajo Esclavo, el Sinait realizó un acto público frente a la Corte Suprema Federal (STF) el 28 de enero de 2010 para conmemorar los seis años de la masacre de Unai. La presidenta del Sinait en ese momento, Rosângela Rassy, recordó que la fecha, que debería haber sido un día de celebración en honor al Día del Inspector de Trabajo, fue un día de tristeza, porque una vez más todos se reunieron para pedir un juicio rápido de los acusados del asesinato de los funcionarios. Dijo que todos estaban allí para exigir el juicio de los acusados de los crímenes ocurridos en Unai, citando que eran los coroneles del siglo XXI y utilizaban varios subterfugios para retrasar los procesos. “¿Qué país es este en el que se asesina a cuatro funcionarios públicos y hasta el día de hoy no hubo punición para los nueve implicados?”

Según Rosângela Rassy, los acusados de ordenar el crimen están libres y siguen viviendo con normalidad, incluso uno que se convirtió en alcalde de Unai, refiriéndose a Antério Mânica. El delito causa gran indignación y ha cambiado la vida de todos los Inspectores de Trabajo. “El temor que atraviesa toda la categoría es grande, porque las condiciones de trabajo no han cambiado y seguimos sin seguridad. La Policía Federal nos acompaña sólo en algunas situaciones, pero tampoco tiene suficiente personal. Es muy difícil para todos nosotros cada día cuando nos subimos al coche del Ministerio y salimos para una acción de vigilancia rural”.

Cinco mil balones negros sobrevolaron el edificio del STF y llamaron la atención de la gente que circulaba cerca del lugar del evento. Esto fue especialmente cierto en el caso de los funcionarios públicos que trabajan en los edificios que rodean la Praça dos Três Poderes (Plaza de los Tres Poderes), donde, además del STF,

se encuentran el Palacio del Planalto, el Palacio de Justicia, el Congreso Nacional y algunos ministerios.

Refiriéndose a la Semana de Combate al Trabajo Esclavo, el entonces senador José Nery, que también era presidente de la Subcomisión de Combate al Trabajo Esclavo del Senado Federal, recordó que la fecha fue elegida en honor a los Inspectores del Trabajo asesinados. “Esta fecha nacional, que ocurre por primera vez este año, es un hito en la reanudación de la movilización social y la lucha por la erradicación del trabajo esclavo en Brasil”. El senador recordó la dificultad de combatir el poder económico y político vinculado a esta práctica criminal y afirmó que es triste ver que algunas autoridades ignoran la realidad, haciendo poco caso a quienes defienden la lucha contra el trabajo esclavo.

La exigencia de la reanudación de los procesos fue y sigue siendo también el deseo de los familiares de las víctimas, como es el caso de Helba Soares y Genir Lage, viudas de los Auditores Inspectores Laborales Nelson y João Batista Soares, respectivamente. Según Genir, la falta de punición causa indignación a todas las familias. “La impunidad deja una sensación de impotencia. Mis hijos y yo nos sentimos como prisioneros. Sólo los que viven las bambalinas de un dolor pueden entender lo que digo”.

Las intervenciones de los sindicalistas representantes de la Central Única de los Trabajadores (CUT), de la Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), del Sindicato de los Trabajadores de la Industria de la Construcción Civil (Sinduscon) fueron en el mismo sentido: pidieron justicia, un juicio rápido y castigo para los culpables. Todos repudiaron la violencia contra los agentes del Estado en el ejercicio de sus funciones y expresaron la solidaridad de todos los trabajadores con los Inspectores de Trabajo. El asesinato de los trabajadores, se-

gún ellos, afecta a todos los trabajadores. “La condena de los culpables no devolverá a los compañeros asesinados, pero acabará con un ciclo de impunidad”, reiteró Cosme Balbino, de la CUT.

El Sinait siempre ha contado con el apoyo de varias instituciones y diferentes categorías de funcionarios en sus manifestaciones. En 2010, no fue diferente. Estuvieron presentes en el evento representantes del Sindifisco (Sindicato Nacional de Auditores Fiscales de la Hacienda Federal de Brasil), de la ANPT, del Sindicato de Trabajadores Rurales del Distrito Federal, de la Confederación Iberoamericana de Inspección del Trabajo (CIIT), del Sindicato de Trabajadores de la Industria de la Construcción Civil, de la Federación Nacional de Sindicatos de Trabajadores de la Salud, Trabajo, Beneficencia y Asistencia Social (Fenasps), entre otros.

El ministro Francisco César Asfor Rocha, que era presidente del STJ, recibió una comisión dirigida por Sinait para tratar el caso Unai. La presidenta Rosângela Rassy estuvo acompañada por Genir Lage y Helba Soares (viudas de los Auditores Inspectores Laborales João Batista y Nelson), el senador José Nery, los directores Rosa Jorge, Carlos Alberto Teixeira Nunes y Francisco Luís Lima y la presidenta de la AAFIT/MG Maria do Socorro Brandão, además del presidente del PSOL de Belém (PA) Marinor Brito. El Ministro de Trabajo y Empleo, Carlos Lupi, también asistió a la audiencia, reforzando la importancia del gesto.

Rosângela Rassy le dijo al presidente del STJ que el Sinait, en nombre de los Auditores Inspectores Laborales de todo Brasil, exigía que los recursos que estaban siendo tratados por el STJ fueran juzgados rápidamente. Se ha interpuesto un recurso especial y una petición de hábeas corpus para que se considere la categoría que teme la prescripción del delito y que el acusado no sea castigado. La inestabilidad que el crimen causó entre los Auditores Fiscales, que siguieron trabajando, pero siempre viviendo con inseguridad, especialmente en las inspecciones rurales, fue también un tema de la audiencia.

El senador José Nery reforzó el pedido del Sinait porque, según él, hay muchas historias de impunidad en el país y los poderosos se confían y terminan burlando las leyes. Recordó al ministro Asfor Rocha que el 28 de enero, en honor a los inspectores asesinados, se convirtió en el Día del Auditor Inspector Laboral y el Día Nacional de la Lucha contra el Trabajo Esclavo.

El presidente del STJ reconoció que el caso es emblemático y que sólo el hecho de que hayan pasado seis años ya es preocupante. Garantizó que el poder económico de los implicados en el proceso no obstaculizaría en absoluto la imparcialidad del juicio y se comprometió a pedir al ponente del recurso especial que diera preferencia al juicio. El ministro Carlos Lupi acompañó toda la audiencia y dijo que el Ministerio de Trabajo y Empleo confía en que el STJ actuará con celeridad al juzgar este caso.

Genir Lage, viuda de João Batista, conmovió a todos los presentes cuando dijo al presidente del STJ que las familias se sienten desanimadas, pues quedaron atrapadas en el dolor, en los problemas que el crimen causó a sus hijos. “Seguimos llorando a nuestros muertos. Es hora de cerrar este ciclo para seguir adelante con la vida”. El retraso del juicio, según Genir, es un mal ejemplo para sus hijos, a los que enseñó que el país es serio, pero los hechos suelen decir lo contrario.

En ese año, se produjeron actos en varias partes del país, como en Recife. Los Auditores Pernambucanos asistieron al evento y discutieron la importancia de la fecha para la carrera de Auditor Fiscal, que a menudo se ve amenazada por los empresarios, especialmente en las zonas rurales. El acto público en Ceará tuvo lugar frente a la SRT/CE por la mañana y atrajo a la prensa local. Por la tarde, se celebró una misa en memoria de Estratóstenes, João Batista, Nelson y Aílton. En Paraná, también frente a la Superintendencia, se leyó el Manifiesto escrito por el Sinait ante el público que se encontraba allí. En Paraíba, participaron auditores fiscales y personal administrativo. También hubo manifestaciones en Maranhão, Espírito Santo, Manaus, Acre, Piauí y Goiás. En todas ellas se leyó el Manifiesto.

## La totalidad del Manifiesto de Sinait:

28 de enero de 2010 - Impunidad. ¿Hasta cuándo?

*Aquí estamos de nuevo en la plaza pública para protestar, para mostrar nuestra indignación, para pedir Justicia y para exigir “¡Juicio ya! Sólo hay una razón. Cuatro funcionarios públicos, padres de familia, fueron brutalmente asesinados en el ejercicio de sus funciones y los instigadores y ejecutores aún no han pagado por este crimen.*

*La sociedad necesita saber que el asesinato de los tres auditores inspectores laborales y del conductor del Ministerio de Trabajo y Empleo es un crimen que queda impune. Que hay mandantes y asesinos que no han sido juzgados. Que las familias aún no han encontrado la paz. ¡Que esto no se puede olvidar y que exigimos una punición!*

*Eratóstenes, João Batista, Nelson y Ailton fueron víctimas de la intolerancia, de la afrenta al Estado, de la falta de respeto a la ley. Los coroneles de hoy, como los del pasado, piensan que pueden resolver todo con la violencia. Los verdugos querían intimidar al Estado, impedir la inspección y la defensa de los derechos de los trabajadores.*

*Hoy, 28 de enero, la Masacre de Unaí cumple seis años. Nueve personas fueron acusadas, pero ninguna fue juzgada.*

*La justicia lenta no es justicia. ¡La justicia lenta es sinónimo de impunidad! Los recursos no pueden tener como objetivo retrasar el juicio, hacer prescribir las sentencias o dejar que el caso se hunda en el olvido.*

*¡Los Auditores Inspectores Laborales, las familias y la sociedad en su conjunto exigen que los implicados en la masacre de Unaí sean juzgados conforme a la ley y que no haya impunidad!*

*Nunca permitiremos el olvido; nunca dejaremos de exigir la punición.*

*28 de enero - Día del Auditor Inspector Laboral, Ley nº 11905/2009, en honor a las víctimas de la masacre de Unaí*

*¡Juicio ya!*

Dos días antes, en Belo Horizonte, el Ministerio Público del Trabajo de Minas Gerais (MPT/MG) recordó los seis años de impunidad con un acto público. El acto formaba parte de las actividades de la Semana Nacional contra el Trabajo Esclavo. Con el título “El combate al trabajo esclavo en Minas Gerais - Perspectivas y Retos”, el evento reunió a los Auditores Inspectores Laborales, Fiscales del Trabajo y Sindicalistas, con la cobertura de la prensa local. La Fiscal Jefe interina del MPT/MG, Adriana Moura Souza, al abrir el acto público, recordó a los cuatro trabajadores asesinados en Unaí. “Este es un momento para expresar nuestra indignación por un crimen que no ha sido resuelto y que afecta a todos los trabajadores del país”.

El Fiscal Sebastião Caixeta, de la Coordinación Nacional para la Erradicación del Trabajo Esclavo (Conaete), también se refirió al caso y dijo que el acto realizado en Minas “es simbólico por la masacre de Unaí, que fue una afrenta a las familias y al poder del Estado, encarnado en los representantes del Ministerio de Trabajo y Empleo”. Al final de su discurso, pidió un aplauso para las víctimas. Aloisio Alves, que fue auditor inspector laboral, dio un testimonio personal, ya que conoció y trabajó con los auditores inspectores laborales y el conductor asesinados. Por eso, para él, la fecha adquiere contornos más dolorosos.

Maria do Socorro Brandão, Auditora Inspectora Laboral que presidió la AAFIT/MG, habló de la indignación que acompañaba al proceso y dijo que la respuesta, el regalo que más le gustaría a la categoría en ese día 28 “es que el proceso vuelva al Tribunal Regional Federal de Minas Gerais y que se programe el juicio”. ¡Es un sueño de Justicia! El poder del capital no puede prevalecer sobre la ley y la Justicia”.

En el acto del MPT, fueron recurrentes los comentarios sobre las dificultades de la Inspección de Trabajo para operar en la región de Unaí después del crimen. A raíz de ello, una carta abierta dirigida al entonces ministro de Trabajo y Empleo, Carlos Lupi, exigía la vuelta de las inspecciones en la región de Unaí.

## Carta abierta al Ministro de Trabajo y Empleo de la República Federativa de Brasil

Señor Ministro,

*Durante el acto público denominado “Combate al Trabajo Esclavo en Minas Gerais - retos y perspectivas”, celebrado en la Fiscalía Regional del Trabajo de la 3ª Región el 26/01/2010, en conmemoración del Día Nacional de Combate al Trabajo Esclavo instituido por la Ley nº 12.064 de 29 de octubre de 2009, las entidades y personas presentes deliberaron para dirigirle la siguiente moción:*

*Desde enero de 2004, cuando tres auditores inspectores laborales, Nelson José da Silva, Eratóstenes de Almeida Gonsalves y João Batista Soares Lage, y el conductor Ailton Pereira de Oliveira, empleado del MTE, fueron brutalmente asesinados, las inspecciones laborales en el sector rural de la región noroeste de Minas Gerais sufrieron una reducción considerable debido a la ausencia de una estructura de seguridad que permitiera la continuidad de las actividades de inspección preservando la integridad de los auditores inspectores laborales.*

*En los años anteriores a la “Masacre de Unaí”, la Inspección de Trabajo mantuvo una firme y regular actividad inspectora en la región, predominantemente agrícola, haciendo frente a la grave explotación depredadora del trabajo rural. Tras los fatídicos asesinatos, se redujo notablemente la presencia de la Inspección de Trabajo en la región, dando a la sociedad la trágica impresión de que la muerte de los agentes del Estado logró los objetivos pretendidos por sus verdugos.*

*Así, tales asesinatos, sin castigo para quienes los ordenaron y ejecutaron hasta el momento, han terminado por constituir una verdadera sanción de abandono para los trabajadores rurales de la región. Además de constituir un ataque al Estado, esta masacre se ha convertido en un verdadero ataque a las garantías fundamentales de los trabajadores, cuya defensa corresponde al Estado promover.*

Por estas razones, las personas y entidades presentes en este Acto Público, movidas por el repudio a la situación aquí

descrita, solicitan a Vuestra Excelencia la adopción de medidas de emergencia y energéticas para la inmediata reactivación de las inspecciones rurales en la región Noroeste de Minas Gerais, de forma planificada y con plena garantía de la seguridad e integridad de todos los miembros de los equipos de inspección.

Laborales, Fiscales del Trabajo y sindicalistas de Minas Gerais, presentes en el evento del MPT

La prensa, que nunca ha dejado de poner de relieve el crimen, ha desempeñado un papel fundamental y ha contribuido a exigir a las autoridades que castiguen a los culpables. Los actos organizados por el Sinait, las asociaciones regionales y las delegaciones sindicales siempre han tenido una gran repercusión. En marzo de 2010, el asunto fue el tema de una serie de reportajes de TV Record sobre crímenes sin solución en Brasil. El informe comenzó con un fuerte llamamiento que decía que hace seis años la noticia del asesinato de tres auditores inspectores laborales y un conductor del Ministerio de Trabajo y Empleo dio la vuelta al mundo y conmocionó a la población por la violencia, la audacia y la afrenta al Estado.

Continuó diciendo que seis meses después se desveló el crimen, cuando la policía identificó a los mandantes, contratistas y ejecutores, nueve personas en total, habiendo sido uno de los mandantes elegido alcalde de Unaí el mismo año de la tragedia. El informe también citaba la lucha emprendida por el Sinait desde 2004 y el interminable número de recursos presentados por los acusados ante tribunales superiores. “A pesar de que los auditores inspectores laborales Eratóstenes, João Batista y Nelson no estuvieron en Unaí para inspeccionar las denuncias de trabajo esclavo, las entidades que luchan por la erradicación de esta práctica adoptaron la fecha como Día Nacional de Lucha contra el Trabajo Esclavo, instituido por ley, en honor a las víctimas. Asimismo, el Sinait propuso y consiguió que se aprobara el 28 de enero como Día del Auditor Inspector Laboral”, dice el informe.

Llegó el año 2011. El crimen fue hace 7 años. Sinait y la categoría siguieron movilizados.

Cada enero era necesario renovar la esperanza. Los delincuentes no podían quedar impunes. La manifestación de ese año tuvo lugar junto al Tribunal Federal de Belo Horizonte. Asistieron más de 200 personas. Los manifestantes ocuparon las escaleras del edificio y la acera con pancartas, banderolas y piruletas. Llevaban camisetas con las fotos de los cuatro funcionarios asesinados y el texto: “7 años de impunidad - Masacre de Unái - ¡Justicia ya!

Los presentes cantaron el Himno Nacional, el entonces presidente de la AAFIT/MG João Frazão dijo que siete años es mucho tiempo de espera y que la herida seguía abierta para las familias y para la categoría. Frazão también dijo que el crimen de Unái fue un acto contra la Inspección de Trabajo, contra los sindicatos, contra los trabajadores y contra el Estado de Derecho, con la intención de intimidar a la inspección, pero no lo logró. Y que la categoría no dejaría que el caso cayera en el olvido.

Rosângela Rassy, presidenta del Sinait en ese momento, reconoció a varios colegas que año tras año siguieron el caso y participaron en solidaridad con las manifestaciones. Dijo que el crimen se recuerda en los doce meses del año, pero en enero, el dolor aumenta. Es entonces cuando la barbarie aflora con más fuerza y los compañeros se ponen en la piel de los asesinados, imaginando el dolor de sus familias si fuesen ellos las víctimas.

El presidente también dijo que los detalles del crimen son estremecedores y que la sociedad tiene que saber que, para los que ordenaron el asesinato, la vida vale muy poco. Los pistoleros fueron contratados para matar sólo a Nelson y cuando se dieron cuenta de que había más gente, fueron autorizados a matar a todos, por dinero. Todo fue investigado por la policía y la Justicia actuó muy bien, rápidamente, dictando la sentencia de imputación. Y, a pesar de la lentitud del proceso, la fase inicial del juicio proporcionó suficientes argumentos a los tribunales superiores para denegar todos los recursos que los acusados habían presentado a lo largo de seis años.

Durante todo este tiempo, el Sinait, las asociaciones y las recién creadas Delegaciones Sindicales (DS) han trabajado para agilizar la tramitación de los recursos. Muchas entidades estaban del lado de la Unión y siguen luchando por la sentencia. “La esperanza de que la sentencia se fije pronto motivó al Sinait y a la AAFIT/MG a sustituir, este año, los balones negros por los blancos. Saldremos victoriosos, pues veremos al Estado reaccionar ante una agresión, hasta ahora sin respuesta”.

El Fiscal de Trabajo Carlos Eduardo, que representó a la ANPT en el acto, dijo que su categoría siempre se ha solidarizado con los Auditores Inspectores Laborales, que son compañeros en la defensa de los derechos de los trabajadores. También se solidarizó con las familias de las víctimas y mostró su confianza en que en ese momento, con los recursos de los acusados juzgados, se celebraría finalmente el juicio.

Lindolfo Fernandes, entonces presidente de Sindifisco/MG, que había seguido el caso desde el principio, se refirió a la injerencia del poder económico en ciertos sectores del Estado. Según él, los funcionarios públicos tienen dos luchas: una corporativa, para mejorar sus condiciones de trabajo, y otra, para rescatar el propio Estado a su origen. La actividad inspectora, en cualquier caso, ofrece riesgos, pero el Estado debe dotar a las instituciones de los medios para proteger a sus agentes y de la autonomía necesaria para ejercer plenamente su actividad. Las consecuencias de un Estado ineficiente son, por ejemplo, el trabajo esclavo y la violencia contra sus agentes.

Fahid Tahan Sab, que en el momento del crimen era presidente del Sinait, dijo: “Que los globos que se elevaron lleven al cielo la esperanza y la fe en la Justicia de los Hombres. Y que traigan de allí la luz para que no haya turbiedad en el juicio”. Elogió el trabajo de la Policía, del Ministerio Público Federal y de la Justicia Federal en el esclarecimiento del crimen y en la fase inicial del proceso. En representación del ministro de Trabajo y Empleo, Carlos Lupi, el superintendente suplente Carlos Henrique profundizó en el significado de la



palabra Justicia, que es el carácter de lo correcto y lo justo. Para él, peor violencia que los asesinatos es la impunidad de los asesinos y pidió a los trabajadores que no dejen de buscar la Justicia.

El acto público terminó con la intervención de Carlos Calazans, que siempre ha seguido y sigue de cerca el desarrollo del proceso y conoce detalles de las declaraciones de los imputados. Según él, varios de los implicados confesaron el delito y dieron detalles de cómo fueron contratados, las llamadas telefónicas, las cantidades y toda la trama.

Se soltaron cinco mil balones blancos que volaron frente a la fachada del edificio de TRF y de los edificios vecinos, atrayendo la atención de los transeúntes. Los balones blancos eran un símbolo de esperanza de que el juicio se celebraría pronto, ya que no había más recursos pendientes en tribunales superiores. El acusado Antério Mânica tuvo su proceso desmembrado de los demás porque es alcalde y tiene derecho a un juicio en foro especial. En ese momento, cuatro acusados estaban en libertad bajo habeas corpus y cinco estaban encarcelados en la Penitenciaría Nelson Hungria en Contagem (MG).

Igualmente, a principios de 2011, Willian Gomes de Miranda, que tenía el papel de seguir los pasos de los guardias y conducir el coche que apoyaría a los pistoleros, fue liberado de la Penitenciaría Nelson Hungria debido al cumplimiento indebido de una decisión del Tribunal de Ejecuciones Penales del Tribunal del Estado en Contagem (MG), que reconocía que las penas a las que fue condenado habían sido cumplidas, pero sólo por delitos de competencia del Tribunal del Estado. Sin embargo, la decisión de la Justicia del Estado se reservó que Willian Gomes de Miranda fuera liberado sólo si no estaba encarcelado por ninguna otra razón. Los guardias de la prisión no verificaron que estuviera en prisión preventiva por decisión del Tribunal Federal. En mayo, William fue capturado en la ciudad de Primavera do Leste, en Mato Grosso.

Las esperanzas de que el juicio se programa-

ra rápidamente porque todos los recursos de los acusados habían sido juzgados sufrieron un golpe cuando, en abril de 2011, un nuevo recurso dejó al acusado de planear el crimen sin fecha de juicio. En una nueva maniobra, los abogados de José Alberto Castro y Hugo Alves Pimenta presentaron un recurso extraordinario en el STJ, dejando el proceso aún más prolongado. Ello se debe a que, con tal ingenio, el STF también tendría que analizar el proceso. No se espera que se celebre el juicio. Los abogados contratados por el Sinait para representar a las familias presentaron una moción para anular el recurso. Además, el sindicato se reunió con representantes del CNJ para obtener detalles sobre la tramitación del recurso y para volver a pedir, en otra instancia, que se agilice el proceso y la sentencia respectiva, como esperan la categoría y los familiares de las víctimas.

Más allá de la indignación por la impunidad, hubo consenso en que la lentitud de la justicia podría animar a los grandes productores de la región de Unaí a seguir cometiendo irregularidades en la contratación y explotación de los trabajadores. En ese momento, el abogado Marcelo Leonardo, defensor de Antério Mânica, negó que la intención fuera aplazar el proceso. “Al contrario. El alcalde tiene prisa por demostrar su inocencia. Dos juicios después y dos condenas, se demostró que Antério Mânica nunca fue inocente en esta historia.

La fiscal Míriam Moreira Lima, que acompañó las investigaciones sobre la masacre de Unaí, lamentó el nuevo recurso presentado por la defensa de los acusados. Confirmó que el recurso pospondría, indefinidamente, el juicio de los presuntos instigadores. “El último recurso presentado ante el STJ debe seguir siendo remitido al STF. Esperamos que esta sentencia del Tribunal Supremo no se demore”, dijo. La fiscal destacó que el MPF no tenía dudas sobre la implicación de los nueve acusados, incluida la participación de Antério Mânica. “En menos de un año ya habíamos concluido la investigación y presentado la denuncia a la Justicia Federal de Minas Gerais, que también actuó rápidamente. Lamentablemente, nuestra le-

gislación permite un gran número de recursos, lo que hace que el proceso sea lento y no beneficie a la sociedad”.

En mayo de 2011 el STJ determinó el desmembramiento del caso de Rogério Alan, lo que permitió que su juicio se llevara a cabo, siendo el primero de una serie hasta que todos los acusados fueran juzgados. Poco después, a petición del Ministerio Público, se determinó también el desmembramiento en relación con Francisco Pinheiro, Erinaldo de Vasconcelos Silva, Willian Gomes de Miranda y José Alberto de Castro. Con esto, el jurado podría ser designado tan pronto como se enviaran los registros.

La masacre de Unaí cumple ahora ocho años. El 27 de enero, el Sinait organizó otra manifestación en Belo Horizonte, en colaboración con la AAFIT/MG, cuando habló con la jueza suplente del 9º Tribunal de Justicia Federal de Minas Gerais, Raquel Vasconcelos Alves de Lima. Al acto público, que tuvo lugar frente al edificio de la Justicia Federal, asistieron más de un centenar de personas entre auditores inspectores laborales, sindicalistas y autoridades.

Estaba claro que el Estado tenía que dar una respuesta al crimen y todos creían que esa respuesta estaba a punto de producirse, con la perspectiva de que el juicio tuviera lugar ese año. Desde enero de 2004, los auditores inspectores laborales ya no eran los mismos. Había riesgos y la protección del Estado era necesaria. Las amenazas no cesaron. Un ejemplo claro ocurrió en 2012, en Santa Catarina, cuando los auditores inspectores laborales fueron acosados en una región de plantaciones de cebolla, incluso con el apoyo de los líderes municipales. Para los Auditores-Fiscales no hay duda de que esa conducta fue alentada por la impunidad del caso Unaí.

Una vez más la solidaridad estuvo presente con la participación de representantes de diversas categorías en el acto, como la Fiscalía del Trabajo, la Asociación de Magistrados del Trabajo, la Federación de Trabajadores de la Agricultura (Fetaemg), la Federación y Sindicato de Trabajadores de la Industria Extractiva,

el Sindifisco Nacional y la Delegación Sindical en Belo Horizonte. También estuvieron presentes parlamentarios y el delegado regional de trabajo en el momento del crimen, Carlos Calazans. Calazans recordó que había pasado otro año sin que se celebrara el juicio. Destacó el hecho de que los niños huérfanos pasaron la infancia y la adolescencia sin su padre, lo que fue muy triste para las familias y recordó detalles de los testimonios de los acusados, que revelaron frialdad y crueldad en la organización y ejecución del crimen. “Brasil debe a las familias una disculpa”, dijo.

El tono adoptado en todo el acto fue el de exigir un juicio para los acusados y reconocer el trabajo de los auditores inspectores laborales. “El crimen avergüenza al país”, dijo la fiscal del Trabajo, Fernanda Brito Pereira, que destacó la colaboración con la inspección en la aplicación de los derechos de los trabajadores. La jueza laboral y presidenta de Amatra 3, Jacqueline Prado Casagrande, dijo que “la sociedad estaba y sigue conmocionada por el crimen” y que esperaba que en 2012 tuviera lugar el Tribunal del Jurado. Luiz Henrique Franca, auditor fiscal de la Hacienda Federal brasileña, que representaba al Sindifisco Nacional, era Inspector Laboral y amigo personal de João Batista. “Por esta razón, el dolor es aún mayor para mí”, subrayó. La categoría de la que forma parte, según él, también sufre amenazas y violencia y es necesario que el ataque al Estado termine.

Todos estaban allí para cumplir una vez más con el doloroso deber de pedir al Estado que cumpla con su papel de proteger a los funcionarios públicos y castigar a los culpables de la masacre de Unaí. El ex presidente del Sinait y de la AAFIT/MG, Fahid Tahan Sab, que era presidente del Sindicato Nacional en el momento del crimen, destacó la valentía de los investigadores, fiscales y jueces de Minas Gerais en la conducción del proceso. El retraso se debe a los recursos de los abogados de los acusados, que actúan dentro de las lagunas de la ley. Fahid subrayó que es necesario cambiar la ley de procedimiento penal para proteger a los funcionarios públicos.

También hubo manifestaciones en Fortaleza, Manaus, Belém, Curitiba, Goiânia y João Pessoa, frente a las Superintendencias Regionales del Trabajo (SRT) de estas capitales. Los auditores inspectores laborales exigieron un juicio para los implicados en la masacre y el fin de la impunidad que se ha prolongado durante ocho años.

En febrero de 2012, la Masacre de Unaí fue incluida en la lista de 71 casos en los que el Consejo Nacional de Justicia (CNJ) debería intervenir para acelerar el juicio de los acusados. El caso fue remitido al Consejo por el entonces presidente de la Orden de Abogados de Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, a petición del Sinait. Finalizaba 2012 cuando el consejo del Sinait se reunió con el entonces secretario general del CNJ, el juez federal Fábio Cesar dos Santos Oliveira, para informarle sobre el caso y pedirle al Consejo que interviniera para acelerar el juicio. El resultado de la eficaz intervención del CNJ llegó poco después, cuando el entonces corregidor general del Consejo, Jefferson Kravchychyn, se puso en contacto con la jueza Raquel Vasconcelos, del 9º juzgado federal de Belo Horizonte, y obtuvo de ella el compromiso de que el juicio de Rogério Alan Rocha Rios se programaría para febrero de 2013.

El caso avanzó en relación con los años anteriores, con el desmembramiento de los procesos de los acusados de haber ejecutado el crimen. Los procesos de Erinaldo de Vasconcelos Silva, Francisco Pinheiro, José Alberto de Castro, Rogério Alan Rocha Rios y Willian Gomes de Miranda fueron desmembrados del original y, por lo tanto, devueltos a la primera instancia de la Justicia Federal en Belo Horizonte para que sean juzgados.

En enero de 2013, el acusado Francisco Pinheiro falleció en Contagem, víctima de un derrame cerebral. Conocido como Chico Pinheiro, estaba en prisión desde agosto de 2004, siete meses después del asesinato de los cuatro servidores. Hasta noviembre de 2012, estuvo en la Penitenciaría Nelson Hungria, en Contagem, en la zona del Gran Belo Horizonte. Tras el ictus, estuvo hospitalizado durante dos meses en el Hospital Municipal de Contagem. Según la investigación, Francisco Pinheiro fue

acusado de reclutar a los ejecutores directos de los servidores y de preparar todo el montaje del crimen. Habría sido contratado por el empresario José Alberto de Castro, a petición del también empresario Hugo Pimenta.

El tiempo pasa lentamente para los que esperan, especialmente cuando la espera es para la justicia y el castigo de los culpables de crímenes contra la vida. Los familiares y amigos nunca se dieron por vencidos, a pesar de todo el tiempo que se alargó el proceso. El 28 de enero, el Sinait y la AAFIT/MG volvieron a celebrar una manifestación en Belo Horizonte. El acto tuvo lugar en la puerta del edificio de la Justicia Federal, donde se desarrollaba el proceso.

La jueza Raquel Vasconcelos Alves de Lima, llevaba ocho meses analizando el caso, desde mayo de 2012. Cuatro días antes de que la tragedia cumpliera nueve años, cuando todos esperaban que se anunciara la fecha del juicio, la jueza sorprendió a todos al decidir declinar la competencia para el juicio y determinar la remisión del caso al Juzgado Federal de Unaí, creado en 2010. "El magistrado del 9º Juzgado Federal de la Sección Judicial de Minas Gerais ordenó la remisión de los expedientes de la Acción Penal nº 2004.38.00.036647-4 y de todos los casos relacionados a la Subsección Judicial de Unaí. La decisión también es válida para los registros de nº 36888-63.2011.4.01

La decisión causó un verdadero revuelo e indignación por sus desarrollos, como el aplazamiento del juicio de forma indefinida. Además, la imparcialidad del jurado se vio comprometida por el hecho de que se celebrase en una ciudad donde los acusados de ordenar el crimen tenían gran influencia política y económica.

Esta fue la tónica de todos los discursos durante el acto público. Sin excepción, todos los que pidieron la palabra expresaron su indignación por la impunidad, el retraso del juicio y la decisión del juez. Hubo una gran participación de organizaciones.

Un momento emotivo fue el pronunciamiento de Marinez Lina, viuda de Eratóstenes, que habló junto a Helba Soares, viuda de Nelson, y Genir Lage, viuda de João Batista. Profun-

damente conmovida, dijo que el sufrimiento de las familias no tiene fin y que la impunidad aumenta el dolor. Apeló a la Justicia para que se celebrara el juicio de los acusados, para que finalmente se hiciera justicia. Según Marinez, la decisión del juez fue un balde de agua fría: “Nuestras familias son gente sencilla y trabajadora. Merecemos respeto”.

Los manifestantes llevaban camisetas con el lema de la bandera de Minas Gerais - “Libertad aunque sea tarde”- pero con la palabra “justicia” en lugar de “libertad”. Los auditores inspectores laborales, los familiares, los sindicalistas y los representantes de las instituciones también sostenían piruletas y pancartas con el lema: ¡Juicio ya, en Belo Horizonte!

La historia de la Auditoria Inspección Laboral en Brasil está marcada por la masacre de Unaí. Durante nueve años, el Sinait ha sido incansable (y lo sigue siendo), siguiendo el proceso, llevando información a las autoridades competentes a cada nuevo paso en cada una de las instancias por las que ha pasado la acción. El asombro ante la decisión de la jueza era visible en los rostros de los presentes. Unaí, una ciudad dominada por el poder económico y político de los hermanos Mânica, no podía ser el escenario del juicio del bárbaro crimen. Comenzó una preocupación generalizada sobre cómo se formaría un jurado popular con personas subyugadas a los mandantes.

En ese año, en Goiânia, los Auditores Inspectores Laborales pidieron el fin de la impunidad de la Masacre de Unaí y protestaron contra la posible transferencia de los expedientes del caso al Tribunal Federal de Unaí. En Amazonas, la protesta tuvo lugar frente a la SRT/AM y contó con la presencia de los auditores inspectores laborales y personal administrativo. El presidente de la Asociación de Auditores Fiscales de la Amazonia (AAFTAM), Francimary Michelis, expresó la indignación de la categoría por la demora en el juicio de los acusados de la masacre. En Curitiba, los auditores inspectores laborales rezaron por las víctimas frente al edificio de la SRT/PR. En otros lugares se repitieron las manifestaciones.

La decisión de la jueza de trasladar el jurado a Unaí fue desgarradora para todos los que esperaban el juicio. Antério y Norberto Mânica son poderosos empresarios de la región. Había una creencia generalizada de que el juicio en Unaí les beneficiaría, debido al poder económico del grupo familiar. Inmediatamente, el Ministerio Público Federal de Minas Gerais presentó un recurso ante el TRF1, contra esta decisión. Tres meses después, el STJ anuló la decisión de la jueza, determinando que el juicio debía celebrarse en Belo Horizonte.

Así, el primer jurado, el de los verdugos Eri-naldo de Vasconcelos Silva, Rogério Alan Rocha Rios y William Gomes de Miranda, estaba previsto para el 27 de agosto. Fueron encarcelados en Contagem. Poco antes de que comenzara el juicio de los ejecutores, se programó para septiembre el juicio de otros cuatro acusados, Norberto Mânica, José Alberto de Castro, Hugo Alves Pimenta y Humberto Ribeiro. Todavía no se ha decidido la fecha del juicio de Antério Mânica.

En mayo, en la apertura de la Audiencia Pública de la Subcomisión Permanente de Lucha contra el Tráfico Nacional e Internacional de Personas y del Trabajo Esclavo, la entonces senadora Ana Rita (PT/ES) presentó un reportaje de video sobre el delito realizado por TV Record, que había sido proyectado el día anterior en la televisión nacional. El senador, que fue presidente de la Comisión de Derechos Humanos y Legislación Participativa del Senado, recordó que habían pasado nueve años sin que se hiciera justicia. “Hasta el día de hoy los asesinos y los mandantes no han sido juzgados. El primer juicio no debería tener lugar hasta agosto. En una audiencia con el ministro Joaquim Barbosa, entonces presidente del Tribunal Supremo, le pidió que interviniera ante el CNJ para acelerar el caso.

Agosto llega con mucha expectativa en torno al juicio de los ejecutores de la masacre, que comenzaría el 27 de ese mes. El día anterior, la Comisión de Derechos Humanos de la Asamblea Legislativa del Estado de Minas Gerais celebró una audiencia pública para recordar el caso. Según el diputado Durval Ângelo (PT/

MG), que presidió la audiencia, el CDH siguió todo el proceso del caso y cumplió su papel de no permitir que el crimen cayera en el olvido.

La audiencia pública se celebró a petición de Carlos Calazans, delegado regional de trabajo en Minas Gerais en 2004, cuando se produjeron los asesinatos. Calazans recordó los nueve años transcurridos desde el crimen, las luchas, las manifestaciones, los actos públicos en diversas partes del país, las audiencias con las autoridades.

## El juicio de los ejecutores

Después de más de ocho años, los autores de la Masacre fueron sometidos a juicio, que tuvo lugar entre el 27 y el 31 de agosto de 2013, en el Tribunal Federal de Belo Horizonte. Auditores Inspectores Laborales de todo el país estuvieron en la capital de Minas Gerais para seguir el proceso presidido por la jueza suplente del 9º Tribunal Federal, Raquel Vasconcelos, y acompañados por los representantes del Ministerio Público Federal Miriam do Rosário Lima y Wladimir Aras, así como por los fiscales adjuntos, contratados por el Sinaít para representar a las familias de las víctimas, Francisco Rogério Del Corsi y Antônio Francisco Patente.

En el primer día del juicio se escucharon ocho testigos y también se escucharon como informantes a Marinez Lina de Laia y Helba Soares, viudas de los auditores inspectores laborales Eratóstenes y Nelson. El antiguo oficial de la Policía Federal, Antônio Celso dos Santos, que dirigió las investigaciones en aquel momento, hizo una larga declaración. Interrogado por los fiscales del Ministerio Público Federal y los abogados de los acusados, reveló detalles de las investigaciones para ilustrar al jurado sobre las circunstancias del crimen.

A continuación, Vilmar da Silva Ferreira, el policía militar que encontró a las víctimas en Trevo das Sete Placas, en Unaí, donde el conductor Aílton consiguió llegar después de que le dispararan. También declaró como testigo Rita Cristina Mundim, empleada de la Subdelegacia del Trabajo y Empleo de Paracatu. Dijo que el día del crimen, alrededor de las 10 de la mañana, recibió una llamada telefónica de Antério Mânica preguntando si los auditores inspectores laborales habían muerto. Todavía no tenía conocimiento del crimen. Poco después, según el relato de Rita, Antério Mânica volvió a llamar a la Subdelegacia, esta vez para informar de que todos habían muerto.

Otra testigo importante fue Ellen Fernandes

de Melo, entonces empleada de la empresa Huma Cereais, propiedad de Hugo Alves Pimenta. Dijo que también conocía a José Alberto de Castro y a Norberto Mânica, a quienes la empresa hacía frecuentemente pagos para gastos personales. Según la testigo, que trabajaba en el área financiera de la empresa, un pago en especie le llamó la atención en ese momento. Le pareció extraño porque todos los pagos de la empresa se hacían con cheques. El pago, según las investigaciones, fue para los pistoleros contratados para ejecutar los asesinatos.

La última declaración de ese primer día fue la del auditor inspector laboral Fábio Antônio Gomes Araújo. Dijo que estaba presente, junto con otro inspector, Joaquim Elégio, en la oficina de contabilidad para la que trabajaba Norberto Mânica, tras una inspección en Unaí en 2003, cuando el empresario amenazó a Nelson y les impidió a todos salir de la habitación con un “chucho” (un objeto puntiagudo utilizado en la región para pinchar bolsas de frijoles y recoger muestras). La intimidación fue denunciada inmediatamente por Joaquim Elégio a la jefe de Inspección de Belo Horizonte, y sólo después de tener conocimiento de esto, Norberto Mânica les habría permitido salir.

El caso se incluyó en el informe de inspección de Fábio y Nelson, este último más detallado. Durante las inspecciones, según Fábio, se encontraron trabajadores no registrados en la finca de Celso Mânica y condiciones inadecuadas de alojamiento en la finca de Norberto Mânica. La obstrucción a la inspección, realizada en la oficina de la empresa, dio lugar a otra notificación de infracción al estanciero.

El comisario de la Policía Civil, Wagner Pinto de Souza, que también participó en las investigaciones del caso, así como el comisario de la Policía Federal, Antônio Celso dos Santos, hicieron un resumen de las investigaciones y de

la conclusión a la que llegaron, basándose en las pruebas recogidas y en el testimonio de los acusados. El oficial de la Policía Civil João Alves de Miranda, que formó parte del equipo de investigadores, dio detalles de la investigación llevada a cabo por la Policía Civil y la Policía Federal, los pasos dados, cómo se confirmó la información recogida y cómo se está formando el rompecabezas.

El segundo día del jurado estuvo marcado por una sorpresa. El empresario cerealista Hugo Pimenta, acusado de ser uno de los intermediarios del crimen, declaró y señaló al agricultor Norberto Mânica, conocido como el “Rey de los Frijoles”, como la persona que ordenó la ejecución de los tres auditores inspectores y el chofer del Ministerio de Trabajo. Según él, el delito se saldó con 50.000 reales. La estrategia de la defensa de Hugo Pimenta era que entregaría toda la trama a cambio de una reducción de la pena, en caso de ser condenado por participación en el delito. Sería juzgado en septiembre de ese año.

Según la declaración del empresario, Norberto Mânica ordenó a José Alberto de Castro que le dijera a Francisco Pinheiro por teléfono que “brindara por Nelson y por todos”. Además, el agricultor habría ofrecido más dinero a Rogério Alan y Erinaldo para que asumieran que la ejecución era un “latrocinio” (robo seguido de muerte). Hugo testificó como informante en un acuerdo con el Ministerio Público Federal para un acuerdo de culpabilidad. Al ser interrogado por el fiscal Vladimir Aras, Hugo admitió que llegó al acuerdo por su propia voluntad, tras firmar un documento.

Justo al principio, se emocionó y empezó a llorar. “Me comprometí a no cargar con esta historia, a contar esta historia y estoy aquí para ello”, dijo. Quiero contar por qué fui a la cárcel. Voy a contar lo del 27 de enero de 2004”. Continuó: “Hacia la 1 de la tarde, fui a mi empresa, como todos los días. Cuando llegué, el coche de Norberto Mânica estaba delante de Huma Cereais. Allí, Norberto hablaba con Zé Alberto, que estaba al teléfono hablando exactamente con Chico Pinheiro. Contrató a Rogério Alan, Erinaldo y William. Norberto ofreció una

suma. Norberto dijo: “Habla con Chico Pinheiro para atrapar a todos”. El fiscal quería saber lo que significaba “atrapar a todo el mundo”. “Matar a todos, Excelencia”, dijo

Según Hugo Pimenta, cuando Norberto mandó a ejecutar a todos, pensó que esto no sucedería. Norberto, si esto sucede, será muy grave, terminará en la mano de Lula (entonces Presidente de la República). Dijo: “De ninguna manera, venderé una estancia, no la necesito”. El Fiscal Aras cuestionó que esta fuera una declaración de Norberto Mânica. “Sí, Excelencia”, resumió.

El fiscal preguntó si los verdugos sabían por qué habían matado a los inspectores y Hugo dijo que “no tenían la especificación, pero sabían que eran inspectores”. El empresario continuó diciendo que todos fueron a la Penitenciaría Nelson Hungria en Contagem, en la región metropolitana de Belo Horizonte. “Yo, Rogério Alan, William, Chico Pinheiro, Erinaldo y Humberto. Entonces Norberto fue arrestado”.

A continuación, hizo otra declaración sorprendente. “En Nelson Hungria nos alojamos en diferentes pabellones y en otra ocasión fuimos al mismo pabellón. Allí, Norberto, que siempre puso el dinero por delante, empezó a idear un plan para salirse con la suya. Fui testigo de ello. Me quedé con ellos durante cinco meses en la cárcel. Habló con Erinaldo y le sugirió que asumiera el delito como un robo a cambio de dinero. Ofreció 300.000, esto dentro de la prisión, y 200.000 para Rogério Alan (además de lo que ya se había pagado por la masacre).

Hugo Pimenta aseguró al fiscal que fue testigo de esta negociación. “Cuando me volvieron a detener, me quedé más de un año. Salí e hice la promesa de cobrar la deuda para Erinaldo y Rogério. Me comprometí con los dos a cobrar la deuda de Norberto”. Según Hugo, así fue. “Erinaldo asumió que era un robo, pero nunca recibió el pago acordado. Decidí decir la verdad, porque no podía soportarlo más. No sé lo que me pasará después”.

“Entonces, eso es todo, Su Excelencia, él hizo el trato y no pagó. Me enfadé con Norberto e hice una grabación que ya he entregado al

Ministerio Público. Mi intención era que Norberto se hiciera cargo y cobrara lo que había prometido al personal. Me indignó mucho la actitud de Norberto. Llegué y dije: (está grabado). Estoy aquí y no sé si voy a volver a Nelson Hungria. El personal quiere cobrar y tú no has pagado. Ya sabes la situación en la que me encuentro debido a esto. Mi defensa es que yo abra la boca y por eso estoy haciendo esto”, justificó. Al preguntarle si tenía miedo de Antério Mânica, Hugo Pimenta respondió que hablaría de Antério en su propio juicio.

A partir de ese momento, los abogados y los defensores públicos fueron autorizados por la jueza Raquel Vasconcelos a hacer preguntas, pero, aconsejado por el abogado Lúcio Adolfo, Hugo dijo que no respondería a ninguna de ellas. Poco después, la fiscal Miriam Lima le preguntó a Hugo si después de la masacre de Unaí, Norberto Mânica había buscado a Erinaldo para ejecutar a otras personas. Buscó a Erinaldo para matar a otra persona que le debía en un acuerdo para vender una finca en Paraná. Norberto fue a Formosa (GO) a buscar a Erinaldo, quien dijo estar arrepentido por el crimen de Unaí y se negó.

Fue el tercer día del juicio cuando llegó el momento más esperado: el testimonio de los acusados. El primero en hablar fue Erinaldo de Vasconcelos Silva, quien confesó su participación en los asesinatos y confirmó lo que Hugo Pimenta había dicho el día anterior. Dijo que el estanciero Norberto Mânica fue el autor intelectual del crimen y que días después de la masacre lo buscó para matar a otras personas en Paraná, trabajo que Erinaldo afirmó no tener aceptado hacerlo.

Erinaldo también relató la participación directa de Rogério Alan Rocha Rios en las ejecuciones, mientras que el papel de William Miranda fue ayudar a los sicarios a escapar. Según Erinaldo, fue él mismo quien invitó a la pareja a participar en los asesinatos, en cuanto recibió una propuesta de Francisco Pinheiro, acusado de ser el agente. “Chico dijo que había alguien que le daba trabajo y quería que lo matara”, dijo. Según él, Rogério Alan y William sabían que la invitación era para asesinar a una per-

sona. El objetivo era el auditor inspector laboral Nelson José da Silva, pero como no estaba solo, la orden era matar a todos. Por el trabajo, Erinaldo y sus cómplices recibirían 25.000 reales. Como Nelson no estaba solo, Norberto hizo doblar la apuesta y pagó la cantidad de R\$ 50 mil por tres víctimas más, de los cuales R\$ 14 mil fueron pagados a Alan y William.

Erinaldo ya había asumido los asesinatos, alegando que se trataba de un robo. En esta nueva declaración dijo que lo hizo tras recibir una propuesta de Norberto Mânica para asumir el crimen en solitario. “Recibí la propuesta de Norberto dentro de la prisión. Nos alojamos en el mismo pabellón (citando la penitenciaría Nelson Hungria). Me dijo que me hiciera cargo solo. Primero, me daría 100.000 reales para que asumiera la responsabilidad del crimen en el tribunal. Cuando llegé aquí (al Tribunal Federal) lo aumentó. El valor de un camión con tres años de uso”, dijo, evaluando la propuesta en alrededor de R\$ 300.000.

Según Erinaldo, Rogério Alan también debía recibir cerca de R\$150.000, pero el dinero nunca fue pagado a ninguno de los dos, lo que dio lugar a una carta supuestamente escrita por Alan, dirigida a Norberto, exigiendo tal promesa. Alan también había confesado su participación en la masacre de Unaí en una declaración a la Policía Federal, pero su abogado, Sérgio Moutinho, alegó que fue “coaccionado” y que, por tanto, negaría el crimen en una nueva declaración.

En el juicio se negó a responder a las preguntas de la Fiscalía y se limitó a decir que no participó en el crimen, que no reconocía el libro de registro del hotel Athos de Unaí, donde se alojaron los tres el día anterior al crimen. En la investigación, se arrancó la página con su firma, pero se dejó la otra página, con el número de su documento de identidad. A su abogado le dijo que nunca había estado en Unaí y que el día del crimen, el 28 de enero de 2004, estaba en Salvador. Afirmó que dos días antes había asistido a la fiesta de cumpleaños de su suegro en ese momento. Los testigos de la defensa, sin embargo, no lograron convencer a la fiscalía de la coartada de Alan.



William Gomes de Miranda también se acogió al derecho a guardar silencio y alegó que había recibido amenazas de muerte, por lo que tenía miedo de hablar. Para su abogado, el defensor público Celso Rezende, confirmó que fue contratado para ser el chofer de Chico Pinheiro.

Era el amanecer del sábado 31 de agosto cuando se leyó la sentencia. Los acusados Erinaldo de Vasconcelos Silva, Rogério Alan Rocha Rios y William Gomes de Miranda fueron condenados por triple asesinato y formación de bandas. Erinaldo también fue condenado por el delito de receptación de un vehículo robado, utilizado en la ejecución del delito. Rogério Alan, que negó su participación, recibió la condena más alta: 94 años de prisión, en régimen cerrado. Acusado confeso, Erinaldo se benefició de un acuerdo de culpabilidad y fue condenado a 76 años y 20 días de prisión, en régimen cerrado. La sentencia para William Gomes fue de 56 años de prisión, en régimen cerrado. A todos se les negó el derecho a apelar en libertad y la sentencia confirmó el delito de mando. Los nueve años que los asesinos permanecieron en prisión serían considerados en el cumplimiento de la sentencia. Además, los tres podrían ver reducidas sus condenas por el trabajo realizado en prisión.

La entonces presidenta del Sinait, Rosângela Rassy, celebró el resultado de la sentencia. Esta es una noche histórica para nosotros, los auditores inspectores laborales. Por fin se ha empezado a hacer justicia. Rosângela advirtió que la categoría estaba a la espera del juicio de los otros acusados, entre ellos, los mandantes. “Con esta condena creemos que la condena de los demás acusados, incluidos los mandantes, está ahora más cerca”.

Los familiares y compañeros de las víctimas, además de varios dirigentes del Sinait, lo celebraron mucho. El ambiente formal de la Justicia Federal dio paso a gritos y lágrimas de satisfacción. De hecho, se había empezado a hacer justicia. Fue un momento emotivo. Al día siguiente, el 1 de septiembre, el fiscal federal Vladimir Aras, que actuó en el juicio, publicó sobre ello en su blog:

(...) “Al final de la lectura de la sentencia llegó el sonoro grito. Varios familiares y compañeros de las víctimas gritaron: “¡Justicia! Justicia!” y “¡Viva Brasil!” y, de la mano, cantaron el Himno Nacional. Todo el mundo estaba ya en pie. Muchos de ellos lloraban profusamente. El acusado William Gomes de Miranda también lloró. Aparentemente respetuoso por ese momento, Erinaldo Vasconcelos inclinó la cabeza. El tercer acusado permaneció impassible. Desde el estrado del Ministerio Público, en la sala del jurado, presencié, en silencio, una conmovedora demostración de civismo y alegría de este pueblo, no por la suerte infausta de los verdugos y sus mandantes, sino por el reencuentro con la fe de que en el futuro seremos un país mejor, en el que la vileza, la avaricia y la prepotencia no prevalecerán sobre la vida y los derechos de nuestros semejantes”. (<https://vladimiraras.blog/2013/09/01/se-ergues-da-justica-a-clava-forte/>)

Toda la expectación se centró en el juicio de los intermediarios y los mandantes, que iba a comenzar el 17 de septiembre. No sólo los familiares, compañeros y amigos de las víctimas, sino todo el país fue testigo de una nueva victoria de la impunidad. El 16 de septiembre, la víspera del juicio, el entonces ministro Marco Aurélio de Mello del STF concedió una medida cautelar que suspendía el juicio de Norberto Mânica. En la misma fecha, el Tribunal Federal de Belo Horizonte suspendió el juicio de Hugo Pimenta, José Alberto de Carvalho y Humberto Ribeiro. Iban a ser juzgados junto con Norberto Mânica. También se suspendió el juicio de Antério Mânica, que ya estaba previsto para el 1 de octubre.

En octubre de 2013, el STF empezó a votar la petición de habeas corpus presentada por la defensa de Norberto Mânica, para que el juicio del acusado se celebrara en Unai. Marco Aurélio Mello, ponente del habeas corpus, que ya había concedido la medida cautelar que impedía la celebración del juicio el 17 de septiembre, votó a favor de que el juicio se celebrara en Unai. La ministra Rosa Weber votó a favor del juicio en el 9º Tribunal Federal de Belo Horizonte. La votación quedó empatada porque el ministro Luiz Fux aún no había emitido su

voto cuando su colega Dias Toffoli pidió acceso a los expedientes del caso.

Al día siguiente, el Sinait abrió un frente de trabajo para impedir la celebración del jurado en Unaí, movilizándolo a la Procuraduría General de la República (PGR) y a la Secretaría de Derechos Humanos (SDH).

La defensa de Norberto argumentó que el juicio del acusado no podía celebrarse en Belo Horizonte, con el argumento de que debía ser juzgado por sus conciudadanos, es decir, personas conocidas por el acusado. Rosangela Rassy, presidenta del Sinait, expresó su preocupación por que la decisión sobre el habeas corpus pueda sentar un precedente para anular la decisión del jurado que condenó a los autores del crimen. Si la solicitud es aceptada por el STF, los pistoleros también podrían pedir que el juicio se celebre en la ciudad donde tuvo lugar el crimen.

A finales de octubre, los dirigentes del Sinait estuvieron en el STF, en una audiencia con Dias Toffoli, para discutir su solicitud de acceso a los expedientes del caso. El presidente del Sinait dio detalles del proceso hasta ese momento, recordando que durante casi diez años los acusados utilizaron trucos procesales para retrasar su avance. La solicitud de hábeas corpus fue otra de estas artimañas. Dias Toffoli dijo que analizaría el proceso desde el punto de vista jurídico, aunque entendió que episodios como el de Unaí causan tristeza.

## Actos y actividades en 2014 y 2015

Diez años. 3.650 días de impunidad. El día 28 de enero de 2004 estaba cada vez más lejos. Los autores de la masacre estaban en prisión. Han sido juzgados y condenados. Los mandantes y los intermediarios fueron puestos en libertad, retrasando cada vez más la solución final del caso, es decir, la condena y el encarcelamiento de los autores intelectuales del crimen. Concentrados frente al STF, auditores inspectores laborales, familiares y autoridades apelaron a los ministros para mantener el jurado en Belo Horizonte, en una nueva manifestación.

La elección del lugar fue estratégica, porque desde octubre de 2013, la Corte estaba analizando una petición de habeas corpus presentada por los acusados, solicitando el traslado del jurado a Unai, demanda que contradecía la decisión anterior del STJ que mantenía el jurado en Belo Horizonte. El ministro Marco Aurélio Mello votó a favor del traslado del jurado a Unai, la ministra Rosa Weber votó en contra. Entonces, el ministro Antonio Dias Toffoli pidió vista y el proceso no tuvo más avances.

Una vez más, decenas de personas participaron en el evento. Auditores Inspectores laborales de todo el país, directores y delegados sindicales del Sinait, el entonces ministro de Trabajo y Empleo Manoel Dias; el parlamentario estadual Durval Ângelo (PT/MG); el presidente de la Comisión de Derechos Humanos de ALMG, Gabriel Rocha, representante de la Secretaría de Derechos Humanos; el actor Leonardo Vieira y el sacerdote Ricardo Rezendes Figueira, representantes del Movimiento de Derechos Humanos (MhuD); El padre Ari Antônio, de la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil (CNBB); la fiscal Daniela Varanda, de la ANPT; fray Xavier Plassat, de la CPT; José Guerra, de la Comisión Nacional para la Erradicación del Trabajo Esclavo (Conatrae); Leonardo Sakamoto, de la ONG Reporter Brasil y Paulo Sérgio de Almeida, secretario de Ins-

pección del Trabajo en la época, así como las viudas Eratóstenes, João Batista y Nelson.

Diez mil balones negros, que todavía se utilizan para simbolizar el luto, llenaron el cielo de Brasilia. Los presentes gritaron “¡Justicia! Justicia ya”. En la apertura del acto, Rosa Jorge, que había vuelto a la presidencia del Sinait, lamentó que, después de diez años, todo el mundo estuviera allí reunido pidiendo todavía que se celebrara el juicio y dijo que la categoría, las familias y la sociedad habían esperado demasiado tiempo. “Queremos que los ministros de la Corte Suprema juzguen correctamente, garantizando el juicio de los mandantes en Belo Horizonte, demostrando que el estado de derecho persiste, a pesar de todos los intentos de negarlo”, dijo.

El ministro Manoel Dias destacó que la categoría es reconocida en todo el mundo, habiendo sido destacada en la Conferencia de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), y reconoció que el reducido número de auditores inspectores laborales activos representaba una dificultad para el avance de las acciones fiscales en el país. Manoel Dias dijo que su participación en el evento tenía el objetivo de pedir agilidad en los procesos que estaban por juzgar. “Es necesario que se produzca el juicio de los responsables de la Masacre de Unai. La ley existe para todos. Los culpables deben ser castigados ejemplarmente, para demostrar que en Brasil se respetan las leyes y se hace justicia”, concluyó.

El Sinait lanzó un manifiesto que fue leído por el actor Leonardo Vieira, del Movimiento Derechos Humanos, formado por artistas e intelectuales que militan en defensa de los derechos humanos. En el texto se recordaba el crimen y el juicio y la condena de los ejecutantes en 2013 y se lamentaba que los mandantes, además de estar libres, intentaran trasladar el jurado a Unai.

Leonardo Vieira también leyó una nota de la CNBB, alusiva al Día Nacional de Lucha contra el Trabajo Esclavo. La esclavitud moderna es uno de los propósitos del delito de tráfico de personas, que fue el tema de la Campaña de la Fraternidad de 2014. La CNBB afirmó “que el trabajo esclavo avergüenza al país y degrada la dignidad humana, al igual que el tráfico de personas, y que se producen porque los infractores tienen la certeza de la impunidad”. Denunciar estos crímenes es un deber de toda la sociedad”.

El parlamentario minero Durval Ângelo anunció que, por iniciativa de la Comisión de Derechos Humanos, la Asamblea Legislativa de Minas Gerais (ALMG) ha revocado la Medalla al Mérito Legislativo concedida a Antério Mânica en 2008. “Los criminales y los bandidos no pueden ser honrados. Hoy en día ya no figura en la lista de homenajeados. Este es el fruto de la organización de ustedes”.

La cobertura del acto público por parte de vehículos de todo el país fue masiva. Periodistas de canales de televisión, emisoras de radio, periódicos y páginas web siguieron la manifestación y hablaron con los auditores inspectores laborales y las viudas de los inspectores asesinados. El presidente del Sinait dijo en una entrevista que el crimen fue cometido contra el Estado de Derecho, por personas que se creen por encima de la ley y que los que ordenaron el asesinato estaban haciendo todo lo posible para retrasar el juicio porque sabían que las pruebas contra ellos eran abrumadoras. Reiteró que el Sindicato no permitirá que se olvide el crimen.

Los diez mil balones negros que se soltaron en el lugar son una muestra del luto, de la tristeza y de la indignación de la categoría. “Diez años sin juicio significa que las autoridades brasileñas no están prestando la debida atención que este caso merece. Como dijo Rui Barbosa: ‘La justicia lenta es la injusticia’”, dijo Rosa Jorge.

En este día, en Brasilia, también tuvo lugar el acto de lanzamiento de la campaña “MPF contra el trabajo esclavo”, promovida por el Ministerio Público Federal. Carlos Calazans,

que era el delegado regional del trabajo en Minas Gerais en el momento del crimen, llamó la atención de todos sobre la fecha. También intervinieron la presidenta del Sinait, Rosa Jorge, y las viudas de los auditores inspectores laborales asesinados en Unai.

Rosa Jorge habló sobre el acto del Sinait que tuvo lugar esa mañana frente al STF, recordando que la intención era mostrar la indignación de los auditores inspectores laborales con el retraso en el juicio de los mandantes. Explicó la situación del caso, en el que sólo se juzgó a tres acusados, en agosto de 2013, y que otro recurso presentado por los acusados de ser los mandantes aplazó el juicio que estaba previsto para el 17 de septiembre de 2013. “Entendemos que el que teme es porque debe. Diez años es mucho tiempo y queremos que se haga justicia”.

La movilización de la categoría en busca de justicia no se limitó al acto celebrado por el Sinait. Año tras año, los colegas dejan sus hogares en sus estados para hacer lo mismo. Diez años de crimen fue una fecha emblemática y hubo movimientos en muchas capitales. Invitados por las Delegaciones Sindicales del Sinait en Amazonas, Bahía, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte y Rondônia, los compañeros también realizaron actos públicos para pedir el fin de la impunidad y protestar por mejores condiciones de trabajo. La mayoría de las manifestaciones se realizaron frente a las Superintendencias Regionales del Trabajo de los estados.

En Belo Horizonte la fecha fue recordada el 27 de enero, cuando representantes de la AAFIT/MG y familiares de las víctimas visitaron la Comisión de Derechos Humanos en la Asamblea Legislativa.

En Salvador (BA), los Auditores-Fiscales cortaron el tráfico para mostrar pancartas exigiendo justicia para el caso y protestando contra el desguace del Ministerio de Trabajo y Empleo. El acto público en Fortaleza (CE) contó con la presencia de Auditores Fiscales de la Hacienda Federal de Brasil. En São Luís (MA), los au-

ditores inspectores laborales se reunieron en la Asociación de Auditores Inspectores Laborales de Maranhão (Aitema) para conmemorar el Día de los Auditores Inspectores Laborales, el Día Nacional de Lucha contra el Trabajo Esclavo y los diez años de la Masacre de Unai.

En Cuiabá, capital de Mato Grosso, el acto público “La impunidad genera trabajo esclavo” fue realizado por la Delegación Sindical del Sinait (DS/MT) y el Ministerio Público del Trabajo (MPT) en el auditorio del Ministerio Público del Trabajo. Estuvieron presentes representantes de organizaciones y organismos públicos, personal administrativo de la SRT/MT y los auditores inspectores laborales.

En la SRT/PR, en Curitiba, los Auditores-Fiscales movilizaban y permanecieron por una hora en el lugar en protesta para que el juicio se realice en Belo Horizonte (MG). En Recife (PE), además de pedir el fin de la impunidad, los auditores inspectores laborales denunciaron la falta de seguridad a la que se enfrentan durante sus operaciones.

En Teresina (PI) y en Porto Velho (RO), los Auditores Fiscales y los trabajadores administrativos se unieron para pedir una rápida conclusión del juicio y mejores condiciones de trabajo. En Pará, paralizaron sus actividades en la SRT/PA durante una hora para protestar contra la demora de la Justicia en castigar a los responsables de la Masacre.

En febrero, los dirigentes del Sinait fueron recibidos por el entonces Fiscal General de la República, Rodrigo Janot, en la sede del organismo. Janot escuchó explicaciones sobre el avance del caso, como el hecho de que los acusados habían presentado un habeas corpus ante el STF para que sean juzgados en Unai. El fiscal general se ofreció a mantener el contacto con el STF, para que el proceso se pusiera en marcha y finalmente se celebrase el juicio.

También en febrero, Rosa Jorge y Carlos Silva, presidente y vicepresidente del Sindicato, respectivamente, estuvieron en audiencia con el ministro del STF, Dias Toffoli, para hablar de algunos puntos considerados relevantes en el juicio de habeas corpus, que estaba paralizado

en la Corte. Dias Toffoli fue el autor de una solicitud de examen que provocó la suspensión del juicio en octubre de 2013.

Una semana antes del undécimo aniversario del crimen, el Sinait lanzó una campaña exigiendo el enjuiciamiento de los responsables. El objetivo era mostrar la indignación de los familiares y compañeros de los auditores inspectores laborales Eratóstenes, João Batista y Nelson y del conductor Aílton con la impunidad del caso.

El día 26 se lanzó una petición electrónica solicitando al STF la reanudación del juicio, por iniciativa del auditor inspector laboral Magno Riga. Además de pedir al STF la reanudación del juicio de habeas corpus, la petición exigía que el jurado se celebrara en Belo Horizonte (MG) y no en Unai, como pretendían los mandantes. Sinait hizo la misma petición en una reunión con la ministra Carmem Lúcia, del STF, presidenta en funciones de la Corte en ese momento. La presidenta del Sinait, Rosa Jorge, y su vicepresidente, Carlos Silva, el ministro de Trabajo y Empleo, Manoel Dias, el secretario de Inspección de Trabajo, Paulo Sérgio de Almeida, y las viudas de los inspectores de trabajo Genir Lage, Helba Soares y Marinez Lina de Laia.

Once mil balones para recordar once años del crimen. Justo después de la reunión con el Ministro, tuvo lugar un Acto de Ciudadanía Pública, con una gran participación de funcionarios y entidades. Además de los balones, había pancartas, carteles y camisetas que pedían justicia. Estaba claro que el traslado del juicio de Belo Horizonte a Unai podría significar la impunidad de los acusados. El poder de los mandantes causó preocupación. Eran y siguen siendo los mayores empleadores y compradores de la región. En estas condiciones, la elección de los jurados se vio amenazada.

El acto tuvo gran repercusión en los medios de comunicación nacionales y demostró la importancia de mantener la movilización, la creencia de que la justicia estaba a punto de llegar. En la tragedia de Unai, cada auditor inspector laboral es una víctima, pero la catego-

ría no pierde el ánimo y permanece unida por el sentimiento de justicia. Cada año, cada acto, cada balón inflado, tiene el objetivo de demostrar que el Sinait, los auditores inspectores laborales y otros servidores públicos no dejarán que el crimen caiga en el olvido.

Una vez más, el Sinait contó con el apoyo de entidades, sindicatos, confederaciones y organismos internacionales, que enviaron representantes al acto que recordó los once años del crimen. El entonces procurador de la Fiscalía del Trabajo, Luís Antônio Camargo de Mello, estuvo presente y habló de la asociación fundamental entre las instituciones, de que las carreras trabajan y sufren juntas y no pueden acordar con la impunidad.

Carlos Eduardo de Azevedo Lima, de la ANPT, consideró el momento especial. “Hoy trae un sentimiento mixto de impunidad y lucha, porque después de once años, estamos aquí y seguimos con el mismo compromiso de condenar a los culpables de la Masacre de Unaí”.

Cláudio Damasceno, del Sindifisco Nacional, dijo que considera la lucha del Sinait como una batalla de los funcionarios públicos en su conjunto, una guerra que debe movilizar a toda la administración pública brasileña. Hizo un llamamiento a los funcionarios públicos para que participen en una movilización continua. “Tenemos que seguir centrados en esta lucha y hoy, todos somos Auditores Inspectores Laborales, ¡hoy todos somos Sinait!”.

Edison Guilherme Haubert, del Movimiento Nacional de Servidores Públicos Jubilados y Pensionados (Mosap), habló de la importancia de la participación de las entidades en la protesta, de que era necesario confiar en que el juicio se realizaría en Belo Horizonte.

Raimundo Salvador, del Sindicato de Trabajadores de las Industrias de la Construcción y del Mueble de Brasilia (STICMB), dijo que la participación en el Acto Público que pide el juicio de los responsables de la masacre de Unaí, en Belo Horizonte, representaba una fecha importante para la entidad. Dijo que llevaban once años junto a Sinait pidiendo justicia. La Confederación de Trabajadores del Servicio

Público Federal (Condsef) y la Confederación Nacional de Trabajadores de la Seguridad Social (CNTSS) también estuvieron presentes en el acto.

El periódico *Correio Braziliense* publicó un artículo de Rosa Jorge, presidenta del Sinait, en la sección de Opinión de la edición del 28 de enero.

## La masacre de Unaí sigue impune

*Hace once años, el 28 de enero, tres auditores inspectores laborales y un conductor del Ministerio de Trabajo y Empleo fueron asesinados en un camino rural del municipio de Unaí (MG). Eratosthenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage y Nelson José da Silva, conducidos por Aílton Pereira de Oliveira, se dirigían a una explotación agrícola donde iban a realizar una inspección para verificar el cumplimiento de la legislación laboral. El coche fue interceptado y fueron ejecutados a corta distancia. Ese fue el comienzo de una historia de lucha por la justicia.*

*Después de nueve años, con muchas idas y venidas en todos los niveles judiciales, tres de los nueve acusados fueron juzgados y condenados en Belo Horizonte (MG). Uno de los acusados murió. Otros cinco no fueron a juicio y actualmente intentan que el proceso se traslade al Tribunal Federal de Unaí, donde viven y tienen influencia política y económica. El recurso ha estado en suspenso en la Corte Suprema Federal durante un año y cuatro meses.*

*Año tras año se producen manifestaciones pidiendo justicia, un juicio ya y la condena de los culpables. Ahora también piden que el juicio se celebre en Belo Horizonte, para garantizar una decisión imparcial y sin prejuicios. Los ejecutores fueron juzgados, pero los mandantes están libres, sin punición. Es necesario cerrar este ciclo, para que las familias tengan paz. Es necesario sancionar a los responsables de la barbarie que afrenta al Estado y a la sociedad.*

*La impunidad sirve de combustible para las amenazas a los auditores inspectores laborales. En todo el país, la masacre de Unaí es citada por los empresarios descontentos con la inspección de trabajo*

para intimidar y amenazar. Desde 2004, hay numerosos casos de ataques y agresiones. En Mato Grosso do Sul, un equipo del Grupo Especial de Inspección Móvil, que combate el trabajo análogo a la esclavitud, estuvo bajo fuego cruzado en una estancia. Otro equipo, en Pará, fue seguido en una carretera desierta después de una inspección, incluso acompañado por la Policía Federal. También en Pará, un auditor inspector laboral fue agredido durante una inspección. En Santa Catarina, los productores rurales cerraron las salidas de una ciudad para impedir que el equipo de inspección continuara su trabajo. En Rio Grande do Sul, un inspector fue golpeado casi hasta la muerte. En Bahía, los auditores inspectores laborales recibieron llamadas anónimas y denuncias de emboscadas. Hay muchos otros.

El 28 de enero se convirtió en un símbolo de lucha y resistencia contra la explotación de los trabajadores. En honor a los trabajadores asesinados, la fecha se estableció como el Día del Auditor Inspector Laboral y el Día Nacional de Lucha contra el Trabajo Esclavo, que forma parte de la Semana Nacional de Lucha contra el Trabajo Esclavo. Los auditores inspectores laborales son los agentes públicos que reprimen directamente la esclavitud contemporánea.

Desde 1995, cuando se crearon los grupos móviles de inspección, más de 47 mil trabajadores han sido liberados del trabajo análogo a la esclavitud, que es un delito estipulado en el artículo 149 del Código Penal brasileño. Por iniciativa de los auditores inspectores laborales, se creó la Lista Sucia de empresarios y el Seguro de Desempleo especial para los trabajadores rescatados. El año pasado se promulgó la Enmienda Constitucional n° 81, que prevé la expropiación de zonas rurales y urbanas, aún pendiente de regulación.

La acción más reciente para evitar que los trabajadores reincidan es el Programa de Acción Integrada. El proyecto piloto ejecutado en Mato Grosso calificó y dio trabajo decente a cientos de trabajadores. El Sinait, la Organización Internacional del Trabajo (OIT), el Consejo Nacional de Justicia (CNJ) y la Fiscalía General del Trabajo, entre otros organismos, buscan la nacionalización del programa, ya que existe una incidencia del trabajo esclavo en todo

Brasil, en actividades rurales y urbanas.

Estas acciones molestan. En el Congreso Nacional hay proyectos para modificar la redacción del artículo 149 del Código Penal y la Lista Sucia está siendo cuestionada judicialmente. Se trata de intentos de retroceso, incluso ante el reconocimiento internacional de los avances logrados por la Oficina de Inspección de Trabajo en la lucha contra el trabajo esclavo, un modelo para el mundo. Hay mucho que avanzar, mucho por lo que luchar. Un paso importante es el juicio y la condena de los responsables de la masacre de Unai. La impunidad es la injusticia. ¡Justicia ya!

## Juicio de Norberto Mânica y José Alberto de Castro

Después de casi dos años, el juicio en el STF se reanuda y los ministros deciden que el juicio de los acusados se mantenga en Belo Horizonte (MG). Al retomar la votación del caso, los ministros Luiz Fux y Dias Toffoli se decidieron por el juicio en la capital de Minas Gerais. En una votación previa al pedido de vista, la ministra Rosa Weber también había votado a favor del juicio en Belo Horizonte. El voto del ministro Marco Aurélio fue rechazado. El ministro Luiz Roberto Barroso se declaró impedido por su proximidad a los abogados de los acusados.

Así, casi 12 años después del crimen, el 27 de octubre de 2015, comenzó en el Tribunal Federal de Belo Horizonte el juicio contra Norberto Mânica y José Alberto de Castro, acusados de ser, respectivamente, mandante e intermediario del crimen. El jurado estuvo presidido por el juez federal Murilo Fernandes de Almeida. La fecha fijada anteriormente era el 22 de octubre, pero mediante una maniobra, la defensa de los acusados consiguió que se aplazara el juicio, lo que provocó la indignación de los auditores inspectores laborales que habían viajado a Belo Horizonte para presenciar el juicio.

En una manifestación silenciosa en la acera del edificio de la Justicia Federal, los auditores inspectores laborales formaron cuatro cruces humanas que simbolizaban las víctimas de la masacre de Unai. Vestidos de negro, en señal de protesta, se acostaron sobre telas blancas que ocuparon toda la acera de la concurrida avenida donde se encuentra el edificio. Los manifestantes esperaban que ese día comenzara el juicio, tantas veces aplazado.

El entonces ministro de Trabajo y Seguridad Social, Miguel Rossetto, acompañó la sesión, junto con el secretario de Trabajo, José Lopes Feijó, y representantes de la Secretaría de Inspección del Trabajo (SIT). Dijo, al comienzo del juicio, que el asesinato de los trabaja-

dores en 2004 es un crimen contra el Estado brasileño. “Vivimos situaciones de conflicto en todo nuestro país. Tenemos que reducir este modelo de conflicto, tenemos que garantizar el cumplimiento de la legislación laboral”, dijo el jefe de la cartera.

Los testimonios del comisario de la Policía Civil, Wagner Pinto, y del comisario de la Policía Federal, Antônio Celso dos Santos, que llevaron a cabo las investigaciones, confirmaron lo que ya habían dicho en el juicio de los ejecutores: el objetivo era el auditor inspector laboral Nelson, un experimentado auditor conocido por ser muy estricto; Nelson ya había multado al agricultor Norberto Mânica en acciones fiscales anteriores; la existencia de un documento del Ministerio de Trabajo en el que la denuncia de Nelson se refiere a una amenaza sufrida por parte Norberto Mânica, así como las comunicaciones telefónicas interceptadas durante las investigaciones.

En su declaración como colaborador de la Justicia, el empresario Hugo Pimenta, que también es un acusado en el proceso e hizo un acuerdo con la Fiscalía Federal, dió detalles sobre el montaje del crimen. El empresario dijo que Mânica le pidió que contactara con pistoleros para matar al auditor inspector Nelson y también informó de que, tras el crimen, le preguntó al agricultor si estaba arrepentido, y obtuvo la siguiente respuesta: “A Nelson lo mataría mil veces”. En cuanto a la participación de José Alberto, Hugo Pimenta explicó que el acusado llamó a Francisco Pinheiro para contratar a los tiradores. Pinheiro fue acusado de contratar a los pistoleros. Estuvo preso en la Penitenciaría Nelson Hungria de Contagem (MG), y murió en 2013, víctima de un derrame cerebral.

Hugo Pimenta negó haber participado directamente en la arquitectura del crimen y acusó al estanciero Norberto Mânica de ser uno de



los mandantes del crimen en una audiencia de denuncia que duró tres horas. “Quieres que te responda lo que te gustaría escuchar y no lo que realmente sucedió. Esta fue una de las frases que le dijo Hugo Pimenta al abogado defensor de Norberto Mânica, Antônio Carlos de Almeida Castro.

Pimenta, que mantenía una relación profesional y de amistad con Mânica, dijo que Mânica acudía diariamente a su despacho y que un día le dijo: “No aguanto más a ese Nelson”. Y preguntó: “¿No sabes de alguien que lo mate por mí? Pimenta dijo que negó conocer a nadie, pero que José Alberto Castro, también presente, habría afirmado conocer a alguien.

Castro se puso entonces en contacto con Francisco Pinheiro para contratar a los pistoleros. La cantidad a pagar iba a ser de 25.000 reales, pero se aumentó a 50.000 reales porque tenían que matar a más personas. Parte del dinero habría sido adelantado a Francisco Pinheiro para iniciar la búsqueda del “fiscal”, que vivía en Unai (MG). Según el informante acusado, el plan inicial era matar sólo a Nelson, pero los intentos en su residencia se vieron frustrados al instalarse una cerca eléctrica alrededor de la misma. Entonces, se planeó la emboscada y los otros Auditores y el conductor también fueron asesinados porque estaban en el coche.

Hugo Pimenta también dijo que había intentado en dos ocasiones convencer al estanciero de que no ordenara a los pistoleros cometer el crimen. “Esto acabará en manos de Lula (el entonces presidente de la República Luiz Inácio Lula da Silva), le dije a Norberto”. La respuesta del agricultor, según él, fue que no había ninguna preocupación al respecto. En otro momento, el agricultor dijo: “El mundo es demasiado pequeño para mí y para Nelson”.

El cerealista también informó de que, un día después de la masacre, el estanciero comentó la repercusión del delito. “Mânica me preguntó: ¿Has visto la repercusión? Le contesté: ¿No dije que acabaría en manos de Lula? El día del crimen, el entonces vicepresidente de la República, José Alencar, que era presidente en

funciones, emitió una nota de repudio por los asesinatos. También estuvo en el velatorio de los servidores, celebrado en Belo Horizonte.

El pistolero Erinaldo Vasconcelos, condenado a 76 años de prisión por participar en la masacre, ya había entregado a Mânica como contratista en cuanto fue detenido en 2004. Mantuvo su versión durante su juicio en 2013, y también en 2015. Erinaldo también relató que fue llamado por Francisco Pinheiro para matar a los “inspectores” y detalló el guión realizado por él y los demás verdugos ese día. Dijo que Hugo Pimenta, cuando lo contrató, habría dicho que el jefe era Norberto y que la orientación era insistir en la tesis de que era un robo. Vasconcelos también dijo que Norberto lo buscó en Goiás, después de la masacre de Unai, para ordenar otro asesinato, esta vez en Paraná.

En el segundo día del juicio, los trabajadores del Poder Judicial Federal realizaron una hermosa manifestación en solidaridad con las víctimas del crimen y pidieron la condena de los implicados que están siendo juzgados. Soltaron balones blancos y se dieron un abrazo simbólico en el edificio donde se celebró el jurado.

El policía civil João Alves de Miranda, que formó parte del equipo de investigadores que descubrió el crimen, también fue escuchado y dio más detalles de la investigación de la Policía Federal y Civil. Dijo que la investigación demostró que el crimen se estaba planeando dos meses antes.

Una de las estrategias de la defensa para descalificar la denuncia de Hugo Pimenta fue señalar que los implicados no habían hablado por teléfono el día de los crímenes. Sin embargo, la Fiscalía Federal señaló la comunicación telefónica. El oficial de la Policía Federal Cláudio de Figueiredo Paradas, que fue uno de los primeros en encontrar los cuerpos de los Auditores-Fiscais dentro del coche, informó en su testimonio que en las interceptaciones telefónicas quedó claro que Mânica planeaba huir a Paraguay.

El tercer día estuvo marcado por las declaraciones de los acusados. Norberto Mânica dio

su versión del crimen y negó su participación. El “Rey de los Frijoles” intentó descalificar las declaraciones de otros acusados que lo señalaban como responsable de la contratación de los sicarios para acabar con la vida de los servidores públicos. “Nunca me planteé matar a nadie”. El agricultor negó haber amenazado a la víctima, e incluso se refirió a Nelson como un profesional “austero pero justo”. Afirmó que “no hubo ninguna amenaza, no hubo ninguna pelea, hubo una discusión normal”. Sin embargo, en un momento dado, se refirió al desacuerdo como una “pelea” y rápidamente se corrigió. A continuación, dio su versión del episodio.

Mânica dijo que acababa de ganar una batea de frijoles (un instrumento puntiagudo, también conocido como “chucho”, utilizado en la agricultura) cuando se dirigía a la oficina que llevaba la contabilidad de su finca y que estaba frente a la habitación del condominio rural que mantenía con sus hermanos en el momento del crimen. Según él, cuando llegó a la sala, encontró a Nelson y a otros inspectores, que estaban cuestionando el registro de algunos empleados. Mânica dijo que hubo una discusión verbal entre él y Nelson. En la declaración de culpabilidad, Hugo Pimenta confirmó que, con el instrumento en la mano, Norberto había dicho: “Esto es bueno para meterlo en la barriga de los negros”. Para el juez Murilo de Almeida, Mânica afirmó que cree que fue incluido en el proceso por este desacuerdo y también por el registro de llamadas telefónicas.

José Alberto de Castro, interrogado justo después de Norberto, asumió que había contratado a los pistoleros a través de Francisco Pinheiro. Sin embargo, dijo que el único contacto que tuvo fue con Hugo Pimenta, quien solicitó el “servicio” y manifestó en repetidas ocasiones que Norberto estaba teniendo muchos problemas con el Inspector Laboral Nelson.

La defensa de José Alberto ya había adelantado que admitiría su participación en el crimen. “Estoy aquí para asumir mi culpa. Me he equivocado, me he equivocado, me he equivocado. Así comenzó el acusado. Dijo que participó en las negociaciones con Francisco Pinheiro. Y

añadió que Hugo Pimenta fue quien solicitó la contratación y pagó los asesinatos. “Hugo decía que esta era la voluntad de Norberto Mânica”.

Según Castro, el trato era matar sólo al auditor inspector Nelson, en contra del testimonio del pistolero Erinaldo de Vasconcelos, quien dijo que había llamado a los intermediarios informándoles de que Nelson estaba acompañado por otras tres personas y había obtenido autorización para “asar” a todos. Según la declaración, Hugo Pimenta fue quien inició las conversaciones para matar a Nelson. El acusado declaró que conocía a Hugo Pimenta, porque trabajaban en el cultivo del maíz.

Su estrategia para exonerar a Norberto Mânica fue decir que no tenía ningún contacto con el estanciero y que nunca había viajado en coche con él. José Alberto admitió que el día de la masacre hizo llamadas a la finca de Mânica, pero para tramitar facturas y la carga de granos de un cargamento, ya que estaba intermediando la compra realizada por Hugo. “Si Norberto tuvo participación en esto, no estoy en condiciones de decirlo”. José Alberto de Castro no pudo responder cuál era el interés de Hugo en matar a Nelson, pero repitió que dijo que Norberto tenía problemas con el Auditor Inspector.

La defensa y la fiscalía presentaron piezas para los jurados que eran fundamentales para que tomaran su decisión. El Ministerio Público Federal presentó un reportaje emitido en el programa “Domingo Espetacular” de Rede Record el 5 de mayo de 2013, con el nombre “Dossiê de Unaí - 9 anos”, cuyo titular llamaba la atención sobre testimonios inéditos de los pistoleros y trabajadores de las fincas de los hermanos Mânica en Unaí. Las defensas de Norberto Mânica y José Alberto trataron de impedir la exhibición del informe, de unos 30 minutos de duración, a los jurados, bajo el argumento de que sería demasiado largo. El Ministerio Fiscal se opuso y el juez encargado del caso ordenó que se mostrara el informe.

“Sólo cesaré las persecuciones a mis negocios cuando le pegue un tiro en la cabeza al Inspector Laboral”, es la amenaza que se atribuye

a Norberto Mânica en el reportaje. Uno de los trabajadores de la finca informa de las terribles condiciones de trabajo en las fincas de los hermanos Mânica. Según el reportero, el 60% de los trabajadores trabajaban de manera informal para los estancieros en Unai.

Al 30 de octubre, los auditores inspectores laborales abarrotaron el pleno del Tribunal Federal a la espera de que se dictara la sentencia. La mayoría de ellos eran de Minas Gerais y vivían con las víctimas. La presidenta del Sinait, Rosa Jorge, y el director Orlando Vila Nova también asistieron al juicio, junto con las viudas, entre otros familiares.

Durante los debates entre la acusación y la defensa, que precedieron a la reunión del Consejo de Sentencia, el fiscal Gustavo Torres dijo que la masacre de Unai fue un crimen a punta de pistola, algo que en su opinión no puede aceptarse en Brasil. Torres dijo que la legislación brasileña es indulgente, al referirse a la duración del proceso. Después de innumerables recursos, de todas las técnicas procesales para retrasar este juicio durante 11 años, estamos aquí en este día histórico”, dijo.

Los abogados de los acusados utilizaron parte de su tiempo para argumentar que la emboscada fue ordenada por Hugo Alves Pimenta, sin aportar, sin embargo, una motivación. Tras los debates, el pleno se vació para la reunión del Consejo de Sentencia, formado por cuatro mujeres y tres hombres. Los auditores inspectores laborales se reunieron fuera y rezaron una oración. Casi dos horas después, el público volvió a escuchar la sentencia que condenaba a Norberto Mânica y José Alberto de Castro. Por ordenar el crimen, Norberto Mânica fue condenado a 100 años de prisión. La condena se redujo a 98 años, 6 meses y 24 días debido al tiempo que había pasado en prisión. Intermediario en la contratación de los pistoleros, José Alberto recibió una condena de 96 años, 10 meses y 15 días. Una vez descontado el periodo en el que ya había estado en prisión, la sentencia se fijó en 96 años, 5 meses y 22 días. Como eran acusados de primer grado, tenían derecho a recurrir en libertad.

Siguiendo el ejemplo de lo ocurrido en 2013, tras el juicio a los ejecutores, nada más leerse la sentencia, el ex delegado regional de Trabajo, Carlos Calazans, arrancó el grito de “Justicia” dentro del pleno. Entonces Calazans gritó: “¡Eratóstenes, presente! João Batista, ¡presente! Nelson, ¡presente! ¡Aílton, presente! Salieron en silencio y afuera se tomaron de las manos y cantaron el Himno Nacional.

Sinait celebró la condena. Fue una larga batalla antes de que se celebrara el juicio. Había otras. No se puede olvidar que Antério Mânica y Hugo Pimenta aún iban a juicio. Hubo un sentimiento de frustración por el hecho de que los acusados no salieran del tribunal en prisión. Al mismo tiempo, las condenas con penas elevadas supusieron un estímulo. “Estamos muy contentos y seguiremos luchando. Vamos a perseguir todos los recursos que se presenten hasta que todos estén finalmente en la cárcel”, dijo Rosa Jorge, presidenta del Sinait.

La Fiscalía Federal Miriam Lima, responsable de la denuncia, dijo que el Ministerio Público consideraba justo el resultado y que no apelaría la sentencia. “Fue un jurado muy difícil. Han pasado más de once años con este caso. Finalmente conseguimos dar una respuesta a la sociedad. Esto es bueno para evitar la repetición de hechos como éste”.

La defensa de los acusados dijo que apelaría la sentencia. Tras la condena, Norberto Mânica y su abogado, Antônio Carlos de Almeida Castro, fueron a una especie de celebración en un famoso restaurante de la capital de Minas Gerais. A la pregunta de un periodista sobre el sentido de la celebración tras la condena a 100 años de su cliente, el abogado respondió rápidamente que lo celebraban porque el caso iría a Brasilia, para ser tratado en tribunales sobre los que él tendría influencia. Kakay, como se conoce al defensor de Mânica, dijo sin miramientos que los tribunales de Brasilia serían “su playa”.

## Juicio de Antério Mânica

El 4 de noviembre de 2015 empezó el juicio de Antério Mânica, uno de los acusados de ordenar la masacre de Unaí. Justo al comienzo de la sesión, se sortearon los jurados. Seis mujeres y un hombre. El jurado estuvo presidido por el juez federal Murilo Magalhães y los Fiscales Miriam Lima, Bruno Magalhães y Hebert Reis representaron al Ministerio Público. Hicieron cuatro cruces formadas por frijoles. Los frijoles simbolizaban el poder económico de los hermanos Mânica, que retrasaron el juicio durante casi doce años; las cruces, para recordar a las víctimas, sacrificadas mientras trabajaban. Cuatro padres de familia, que salieron a trabajar y nunca volvieron.

Una vez más, el comisario de la Policía Civil, Wagner Pinto, compareció como testigo de la acusación. Según el comisario, la presencia de un vehículo Fiat Marea en las inmediaciones de una gasolinera la noche anterior a la masacre, donde se encontraron los pistoleros contratados para los asesinatos y el empresario José Alberto de Castro, es una de las pruebas de la participación del ex alcalde en los asesinatos.

Según Wagner Pinto, otra prueba de la participación de Antério en el crimen serían las llamadas telefónicas del ex alcalde a la oficina del Subdelegado Regional del Trabajo en Paracatu solicitando información sobre los inspectores y el conductor muertos. La empleada de la Subdelegación Regional de Trabajo de Paracatu, Rita Cristina, confirmó que atendió las llamadas.

Las declaraciones del comisario fueron confirmadas en otros dos testimonios: el del pistolero Erinaldo de Vasconcelos Silva, que confirmó que la noche anterior a la masacre se encontró con José Alberto de Castro en una gasolinera donde vio aparcado un vehículo Fiat Marea oscuro. La reunión fue para informarle de que era difícil encontrar a Nelson solo. Dijo que en esa ocasión se enteró por Francisco Pinheiro

de que poco después del encuentro con José Alberto, éste había estado dentro de un coche con un hombre enojado que había dado la orden de matar a todos. El hombre era Antério Mânica. En el momento del crimen en Unaí, sólo había un coche de ese modelo con esas características y era de la mujer de Antério.

El auditor inspector laboral Joaquim Elégio de Carvalho informó que un año antes del crimen estuvo presente cuando Norberto Mânica amenazó de muerte a Nelson y a sí mismo, incluso con un objeto punzante, un “chucho”. Elégio dijo que el agricultor le bloqueó la salida y sólo liberó el paso después de que la amenaza fuera denunciada la jefe de Inspección en Belo Horizonte. El auditor inspector laboral Fábio Araújo estaba presente en ese momento.

Fábio ya había estado en una veintena de acciones de fiscalización en la región de Unaí. Dijo que le parecía una amenaza real. Poco después de este episodio, Fábio llevó a Nelson y a Helba en el coche del Ministerio de Trabajo a Belo Horizonte. Iban a visitar a los familiares de Nelson en Parapeuna (RJ). Durante el viaje hablaron de las amenazas y Nelson demostró que no creía que se materializarían.

Para el Ministerio Público Federal había abundantes pruebas contra Antério Mânica que apuntaban a su participación en el crimen de mando que conmocionó al país. Una de ellas es una reunión que tuvo lugar el día anterior al crimen, entre el intermediario y los pistoleros, mientras un vehículo Fiat Marea azul oscuro estaba aparcado en las cercanías.

Antério Mânica, estanciero y ex alcalde de Unaí, dijo que su participación en el crimen fue un error: “No tengo nada que ver con este crimen. Norberto no es Antério. Norberto es mi hermano. Los Mânicas son cinco productores rurales con diferentes explotaciones”. El empresario dijo que el auditor inspector Nelson no le molestaba y que las multas impues-

tas eran relativamente bajas. “Tengo deudores que me han dado pérdidas mucho mayores. Hacer que los maten no es el camino a seguir. Sin duda este crimen es una barbaridad”.

En presencia de varios miembros de su familia, Antério acusó a su hermano Norberto Mânica de ser el mandante. Utilizó la ironía en varias respuestas, descalificando el testimonio de testigos como el Auditor Inspector Afrânio Soares, con el de confundir al jurado. Antério temía que las acciones del inspector comprometiesen su carrera política. En el año del crimen, se presentó como candidato a la alcaldía de Unaí. Fue elegido alcalde de la ciudad en 2004 y 2008.

El Ministerio Público Federal fue contundente en su acusación. La Fiscalía Miriam Lima dijo que si tuviera alguna duda sobre la participación de Antério en el crimen, pediría su absolución y demostró que AntérioMânica debería ser condenado, porque la investigación reveló claramente que era uno de los mandantes. “Antério estuvo en la escena del crimen, estuvo dentro de la Marea, fue el valiente jefe que ordenó matar a todos, que participó en la reunión del día anterior a la masacre, que tuvo interés y motivo para ordenar el asesinato del inspector Nelson y de los demás inspectores y del conductor, sí”. Miriam Lima recordó el hecho de que Antério telefoneó dos veces a la Subdelegación del Ministerio de Trabajo en Paracatu después de la masacre de la mañana del 28 de enero de 2004.

La prueba de que sólo había un vehículo Marea azul en Unaí llegó con un documento de Detran, presentado por el Fiscal Hebert Mesquita. El documento no sólo daba fe de la existencia de un único coche de este tipo, sino que también demostraba que pertenecía a la esposa de Mânica. El Fiscal y el abogado de las familias, Antônio Patente, mostraron al jurado un conjunto de indicios y pruebas que señalaban a Antério Mânica como autor intelectual del crimen.

Los partes presentados por la acusación señalaban que los servidores asesinados eran vigilados por los empleados de Antério. Además, las inter-

ceptaciones telefónicas entre los acusados, incluido el ex alcalde de Unaí, demostraron que los pistoleros, los intermediarios y los mandantes hablaron después del crimen. En otras llamadas presentadas por la acusación, los empleados del estanciero vigilaban la actuación de los inspectores del Ministerio de Trabajo, uno de los cuales pedía a los otros que prestaran atención a su llegada a la estancia.

En la noche del 5 de noviembre, el Tribunal del Jurado declaró al acusado culpable y el juez Murilo Magalhães dictó la sentencia con la condena de Antério Mânica: 100 años de prisión por los asesinatos de los auditores inspectores laborales Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage y Nelson José da Silva y del conductor Aílton Pereira de Oliveira, el 28 de enero de 2004. La condena fue de 25 años por asesinato, menos los 26 días que el acusado estuvo encarcelado durante el proceso.

Los auditores inspectores laborales celebran la condena y la pena de 100 años. Una vez más, la formalidad habitual del pleno del Tribunal Federal en Belo Horizonte dio paso a las risas, las lágrimas y las manifestaciones de alegría.

El abogado asistente de la acusación, Antonio Francisco Patente, dijo que nunca dudó de la condena. “Nunca pensé que hubiera pruebas endebles para que se llegara a este resultado”, dijo. Rosa Jorge, presidenta del Sindicato Nacional, dijo que aunque el principal mandante utilizó todos los artificios posibles, con una defensa muy bien preparada todos estos años y durante el jurado, no pudo convencer a la sociedad, representada por el Tribunal del Jurado, de que era inocente. Marcelo Leonardo, defensor de Mânica, dijo que apelaría la sentencia. Como es un acusado primario, Antério está aguardando las apelaciones en libertad.

## Juicio de Hugo Alves Pimenta

Una semana después del juicio de Antério Mânica, el 10 de noviembre de 2011, el jurado comenzó a examinar al último acusado de la masacre de Unai, el cerealista Hugo Alves Pimenta, acusado de actuar como intermediario en el crimen. Llegó a un acuerdo de culpabilidad y colaboró con la Justicia, incriminando a otros acusados, todos los cuales fueron condenados. El Consejo de Sentencia estaba formado por cuatro mujeres y tres hombres.

Afuera, frente al edificio del Tribunal Federal en Belo Horizonte, los auditores inspectores laborales vestidos de negro mostraron pancartas y realizaron un acto silencioso. En ese momento, Minas Gerais vivía una nueva tragedia, con el derrumbe de la presa de Fundão, en el municipio de Mariana, que causó destrucción y muertes. A pesar de la movilización en torno al accidente, la prensa volvió a cubrir el juicio.

Justo al principio del proceso, Lucio Adolfo, el abogado del acusado, descartó a los testigos de la defensa, por considerar que ya se había dicho todo en los juicios anteriores. Fue el tercer juicio consecutivo desde finales de octubre de 2015. En la primera, Norberto Mânica y José Alberto de Castro fueron condenados. En el segundo, Antério Mânica. Con la retirada de la defensa, se escucharon 11 testigos de la acusación.

El juicio de Hugo Pimenta fue una repetición de los anteriores, con testigos que afirmaron que él fue el responsable de intermediar en la contratación de los pistoleros, así como de realizar el pago por el “servicio”. Los testimonios de los antiguos empleados de Huma Cereais, la empresa de Hugo, apuntaron a un pago realizado en efectivo, cuando la empresa sólo realizaba pagos con cheques. Helba, la viuda de Nelson, que aún vive en Unai, dijo que en una ocasión, Celso Mânica, uno de los hermanos de Norberto y Antério, dijo en un bar de la ciudad, en presencia de testigos: “No mata-

mos a cuatro hombres, sino a cuatro perros”.

El comisario de la Policía Federal, Antônio Celso, dijo que había una relación muy estrecha entre Norberto y Hugo, que iba más allá de la compra y venta de granos. Aclaró que la secuencia de llamadas interceptadas por la policía no se había producido hasta el día anterior al crimen. Pudimos confirmarlo durante las investigaciones”, dijo. El objetivo, reafirmó Antônio Celso, era el auditor inspector Nelson. El crimen debería haber sido ejecutado en Paracatu, la ciudad donde se encuentra la Subdelegación Regional del Trabajo, pero como lo encontraron acompañado de sus colegas, lo pospusieron. El pistolero Erinaldo habría dicho que José Alberto de Castro autorizó el asesinato de Nelson y de todos los que estaban con él.

El comisario dijo que puede afirmar categóricamente que, tras las diligencias realizadas, los investigadores pudieron confirmar a quién pertenecían los teléfonos móviles de los que procedían las llamadas interceptadas. “Siempre tenemos mucho cuidado en las interceptaciones telefónicas y todos los implicados y citados fueron escuchados”, concluyó.

João Alves de Miranda, investigador de la Policía Judicial de Belo Horizonte, que también trabajó en las investigaciones, dijo que el crimen empezó a ser planeado con antelación. “Norberto no ocultó su intención de matar a Nelson. No era un secreto para nadie. Varias personas a las que nos acercamos afirmaron haberle oído quejarse”, dijo.

En su testimonio, Hugo Pimenta negó su participación en los asesinatos y afirmó que Norberto sería el autor intelectual de los crímenes. Informó de lo que ya había dicho en otros juicios: Que Norberto le dijo que el mundo era pequeño para él y el auditor inspector Nelson y que lo mataría.

En el juicio, que duró dos días, la Fiscalía presentó pruebas de la participación de Pimenta en la masacre, como la declaración de testigos y los interrogatorios de otros acusados que lo incriminaban. Las llamadas telefónicas realizadas inmediatamente después del crimen fueron también una de las principales pruebas contra el acusado, según el MPF. Los registros telefónicos muestran la siguiente secuencia: a las 9:17, uno de los pistoleros llamó al empresario José Alberto de Castro; a las 9:18, el empresario llamó a Hugo Pimenta, quien luego hizo dos llamadas a Norberto Mânica, a las 9:20 y 9:26.

Las pruebas presentadas y las declaraciones tomadas el primer día del juicio de Hugo Pimenta fueron prácticamente las mismas que las utilizadas por la Fiscalía en los juicios anteriores. Sin embargo, este procedimiento era necesario, ya que el cuerpo de la sentencia era diferente. Para el MPF, la colaboración del empresario en el acuerdo era esencial para la condena de los mandantes de la masacre, pero los Fiscales dicen que mintió cuando negó su participación en el crimen.

El 11 de noviembre, Hugo Pimenta fue condenado a 96 años de prisión. Debido al acuerdo con el MPF y descontando los días que pasó en prisión, su condena se redujo a 47 años, tres meses y 27 días de prisión. Al ser un acusado de primera ofensa, tiene derecho a recurrir en libertad.

Los dirigentes del Sinait, los delegados sindicales y los auditores inspectores laborales de Minas Gerais siguieron todo el juicio. Cuando se anunció la sentencia, lo celebraron de pie en el pleno con los puños en alto y gritando consignas. Las viudas fueron aplaudidas, como forma de homenaje por toda la lucha y las dificultades que habían enfrentado durante tantos años. Finalmente, cantaron el Himno Nacional.

Finalmente, todos los acusados de la masacre de Unáí fueron condenados. Hubo nueve acusados y siete condenados. A Humberto Ribeiro, que se llevó las hojas de registro del hotel de Unáí donde se alojaron los pistoleros,

le prescribió el delito. Francisco Pinheiro, el contratista de los pistoleros, murió antes de ir a juicio en 2013. Ninguno de los mandantes ni intermediarios fue detenido. Todos apelan en libertad, lo que da al caso, una idea de que la impunidad persiste. En cualquier caso, las condenas prueban la participación de cada uno en el delito.

Entre los meses de noviembre y diciembre de 2015 y enero de 2016 Antério y Norberto Mânica, Hugo Alves Pimenta y José Alberto de Castro presentaron, ante el 9º Tribunal Federal de Belo Horizonte, recursos de revisión de la sentencia.

## Actividades y acciones entre 2016 y 2018

El 28 de enero de 2016, 12 años después del crimen, el Sinait realizó su acto público frente al Tribunal Regional Federal de la 1ª Región (TRF1), a donde serían enviados los recursos de los acusados después de ser analizados por el 9º Tribunal Federal de Belo Horizonte. El objetivo era sensibilizar a los magistrados que iban a juzgar el caso.

Directivos y delegados sindicales del Sinait, auditores inspectores laborales de varios estados, sindicalistas y autoridades estuvieron presentes en otra etapa de la lucha, esta vez por el encarcelamiento de todos los responsables de la muerte de Eratóstenes, João Batista, Nelson y Ailton. La reunión tuvo lugar el día 28, junto con un acto público. Carlos Silva, que había sido elegido presidente del Sinait a finales de 2015, habló con el juez auxiliar Cezar Fonseca, que recibió a la comitiva, compuesta también por Rosa Jorge y Helba Soares.

El presidente del Sinait entregó la historia del caso al juez y afirmó que el documento tenía elementos necesarios para que los jueces que abordaron el proceso pudieran evaluar y decidir por el encarcelamiento de todos los condenados. “Esta historia es también la de nuestra lucha, sufrimiento e indignación en relación con la Masacre de Unai, con los detalles que el caso exige siempre presentar”, añadió Carlos Silva.

A principios de febrero, Conatrae y las organizaciones afiliadas, entre ellas el Sinait, promovieron el “Acto por el fin del trabajo esclavo y en memoria de las víctimas de la masacre de Unai”, en el auditorio del Tribunal Superior del Trabajo (TST), en Brasilia. La directora del Sinait, Vera Jatobá, habló de la importancia de castigar severamente la explotación del trabajo esclavo para que no se repitan masacres como la de Unai. Se preguntó si el 28 de enero es un día para recordar u olvidar. “Fue un día trágico y es un punto de inflexión para nues-

tra categoría, una gran encrucijada de revuelta, indignación y miedo. Por lo tanto, creo que no podemos olvidar este día, incluso porque es en esta fecha que ahora celebramos el Día del Auditor Inspector Laboral y el Día Nacional de la Lucha contra el Trabajo Esclavo”, recordó.

En la inauguración del acto, el entonces presidente del TST, el ministro Barros Levenhagen, reveló que al principio de su carrera profesional fue auditor inspector laboral y trabajó para combatir el trabajo esclavo y garantizar los derechos de los trabajadores. “Soy testigo de las dificultades de este trabajo. Esta es una clase combativa y dedicada”. Añadió que se solidariza de corazón con las familias de las víctimas de la masacre de Unai.

Aún en febrero, la Corte Suprema Federal decidió que los acusados a los que se les confirmó la sentencia en segunda instancia podían empezar a cumplirla inmediatamente. La decisión permitió que los intermediarios e mandantes de la masacre de Unai, condenados juntos a casi 400 años de prisión, fueran finalmente encarcelados. La decisión dio a Sinait más fuerza para continuar la lucha por la punición.

Mientras tanto, el TRF 1 analizaba los recursos de los cuatro condenados, que pedían la revisión de las sentencias de 2015 y el traslado del caso al Tribunal Federal de Unai. Sinait exigió que el tribunal analizara los recursos y confirmara la sentencia para que los condenados pudieran finalmente cumplir sus penas. Ese mes, la filial de Río de Janeiro del Sinait (DS/RJ), celebró una ceremonia de entrega de las medallas “Mártires de la Masacre de Unai” en honor a los funcionarios asesinados.

En octubre, la Delegación Sindical del Sinait en Minas Gerais realizó un acto público para recordar que la condena de los intermediarios y mandantes cumplía un año y todos seguían libres. Los manifestantes se concentraron



frente a la Asamblea Legislativa del Estado y desde allí se dirigieron a la sede de la Justicia Federal. Pidieron la ejecución inmediata de las sentencias.

En enero de 2017, el presidente del Sinait, Carlos Silva, y la vicepresidenta Rosa Jorge, fueron recibidos por el magistrado Hilton Queiroz, que era presidente del TRF1, para discutir la tramitación de los recursos relacionados con la masacre de Unai, que están siendo analizados por el Tribunal. Los dirigentes del Sinait estuvieron acompañados por las viudas de los auditores inspectores laborales asesinados, el ex delegado regional del trabajo de Minas Gerais, Carlos Calazans, y los Fiscales del Ministerio Público Federal, Elizabeth Kobayashi y Wellington Bonfim.

El magistrado había seguido el caso desde el principio de su tramitación y demostró que lo conocía bien. Explicó a la comisión que no hubo ningún retraso en el proceso, sino el juicio sucesivo de una plétora de recursos, que formaban parte de la estrategia de defensa de los acusados.

Carlos Silva y Rosa Jorge hablaron del sentimiento de revuelta y angustia de los auditores inspectores laborales y de las familias con la impunidad de los mandantes e intermediarios del crimen. El presidente del Sindicato dijo que la categoría confiaba en la Justicia, pero que el retraso y la condición de libertad de los mandantes configuraban, en la práctica, la impunidad. Por ello, la petición del Sinait y de las familias es que los condenados sean, de hecho, castigados, es decir, que vayan a la cárcel a pagar por los delitos que cometieron.

*En ese día, dirigentes del Sinait e auditores inspectores laborales de todo Brasil protestaron frente al TRF1 exigiendo la prisión de Antério y Norbeto Mânica, Hugo Pimenta y José Alberto de Castro. Los auditores inspectores laborales siguieron clamando por la justicia. Se cumplieron 13 años del mayor crimen cometido contra el Estado brasileño. Sinait, sus colegas, su familia y sus amigos no dejarán que se olvide. Durante el acto, auditores inspectores laborales y representantes de otras entidades*

*hablaron sobre el delito y su significado para el Estado, los auditores inspectores laborales y la sociedad. Trece mil balones negros se soltaron frente al TRF1 para marcar los trece años de impunidad.*

El entonces presidente de la ANPT, Ângelo Fabiano Farias da Costa, reforzó la alianza con el Sinait en favor de la sociedad y de los trabajadores brasileños. Además, destacó su solidaridad con la entidad en la aplicación de la justicia por la muerte de los Auditores Inspectores Laborales en Unai, en 2004. “Un crimen que, además de devastar a las familias de los auditores inspectores laborales, también devastó al Estado y a la sociedad brasileña”.

El presidente de la Confederación Iberoamericana de Inspectores Laborales (CIIT), el uruguayo Sergio Voltolini, reforzó los discursos diciendo que espera que la justicia sea rápida en esta etapa. “Esperamos que a finales de año se juzguen los recursos y el TRF1 tome la decisión efectiva para que no se prolongue el sufrimiento de las familias”. Varias secciones sindicales del Sinait, como las de Goiás, Minas Gerais, Pará, Piauí, Río de Janeiro y Santos (SP), hicieron manifestaciones.

El acto público tuvo gran repercusión en la prensa nacional. Nadie entendía por qué, después de 13 años, no se había hecho justicia efectiva.

En agosto, el MPF hizo una petición para que los recursos de los cuatro condenados se juzgaran juntos, para evitar sentencias contradictorias. En su momento, los Fiscales hablaron de la presión ejercida por el Sindicato y recordaron que la movilización constante motivó el avance del proceso.

En octubre, dos años después del juicio a los mandantes e intermediarios de la masacre de Unai, los dirigentes del Sinait se reunieron con representantes del Ministerio Público, en la sede del organismo en Brasilia, para pedir un rápido seguimiento de los recursos presentados por los acusados en el TRF1. En octubre se cumplieron 5.000 días desde el crimen. En colaboración con el Sindicato Nacional, el DS/MG llevó a cabo una campaña de radio en la

que se pedía la detención de los acusados de Unaí. La campaña fue ganadora del Premio Columnistas Centro-Este 2017. Además, se lanzó una petición electrónica para recoger firmas con el fin de presionar al TRF1 para que analice los recursos ante el Tribunal.

Llegó otro mes de enero. Ahora se cumplen 14 años de la Masacre de Unaí. Nada ha cambiado en relación con el proceso. Los recursos de Antério y Norberto Mânica, condenados como mandantes, y de Hugo Pimenta y José Alberto de Castro, intermediarios del crimen, todavía estaban siendo analizados por el TRF1. Y fue en la puerta de ese Tribunal donde, una vez más, el Sinait, los familiares y los auditores inspectores laborales de todo el país protestaron exigiendo un juicio rápido de esos recursos. Bajo el lema “¿Cuánto tiempo más vamos a esperar?”, el acto contó con la asistencia de más de 200 personas.

Para el sindicato, era fundamental que la Corte ratificara las sentencias del Tribunal del Jurado de Belo Horizonte (MG), que en 2015 condenó a cada uno de los criminales a casi 100 años de prisión. Hubo, por parte de los participantes en el acto, sed de justicia y obstinación de los auditores inspectores laborales y de la sociedad para que el caso tuviera finalmente un desenlace. Una conclusión que el propio Estado, la sociedad y, sobre todo, las familias siguen anhelando y mereciendo.

No hay duda de que un final de la historia, con el cumplimiento de las sentencias, es lo que quieren las familias. La viuda del auditor inspector laboral Nelson, Helba Soares, relató el drama que sigue viviendo en Unaí. “Me encuentro con los asesinos todo el tiempo y tengo que bajar la cabeza, porque también corro riesgos. Lo que espero es la justicia, que la justicia llegue como el amanecer, despejando la oscuridad de la impunidad, hasta que sea un día claro para todos. Esperamos que se haga justicia para poder enterrar por fin a nuestros muertos y seguir adelante con nuestras vidas”.

Marinez, la viuda de Eratóstenes, dijo que actualmente puede hablar del episodio sin llorar. Aunque el dolor se ha enfriado, refuerza que

el crimen nunca se olvidará. “No abandonaré mi búsqueda de justicia. Deseo que el año que viene no tenga que venir aquí de nuevo a pedir que se castigue a los asesinos. Lo que queremos es acabar con todo esto. Que nuestro acto en 2019 sea de conmemoración”, dijo.

A juicio de Carlos Silva, presidente del Sinait, el tiempo transcurrido desde el crimen, sin el debido castigo a los asesinos, es un insulto a la justicia. Catorce años es absurdo, es demasiado tiempo, perjudica aún más la vida de todos nosotros. Digo esto considerando sobre todo el dolor de las familias de nuestros compañeros, privadas de su existencia. A pesar de ello, creo que los auditores inspectores laborales asesinados están aquí con nosotros, nunca se irán de aquí, en nuestras cabezas, en nuestros corazones, en nuestras vidas y en todas nuestras luchas, y esto es lo que nos trae aquí una vez más”, afirmó.

Rosa Jorge, vicepresidenta del Sindicato Nacional, dijo que cada año en esta fecha se renueva su indignación por la impunidad de los mandantes e intermediarios. “Quiero preguntar a los jueces cuánto tiempo más nos harán esperar. La impunidad también mata”. Para ella, es importante que el Poder Judicial entienda que los Auditores Inspectores Laborales, las familias y la sociedad no aceptarán la impunidad de los mandantes e intermediarios.

14 años sin Aílton, Eratóstenes, João Batista y Nelson. 14 mil globos en el cielo de Brasilia simbolizaron la resistencia de los que continuaron la lucha por la justicia. Durante la manifestación, los auditores inspectores laborales hablaron de los retos del trabajo y pidieron el fin de la impunidad de los que ordenaron la masacre de Unaí. El secretario suplente de la Inspección del Trabajo del Ministerio de Trabajo (SIT/MTb), João Paulo Machado, que es inspector laboral, destacó la lucha de la categoría que reclama justicia desde hace 14 años. “No nos rendiremos hasta que haya una condena definitiva y la detención de los responsables”.

Roberto Miguel Santos, delegado sindical del Sinait en Bahía, cuestionó la celeridad de la

Justicia. En su opinión, aunque los jueces comentan que el Código Penal permite varios recursos, los argumentos no se sostienen. Subrayó que el atentado y las muertes fueron un ataque contra el Estado brasileño.

En ese momento, la directora de Comunicación del Sinait, Ana Palmira Arruda, reforzó el discurso de Roberto Miguel, informando que el Sindicato registra y defiende a varios Auditores Inspectores Laborales que han sido amenazados durante las inspecciones en todo el país. Sebastião Estevam dos Santos, director del Sinait, inspector laboral desde 1995, se sintió afectado, en su momento, por la matanza de Unai. “Fue impactante y tocó a cada uno de manera diferente. No lo soportamos más. Esperamos que se haga justicia”.

Durante los últimos 14 años, Sinait contó la historia de la tragedia que marcó a la Oficina de Inspección Laboral, a la sociedad y al propio Estado brasileño, a través del cómic. La narración basada en el universo visual del cómic aporta otra perspectiva a quienes ya conocen la historia, además de atraer a nuevos espectadores. La propuesta de la pieza era sensibilizar a ambos públicos con los detalles de la historia, revelados mediante dibujos y diálogos. La serie se publicó en tres capítulos en las redes sociales y se imprimió en una sola pieza, que se distribuyó en los actos del Sinait y en las Delegaciones Sindicales.

En 2018, del 29 de enero al 2 de febrero, se realizaron actos organizados por las Delegaciones Sindicales del Sinait en varios estados. En Recife, la Rama Sindical (DS/PE) realizó un acto público en la Superintendencia Regional del Trabajo, con la participación de la directora del Sinait, Alberlita Maria da Silva. Se distribuyeron al público balones negros y panfletos que explicaban la lucha contra el trabajo esclavo contemporáneo.

En Belo Horizonte (MG), el acto tuvo lugar en la sede de la central sindical CTB. El auditorio, repleto, pidió unánimemente la detención de los responsables de la masacre. También se presentó el libro “Trabajo esclavo: entre las conclusiones de la inspección y las respuestas

judiciales”, elaborado por la Clínica de Trabajo Esclavo y Tráfico de Personas de la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG). En el acto participaron Auditores Inspectores Laborales, Fiscales Laborales y otras autoridades.

En Río de Janeiro, los auditores inspectores laborales se reunieron frente al Palacio del Trabajo, sede de la SRT/RJ. “La burocracia y la lentitud del Poder Judicial se traducen en catorce años de impunidad, fomentando y dando mal ejemplo de estos malhechores a otros como ellos, en detrimento del clamor social. Exigimos que el TRF1 juzgue los recursos de los procesos de los mandantes e intermediarios de este crimen atroz”, dijo el director del Sinait Pedro Paulo Martins. Para Daniel Ferreira, presidente de DS/RJ, es fundamental que se confirmen las sentencias del Jurado de Belo Horizonte y que cada uno de los criminales cumpla condena en prisión.

En Florianópolis (SC), auditores inspectores laborales, representantes de sindicatos como Sintrafesc, Acafip, Sindifisco, CUT, entre otros, se reunieron en el auditorio de la SRT/SC para exigir celeridad en la punición de los condenados por la Masacre de Unai.

En el estado de Maranhão, además de los auditores inspectores laborales, estuvieron presentes representantes del Tribunal Regional del Trabajo, de la Fiscalía del Trabajo, del movimiento sindical y de la Comisión Estatal para la Erradicación del Trabajo Esclavo (Coetrae). El jefe regional de inspección, Paulo Lázaro, presentó cifras sobre la lucha contra el trabajo esclavo en la región. La delegada del sindicato, Mônica Duailibe, informó de las acciones realizadas en los días anteriores para conmemorar los 14 años del crimen. “El acto sirvió no sólo para recordar y honrar a los compañeros asesinados, sino también para promover la reflexión sobre la importancia de la Inspección de Trabajo en la lucha contra la esclavitud contemporánea”, dijo Mônica. La acción tuvo lugar en la sede de la Superintendencia, en São Luís.

En Salvador (BA), en la puerta de la Superintendencia Regional del Trabajo (SRT/BA), los

auditores Inspectores laborales se hicieron presentes con balones negros, como símbolos de la indignación de la categoría. En Manaus (AM), los trabajadores realizaron una protesta frente a la SRT/AM y levantaron una pancarta con la pregunta a la justicia - ¿Cuánto tiempo más vamos a esperar? En Ceará, se celebró una misa en la sede del DS/CE, en memoria de las víctimas de la masacre de Unai. Los auditores inspectores laborales participaron en la ceremonia religiosa, luego se dirigieron al frente del SRT/CE y distribuyeron panfletos a la población, recordándoles la impunidad de los mandantes.

En Campo Grande (MS), los Auditores Inspectores Laborales también se reunieron frente a la Superintendencia. Con pancartas alusivas a los 14 años de la masacre de Unai y vistiendo camisetas negras, protestaron contra la impunidad de los autores. La Delegación del Sindicato en Rondônia (DS/RO) inauguró una exposición fotográfica sobre el trabajo esclavo, con fotos del auditor inspector laboral Sérgio Carvalho, que retrata la crueldad de esta llaga que aún persiste en Brasil.

# Anulación del juicio del Antério Mânica

En noviembre de 2018, durante el 36° Encuentro Nacional de los Auditores Inspectores Laborales (Enafit) en Cuiabá (MT), parte de la junta directiva del Sinait abandonó el evento para regresar a Brasilia y seguir el juicio de los recursos en el TRF1, que finalmente sería analizado.

En la tarde del lunes 19 de noviembre, los jueces votaron no sólo para reducir las sentencias de Norberto Mânica, Hugo Pimenta y José Alberto de Castro, sino que, para sorpresa e indignación de todos, decidieron cancelar el juicio de Antério Mânica. Así, a pesar de la condena por cuádruple homicidio, triplemente calificado por tormento, pago de recompensa en efectivo e imposibilidad de defensa de las víctimas, en el juicio de 2015, el estanciero Antério recibió de la justicia la oportunidad de ser juzgado de nuevo por un jurado popular.

El juicio tuvo un nuevo hecho. Norberto Mânica, que durante su juicio en 2015, miró a los jurados llorando y juró inocencia, presentó una confesión notarial, en la que admitió ser el único autor intelectual de la masacre de Unaí. En el documento, el estanciero sólo admitió haber ordenado el crimen en relación con el Auditor Inspector Nelson, que vivía en Unaí. Una clara estrategia establecida por la defensa para liberar a Antério Mânica de las acusaciones.

Fueron dos votos a uno. Los magistrados Nevi-ton Guedes y Olindo Menezes no siguieron el voto del ponente, el magistrado Candido Ribeiro, que confirmó la condena del acusado. Los votos discrepantes alegaron insuficientes pruebas de la participación de Antério en el crimen.

A los demás acusados se les concedieron generosas reducciones de condena. La condena de Norberto Mânica, que acababa de confesar el crimen, pasó de 100 a 65 años; la de José Alberto de Castro, de 100 a 58 años. La condena de Hugo Pimenta, de 46 años debido a su acuerdo de culpabilidad, se redujo a 31 años.

Al juicio asistieron la vicepresidenta del Sinait, Rosa Jorge, y los directores Ana Palmira Arruda, Rosângela Rassy, Benvindo Coutinho, Hugo Carvalho y José Antônio Fontoura. También estuvieron presentes Helba Soares, viuda de Nelson, Carlos Calazans, delegado regional de Trabajo en Minas Gerais en el momento del crimen, la abogada Anamaria Prates Barroso, contratada por el Sinait para defender a las familias y Fiscales del Ministerio Público Federal. El presidente de Fenafisco, Charles da Silva Alcântara, asistió al juicio en apoyo de Sinait.

La noticia de la anulación, que cayó como una bomba para los que llevaban desde 2015, tras los juicios, esperando las detenciones, se hizo eco en toda la prensa. Los directores de Sinait volvieron a Enafit. Ese año, la carta de Cuiabá, un documento producido en cada edición del evento, trajo indignación con ese resultado tan adverso. El Ministerio Público Federal y los Fiscales adjuntos recurrieron la decisión.

## Extracto de la carta de Cuiabá sobre la decisión del TRF1

Los Auditores Inspectores Laborales expresan su profunda indignación por la decisión de la 4ª Sección del Tribunal Regional Federal de la 1ª Región, dictada el pasado 19 de noviembre, en la sentencia de los recursos de los mandantes de la masacre de Unaí. Después de casi quince años de incansable lucha por la justicia -y en contra de todas las pruebas fácticas y de las expectativas de los familiares de las víctimas, de las bases y de la sociedad- los jueces decidieron reducir las penas de tres de los condenados y anular el juicio del estanciero Antério Mânica. Ante esta inaceptable decisión, la batalla continuará para que finalmente se haga justicia y todos los implicados sean condenados y encarcelados, respetando la soberanía del Tribunal del Jurado.

## Actividades y acciones de 2019 a 2022

Un día que se debería celebrar. 28 de enero, Día del Auditor Inspector Laboral. Es importante honrar una categoría de inmensa relevancia para Brasil. Lo que todos lamentan, sin embargo, es que la fecha aluda a un delito contra cuatro funcionarios públicos, en el ejercicio de sus actividades. En 2019 la tragedia cumplió 15 años. “¡Justicia ya!” para los mandantes e intermediarios de la masacre de Unai fue el reclamo de los Auditores Inspectores Laborales en un acto del Sinait, realizado frente al TRF1, en Brasilia. La indignación de la categoría se hizo aún más fuerte debido a la decisión que anuló el juicio de Antério Mânica y redujo las condenas de Hugo Pimenta, José Alberto y Norberto Mânica. Hasta ese momento, sólo los ejecutores del crimen cumplían condena.

El presidente de Sinait, Carlos Silva, pidió la detención de los mandantes e intermediarios. “No tenemos la menor duda de la culpabilidad de los mandantes, ellos son los criminales y el lugar de un criminal es la cárcel. Y pedimos cárcel para todos ellos. No nos rendiremos, ¡justicia siempre, justicia ahora!” Carlos Silva, junto con Rosa Jorge, y Marinez, viuda de Eratóstenes, fueron recibidos por el presidente de TRF1, el magistrado Carlos Eduardo Moreira Alves. El magistrado, sin embargo, no se comprometió, afirmando que no era responsable de la decisión.

Sinait llevó la “tarta de la impunidad” al TRF1, como símbolo de indignación por la decisión del Tribunal, que ya tenía dos meses. Durante el acto se recordó la rapidez de las investigaciones, que en seis meses señalaron a los nueve culpables de la masacre de Unai. 15 años después, sólo tres cumplían condena, los ejecutores Erinaldo Vasconcelos, Rogério Alan y William Gomes. A Humberto Ribeiro le prescribió la pena; José Pinheiro, murió en 2013, antes de ir a juicio; a los condenados, Norberto Mânica, Hugo Pimenta y José Alberto de Castro se les redujo la pena. También condenado, Antério Mânica vio anulado su juicio.

15 años, 15 mil balones. Los cordelistas Allan Sales y Marlo Guedes presentaron un cordel sobre los 15 años de la masacre, escrito por Allan. En ese año, cuando la indignación parecía haber crecido, varios auditores inspectores laborales se manifestaron, reforzando y sintetizando el espíritu que une a la categoría en torno a las actividades del 28 de enero.

Paula Mazullo, de Piauí, advirtió que mientras no se concluya el caso, los Auditores Inspectores protestarán, año tras año. “Hay un adagio que dice que la justicia es lenta pero segura. Una vez un magistrado observó que la justicia que llega tarde ya es un fracaso. Y estoy de acuerdo. La justicia que llega tarde es realmente un fracaso”.

Lucas Reis, entonces delegado sindical de Sinaitem Santa Catarina, señaló que varias categorías tienen su día conmemorativo como fecha festiva. “El día del maestro es festivo, del trabajador del comercio es festivo, pero el día del Auditor Inspector Laboral no es para nosotros un día festivo, es un día de lucha. Cuando me incorporé a la carrera, me di cuenta de que la categoría es la lucha. Llevamos 15 años exigiendo lo mismo y no vamos a abandonar la lucha por la justicia. Las nuevas generaciones de auditores no dormirán en paz mientras los asesinos no estén entre rejas, donde deberían estar.

Las autoridades y los sindicalistas presentes en el acto reforzaron los gritos de protesta del Sinait y pidieron la detención de los mandantes, cuestionando la anulación del juicio. Floriano Martins de Sá Neto, presidente de la Asociación Nacional de Auditores Fiscales de la Receta Federal (Anfip), dijo que la Asociación no olvidará la tragedia, por más que los colegas de la Receta Federal estén esperando justicia.

Elianiildo Nascimento, representante de la subsecretaría de Derechos Humanos del Distrito Federal, dijo que el 28 de enero es una

fecha de tristeza e indignación por la muerte de representantes del Estado.

También participaron en el evento Alexandre Magno Fernandes Moreira, Subsecretario de Protección Global del Ministerio de la Mujer, Familia y Derechos Humanos; Dante Cassiano Viana, Coordinador General de Lucha contra el Trabajo Esclavo de Conatrae; Henrique Carmargo Neves, Secretario Suplente de Inspección del Trabajo; Maurício Krepsky, de Detrae y João Paulo Ferreira Machado, de eSocial.

Los 15 años de la masacre de Unaí fueron recordados en varios estados, en actividades organizadas por las Delegaciones Sindicales del Sinait. Los auditores inspectores laborales en activo y jubilados se reunieron en protesta por la impunidad de los mandantes e intermediarios que, a pesar de haber sido condenados, siguen libres e impunes.

En Amazonas, en Manaus, los auditores inspectores laborales se concentraron en la puerta de la Superintendencia Regional del Trabajo y colgaron pancartas para llamar la atención del público que acudió al lugar. En Bahía, en Salvador, hubo un acto público en la puerta de la Superintendencia, con la presencia de auditores inspectores laborales, personal administrativo y sindicalistas. Los inspectores llevaban camisetas que denunciaban la impunidad y colocaban pancartas para llamar la atención de los usuarios de los servicios.

En Ceará, en Fortaleza, en la sede de la Delegación Sindical, los Auditores Inspectores Laborales se reunieron para celebrar el Día del Auditor Inspector Laboral y mostrar su repudio a la impunidad que rodea la masacre de Unaí.

En Belo Horizonte, la DS/MG celebró un acto público en el auditorio de la PUC de Minas. El auditorio estaba repleto de auditores inspectores laborales, autoridades y sindicalistas, que mostraron su solidaridad con la lucha de la categoría en busca de justicia, contra la impunidad de los mandantes e intermediarios. La prensa acudió al lugar de los hechos, ofreciendo una amplia cobertura del evento. La DS/MG publicó el vídeo “Masacre de Unaí - las gotas dolorosas de la impunidad”, un cortome-

traje sobre el crimen que tiene como título una frase de Genir Lage, la viuda de João Batista.

En Curitiba (PR), la Sección Sindical organizó una manifestación frente a la Superintendencia Regional del Trabajo. Los auditores inspectores laborales exigieron a la Justicia el fin de la impunidad por la muerte de sus compañeros. “En memoria de esos cuatro trabajadores asesinados, pedimos una vez más, y pediremos hasta que se haga justicia, con el castigo de la ley para los que ordenaron el brutal crimen”, dijo Valdir Oliveira Silva, presidente de la Delegación Sindical del Sinait.

Luize Surkamp, jefa de la Sección de Inspección del Trabajo de la Superintendencia Regional de Paraná, y Fábio Lantmann, Auditor Inspector, recordaron la dificultad del trabajo de inspección en Brasil, que es cada vez más peligroso, poniendo siempre en riesgo la vida del agente público, a veces en situaciones muy parecidas a lo que les ocurrió a los compañeros de Unaí. En Santos (SP), la Delegación Sindical publicó un anuncio en el periódico Santos Tribuna y emitió un spot sobre los 15 años de la masacre de Unaí en las radios locales.

En Pará, en Belém, la Sección Sindical realizó una acción de sensibilización sobre el trabajo análogo al de la esclavitud y recordó la masacre. En Natal y Mossoró (RN), sindicalistas y trabajadores pidieron la detención de los mandantes e intermediarios de la masacre de Unaí. Las manifestaciones tuvieron lugar en la entrada del edificio de la Superintendencia Regional del Trabajo (SRT/RN), en la capital de Rio Grande do Norte. En la ocasión, los manifestantes guardaron un minuto de silencio por los auditores inspectores laborales y el conductor fallecidos, así como por las víctimas del derrumbe de la presa de la empresa minera Vale. El accidente ocurrió el 25 de enero de 2019, en Brumadinho (MG) y mató a 270 personas.

También intervinieron los auditores inspectores laborales de Río de Janeiro y Pernambuco. En Río, Marilucia Almeida de Souza, directora de la Delegación Sindical, destacó el dolor y la impunidad que sienten no sólo las familias y los inspectores, sino toda la sociedad civil. “El

28 de enero de 2004, los cuatro funcionarios se levantaron para su jornada. No podían imaginar que ese día no volverían con sus familias. Fueron cobarde y brutalmente asesinados en una emboscada mientras cumplían con su deber. En esa fecha, cuatro familias perdieron un padre, un hijo, un marido. Las balas que les quitaron la vida fueron disparadas contra toda la sociedad y el poder público. Golpearon mortalmente sus cuerpos, pero hirieron a toda la categoría que aún hoy clama por justicia”, dijo.

En Recife, capital de Pernambuco, la actividad cerró la Semana Nacional de Combate al Trabajo Esclavo. La Delegación Sindical (DS/PE) realizó el acto público en la Superintendencia Regional del Trabajo (SRT/PE). Durante la actividad, los auditores inspectores laborales distribuyeron carpetas con información actualizada sobre el trabajo esclavo.

En el último día de enero, el ministro Dias Toffoli, entonces presidente del STF, y Raquel Dodge, entonces Fiscal General, anunciaron la creación de un observatorio para el seguimiento de las grandes tragedias. El grupo está formado por miembros del Consejo Nacional de Justicia (CNJ) y del Consejo Nacional del Ministerio Público (CNMP). El anuncio se hizo después de que Toffoli y Raquel Dodge se reunieran en Brasilia para discutir las acciones relacionadas con la tragedia ocurrida en Brumadinho la semana anterior. En la ocasión, Toffoli citó la masacre de Unaí como uno de los casos que necesitan una solución por parte de la Justicia.

“El observatorio actuará en la búsqueda de soluciones no sólo para el caso de Brumadinho, sino también en otros casos para los que la gente clama por rapidez. En la masacre de Unaí, por ejemplo, no hay prisioneros. No podemos dejar que entre líneas técnicas y jurídicas, con discusiones de competencias de quién debe dar la solución, nos quiten tiempo y dejen la sensación de que no hubo justicia”.

El Sinait se alegró de que el STF colocara la Masacre de Unaí como uno de los casos que merecen prioridad para su resolución, especialmente después de la decisión del Tribunal Regional Federal del año pasado, que redujo las condenas de tres acusados y anuló un juicio.

En marzo, los dirigentes del Sinait se reunieron con los consejeros del Consejo Nacional de Justicia (CNJ) y del Consejo Nacional del Ministerio Público (CNMP) para presentar el caso Unaí al Observatorio Nacional. Además de exponer los detalles del caso, los dirigentes hablaron de la necesidad de hacer que los acusados cumplan sus condenas.

En agosto, el empresario Hugo Pimenta obtuvo del Tribunal Supremo (STF) un habeas corpus para evitar la prisión en segunda instancia. Las familias y la categoría sintieron un duro golpe. Todo el mundo esperaba que los acusados fueran detenidos en cualquier momento, según la decisión previa del propio STF. La decisión fue ampliamente cubierta por la prensa.

En agosto, el Sinait recurrió a la Fiscalía General para que el STF reconsiderara la decisión. Finalmente, en septiembre, por mayoría, la 1ª Sección del Tribunal denegó la solicitud de Hugo Pimenta de recurrir en libertad de la condena.

El día que se cumplieron 16 años de la masacre de Unaí, el Sinait estuvo presente frente al TRF1 para mostrar su indignación y exigir la detención de los acusados. Mientras los ejecutores cumplen sus condenas desde 2004, año en el que se produjo el crimen, los mandantes e intermediarios siguen libres, a través de interminables recursos, que no hacen sino prolongar el dolor de quienes esperan justicia. “El lugar de un bandido, de un asesino, es la cárcel. Es la sociedad la que está hoy aquí, clamando frente a esta casa de justicia para que cumpla su papel, porque la justicia que llega tarde, falla”, dijo el presidente del Sinait, Carlos Silva.

El dirigente señaló que el 28 de enero es un día de luto y lucha en todo Brasil. También afirmó que este escenario de impunidad ha provocado otros episodios de violencia contra los inspectores laborales y otros funcionarios públicos. Para Carlos Silva, la ejecución de los funcionarios fue un crimen bárbaro contra el Estado, y los condenados se valen de sus recursos económicos y de su poder político para seguir en libertad. “Nuestra manifestación



es para que los magistrados de este tribunal no reconozcan los recursos y detengan a los asesinos. Hoy se ríen de nosotros, utilizando todo el poder que tienen en Brasilia y en Minas Gerais para seguir siendo libres. Pero no sin nuestra resistencia, lucha y clamor por la justicia. Esto es lo que nos trae una vez más hoy y nos traerá cada vez que sea necesario. Y no estamos solos”, señaló, refiriéndose a la participación de varias entidades de funcionarios públicos en el acto.

A lo largo de los años lo que vemos es que la Justicia niega el futuro a las viudas, a los niños, porque no hay futuro mientras todos estén presos en un pasado de impunidad. En este sentido, el Sinait reforzó su compromiso de buscar el castigo de los asesinos. Los auditores inspectores laborales no lo olvidarán. El Sinait, como representante de la categoría, seguirá realizando manifestaciones cada año. La justicia es una demanda de la sociedad, y en ese momento, la sensación era que el Tribunal daba la espalda al no castigar efectivamente a los criminales. Para Helba, la viuda de Nelson, lo que ha quedado es una inmensa desesperanza, que resumió en la única frase que pronunció durante el acto: “En este país, los que tienen dinero pueden matar porque no pasa nada”.

Un día después de la protesta, el magistrado Néviton Guedes, del TRF1, incluyó los recursos del mantante y de los intermediarios de la Masacre de Unai en el expediente del juicio de febrero, que ocurrió el día 11 de ese mes. El Tribunal aceptó parcialmente la petición de sentencia declarativa presentada por el mandante y los intermediarios del delito. El presidente del Sinait, Carlos Silva, estuvo acompañado por la vicepresidenta Rosa Jorge y la auditora inspectora laboral Jacqueline Carrijo.

Según Anamaria Prates, abogada que sigue el caso, la 4ª Sección decidió por unanimidad aceptar parcialmente las mociones de aclaración, sin modificar los efectos, en términos de los razonamientos presentados por el ponente, el magistrado Néviton Guedes. Sólo reconoció que había un error material, ya que se unió un pasaje de otra decisión en la votación del recurso. Determinó la corrección.

Según él, la masacre de Unai es un crimen muy grave que afecta a cuatro vidas humanas de servidores públicos, cuyo desenlace se espera desde hace 16 años. Se trata de las terceras peticiones presentadas por la defensa del mandante y de los intermediarios para retrasar la ejecución de la pena de prisión en régimen cerrado.

En mayo de 2020 el mundo estaba retirado debido a la pandemia de Covid-19. Las conversaciones se volvieron virtuales. La lucha contra la impunidad siguió su curso. En una reunión virtual, dirigentes del Sindicato y viudas de las víctimas de la masacre de Unai conversaron con la Fiscal federal Luiza Cristina Frischeisen sobre el avance del proceso de las personas que ordenaron el crimen. El Sinait y los familiares de las víctimas buscaron información actualizada. El Fiscal argumentó que, a pesar del largo tiempo de espera, no había otro camino que seguir los ritos. La abogada asistente, Anamaria Prates Barroso y su asesor Jailson Rocha Pereira, participaron en la reunión.

En junio, el Procurador General de la República, Augusto Aras, remitió a los ministros de la 1ª Sección del STF un memorial sobre el recurso de habeas corpus, en el que uno de los condenados por la masacre de Unai, Hugo Alves Pimenta, cuestiona el inicio de la ejecución de su pena de más de 30 años de prisión antes de que la justicia ordinaria haya agotado su jurisdicción. El documento elaborado por el Ministerio Público Federal (MPF) defendió la ejecución provisional impuesta por el Tribunal del Jurado, en un juicio celebrado en 2015.

Por primera vez desde enero de 2004, el Sinait no salió a la calle para recordar el crimen. La Covid-19, que para entonces ya había matado a casi doscientos mil brasileños, impedía las aglomeraciones. El acto público de ese año se realizó en formato de directo, que se abrió con la reproducción del mini-documental “La Masacre de Unai - La laguna de la impunidad”. El video recuerda varios hechos que involucran el proceso como el esclarecimiento del crimen, las condenas, las apelaciones, la anulación del juicio de Antério Mânica y, por supuesto, la indignación con el hecho de que los culpables es-

tán libres, mientras el tiempo pasa lentamente para los que tienen como única opción, esperar.

En una declaración para el documental Marcus Barberino, presidente de Anamatra, dijo que el retraso procesal tiene varias dimensiones de sufrimiento, siendo la principal el dolor de las familias, que pierden el derecho al duelo definitivo y luego, viene el sufrimiento institucional de los compañeros con la pérdida de personas con las que compartían la vida, el día a día y el trabajo.

Fue el paso de 17 años de la tragedia. El crimen cumplió más de seis mil días durante los cuales el Ministerio Público Federal, el Sinait y la categoría de Auditores Inspectores Laborales, familiares y compañeros de las víctimas lucharon insistentemente para poner tras las rejas a todos los culpables de las muertes de Ailton, Eratóstenes, João Batista y Nelson.

“Estamos aquí de nuevo porque no queremos vivir eternamente con la llaga de la impunidad, que no deja cicatrizar las heridas de este triste episodio”, dijo el presidente del Sinait, Bob Machado, que había sido elegido a finales de 2020 y mantuvo el compromiso del sindicato con la causa de Unai. “El crimen no silenció la categoría. Por el contrario, dio aún más razones para continuar y defender los derechos de los trabajadores, incluso con dificultades y limitaciones, superadas con creatividad e insistencia”, dijo el presidente.

El acto público reunió a dirigentes del Sinait, sindicalistas y personas de las más diversas áreas y categorías, además de la viuda de Eratóstenes, Marinez Lina; el abogado de los familiares de las víctimas, Antônio Patente; el auditor inspector laboral Gerson Soares, en representación de la Subsecretaría de Inspección del Trabajo; Sergio Voltolini, presidente de la CIIT; Carlos Calazans, ex delegado general del Trabajo en Minas Gerais; Noêmia Porto, presidenta de Anamatra; Lydiane Machado, vicepresidenta de la Asociación Nacional de Procuradores del Trabajo (ANPT); Olga Machado, auditora inspectora laboral y presidenta del Consejo de Delegados Sindicales del Sinait; Otávio Pinto, presidente de la Asociación

Brasileña de Abogados Laboralistas (Abrat); Edison Haubert, presidente de Mosap; Kurt Krause, director de Relaciones Internacionales e Intersindicales del Sindifisco Nacional; Jorge Luiz Souto Maior, juez laboral y profesor de la Universidad de São Paulo (USP), entre una docena de personas que, juntas, reforzaron el clamor por la justicia.

Como parte de las manifestaciones contra la impunidad que marcaron los 17 años del crimen, la Delegación Sindical de Minas Gerais, en acción conjunta con el Sinait, produjo el video “¡La justicia tardía no es justicia!”, que pedía el castigo de los responsables de las muertes de los servidores del Ministerio de Trabajo.

Una vez más, en 2022, el acto del Sinait en honor a las víctimas de la masacre de Unai se realizó a través de una actividad virtual. Hasta ese momento, la Covid-19 se había cobrado la vida de 615 mil brasileños. En la semana del 21 al 28 de enero se llevó a cabo una campaña en las redes sociales con el tema “Masacre de Unai, 18 Años - Una Vida de Impunidad”. La petición era que se hiciera justicia, con la detención de los mandantes e intermediarios.

Dieciocho años después de la tragedia que cambió la inspección de trabajo para siempre, el Sinait, los inspectores y las familias de las víctimas siguen luchando por la justicia. Para que todos los acusados y condenados cumplan sus penas y la sociedad pueda ser rescatada del ambiente de impunidad que persiste desde el bárbaro crimen, que atacó directa y profundamente al Estado brasileño.

Se esperaba que se celebrara el segundo juicio de Antério Mânica, ya que logró obtener, ante el TRF1, en 2018, la anulación del jurado celebrado en el Tribunal Federal de Belo Horizonte, en 2015, cuando fue condenado a 100 años de prisión en régimen cerrado. Los otros acusados, Norberto Mânica, Hugo Pimenta y José Alberto de Castro están a la espera del análisis de los recursos en los que solicitan la anulación de las sentencias y el nombramiento de un nuevo jurado.

En marzo, con el apoyo de la Delegación Sindical de Minas Gerais y el Sinait, el SRT/MG

rindió homenaje a las víctimas de la masacre de Unai descubriendo una placa en el vestíbulo de la sede de la Superintendencia de Minas Gerais. “La Inspección Laboral sigue plenamente activa en la defensa de los trabajadores. No tuvieron miedo del bárbaro asesinato de sus compañeros por parte de los exponentes del agronegocio del frijol y la soja de Unai, Antério y Noberto Mânica”, dijo Ivone Corgosinho, Delegada del Sindicato en el Estado.

## El segundo juicio de Antério Mânica

Tras ser aplazado en dos ocasiones, el juicio de Antério Mânica está previsto finalmente para el 24 de mayo. En los 40 días que precedieron al juicio, el Sinait realizó una gran campaña mediática en Minas Gerais, con repercusión en todo el estado. La idea era recordar el crimen, hablar de la impunidad y alertar a la sociedad y a los que serían sorteados para el consejo de la sentencia. Después de más de 18 años es natural que las personas que no conviven con las secuelas del crimen, lo olviden. El Sindicato se esforzó por revivir la historia en la memoria de la gente, a través de emisiones de radio, “out doors”, paneles de LED y medios de comunicación dentro de los autobuses que circulan en el transporte público de la capital.

En la víspera del jurado, la Comisión de Derechos Humanos de la Asamblea Legislativa de Minas Gerais (ALMG) celebró una audiencia pública para debatir las repercusiones del crimen a lo largo de los años. En el debate participaron el presidente del Sinait, Bob Machado, la delegada sindical del Sinait en Minas, Ivone Corgosinho y Helba Soares, viuda del auditor Nelson. Además de ellos, también fueron invitados el Fiscal jefe de la Procuraduría Regional de la República de la 1ª Región, José Robalinho Cavalcanti, el Fiscal jefe de la Procuraduría Regional del Trabajo de la 3ª Región (Minas Gerais), Arlélío de Carvalho Lage, y Carlos Calazans, que en la época de la Masacre de Unai era el delegado regional del Trabajo en Minas Gerais.

El Presidente del Sindicato, Bob Machado, habló de la importancia de acabar con la impunidad que rodea al crimen. Recordó que es necesario hacer justicia, con una nueva condena de Antério y el cumplimiento inmediato de las penas. “En 2015, estuvimos aquí para pedir la condena de los acusados de ser los mandantes del crimen. Todos fueron condenados ejemplarmente con penas de unos 100 años, un siglo. Estamos aquí, una vez más, pidiendo justicia”.

Carlos Calazans relató la emoción de haber participado como delegado de Trabajo en el traslado de los cuerpos y tener que hacer los trámites para que se inicien las investigaciones. “También me amenazaron de muerte y pasé por algunas situaciones en las que necesité escolta policial”, declaró.

Helba cuestionó el retraso en el juicio y la anulación de la condena del mandante Antério Mânica. “Parece que la justicia en Brasil es sólo para los negros y los pobres, los ricos no son detenidos. Por desgracia, mañana tendremos otro episodio de este caso. No sabemos cómo terminará. Queremos justicia”.

Poco antes de que se iniciara la sesión del jurado, los dirigentes del Sinait, los delegados sindicales de los estados y los auditores inspectores laborales pidieron el fin de la impunidad de la Masacre de Unai, en un acto por la paz, en el que se distribuyeron rosas blancas a las personas que pasaban por delante del edificio de la Justicia Federal. Las viudas estaban presentes. Bob Machado pidió que esa herida se cerrara con la condena del acusado. Carlos Silva, vicepresidente del sindicato, aclaró que el sindicato no iba a parar. “Seguiremos trabajando hasta que todos los culpables sean condenados y cumplan sus penas en régimen cerrado. Llevamos 18 años pidiendo justicia. Seguiremos unidos y trabajando por la justicia de nuestros compañeros muertos”.

Se cantó el Himno Nacional. La canción Amigos para Siempre, también. A continuación, y durante los cuatro días siguientes, auditores inspectores laborales de todo el país hicieron una vigilia y se turnaron para entrar en el auditorio, donde se celebraba el juicio. En ningún momento se dejó la puerta del edificio vacía. La vigilia continuó hasta que se pronunció la sentencia.

El segundo juicio de Antério Mânica fue una especie de más de lo mismo, ya que todos los relatos ya habían sido realizados en juicios de

acusados de la masacre, celebrados anteriormente, incluido el suyo.

En el primer día, se escucharon siete testigos de la acusación, entre ellos, Hugo Pimenta, acusado confeso y condenado por ayudar a orquestar la masacre. Sobre la confesión de Norberto Mânica, Hugo dijo un claro intento de encubrir la participación de Antério. También dijo que conocía a los hermanos Mânicas y que el líder de la familia era Antério, el hermano mayor. En cuanto al vehículo Marea visto por los pistoleros en una reunión en Unai el día antes del asesinato, Hugo dijo: “Estoy seguro de que el Marea es de Antério Mânica y el que tiene que demostrar que estoy equivocado no soy yo. Organizaron todo en la reunión familiar para presionar a Norberto para que dijera que yo, Hugo, estaría dentro de esta Marea.

La presencia de la Marea aparcada cerca del lugar de la reunión fue mencionada por primera vez por Willian Gomes, el conductor de la banda, condenado a 56 años de prisión por su participación en los asesinatos. En una declaración a la Policía Federal seis meses después del crimen, Gomes confirmó la presencia del vehículo y dijo que en él había un hombre muy “furioso” que gritaba que era pata “matar a todos”. Más tarde, se supo a través de Francisco Pinheiro que el hombre era Antério Mânica.

Afrânio Gonçalves, auditor inspector laboral, volvió a testificar. Afrânio estuvo destinado en la DRT/MG de Belo Horizonte y trabajó con Eratóstenes y João Batista. Además, ya había estado en la región de Unai, trabajando junto a Nelson en fincas de la región. Helba, la viuda de Nelson, y Marinez, la viuda de Eratóstenes, que declararon como informantes, confirmaron las versiones dadas en juicios anteriores.

El ex comisario de la Policía Civil, Wagner Pinto de Souza, confirmó una de las principales pruebas que vinculan al estanciero Antério Mânica con la Masacre de Unai. Durante su testimonio sostuvo que un vehículo idéntico al de la esposa del acusado fue visto en el lugar donde estaban los ejecutores de los asesinatos y los intermediarios del crimen.

Antônio Celso dos Santos, uno de los investigadores responsables del caso, que declaró como testigo de la acusación en el jurado de Antério en 2015, y en otros como el de los ejecutores, volvió al Tribunal Federal para el segundo juicio del estanciero, esta vez como testigo de la defensa. El testimonio de 2022 contradice al de 2015, en varios momentos. Antônio Celso recordó algunas declaraciones, entre ellas, la llamada al Ministerio de Trabajo preguntando por los inspectores, si estaban vivos o muertos. Describió varios otros puntos de la investigación.

El policía jubilado, al describir la investigación, fue interrogado por la jueza Raquel de Vasconcelos sobre la participación de Antério Mânica y respondió: “Mis investigaciones no me llevaron a Antério Mânica”. La jueza preguntó a quién apuntaban las investigaciones como mandante, y Celso respondió que conducían a Norberto Mânica.

En su declaración, Antério Mânica se acogió al derecho a no contestar preguntas. Sólo negó la participación en el crimen y, como hizo en 2015, acusó a su hermano, Norberto. El estanciero dijo que era viejo y que no merecía pasar el resto de su vida en la cárcel.

A primera hora de la noche del 27 de mayo, la jueza Raquel de Vasconcelos leyó la sentencia: Antério Mânica, fue condenado por segunda vez por los cuatro asesinatos. La condena fue de 64 años de prisión en régimen cerrado. La jueza aplicó la pena mínima, considerando 16 años por cada víctima y no tuvo en cuenta los factores de calificación, que habían sido considerados en 2015, cuando la sentencia de Antério fue de 100 años. El acusado, sin embargo, salió libre del Tribunal Federal, por ser un acusado de primer ofensa. Para Bob Machado, presidente del Sinait, la condena de Antério Mânica trae alivio a todos. “Es el resultado de mucho trabajo y lucha para que el crimen no caiga en el olvido y se haga justicia”.

A pesar de la sentencia menor, los dirigentes de Sinait y sus compañeros Auditores Inspectores Laborales, que pasaron cuatro días de vigilia, lo celebraron mucho. Con gritos de ¡Jus-

ticia, aunque sea tarde! se abrazaron, lloraron y se emocionaron mucho en ese momento, que parecía poner fin a un ciclo de más de 18 años de espera. Después de hacer cruces humanas y de frijoles, de cantar el cumpleaños feliz a Eratóstenes (que habría cumplido 61 años el día anterior) y de animar juntos, por fin se había hecho justicia.

La Fiscalía Miriam Lima, que ha seguido el caso desde el principio y que es responsable de la denuncia de la Masacre de Unaí, no está de acuerdo con la liberación de Antério Mânica después de dos condenas. “La Masacre de Unaí es uno de los casos más graves contra la democracia brasileña, cuando cuatro funcionarios públicos fueron asesinados en el ejercicio de sus funciones. Fue una decisión de la jueza, con la que no estamos de acuerdo en absoluto. Incluso pedimos la detención inmediata de Antério Mânica, pero ella entendió que debía tener derecho a recurrir en libertad”.

En el segundo jurado de Antério Mânica actuaron como asistentes de la acusación los abogados Aline Giacon y Roberto Tardelli, quien dijo que creía que el encarcelamiento del acusado está cerca de suceder. También dijo que en cuanto al fondo, la condena ya no puede ser revisada.

Poco después de la sentencia, el MPF/MG y la abogada que representa a las familias de las víctimas, Ana Maria Prates, recurrieron a la decisión, solicitando la ampliación de la condena y la detención inmediata de Antério.

La alegría que invadió a los colegas la noche del anuncio de la sentencia de Antério Mânica, de hecho, no marcó el fin de un ciclo. Cuatro meses después, en septiembre, el Tribunal Superior de Justicia (STJ) decidió por unanimidad reducir las penas de tres hombres declarados culpables de ordenar la masacre de Unaí: Norberto Mânica (de 65 años a 56 años y tres meses), Hugo Pimenta (de 31 años y seis meses a 27 años) y José Alberto de Castro (de 58 años y diez meses a 41 años y tres meses). La reducción de las sanciones se produjo con la eliminación de uno de los factores de calificación. Según el ponente, el ministro Ribeiro

Dantas, el TSJ consideró que, de acuerdo con la jurisprudencia reciente del propio Tribunal, el calificativo de asesinato por pago o promesa de recompensa se aplica sólo a los ejecutores directos del asesinato, ya que efectivamente recibieron el pago o la promesa de recompensa para ejecutar el crimen.

Además, los ministros rechazaron la petición de ejecución inmediata de las sentencias. Los asistentes de la Fiscalía recurrieron la decisión. El Tribunal, sin embargo, rechazó la petición de los demandados de anular el juicio.

Días después, el presidente del Sinait, Bob Machado, y la directora Rosa Jorge pidieron al MPF, en una reunión con la Fiscalía General Adjunta de la República, Luiza Cristina Frischeisen, acciones para restablecer las sentencias de los condenados por la Masacre de Unaí.

Para el presidente del Sinait, la decisión aumenta la sensación de impunidad: “Han sido 18 años de inmenso dolor para los familiares, amigos y compañeros de los tres inspectores laborales asesinados y el conductor del Ministerio de Trabajo. Ese dolor aumenta al ver la reducción de las penas de los asesinos confesos y condenados”.

## Final

Las decisiones sobre la Masacre de Unai son una página en blanco en la medida en que los mandantes e intermediarios siguen libres. Todos claman por la justicia. El tiempo ha demostrado que está cada vez más lejos. Todos los acusados fueron condenados, pero sólo los autores cumplen condena. La ley brasileña permite a los delincuentes la posibilidad de un número infinito de recursos, lo que significa que la historia ha llegado hasta aquí sin una conclusión.

Para la Fiscalía Miriam Lima, del MPF/MG, autora de la denuncia que dio lugar a cinco juicios de los acusados de la masacre de Unai, es muy injusto que los ejecutores hayan sido detenidos desde el tiempo del crimen y ya estén cumpliendo condena en régimen abierto, mientras que los mandantes y ejecutores siguen en libertad.

En septiembre de 2004, en Saussignac (Francia), un inspector laboral y un agente del servicio de inspección laboral fueron asesinados con disparos de fusil por un agricultor mientras realizaban una inspección rutinaria en su finca durante la cosecha de ciruelas. El crimen causó una conmoción nacional. Las autoridades actuaron rápidamente. Era la primera vez desde la creación de la Inspección de Trabajo francesa en 1892 que los inspectores laborales eran asesinados en el ejercicio de sus funciones. Dos años y medio después, en marzo de 2007, el agricultor asesino fue condenado a 30 años de prisión. Comenzó a cumplir condena inmediatamente. Murió en prisión en 2016.

En diciembre de 2006, la justicia brasileña condenó a la empleada doméstica Angélica Souza, de 19 años, a cuatro años en régimen penitenciario por intentar robar un tarro de mantequilla de 200 gramos en un supermercado de São Paulo. Sólo lo intentó. Fue sorprendida por el propietario del establecimiento, que llamó a la policía. Angélica tenía un hijo de dos años y

afirmaba que necesitaba alimentar al niño. Fue inútil. Fue encarcelada durante cuatro meses, en régimen cerrado. Su abogado pidió cuatro veces la libertad provisional. Todos fueron rechazados. Fue liberada 128 días después del intento, tras presentar un recurso ante el Tribunal Superior de Justicia.

Este es un ejemplo de lo que ocurre habitualmente en Brasil. Angélica pasó más tiempo en prisión que Antério Mânica, condenado dos veces por ordenar el asesinato de cuatro personas.

Así, esta historia parece siempre la misma: los dirigentes del Sinait se reunieron con parlamentarios, con ministros del STF, del STJ, con el Fiscal General de la República, con la Comisión de Derechos Humanos, con el Ministerio Público Federal, con el Consejo Nacional de Justicia... Una, dos, varias veces.

En todos los meses de enero, desde 2004, el Sinait realiza actos en Brasilia, en Belo Horizonte, en Unai, en todas las capitales, pero es mucho más que eso. Por la justicia y contra la impunidad, a lo largo de casi 19 años el Sinait y sus delegaciones sindicales regionales o asociaciones realizaron más de 200 actos. El sindicato fue escuchado por la prensa de todo el país y fue la fuente de más de mil informes sobre el crimen.

La Masacre de Unai fue recordada en todas las cartas producidas en los Enafits desde 2004, siempre para mostrar la preocupación del Sindicato con la impunidad, en todos los Congresos Nacionales de Inspectores Laborales (Conaits) hubo propuestas que involucran la lucha por el castigo del crimen. El Sinait envió innumerables documentos a las autoridades demostrando su preocupación por la seguridad de los inspectores laborales en todo el país. En las discusiones de los foros y entidades de los que forma parte, como el Fonacate (Foro Nacional Permanente de Carreras Esta-

tales), el Fonasefe (Foro de Entidades Nacionales de Servidores Públicos Federales), el Mosap (Movimiento Nacional de Servidores Públicos Jubilados y Pensionados), la Conatrae (Comisión Nacional para la Erradicación del Trabajo Esclavo), el FNPET (Foro Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil), el Sinait siempre plantea el tema para el debate.

Desde 2004, la masacre de Unaí es una agenda constante y forma parte de la rutina del Sindicato. El objetivo de estar en movilización permanente es no dejar nunca que se olvide el crimen. Así fue y así será hasta que se detenga a los responsables de la Masacre de Unaí y finalmente se haga justicia.

En memoria de Aílton, Eratóstenes, João Batista y Nelson, el Sinait luchará para evitar que se produzcan otras Masacres de Unaí.

La falta de punición ejemplar para los culpables de tan bárbaro crimen crea la sensación de que nada pasará y permite a los empleadores seguir amenazando a los Inspectores Laborales en el ejercicio de sus funciones. Un breve resumen señala los casos que se han notificado desde 2004.

**2004** – La Masacre de Unaí. Una emboscada en la zona rural de la ciudad de Minas Gerais hace cuatro víctimas y revela que las amenazas que había sufrido el inspector laboral Nelson José da Silva eran reales. Menos de un año después de amenazar a Nelson con un “chucho”, Norberto Mânica creó un equipo para cometer el crimen. Nelson era el objetivo, pero no estaba solo. Este “detalle” no era importante. La orden era clara: “Matar a todos”.

**2006** – El Grupo Especial de Inspección Móvil (GEFM) se encuentra en medio de un tiroteo, en la finca SanKara, en Comodoro (MT). En febrero, un equipo del Grupo Especial de Inspección Móvil (GEFM) llegó a la finca y encontró pocos trabajadores en la misma. Entonces se descubrió que había armas escondidas en el bosque. El equipo quería hablar con el gerente de la finca y un comisario de la PF que intentó hablar fue recibido con un disparo, que pasó cerca de su cabeza. Sabiendo de la presencia de la PF por radio, los pistoleros dijeron que

querían guerra y el tiroteo se prolongó durante cinco largos minutos. La Policía Militar estaba a cargo de los pistoleros y se encontraba en la finca a petición del estanciero, que afirmaba haber recibido una denuncia de robo. La PF ordenó a la policía militar que detuviera a los propietarios de la finca por falsa comunicación de delito. Una vez en la ciudad, el hecho fue comunicado al comandante de la policía. Se tomaron declaraciones. Se hicieron todas las cuentas. Han pasado 16 años y el proceso aún no ha sido juzgado.

**2013**- Fue el año en el que se registraron más incidencias contra los inspectores laborales. En mayo, un inspector laboral del GRT de Novo Hamburgo (RS) fue agredido por siete personas mientras inspeccionaba una obra en el municipio de Campo Bom (RS). El inspector laboral entró en el lugar y uno de los empleados le indicó la sala donde se encontraban los responsables de la obra. Cuando llegó a la habitación y se identificó, el propietario, unos familiares que también estaban en la habitación, un vigilante y un empleado de la obra comenzaron a agredirle físicamente. A causa de la agresión, el Auditor Inspector Laboral quedó inconsciente durante unos instantes, pero cuando recuperó la conciencia e intentó abandonar el lugar, fue agredido de nuevo, y la escena de violencia se repitió dos veces más. Muy herido, fue rescatado por la policía militar que llegó al lugar de los hechos y lo llevó al hospital, donde fue examinado por el crimen. Habían pasado diez días desde la agresión. La sede de Rio Grande do Sul envió el caso al Ministerio Público Federal, a la Fiscalía Federal y a la Fiscalía del Trabajo, además de haber acompañado la declaración de un testigo en la Policía Federal. El Sinait se movilizó y exigió que se actuara. El 16 de diciembre de ese año los acusados fueron condenados por la agresión. Tuvieron que pagar 400.000 reales en concepto de indemnización por daños morales colectivos y por las costas procesales.

En julio, la Gerencia Regional del Trabajo (GRT) de Barreiras (BA) recibió una llamada anónima en la que se anunciaba una emboscada, mencionando los nombres de cuatro inspectores labo-



rales que serían el objetivo. Los agentes fueron retirados del TGR debido al revuelo que rodeó el hecho. En ese momento, los Auditores estaban inspeccionando el cultivo y el procesamiento del algodón y, debido al grave y eminente riesgo de accidentes, se estaban interviniendo las máquinas, lo que molestó mucho a los productores de la región. Tras esta amenaza, las inspecciones del algodón comenzaron a ser realizadas por equipos externos. Solo en 2014 los equipos locales reanudaron las inspecciones rutinarias. En noviembre, un hombre armado invadió la sede de la Agencia Regional de Trabajo y Empleo en Luziânia (GO) y disparó contra el jefe de la Agencia y el guardia que prestaban servicio ese día. No había inspectores laborales en el lugar. El jefe de la unidad en ese momento no pudo precisar cuántos disparos se efectuaron, pero estimó que fueron tres, uno en su dirección y dos contra el guardia de seguridad. El incidente se registró en la Policía Militar y se informó al SRT/DF.

**2014** - En febrero de 2014, de nuevo en Barreiras. Los inspectores de trabajo del TGR se enteraron de que serían el objetivo de un ataque de los productores rurales de la región. Se contrató a un grupo de pistoleros para “asustar” a los funcionarios. Los funcionarios informaron inmediatamente a las autoridades: MPT, Policía Federal, SRT/BA y SIT, como forma de inhibir la acción delictiva. En diciembre, en Rio Branco (AC), un inspector laboral fue intimidado tras haber participado en una inspección rural en la que se rescataron 15 trabajadores sometidos a trabajos análogos a la esclavitud. Días después de la acción, el Auditor se dio cuenta de que estaba siendo seguido por un vehículo en el camino de su residencia a la SRT/AC, en Río Branco. Días después de este episodio, cuando estaba en un restaurante con su familia, un hombre se sentó en la mesa de al lado, no hizo ninguna petición y empezó a fotografiarlo cuando se levantó de la mesa para abandonar el local con su mujer y su hijo. Como medida preventiva, el Auditor presentó una denuncia ante la Policía Federal para que se investigue el caso.

En julio, durante una inspección de registro de empleados, un Inspector Laboral sufrió violencia física y psicológica en la ciudad de Castanhal, en el estado de Pará. El hecho se produjo después de que tres empleadores se resistie-

ran a la inspección en sus establecimientos. En el día de la agresión, el Inspector Laboral visitó lugares alejados del centro, más concretamente una calle en la que había varios pequeños comercios. Cuando los tres empleadores mostraron resistencia, decidió seguir inspeccionando los demás establecimientos y luego regresar. Según el relato del propio inspector, cuando regresó, la violencia se produjo en el interior de un pequeño supermercado con la presencia de los tres empleadores. Se negaron a reconocer la autoridad del Auditor Inspector Laboral, le quitaron su documento de identificación y lo mantuvieron como rehén durante casi una hora. Entonces, un guardia de seguridad lo arrastró fuera, donde se reunían varias personas, sugiriendo que podían lincharle. Ante el riesgo que corría, el Auditor Inspector Laboral pidió ayuda a un transeúnte, que llamó a la policía. En la comisaría, en presencia de los tres empleadores, el Auditor Inspector Laboral registró un informe de ocurrencia e hizo constar todos los acontecimientos.

A lo largo del año, múltiples situaciones de acoso experimentadas por los auditores inspectores laborales en los municipios de Alfredo Wagner e Ituporanga, ubicados en la región del Alto Vale, en Santa Catarina, fueron denunciadas por el Sindicato, la Sección Sindical del Sinait en Santa Catarina y la Asociación de Inspectores Laborales de Santa Catarina (Afitesc). En el estado, desde 2007, los productores de cebolla, al negarse a cumplir la ley, dificultaron la actuación de la Inspección Laboral y emprendieron acciones para intimidar a los equipos de inspección. En ese año, cerraron las salidas de Ituporanga con tractores para impedir que los inspectores laborales accedieran a las propiedades rurales. En 2010, en la misma ciudad, los productores rodearon un coche del Ministerio de Trabajo, llamaron a la radio local y amenazaron con incendiar el vehículo, lo que fue acompañado de manifestaciones de las autoridades locales pidiendo la retirada de la Inspección Laboral de la región. En un momento dado, la situación se volvió tan tensa que las acciones de inspección sólo se llevaron a cabo con escolta policial.

**2015** - En febrero, los Auditores Inspectores del GRT de Uruguaiana fueron amenazados mientras inspeccionaban las obras de construcción de una estructura temporal para la fiesta del Carnaval. Los funcionarios embargaron la estructura, debido a las fallas en la operación en altura, caracterizadas como riesgo grave e inminente de accidente de trabajo, además de otras irregularidades laborales. La acción de inspección comenzó el 19 de febrero, dos días después del inicio de la instalación de las estructuras del evento. Durante esta visita, realizada por un solo Inspector Laboral, desde el primer momento el representante de la empresa actuó de forma agresiva, cambiando el tono de voz, señalando con el dedo al Inspector Laboral y preguntando qué hacía en la obra, además de incitar a los trabajadores, diciendo que serían despedidos por la inspección. En la segunda visita, cuatro días después, tres inspectores de trabajo realizaron una inspección centrada en la seguridad y la salud en el trabajo y encontraron varios problemas, especialmente en el trabajo en altura. Por eso hubo un embargo, en el entendimiento de que los trabajadores estaban expuestos a riesgos de accidentes laborales. Una vez más, el representante de la empresa se mostró agresivo e incitó a los trabajadores a la violencia contra los Auditores Laborales. En una tercera visita, el 26 de febrero, debido a la solicitud de suspensión del embargo, los Auditores Laborales solicitaron previamente la protección de la Policía Federal, que puso a disposición seis agentes. Así, pudieron realizar la inspección de forma protegida. Los inspectores laborales no presentaron ningún informe de incidencias.

En marzo de 2015, ocurrió el tercer episodio de amenaza en Barreiras. En el TGR se recibió otra llamada anónima dirigida a los inspectores laborales. La persona que llamó mencionó a dos inspectores de trabajo por sus nombres y dijo que estaría “preparado” para cuando volvieran al lugar de la inspección. En una visita a Barreiras el 27 de marzo de 2015, el entonces presidente del DS/BA, Wellington Maciel Paulo, se reunió con los auditores del TGR y visitó la comisaría de la Policía Federal para exigir

una rápida investigación del caso. También en 2015, los auditores de Barreiras presentaron una lista de demandas al jefe del GRT, solicitando medidas inmediatas para frenar las amenazas anónimas y garantizar la seguridad de los funcionarios.

También en marzo, agentes de la Policía Militar y de la Policía Civil del estado de Maranhão sometieron a dos inspectores laborales a actos de violencia y vejación. Los agentes estaban realizando inspecciones para combatir el trabajo infantil y proteger a los adolescentes en el municipio de Peritoró. Cuando los Inspectores Laborales acompañaban el pago de las rescisiones de contrato a los adolescentes retirados del trabajo irregular, en las instalaciones del Consejo Tutelar de la ciudad, fueron abordados por los policías. Incluso después de presentar su documento de identidad funcional, los Auditores Laborales pasaron por el bochorno de tener su vehículo revisado delante del público y de ser llevados a la Comisaría de Policía, por separado, bajo la sospecha de llevar un documento falso y de ser estafadores. Una nota emitida por la Secretaría de Estado de Comunicación Social del gobierno de Maranhão dijo que el gobernador del estado había determinado la investigación de los hechos y la adopción de medidas apropiadas.

En septiembre, un inspector laboral sufrió una agresión física y moral en el ejercicio de su función, durante una visita de inspección a un establecimiento de lavado de coches en Santos (SP). Cuando llegó y pidió los datos básicos de la empresa, como el número del CNPJ, que no figuraba en las facturas, el Inspector Laboral encontró resistencia por parte de los supuestos empleadores y les explicó las consecuencias legales de no facilitar información al inspector laboral. Según el inspector laboral, había cuatro trabajadores en el lavadero de coches, y todos ellos parecían tener miedo de proporcionar información básica, como sus propios nombres. Sólo se permitió hablar a uno de ellos. Tras recoger y anotar los datos facilitados por el empleado, el Auditor Inspector Laboral pidió información sobre los demás que habían abandonado el lugar. Fue entonces

cuando comenzaron las agresiones. Debido a la falta de información sobre la empresa, el inspector laboral dijo que podía multar a los propietarios por boicotear la inspección y por mantener a los trabajadores sin estar registrados. En ese momento, uno de los supuestos empleadores golpeó agresivamente la carpeta que estaba en manos del Auditor Laboral. El agente dijo que denunciaría el hecho y se fue del lugar sin terminar su trabajo por las amenazas.

**2016** – En abril, se produjeron nuevas amenazas a los inspectores laborales de Uruguaiana (RS). El Sinait denunció que dos inspectores laborales del GRT de esa ciudad habían sido intimidados con una carta amenazadora. El sindicato pidió que se adoptasen medidas inmediatas y que se retirase a los funcionarios del lugar. Los inspectores amenazados registraron el caso en la Policía Federal de Uruguaiana e informaron del episodio a la Superintendencia Regional de Trabajo y Empleo de Rio Grande do Sul (SRTE/RS).

En el 18 de mayo, un equipo del GEFM, compuesto por inspectores laborales, agentes de la patrulla federal de carreteras y un Fiscal laboral, fue objetivo de tiros durante una visita de inspección a un lugar llamado Terra do Meio, en el interior de São Félix do Xingu, en el estado de Pará. La inspección estaba enfocada en la lucha contra el trabajo esclavo. Durante la acción, el equipo de inspección se encontró con un vehículo con seis trabajadores. En ese momento, los trabajadores informaron de que acababan de ser amenazados, golpeados y expulsados de una finca en la que trabajaban. Dada la situación, parte del Grupo Especial de Inspección Móvil llevó a los trabajadores a Vila Central para resguardar su seguridad. El resto del grupo se dirigió a otra finca, que también era el objetivo de la inspección. Al llegar allí, el equipo de inspección observó que la casa donde se alojaban los trabajadores había sido completamente desmontada. Así, fueron en busca de la sede de la finca. En el camino, el grupo se encontró con los agresores, que iban en una camioneta. Intentaron interceptar el vehículo, pero los hombres del coche les dis-

pararon. Ante la gravedad de los hechos, se suspendió la acción de inspección en la región.

Llegó el mes de junio y los inspectores laborales sufrieron repetidas amenazas en el mismo establecimiento, un aserradero cercano al centro de la ciudad de Lages (SC). En primer lugar, un inspector laboral fue interpelado por el representante de la empresa inspeccionada, que empezó a gritarle. En ese momento, el inspector dijo que dejaría la empresa, pero dijo que era un acto de acoso. Fuera de la empresa, fue perseguido por el dueño del local, que, con las manos a la espalda y en posición de llevar un arma, comenzó a amenazarle. El 8 de agosto, los inspectores laborales volvieron a ser amenazados por el propietario cuando inspeccionaban el mismo aserradero. Debido a esto, el segundo equipo que visitó el establecimiento, en calidad de fuerza de tarea, solicitó escoltas de la Policía Militar y Federal para garantizar la seguridad del grupo.

**2019** – Amenaza a la vida de un inspector laboral en Ceará. El hecho ocurrió en mayo, en la sede de la Fiscalía Regional del Trabajo en Fortaleza (CE), cuando los funcionarios fueron testigos de cómo un empresario incluido en la Lista Sucia del Trabajo Esclavo gritaba que mataría al Inspector Laboral que había coordinado la acción que verificaba las irregularidades en su establecimiento. El hombre, trastornado, dijo que había recurrido al Defensor Público de la Unión y que volvería a pedir ayuda. Si no encontrase una solución, acudiría a la Superintendencia Regional del Trabajo (SRT/CE) para matar al Auditor.

En junio, en Pará, dos inspectores laborales fueron abordados por policías de carreteras federales tras salir de una finca en la que habían realizado una inspección. El PRF fue llamado por un empresario rural que, de mala fe, acusó a los agentes federales de ser invasores de tierras. Hasta que todo se aclarara, los inspectores laborales se vieron sometidos a situaciones embarazosas y a riesgos. También en junio, otro inspector laboral recibió amenazas por teléfono, a través de la aplicación WhatsApp, tras actuar en una operación del GEFM, también en el estado de Pará. La persona se identificó como miembro de una organización criminal. El sindicato solicitó la retirada inme-

diata de los inspectores laborales de las condiciones de riesgo hasta que concluyeran las investigaciones policiales iniciadas.

En septiembre, un equipo de inspección fue atacado en el municipio de Araripina (PE) durante una inspección en las casas de harina de la región. El equipo inspeccionó tres casas de harina e interceptó maquinaria y equipos, incluidos hornos, porque ofrecían riesgos graves e inminentes para los trabajadores. Descontentos con la inspección y las interdicciones de máquinas y hornos, un grupo, aparentemente de trabajadores, bloqueó la BR 316, por donde habría salido el equipo de inspección y la escolta de la policía civil. Prendieron fuego a los neumáticos y exigieron a los inspectores laborales que desembarcasen de sus vehículos para que se levantase la interdicción de los establecimientos. El equipo no cedió a la exigencia de desembarcar de los vehículos ni de quitar la interdicción a las máquinas.

También en noviembre, en Recife (PE), dos inspectoras laborales fueron amenazadas y expulsadas de las instalaciones por el propietario de la empresa que estaba siendo inspeccionada. En contacto con una de las inspectoras laborales implicadas, el Sinait averiguó que había denuncias de camioneros sin registro en sus tarjetas de empleo y seguridad social. Las inspectoras laborales decidieron ir a la empresa a la hora del almuerzo porque había más posibilidades de encontrar a los conductores allí. Llegaron, se identificaron y comenzaron a entrevistar a los trabajadores, confirmando inmediatamente que había irregularidades en la relación laboral. Entonces, el dueño de la empresa llegó gritando y amenazando. Dijo que no podían estar allí en ese momento -hora del almuerzo-, que sólo podían estar con una orden judicial y que estaban acosando a los trabajadores. Ante esta agresividad y temiendo por su integridad física, decidieron marcharse. Los trabajadores no reaccionaron.

**2020-** En junio, un inspector laboral del SRT/SP fue agredido física y moralmente durante una inspección. Empujado, se cayó y sufrió abrasiones. El caso ocurrió cuando inspeccionaba una empresa de contabilidad tras una

denuncia de que el empresario no cumplía la normativa Covid-19 sobre prevención de la transmisión laboral. En cuanto el Sinait tuvo conocimiento de lo sucedido, denunció inmediatamente la agresión a la Administración y prestó todo el apoyo necesario al Auditor Inspector Laboral.

**2022-** En julio, durante una inspección en São Luís (MA), los inspectores laborales sufrieron el bochorno y tuvieron informaciones vaciadas en las redes sociales por parte del propietario del establecimiento, que además es un influyente digital. Estaban realizando una acción para combatir la informalidad en un parque de alimentación, un complejo que alberga varios restaurantes. Por decisión judicial, las publicaciones fueron retiradas. Los trabajadores encontrados en la informalidad cambiaron la versión de los hechos y comenzaron a decir que no conocían al responsable de sus pagos. El Sinait se reunió con representantes del SRT/MA para pedir el apoyo y la rapidez de las autoridades contra este tipo de ocurrencias y para evitar que se produzcan otras nuevas.

# Aílton, Eratóstenes, João Batista y Nelson

En casi diecinueve años, se ha hablado mucho de la Masacre de Unai. Los rostros de los cuatro trabajadores del Ministerio de Trabajo asesinados en el ejercicio de sus actividades aparecieron en artículos y obras de teatro, la mayoría de ellos producidos por el Sinait para los actos. En las siguientes páginas el lector conocerá un poco más sobre la vida personal de las víctimas. Esta información no es fácil de reunir. Debido a la barbarie y a la gran repercusión del crimen, las familias viven recluidas y, como sabemos, las viudas han conservado a sus hijos. Se escuchó a familiares y amigos y a través de sus relatos se pudo aportar algo nuevo sobre cada una de las víctimas de la Masacre de Unai.

## Aílton

Aílton era un buena gente, trabajadora y de buen humor. Se casó con Marlene en 1982. Tuviron dos hijos, Rayanne y Ariel, que tenían 16 y 15 años, respectivamente, en el momento del crimen. Era conductor del Ministerio de Trabajo. Aílton salió de casa para su último viaje el 26 de enero de 2004, el día en que Ariel cumplió 15 años. Siempre repetía a sus familiares y amigos que su mayor deseo era ver a sus hijos graduarse.

El sueño de Aílton para sus hijos se ha hecho realidad. Rayanne es bióloga y Ariel, economista. “Estoy feliz por haber graduado a mis hijos y triste porque su padre no está con nosotros”. Este es el sentimiento de Marlene, con respecto a todo lo que le ha sucedido a su familia desde la muerte de su marido. Todavía siente el dolor que la acompaña desde que recibió la noticia: “Me quedé sin rumbo, preguntándome qué sería de nosotros”.

Rayanne y Ariel recuerdan la fecha del crimen, la tristeza al recibir la noticia, la falta de credibilidad, frente a la realidad impresa en

los encabezamientos de los periódicos, por la gran repercusión del crimen. Para Rayanne, su padre es un héroe, porque aunque recibió un disparo en la cabeza y en la cara, condujo durante unos siete kilómetros con sus tres amigos muertos en el coche, hasta que encontró ayuda y dio detalles de la emboscada, que luego contribuirían a la investigación.

Para Ariel, una respuesta de la Justicia es fundamental. Sobre las idas y venidas del proceso y el comentario rutinario de que el mundo es malo, Marlene tiene una frase que resume estos casi 19 años de proceso: “El mundo es bueno, lo que no está en el lugar debido es la Justicia”.

Aílton nació en Sete Lagoas (MG). Tenía 52 años cuando fue asesinado. Fue el primer novio de Marlene. Juntos terminaron el bachillerato, lo que le ayudó a llegar al Ministerio de Trabajo. Los inspectores laborales que viajaron con Aílton revelaron que le gustaba mucho llevar a sus pasajeros a lugares con buena comida en las carreteras, que conocía bien. Era considerado y educado. Era una persona sencilla y de buenos modales; un artesano en su tiempo libre. Hacía miniaturas con trozos de periódico. Amaba a su familia y trabajaba por ella. Murió al servicio de Brasil.

## Eratóstenes

Eratóstenes, o Tote, como lo conocían sus allegados, era el más joven de los cuatro funcionarios fusilados aquel 28 de enero. Tenía 42 años, estaba casado con Marinez Lina y era padre de Isabelle. Cuando salió de casa dos días antes, Eratóstenes había aconsejado a Marinez que hiciera los preparativos para la fiesta de cumpleaños de su hija, que estaba a punto de celebrarse. Isabelle habría cumplido seis años en febrero. En este relato, es Marinez quien da detalles de la vida personal de su marido.

Era el menor de nueve hijos. El nombre diferente, procedente del griego, fue la elección del padrino, un sacerdote y amigo de la familia que ayudó a su madre Judite durante todo el periodo prenatal de ese hijo “retrasado”. La familia vivía en Belo Vale, en el interior de Minas Gerais. El sacerdote solía llevar a doña Judite a los pueblos cercanos para que le hicieran pruebas, que en aquella época disponían de más instalaciones sanitarias. Cuando Eratóstenes tenía cuatro años, la familia se trasladó a Contagem, en el área metropolitana de Belo Horizonte.

Tote se licenció en Ingeniería Mecánica en el Centro Federal de Enseñanza Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG) a mediados de la década de 1980 y se apasionó por su profesión. Al principio del gobierno de Fernando Collor de Melo perdió su trabajo. Pasó un tiempo intentando volver al mercado laboral y acabó desilusionado con la profesión. Así que empezó a presentarse a oposiciones y aprobó varias. Ya salía con Marinez cuando un amigo, cuyo padre trabajaba en el Ministerio de Trabajo, le habló de la apertura de un concurso para Auditor Inspector Laboral en el Ministerio. Eratóstenes aprobó el examen de 1994 y se convirtió en Inspector Laboral en 1995. Al año siguiente se casó con Marinez y dos años después nació su hija Isabelle.

La familia llevaba una vida tranquila. Eratóstenes también fue un padre y un marido maravilloso. Sus hermanos, que eran relativamente mayores que él, estaban enamorados de aquel chico más joven, estudioso y centrado. En palabras de Marinez, era el “querido” de los hermanos. Unos días antes del viaje a Unaí, la familia fue a visitar a una de las hermanas de Marinez y ésta le dijo a Tote que viera las noticias de la noche. Sorprendentemente, no quiso ver el programa y dijo que ese día “prefería a la familia”.

Tote viajaba con cierta frecuencia. Había estado en la región de Unaí, acompañando a Nelson en acciones de inspección más de una vez. Incluso había inspeccionado las propiedades de los hermanos Mânicas. Sin embargo, era la primera vez que estaba allí junto a João Batista. Ambos trabajaban en la Oficina Regional de

Trabajo de Belo Horizonte y se habían hecho amigos. Las familias comenzaron a convivir.

En enero, viajaron de vacaciones. Tan pronto como regresó al trabajo, se le programó la que sería su última viaje. La noticia de la trágica muerte de Eratóstenes cayó como una bomba. Fueron otros inspectores laborales los que estuvieron en su casa aquella mañana del 28 de enero de 2004. Conscientes de la delicadeza de la situación, le preguntaron primero si había visto las noticias, a lo que ella respondió rápidamente que no. Luego hablaron de un grave accidente y sólo después le dijeron que Tote había fallecido.

“Mi mundo se vino abajo. La noticia se extendió, de repente la casa estaba llena de familiares. Sólo me decidí por la noche cuando vi en las noticias esa horrible escena, el camión, los cuerpos. Era él. Mi marido estaba en esa escena.

Marinez nunca dejó de participar en las manifestaciones del Sinait, de los compañeros de su marido, en los juicios, pero siempre preservó a su hija y a sus cuñados. “Es muy pesado para ella, que ha vivido la tragedia desde que era una niña. También para sus hermanos. Son ancianos, todavía sienten mucho, sobre todo por la brutalidad. Revisar todo es muy difícil, así que desde el principio opté por tener una sola persona para pasarla”.

Isabelle es una joven estudiante de medicina a punto de graduarse. Es estudiosa, concentrada, comprometida y estricta con sus compromisos, al igual que su padre. No le gusta tocar el tema del crimen y su madre no quería forzar ni ser invasiva con sus emociones. Debido a la brutalidad, conmoción y proporción que tomó el crimen, el tema fue abordado varias veces en las escuelas donde estudió. Cada vez que se hablaba de crímenes de terratenientes, de crímenes de mando, el caso salía a relucir e Isabelle se veía obligada a vivir con ello.

Habló de ello en dos momentos concretos: cuando realizaba cursos de preparación para la universidad, en una redacción cuyo tema era el conflicto de la tierra, se identificó en el texto como hija de una de las víctimas de la

masacre. Luego, en mayo de 2022, justo después del segundo juicio de Antério Mânica, se abrió con su madre y habló de lo absurdo que era el hecho de que el abogado de éste hubiera citado el caso como racismo inverso contra su cliente (en aquel momento, el abogado dijo que Antério Mânica estaba siendo condenado porque era blanco y rico). Isabelle le contó a su madre que el episodio la hizo llorar mucho junto a una amiga. Fue, de hecho, la primera vez que pudo hablar y abrir sus emociones.

El vacío que queda en la familia va del dolor a la nostalgia, de la alegría a la tristeza y, a veces, a la esperanza. “Tengo la alegría de ver a mi hija crecer, ir a la universidad. Cómo me gustaría que su padre estuviera aquí para verlo. Son años robados. Perdió aquel cumpleaños de los seis años y todos los demás. El decimoquinto cumpleaños, la celebración de su entrada en la universidad, pronto su graduación...”

Marinez dice que sigue conmovida por la actitud de los auditores inspectores laborales, que también sufren mucho por todo el dolor y la impunidad que rodea al crimen. “Los amigos abrazaron la causa. Así que, junto con Sinait, nos convertimos en una especie de familia, esta familia política que no se desvanece, que corre detrás, que no se conforma. Mi marido fue un padre honorable que perdió su vida por una causa, por un trabajo honesto. Me imagino el tipo de abuelo cariñoso que habría sido. Quiero ser una abuela, una bisabuela y llevar su historia adelante.

El Auditor inspector laboral Fábio Araújo, que trabajó junto a Eratóstenes y João Batista, informó que Tote tenía cierta preocupación por la actividad que realizaba y, por eso, no permitía que se pusiera su nombre completo en el sello que utilizaba en el Ministerio de Trabajo.

## João Batista

Juan el Bautista era una persona amable, educada y de actitudes nobles. Eso es lo que todos dicen de él. Quien contó un poco más sobre el marido, amigo y padre de familia que dejó en la memoria, fue su viuda, Genir. Cuando João Ba-

tista y Genir empezaron a salir, él tenía 31 años y hacía mucho tiempo que trabajaba como Jefe de Personal, haciendo nóminas en una empresa, que estaba situada en la misma calle donde ella trabajaba.

Nacido en Morro do Pilar (MG), João Batista fue a Belo Horizonte en busca de una oportunidad laboral. Sin embargo, no había terminado la escuela secundaria (hoy en día, Escuela Media). Fue a una escuela complementaria y terminó esta etapa de sus estudios. Después empezó a estudiar oposiciones y aprobó en el Tribunal Regional del Trabajo (TRT), en el Tribunal de Justicia (TJ) y en la Justicia Federal, todos ellos de nivel medio. João eligió TRT, donde trabajó durante dos años.

Genir y João Batista se casaron un año y medio después de empezar a salir. Animado por ella, se presentó a un examen de acceso a la universidad. Se licenció en Derecho por la Pontificia Universidad Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Se licenció y, en la oposición de 1994, entró en la Auditoría Fiscal Laboral.

La pareja tuvo dos hijos: Juliana (Juju), que tenía 10 años en la época del crimen, y André, que tenía 14. Genir cuenta que la familia, los cuatro, estaba muy unida y lo hacían todo juntos. A João Batista le gustaba el campo, hacer chapuzas en el matorral. A menudo iban a la propiedad rural de la familia de Genir, donde pasaba horas cuidando de las cosas en el matorral. Una semana antes del crimen, la familia hizo un viaje al interior de Minas. Jugaba con su hija, la llamaba para “coger oro” en la granja donde se alojaban. Luego salió con su hijo. Un programa con cada uno. El último.

En el día del viaje de João Batista, Genir le dejó un rosario para que lo llevara consigo. Volvió a ver el rosario cuando se lo devolvieron, junto con las pertenencias de su marido. Funcionaria del TRT, Genir estaba trabajando el 28 de enero de 2004, cuando dos hombres que no conocía llegaron con un maletín, buscándola. Eran inspectores laborales, compañeros de João Batista, que habían venido a darle algunas noticias. Al principio hablaron de un accidente muy grave y de que una de las víctimas estaría

en el hospital.

Entró en shock; lo único que pudo hacer fue negarlo. Luego fue a casa de su hermana y las noticias se estaban actualizando. Pronto se supo que no fue un accidente, sino una emboscada. Genir necesitaba dar la noticia a sus hijos.

Juju nos miró con asombro y preguntó:

“¿Significa eso que nunca más tendré un padre?”.

André no podía aceptarlo.

A pesar de saber que podía contar con el apoyo de su familia, Genir se encontró sola. “Me llené la cara de granito, respiré hondo y les dije a mis hijos: ‘Si el Padre del Cielo se llevó a vuestro padre, es porque sabía que yo podría cuidar de vosotros’. Así que me puse esa capa y todavía la tengo”. Para Genir y sus hijos fue una pérdida terrible. Casi 19 años después, todavía se emociona cuando recuerda cómo encontraron a su marido, asesinado cobardemente, con un tiro en la cabeza, atado a un cinturón de seguridad, sin posibilidad de defenderse. En el velatorio, André no se apartó del lado del ataúd de su padre. Durante días llevó una camiseta de João Batista. La pérdida fue gigantesca. João Batista fue un padre amoroso, un esposo devoto. El vacío de su ausencia aún está presente.

Después de que todos los acusados fueran condenados, uno de ellos incluso dos veces, Genir, a pesar de considerar las sentencias correctas, no cree en la justicia del caso. Al fin y al cabo, todos fueron condenados, pero sólo los pistoleros cumplieron su condena. Y a todos los mandantes e intermediarios se les redujo la pena más de una vez.

En el 28 de junio de 2003, exactamente seis meses antes del asesinato, fue la fiesta del 50º cumpleaños de João Batista. Estaban presentes algunos de los auditores más cercanos, como Eratostentes, con quien João Batista había entablado amistad unos dos años antes. Genir escribió una carta, que un vecino de la familia leyó a los presentes. Juliana tocó para su padre con la guitarra la canción *La belle de jour*, del cantante y compositor de Pernambu-

co, Alceu Valença. Para Genir, fue una noche de despedida.

### **Extracto de la carta de Genir a su marido en su 50º cumpleaños**

“Perdóname por el discurso porque sé que los reflectores no son lo tuyo. Sin embargo, hoy queremos rendirle un pequeño homenaje... Descubrimos que teníamos algo en común: la voluntad de crecer profesionalmente y como seres humanos... Y entonces llegaron nuestros dos hijos, nuestros amores, con un cántaro lleno de agua para saciar nuestra sed de amor y esperanza... Quiero decirte que después de todos los momentos difíciles o felices que hemos pasado, nunca he dejado de reconocer tu integridad, clase y honestidad”.

## **Nelson**

El hecho de que Nelson, a los 52 años, se preparara para el matrimonio y la jubilación, casi al mismo tiempo, da la dimensión de cómo era su vida en ese momento. Nelson era inspector laboral desde 1999. Se casó con Therezinha de Oliveira, con quien tuvo una hija, Kellen. Nelson y Therezinha se separaron en 1984. Más tarde tuvo otro hijo, Thiago, fruto de un breve noviazgo. Nelson tenía una buena relación con sus hijos. Kellen estaba en la escuela de medicina cuando su padre fue asesinado. Thiago acababa de cumplir cinco años; el más joven de los siete huérfanos de la tragedia.

Nelson estaba inscrito en la Oficina Regional Laboral en Paracatu y trabajaba en la región. Vivió en esa ciudad hasta que conoció a Helba Soares mientras inspeccionaba una empresa en Unái. Fueron presentados por la dueña de la empresa, que estaba interesada en encontrar un novio para su empleada. Poco después, Nelson se trasladó a Unái con Helba, donde desarrolló su actividad como inspector de varias empresas de la región. La pareja solía viajar a Parapeúna, un barrio de Valença en Río de Janeiro, ciudad natal de Nelson. Su familia tenía tiendas allí.



Siempre que iban de Unaí a Parapeúna paraban en Juiz de Fora (MG) para visitar a Thiago, que vivía en la ciudad con su madre. Nelson no tenía carnet de conducir y Helba era la que conducía en los viajes. En 2003, tres años después de conocerse, Helba dejó su trabajo y empezó a ocuparse de las cosas de la casa y a conducir para Nelson, algo que le gustaba hacer. La pareja planeó su boda para ese año 2004. El plan era que, tras su jubilación, los dos se repartieran entre Parapeúna y Unaí. Las personas cercanas a ellos notaron que Nelson se volvió más feliz y alegre tras su relación con Helba.

Antes de entrar en la Auditoria Inspección Laboral, Nelson fue profesor de matemáticas. Era licenciado en Derecho y Matemáticas.

Nelson había sido amenazado y sabía que estaba en peligro. No le gustaba hablar del trabajo en casa, pero relató algunos pasajes a Helba. Comenzó a sentirse molesto por situaciones ordinarias, como un día a principios de enero de 2004 en que su coche particular se averió en la autopista y le aterrorizó la idea de que fueran atacados hasta que se solucionara el problema del coche.

El 26 de enero de 2004, mientras Aílton, Eratóstenes y João Batista se dirigían desde Belo Horizonte, Nelson salió de Unaí hacia Paracatu para reunirse con sus colegas e iniciar las actividades de inspección. Helba llevó a su marido a coger el autobús de las seis de la mañana. Al final de la tarde, Nelson volvió a casa. Los compañeros se alojaron en un hotel de la ciudad. Al día siguiente, 27 de enero, Ailton, Eratóstenes y Joao Batista recogieron a Nelson en su casa y se fueron a trabajar. Almorzaron en un restaurante de la ciudad. Nelson se fue a casa y no volvió a salir ese día.

El 28 de enero se levantó temprano para organizarse y esperar a sus compañeros. Salió de casa a las 7.15. Sería la misma rutina del día anterior. Lo sería. Si no fuera por la certeza de la impunidad, la crueldad, la maldad y la frialdad de las personas que tenían trazado el destino de ese día. Alrededor de las 10 de la mañana, Helba recibió una llamada de su hermana diciendo que los inspectores del Incra habían

sido asesinados en la zona rural de Unaí. Le entró el pánico. No tenía nada que ver con Incra. Era Nelson, ella lo sabía. Ella había denunciado las amenazas. Pasó parte de los últimos días de su vida con miedo. Como suele repetir Helba: “Los cuatro fueron realmente condenados: Aílton, Eratóstenes, João Batista y Nelson, con pena de muerte”.





Sindicato Nacional dos  
Auditores Fiscais do Trabalho

## **Diretoria Executiva / Triênio 2020 - 2023**

Presidente: **Bob Everson Carvalho Machado (RS)**

Vice-presidente: **Carlos Fernando da Silva Filho (PE)**

Diretor de Planejamento e Finanças: **Antônio Carlos Costa (SC)**

Diretora-adjunta: **Virna Soraya Damasceno (RN)**

Diretora de Administração e Patrimônio: **Vânia Elita Teixeira de Abreu (CE)**

Diretora-adjunta: **Marinilda Verçosa Amorim (AL)**

Diretor de Política de Classe: **Pedro Paulo Martins (RJ)**

Diretor-adjunto: **Renato Bignami (SP)**

Diretor de Prerrogativas : **Henrique Edson Oliveira Fiorentino (MG)**

Diretora-adjunta: **Eliane Maria Braga Pereira Gomes (CE)**

Diretor de Inspeção do Trabalho: **Valdiney Arruda (MT)**

Diretor-adjunto: **Lucas Reis da Silva (SC)**

Diretor de Saúde e Segurança do Trabalhador: **Francisco Luís Lima (PI)**

Diretor-adjunto: **Giuliano Gullo (MS)**

Diretora de Aposentados e Pensionistas: **Marli Marlete Chaplin Andrade (SE)**

Diretora-adjunta: **Alberlita Maria Da Silva (PE)**

Diretora de Comunicação: **Maria Teresa Pacheco Jensen (PR)**

Diretor-adjunto: **Sebastião Estevam Dos Santos (SP)**

Diretor de Assuntos Jurídicos: **Wellington Maciel Paulo (BA)**

Diretora-adjunta : **Francimary Oliveira Michiles (AM)**

Diretor de Assuntos Parlamentares: **Leonardo José Decuzzi (ES)**

Diretora-adjunta: **Magda Targino M. Leite (PB)**

Diretora de Assuntos Culturais: **Rosângela Silva Rassy (PA)**

Diretora-adjunta: **Vera Lúcia Amorim Jatobá (PE)**

Diretor de Relações Intersindicais: **Marco Aurélio Gonsalves (DF)**

Diretor-adjunto: **Benvindo Coutinho Soares (MA)**

Diretora de Relações Internacionais: **Rosa Maria Campos Jorge (GO)**

Diretor-adjunto: **José Antônio Pastoriza Fontoura (RS)**

## **Executive Board / Three-Year Period 2020 - 2023**

President: **Bob Everson Carvalho Machado (RS)**  
Vice-President: **Carlos Fernando da Silva Filho (PE)**  
Finance and Planning Director: **Antônio Carlos Costa (SC)**  
Deputy Director: **Virna Soraya Damasceno (RN)**  
Property and Administration Director: **Vânia Elita Teixeira de Abreu (CE)**  
Deputy Director: **Marinilda Verçosa Amorim (AL)**  
Class Policy Director: **Pedro Paulo Martins (RJ)**  
Deputy Director: **Renato Bignami (SP)**  
Prerogative Director: **Henrique Edson Oliveira Fiorentino (MG)**  
Deputy Director: **Eliane Maria Braga Pereira Gomes (CE)**  
Labor Inspection Director: **Valdiney Arruda (MT)**  
Deputy Director: **Lucas Reis da Silva (SC)**  
Occupational Health and Safety Director: **Francisco Luís Lima (PI)**  
Deputy Director: **Giuliano Gullo (MS)**  
Retirees and Pensioners Director: **Marli Marlete Chaplin Andrade (SE)**  
Deputy Director: **Alberlita Maria Da Silva (PE)**  
Communication Director: **Maria Teresa Pacheco Jensen (PR)**  
Deputy Director: **Sebastião Estevam Dos Santos (SP)**  
Legal Affairs Director: **Wellington Maciel Paulo (BA)**  
Deputy Director: **Francimary Oliveira Michiles (AM)**  
Parliamentary Affairs Director: **Leonardo José Decuzzi (ES)**  
Deputy Director: **Magda Targino M. Leite (PB)**  
Cultural Affair Director: **Rosângela Silva Rassy (PA)**  
Deputy Director: **Vera Lúcia Amorim Jatobá (PE)**  
Inter-Union Director: **Marco Aurélio Gonsalves (DF)**  
Deputy Director: **Benvindo Coutinho Soares (MA)**  
International Relation Director: **Rosa Maria Campos Jorge (GO)**  
Deputy Director: **José Antônio Pastoriza Fontoura (RS)**

## **Consejo Ejecutivo / Mandato 2020 - 2023**

Presidente: **Bob Everson Carvalho Machado (RS)**  
Vicepresidente: **Carlos Fernando da Silva Filho (PE)**  
Director de Planificación y Finanzas: **Antônio Carlos Costa (SC)**  
Directora Adjunta: **Virna Soraya Damasceno (RN)**  
Directora de Administración y Patrimonio: **Vânia Elita Teixeira de Abreu (CE)**  
Directora Adjunta: **Marinilda Verçosa Amorim (AL)**  
Director de Política de Clase: **Pedro Paulo Martins (RJ)**  
Diretor Adjunto: **Renato Bignami (SP)**  
Director de Prerrogativas: **Henrique Edson Oliveira Fiorentino (MG)**  
Directora Adjunta: **Eliane Maria Braga Pereira Gomes (CE)**  
Director de la Inspección Laboral: **Valdiney Arruda (MT)**  
Diretor Adjunto: **Lucas Reis da Silva (SC)**  
Director de Salud y Seguridad Laboral: **Francisco Luís Lima (PI)**  
Director Adjunto: **Giuliano Gullo (MS)**  
Directora de Jubilados y Pensionistas: **Marli Marlete Chaplin Andrade (SE)**  
Directora Adjunta: **Alberlita Maria Da Silva (PE)**  
Directora de Comunicación: **Maria Teresa Pacheco Jensen (PR)**  
Director Adjunto: **Sebastião Estevam Dos Santos (SP)**  
Diretor de Assuntos Jurídicos: **Wellington Maciel Paulo (BA)**  
Directora Adjunta: **Francimary Oliveira Michiles (AM)**  
Director de Asuntos Parlamentarios: **Leonardo José Decuzzi (ES)**  
Directora Adjunta: **Magda Targino M. Leite (PB)**  
Directora de Asuntos Culturales: **Rosângela Silva Rassy (PA)**  
Directora Adjunta: **Vera Lúcia Amorim Jatobá (PE)**  
Director de Relaciones Intersindicales: **Marco Aurélio Gonsalves (DF)**  
Director Adjunto: **Benvindo Coutinho Soares (MA)**  
Directora de Relaciones Internacionales: **Rosa Maria Campos Jorge (GO)**  
Director Adjunto: **José Antônio Pastoriza Fontoura (RS)**



Quatro servidores do Ministério do Trabalho emboscados e mortos com tiros na cabeça. O motivo? A Fiscalização do Trabalho incomodava empresários poderosos. A Chacina de Unaí ocorreu em 2004. Quase duas décadas depois, os mandantes e intermediários circulam livres apesar de terem sido condenados, juntos, a 400 anos de prisão. Um deles teve o julgamento anulado e no segundo júri popular, sofreu nova condenação. Mais uma vez saiu livre do Tribunal. O crime chocou o país, em especial a categoria dos Auditores-Fiscais do Trabalho. O SINAIT luta desde 2004 por justiça e continuará lutando pela punição dos culpados e para que a tragédia não seja esquecida.



Sindicato Nacional dos  
Auditores Fiscais do Trabalho